

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS  
Washington, D.C. 20549

**FORMULÁRIO 20-F**

RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)  
DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934

Para o exercício findo em: **31 de dezembro de 2002**

Número de registro na Comissão: **000-26030**

**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em seu Estatuto Social)

**VALE OVERSEAS LIMITED**

(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em seu Estatuto Social)

**Valley of the Rio Doce Company**

(Tradução da denominação do solicitante do registro para o inglês)

**República Federativa do Brasil**

(Jurisdição de constituição)

**Ilhas Cayman**

**Avenida Graça Aranha, No. 26**  
**20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil**

(Endereço da sede social)

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(b) da Lei

Título de cada classe

Ações preferenciais classe A da CVRD, sem valor nominal por ação

Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação preferencial classe A da CVRD

Ações Ordinárias da CVRD, sem valor nominal

Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação ordinária da CVRD

Nome de cada Bolsa de Valores nas quais as ações foram listadas

Bolsa de Valores de Nova Iorque\*

Bolsa de Valores de Nova Iorque

Bolsa de Valores de Nova Iorque\*

Bolsa de Valores de Nova Iorque

\* As ações não são listadas para negociação, mas apenas em relação às Ações de Depósitos Americanos são registradas, em conformidade com as exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(g) da Lei: **Nenhum**

Títulos para os quais existe uma obrigação de apresentação de relatório em conformidade com a Seção 15(d) da Lei: **Nenhum**

O número de ações emitidas de cada classe da CVRD em 31 de dezembro de 2002 foi de:

**245.267.973 ações ordinárias, sem valor nominal**  
**138.571.432 ações preferenciais classe A, sem valor nominal**  
**1 ação preferencial de classe especial, sem valor nominal**

Assinale com um X se o solicitante do registro (1) arquivou todos os relatórios cujo arquivamento fosse exigido pela Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os últimos 12 meses (ou em tal período mais curto conforme o solicitante do registro tivesse a obrigação de arquivar tais relatórios) e (2) ficou sujeito a essas exigências de arquivamento no que se refere aos últimos 90 dias.

Sim

Não

Assinale com um X qual item de Demonstrações Contábeis o solicitante do registro optou por seguir.

Item 17

Item 18

## ÍNDICE

	<u>Página</u>
Glossário .....	2
Apresentação das Informações Financeiras .....	5
Apresentação de Informações Relativas às Reservas.....	5
Expectativa de Tendências ( <i>Forward-Looking Statements</i> ) .....	6
PARTE I	
Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores .....	7
Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto.....	7
Item 3. Informações-Chave.....	7
Item 4. Informações sobre a Companhia.....	17
Visão Geral.....	17
Segmentos de Negócio .....	23
Regulamentação .....	49
Marcas e Patentes .....	53
Seguros.....	53
Investimentos de Capital .....	53
Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	54
Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados .....	79
Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas .....	89
Item 8. Informações Financeiras .....	93
Item 9. Oferta e Registro em Bolsa de Valores.....	95
Item 10. Informações Adicionais .....	96
Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado .....	112
Item 12. Descrição dos Títulos Mobiliários Exceto Títulos Patrimoniais.....	117
PARTE II	
Item 13. Descumprimentos, Dividendos Atrasados e Inadimplências.....	117
Item 14. Modificações Relevantes aos Direitos dos Detentores dos Títulos Mobiliários e Uso dos Recursos.....	117
Item 15. Controles e Procedimentos .....	117
Item 16. [Reservado].....	118
PARTE III	
Item 17. Demonstrações Contábeis.....	118
Item 18. Demonstrações Contábeis.....	118
Item 19. Anexos.....	118
Assinaturas.....	119
Certificações .....	120

## GLOSSÁRIO

Alumina .....	Óxido de alumínio. É extraído da bauxita em um processo de refino químico e é a principal matéria-prima no processo eletro-químico do qual o alumínio é produzido.
Bauxita.....	É uma rocha composta basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, a matéria-prima da qual o alumínio é produzido.
Beneficiamento .....	O processo de separar, concentrar e classificar minério por tamanho de partícula ou algumas outras características (por exemplo, gravidade específica, suscetibilidade magnética, química de superfície, etc.) para obter o mineral ou metal desejado.
CIL.....	<i>Carbon-in-Leach</i> . (Carbono-em-Lixívia). Um método para a recuperação de ouro em solução a partir de fluxos de pasta semifluida por meio do contato do carbono ativado com a celulose durante o processo de lixiviação dentro de recipientes agitados e pela separação do carbono carregado a partir da celulose por meio de triagem.
CIP .....	<i>Carbon-in-Pulp</i> . (Carbono-em-Pasta). Um método de recuperação de ouro e prata extraídos a partir de soluções impregnadas de soluções de cianeto por meio da absorção de metais preciosos em relação a grânulos de carbono ativado, que se constituem tipicamente de cascas de coco esmerilhado.
Concentração .....	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o teor do metal ou mineral desejado.
DR.....	<i>Direct Reduction</i> . (Redução direta). Pelotas de minério de ferro de redução direta são utilizadas por siderúrgicas que empregam a tecnologia de mini-mill.
DWT .....	<i>Deadweight ton</i> . (Tara). A capacidade de um navio em toneladas métricas de 1.000 kg para transporte de cargas, óleo combustível, depósitos e tripulação. A tara total de um navio corresponde ao peso total que o mesmo pode conter quando carregado em relação a uma linha de carregamento.
Unidade de ferro .....	<i>Fe unit</i> . Medida de ferro contido no minério de ferro que é equivalente a 1% do ferro presente em uma tonelada de minério de ferro.
Finos.....	Refere-se ao minério de ferro com partículas que variam de 0.10 mm a 6.35 mm de diâmetro.
FOB.....	<i>Free-on-board</i> . (Livre a bordo). Indica que o comprador paga pelo transporte, seguro e por todos os demais custos associados com o transporte de mercadorias até o seu destino.
Teor.....	A proporção de metal ou mineral presente no minério ou em qualquer outro material.
HL.....	<i>Heap Leaching</i> . Um método de baixo custo de extração de metais, tais como ouro e cobre, a partir de minérios de baixa classificação. Consiste na formação de um conjunto e na aplicação de uma solução (lixivante) que dissolve o metal para produzir uma solução impregnante (produto de lixiviação) a partir da qual o metal é recuperado por precipitação, fundição ou métodos de absorção de carbono,

	triagem e eletroprodução.
Caulim.....	Uma argila branca fina de silicato de alumínio usada como agente de revestimento, obturador, expansor e absorvente pelas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica.
Minério granulado.....	Minério de ferro ou de manganês cujas partículas mais grossas variam de 6.35 mm a 75 mm de diâmetro, mas que apresentam pequenas variações entre as diferentes minas e minérios.
Manganês .....	Um elemento metálico duro quebradiço encontrado principalmente nos minerais pirolusita, hausmanita e manganato.
Depósitos minerais ou materiais mineralizados .....	Referem-se a um corpo mineralizado que foi objeto de interseção por um número suficiente de perfurações de sondagem espaçadas o mínimo possível umas das outras e/ou amostras subterrâneas/de superfície para suportar tonelagem suficiente e teor de metais ou minerais de interesse para garantir exploração-desenvolvimento futuros. A jazida não se classifica como um corpo mineral até que esta seja legal e economicamente extraída no momento da determinação da reserva de minério.
Mineração a céu aberto .....	O método de extração pelo qual a superfície ou rocha improdutiva é removida de forma que o minério possa ser retirado utilizando escavadeiras mecânicas, carregadores de extremidade frontal, escavadeiras hidráulicas, cabos de reboque, etc.
Óxido .....	Compostos de oxigênio com um outro elemento. Por exemplo, a magnetita ( $Fe_3O_4$ ) é um mineral de óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Minério fino .....	<i>Pellet feed.</i> Partículas de minério de ferro finas (0.10 mm a 6.35 mm) e ultra-finas (inferior a 0.10 mm) geradas pela mineração, classificação, manipulação e transporte de minério de ferro, sem aplicação prática direta na indústria siderúrgica, exceto quando o material é agregado em pelotas através de um processo de aglomeração.
Pelotas.....	Bolas de partículas finas e ultra-finas aglomeradas de minério de ferro, com tamanho e qualidade apropriados para processos específicos de siderurgia. O tamanho de nossas pelotas variam de 8 mm a 18 mm.
Ferro-gusa .....	Ferro em seu estado natural derretido por alto-forno.
Potássio .....	Um composto de cloreto de potássio, KCl, utilizado na indústria e na agricultura.
Reservas prováveis (indicadas).....	Reservas para as quais a quantidade e o teor e/ou qualidade são computados a partir de informações semelhantes às usadas para reservas provadas (medidas), mas que os locais para inspeção, amostragem e medição estão demasiadamente distantes ou ainda estão inadequadamente espaçados. O teor de certeza, embora mais baixo que nas reservas provadas (medidas), é alto o suficiente para se assumir a continuidade entre os pontos de observação.
Reservas provadas (medidas).....	Reservas para as quais (1) a quantidade é computada a partir de dimensões reveladas em afloramentos, cortes na terra, furos de broca ou de trabalho; (2) o teor e/ou qualidade são

computados a partir de resultados de amostras detalhadas; e (3) os locais para inspeção, amostragem e medição estão tão claramente determinados e a característica geológica está tão bem definida que o tamanho, a forma, a profundidade e o teor mineral das reservas podem ser bem estabelecidos.

Reserva.....	Refere-se àquela parte da jazida mineral que poderia ser econômica e legalmente extraída ou produzida no momento da determinação da reserva.
Minério natural.....	<i>Run-of-mine</i> . Minério em seu estado natural (não processado), da maneira como é minerado antes de ser britado.
Comércio marítimo .....	O mercado para produtos de minério de ferro que são transportados em navios que possuem uma capacidade de carga superior a 50.000 DWT.
Minério para sinterização.....	<i>Sinter feed</i> . Minério de ferro ou de manganês apropriado para sinterização.
Sinterização.....	Refere-se à aglomeração de pequenas partículas em uma massa uniforme mediante aquecimento sem fusão.
Ton.....	Tonelada métrica, equivalente a 1.000 quilogramas.
Onças .....	Troy ounce. Uma onça equivale a 31,103 gramas.

## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboramos nossas Demonstrações Contábeis que aparecem neste relatório anual em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“US GAAP”), os quais diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (“BR GAAP”). Os princípios contábeis brasileiros estão determinados na Lei No. 6404, de 15 de dezembro de 1976, e seus aditivos (Legislação Societária brasileira), e as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários brasileira, ou CVM. Publicamos as Demonstrações Contábeis no Brasil em conformidade com os princípios contábeis brasileiros, às quais nos referimos como nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária brasileira. Utilizamos nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária brasileira para:

- Reportar aos acionistas brasileiros;
- Arquivamento na CVM;
- Determinar os dividendos; e
- Determinar as obrigações tributárias.

Nossas Demonstrações Contábeis e outras informações financeiras que aparecem neste relatório anual foram convertidas de Reais para dólares norte-americanos nos termos explanados na nota explicativa 2(a) de nossas Demonstrações Contábeis, a menos que indicado de outra maneira.

---

Referências aos termos “Real”, “Reais” ou “R\$” são para Reais brasileiros (plural) e para o Real brasileiro (singular), a moeda oficial do Brasil. Referências ao “Dólares norte-americanos,” “dólares” ou “US\$” são para os dólares norte-americanos.

Exceto onde estiver especificado de outra maneira, unidades métricas foram utilizadas, como por exemplo, o termo “toneladas” referem-se a toneladas métricas.

Referências aos termos “Grupo CVRD”, “nosso” ou a “nós” são para a CVRD, suas controladas consolidadas e suas *joint ventures* e outras companhias coligadas. Referências ao termo “Vale Overseas” são para a Vale Overseas Limited. Referências ao termo “coligadas” são para companhias nas quais a Companhia Vale do Rio Doce tem participação minoritária e excluem as coligadas de controle compartilhado que são consolidadas para fins de Demonstrações Contábeis.

Referências aos termos “ADSs” ou “ADRs” incluem tanto nossas ações ordinárias de depósito americano (nossas ADSs ordinárias), cada uma representando uma ação ordinária da CVRD, e nossas ações preferenciais de depósito americano (nossas ADSs preferenciais), cada uma representando uma ação preferencial classe A da CVRD. ADSs são representadas pelos ADRs emitidos pelo JPMorgan Chase Bank, como depositário.

## APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RESERVAS

As estimativas de reservas provadas e prováveis nas minas do Grupo CVRD e as estimativas de vida útil das minas, em 31 de dezembro de 2002, incluídas neste relatório anual foram calculadas de acordo com as definições técnicas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, ou SEC. Efetuamos as estimativas da vida útil das minas descritas neste relatório anual a partir da estimativa das reservas das mesmas. Ajustamos as estimativas das reservas de minério para perdas de extração e recuperações metalúrgicas durante extração para os depósitos de ouro, manganês e bauxita. Nossas reservas estimadas de ferro, caulim e potássio são reportadas com as toneladas em seu lugar de origem e ajustadas pelas perdas na diluição e mineração. Vide *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Nosso Negócio*. Contratamos a AMEC E&C Services Inc., ou AMEC, para auditar e verificar algumas de nossas estimativas de reservas provadas e prováveis em 31 de dezembro de 2002. Exceto onde especificamente mencionado, nossas estimativas de reservas não foram auditadas pela AMEC.

## EXPECTATIVA DE TENDÊNCIAS (*FORWARD-LOOKING STATEMENTS*)

Este relatório anual contém expectativa de tendências (*Forward-Looking Statements*) de acordo com o U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. Muitas das expectativas contidas neste relatório anual podem ser identificadas pelo uso de palavras com conotação futurista tais como “antecipamos,” “acreditamos,” “poderia,” “esperamos,” “deveria,” “planejamos,” “pretendemos,” “estimamos” e “potencial,” entre outras. Essas declarações aparecem diversas vezes neste relatório anual e dizem respeito à nossa intenção, crença ou projeções atuais com relação:

- À nossa direção e operação futura;
- À implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nossa participação potencial em privatizações, aquisições ou transações com *joint ventures* ou outras oportunidades de investimentos;
- Aos nossos planos de aquisições ou venda de investimentos;
- À implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimentos de capital;
- À exploração das reservas minerais e desenvolvimento de recursos de mineração;
- Ao esgotamento e exaustão das minas e reservas minerais;
- À declaração ou pagamento de dividendos;
- Aos outros fatores ou tendências que afetem nossa condição financeira ou resultado das operações; e
- Aos fatores discutidos no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*.

Alertamos que tais proposições não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem divergir significativamente daqueles propostos por diversos fatores, incluindo aqueles identificados no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*. Estes riscos e incertezas incluem fatores relacionados à economia brasileira e mercado de capitais, os quais exibem volatilidade e podem ser negativamente afetados por fatos em outros países, fatores relacionados com o negócio de minério de ferro e sua dependência da indústria siderúrgica global, que é de natureza cíclica, e fatores relacionados às indústrias altamente competitivas nas quais operamos. Para informações adicionais sobre os fatores que poderiam ocasionar de nossos resultados reais serem diferentes daqueles de nossas expectativas refletidas, Vide *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*, e nossos relatórios arquivados na SEC. As expectativas de tendências valem somente para a data em que são feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las à luz de novas informações ou fatos futuros.

## PARTE I

### Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores

Não aplicável.

### Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto

Não aplicável.

### Item 3. Informações-Chave

#### DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

O quadro abaixo apresenta informações financeiras consolidadas levantadas nos períodos indicados. Devemos ler estas informações em conjunto com nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas que aparecem neste relatório anual.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro				
	1998	1999	2000	2001	2002
	(Em milhões de US\$)				
<b>Demonstração de resultado</b>					
Receitas operacionais líquidas .....	US\$3.553	US\$3.076	US\$3.935	US\$3.935	US\$4.123
Custo dos produtos e serviços.....	(2.272)	(1.806)	(2.429)	(2.272)	(2.263)
Despesas com vendas, gerais e administrativas .....	(171)	(138)	(225)	(241)	(224)
Pesquisa e desenvolvimento .....	(48)	(27)	(48)	(43)	(50)
Participação dos empregados nos lucros.....	(29)	(24)	(29)	(38)	(38)
Outras despesas .....	(184)	(155)	(180)	(379)	(119)
Lucro operacional.....	849	926	1.024	962	1.429
Receitas (despesas) não-operacionais:					
Receitas (despesas) financeiras .....	151	(33)	(107)	(200)	(248)
Perda de variação cambial e monetária .....	(108)	(223)	(240)	(426)	(580)
Ganho na venda de investimentos .....	—	—	54	784	—
Subtotal .....	43	(256)	(293)	158	(828)
Lucro antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participação minoritária.....	892	670	731	1.120	601
Crédito de imposto de renda (despesa) .....	—	(33)	32	218	149
Equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i> ..	80	41	260	(49)	(28)
Variação na provisão para perda em investimentos .....	(273)	(268)	62	(4)	(59)
Participação minoritária.....	(1)	2	1	2	17
Lucro líquido .....	US\$698	US\$412	US\$1.086	US\$1.287	US\$ 680
Total de dividendos distribuídos aos acionistas(1).....	US\$607	US\$452	US\$246	US\$1.066	US\$ 602

(1) Total de dividendos distribuídos aos acionistas consiste de pagamentos durante o período a título de juros sobre o capital próprio.



**Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro**

	1998	1999	2000	2001	2002
--	------	------	------	------	------

**(Em US\$ exceto os dividendos registrados e os juros sobre o capital próprio por ação em Reais e número de ações)**

**Dados por ação**

Lucro básico por ação ordinária e preferencial classe A					
(1):	US\$1,80	US\$1,07	US\$2,82	US\$3,34	US\$1,77
Juros sobre o capital próprio por ação em US\$(2) .....	1,58	1,28	1,70	1,99	0,84
Juros sobre o capital próprio por ação em Reais(2) .....	1,86	2,28	3,33	4,61	2,68
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares):					
Ações ordinárias(1) .....	249.983	249.983	249.983	249.864	249.864
Ações preferenciais(1) .....	137.965	134.917	134.917	135.042	135.042
Total .....	<u>387.948</u>	<u>384.900</u>	<u>384.900</u>	<u>384.906</u>	<u>384.906</u>

(1) Cada ação ordinária de depósito americano representa uma ação ordinária e cada ação preferencial de depósito americano representa uma ação preferencial classe A.

(2) Nossas distribuições aos acionistas podem ser na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. Desde 1998, todas as distribuições têm sido na forma de juros sobre o capital próprio. O valor demonstrado representa distribuições declaradas durante o exercício. Parte de nossas distribuições é normalmente paga no exercício subsequente ao exercício em que são declaradas.

**Em 31 de Dezembro**

	1998	1999	2000	2001	2002
--	------	------	------	------	------

**(Em milhões de US\$)**

**Balanco Patrimonial**

Ativo circulante .....	US\$ 2.845	US\$ 2.490	US\$ 2.502	US\$ 2.638	US\$ 2.589
Imobilizado, líquido .....	5.261	3.943	3.955	3.813	3.297
Investimentos em companhias coligadas e <i>joint ventures</i> e outros investimentos .....	1.557	1.203	1.795	1.218	732
Outros ativos .....	1.385	1.052	1.543	1.839	1.337
Total do ativo .....	<u>US\$ 11.048</u>	<u>US\$ 8.688</u>	<u>US\$ 9.795</u>	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>
Passivo circulante .....	US\$ 2.030	US\$ 2.072	US\$ 2.136	US\$ 1.921	US\$ 1.508
Exigível a longo prazo (1) .....	1.169	601	1.061	772	774
Empréstimos e financiamentos de longo prazo (2) .....	1.389	1.321	2.020	2.170	2.359
Participação minoritária .....	68	3	9	5	27
Total do passivo .....	<u>4.656</u>	<u>3.997</u>	<u>5.226</u>	<u>4.868</u>	<u>4.668</u>
Patrimônio líquido:					
Capital social .....	1.740	1.927	1.927	2.211	2.446
Capital integralizado excedente ao valor nominal .....	498	498	498	498	498
Reservas e lucros acumulados .....	4.154	2.266	2.144	1.931	343
Total do patrimônio líquido .....	<u>6.392</u>	<u>4.691</u>	<u>4.569</u>	<u>4.640</u>	<u>3.287</u>
Total do passivo e patrimônio líquido .....	<u>US\$ 11.048</u>	<u>US\$ 8.688</u>	<u>US\$ 9.795</u>	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>

(1) Exclui os empréstimos e financiamentos de longo prazo.

(2) Exclui a parcela no circulante. Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos garantias concedidas para empréstimos de *joint ventures* e companhias coligadas no valor total de US\$516 milhões. Estes passivos contingentes não aparecem em nosso balanço patrimonial consolidado, mas estão divulgados na nota explicativa 15(a) de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

**TAXAS DE CÂMBIO**

Há dois principais mercados de câmbio no Brasil:

- O mercado de câmbio de taxa comercial; e
- O mercado de câmbio de taxa flutuante.

A maioria das transações comerciais e financeiras em moeda estrangeira é efetuada na taxa de câmbio comercial. Estas transações incluem a compra ou venda de ações ou o pagamento de dividendos

ou juros relacionados com ações. Moedas estrangeiras somente podem ser compradas através de um banco brasileiro autorizado a operar nestes mercados. Em ambos os mercados, as taxas são negociadas livremente mas podem ser influenciadas por intervenção do Banco Central do Brasil. Em 1999, o Banco Central do Brasil colocou os mercados de câmbio comercial e o de taxas flutuantes sob limites operacionais idênticos, o que levou a uma convergência na precificação e liquidez de ambos os mercados. Desde 1º de fevereiro de 1999, as taxas do mercado flutuante têm sido as mesmas do mercado de taxas comerciais. Contudo, não há garantias de que estas taxas continuarão a ser as mesmas no futuro. Apesar da convergência nos preços e liquidez de ambos os mercados, cada mercado continua a ser regulado de forma diferente.

Desde 1999, o Banco Central do Brasil tem permitido o câmbio Real/dólares norte-americanos flutuar livremente, e durante esse período, o câmbio Real/dólares norte-americanos tem oscilado consideravelmente. No passado, o Banco Central do Brasil intervinha ocasionalmente para controlar a instabilidade nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central do Brasil ou o governo brasileiro continuarão a deixar o Real flutuar livremente ou intervirão no mercado de câmbio através de um sistema de banda cambial ou de qualquer outra forma de controle. Para maiores informações sobre esses riscos, vide *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Brasil*.

O quadro abaixo mostra a evolução da taxa comercial de venda, expressa em Reais por dólares norte-americanos (R\$/US\$) para os períodos indicados.

<u>Exercícios Findos em</u>	<u>Média</u>			
	<u>Fim do período</u>	<u>Período</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>
31 de dezembro de 1998 .....	1,209	1,164(1)	1,117	1,209
31 de dezembro de 1999 .....	1,789	1,851(1)	1,208	2,165
31 de dezembro de 2000 .....	1,955	1,835(1)	1,723	1,985
31 de dezembro de 2001 .....	2,320	2,353(1)	1,936	2,801
31 de dezembro de 2002 .....	3,533	2,998(1)	2,270	3,955
<u>Mês findo em</u>				
Dezembro de 2002 .....	3,533	3,612(2)	3,427	3,798
Janeiro de 2003 .....	3,526	3,468(2)	3,275	3,662
Fevereiro de 2003 .....	3,563	3,575(2)	3,493	3,658
Março de 2003 .....	3,353	3,458(2)	3,353	3,563
Abril de 2003 .....	2,889	3,113(2)	2,889	3,336
Maio de 2003 .....	2,966	2,947(2)	2,865	3,028
Junho de 2003 (até 25 de junho de 2003) .....	2,856	2,913(2)	2,849	2,978

(1) Média das taxas de cada período, usando-se as médias das taxas de câmbio do último dia de cada mês para cada período.

(2) Média das taxas mínimas e máximas em cada mês.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 25 de junho de 2003, a taxa comercial de venda era R\$2,856 por US\$1.00.

## FATORES DE RISCO

### Riscos Relacionados ao Nosso Negócio

*Devido à nossa dependência da indústria siderúrgica global, oscilações na demanda de aço poderiam afetar negativamente o nosso negócio.*

Os preços e volume de vendas na indústria de minério de ferro ao redor do mundo dependem do nível da demanda existente e esperada de minério de ferro da indústria mundial de aço. A indústria mundial de aço é cíclica. Uma série de fatores, sendo o mais importante deles o nível existente de demanda mundial por produtos siderúrgicos, influenciam a indústria global de aço. Durante períodos de morosidade ou de declínio do crescimento econômico regional ou global, a demanda por produtos siderúrgicos geralmente se retrai, o que normalmente leva a correspondentes reduções na demanda por minério de ferro. Essa demanda por produtos siderúrgicos aumentou em 2002, o que resultou em uma maior demanda também por minério de ferro. Embora esperemos que isto tenha efeitos positivos nos preços de contratos globais bem como no volume de vendas de minério de ferro em curto prazo, nós não podemos garantir o período de tempo que a demanda permanecerá nos altos níveis atuais. Reduções ou declínios futuros prolongados nos preços dos contratos mundiais ou no volume de vendas de minério de

ferro poderiam ter efeitos negativos significativos em nossas receitas. Ainda, condições adversas na indústria siderúrgica global poderão resultar em falência de alguns de nossos clientes.

***Estamos sujeitos à sazonalidade e volatilidade de preços do minério de ferro, alumínio e outros minerais.***

Mudanças cíclicas e outras incontornáveis nos valores de mercado no mundo afetam nossas atividades de minério de ferro, alumínio, ouro e outras atividades de mineração. Em particular, o alumínio e o ouro são vendidos em um mercado mundial ativo e negociados em bolsas, tais como a Bolsa de Metais de Londres (“LME”) e a Bolsa de Mercadorias. Os preços destes metais são mais voláteis do que os preços de minério de ferro e de pelotas porque respondem mais rapidamente às variações reais e esperadas na oferta e demanda. Declínios duradouros de preços globais de mercado dos nossos produtos teriam um efeito negativo significativo em nossas receitas.

***A indústria de mineração é altamente competitiva e nós podemos encontrar dificuldades efetivas para competir com outras companhias mineradoras no futuro.***

Competição intensa caracteriza a indústria mundial de minério de ferro. Competimos com um grande número de companhias mineradoras, incluindo mineradoras internacionais. Alguns de nossos concorrentes possuem depósitos minerais de minério de ferro expressivos localizados próximos aos nossos principais clientes asiáticos e europeus. Competição de produtores de minério de ferro estrangeiros e brasileiros podem resultar em perda de fatia de mercado e de receitas. Nossas atividades de ouro, alumínio, manganês e outras também estão sujeitas à intensa competição e a riscos similares.

***A demanda por minério de ferro em períodos de pico podem ultrapassar nossa capacidade produtiva, nos tornando incapazes de satisfazer a demanda dos clientes.***

Nossa habilidade em aumentar rapidamente a capacidade produtiva para satisfazer aumentos na demanda por minério de ferro é limitada. Em períodos em que a demanda de clientes excede a nossa capacidade produtiva, nós geralmente atendemos o excesso de demanda dos clientes revendendo minério de ferro comprado das *joint ventures* ou de terceiros. Se formos incapazes de atender a demanda dos clientes mesmo comprando das *joint ventures* ou de terceiros, poderemos perder clientes.

***Nossas estimativas de reservas podem ser significativamente diferentes das quantidades minerais que nós podemos atualmente cobrir, nossas estimativas de vida útil das minas podem provar ser inadequadas e as flutuações dos preços de mercado e alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar certas reservas de minério ou depósitos minerais inviáveis economicamente para exploração.***

Nossas reservas de minério e depósitos minerais reportados são quantidades estimadas de minério e minerais os quais sob condições atuais e antecipadas têm o potencial de ser economicamente explorado e processado para extração de seu conteúdo mineral. Há inúmeras incertezas inerentes em estimar as quantidades de reservas e em projetar taxas futuras potenciais de produção mineral, incluindo muitos fatores que vão além do nosso controle. Adicionalmente, a engenharia de reserva é um processo subjetivo de estimar depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser mensurados de uma maneira exata e a acuracidade de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e julgamento geológico e de engenharia. Estimativas de diferentes engenheiros podem ser diferentes entre si e os resultados de nossa mineração e produção subsequentes à data de uma estimativa podem justificar a revisão dessas estimativas. As estimativas de reservas podem requerer revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, oscilações nos preços de mercado de metais, taxas de recuperação reduzidas ou custos de produção crescentes devido à inflação ou outros fatores podem tornar as reservas provadas e prováveis que contenham teores mais baixos de mineralização economicamente inexploráveis e podem resultar em ajuste das reservas.

***Podemos não ser capazes de reabastecer as nossas reservas, o que poderia afetar negativamente nossas perspectivas de exploração.***

Nossa atuação em exploração mineral, a qual é de natureza altamente especulativa, envolve muitos riscos e frequentemente não é produtiva. Nossos programas de exploração, os quais envolvem investimentos de capital significativos, podem não resultar na expansão ou recondição de

reservas desgastadas pela produção corrente. Se não desenvolvermos novas reservas de ouro, não seremos capazes de sustentar o nível atual de produção de ouro além da vida remanescente das minas hoje existentes.

***Mesmo que descubramos minerais, permanecemos sujeitos aos riscos de perfuração e produção, o que pode afetar negativamente o processo de mineração.***

Uma vez que descubramos minerais, pode levar anos a partir da fase inicial de perfurações até que a produção seja possível, período no qual a viabilidade econômica da produção pode mudar. Tempo e gastos substanciais são necessários para:

- Estabelecer as reservas de minério através das perfurações,
- Determinar os processos metalúrgicos apropriados para otimizar a recuperação de metais contidos no minério,
- Obter o minério ou extrair os metais do minério, e
- Construir as instalações de mineração e processamento para as novas propriedades.

Se um projeto prova não ser economicamente viável no momento que estamos aptos a explorá-lo, baixas substanciais podem ocorrer. Além disso, mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos que surjam durante a vida do projeto pode acarretar aumento dos custos que pode tornar o projeto economicamente inviável.

***Incorremos em custos de extração crescentes na proporção que nossas jazidas se exaurem.***

As reservas de minério gradativamente diminuem no curso normal de uma determinada operação de mineração. À medida que as reservas diminuem, torna-se necessário o uso de processos mais onerosos para extrair o minério remanescente. Conseqüentemente, ao longo do tempo nós incorremos em custos unitários crescentes de extração em cada mina. Várias de nossas minas já operam há muito tempo, e provavelmente incorreremos em custos unitários crescentes no futuro.

***Nossas atividades de mineração e logística dependem de autorizações dos órgãos regulamentadores, e mudanças nos regulamentos poderiam causar efeito negativo em nosso negócio.***

Nossas atividades de mineração e logística no Brasil dependem de autorizações e concessões dadas pelos órgãos regulamentadores do Governo brasileiro. Nossas atividades de exploração, mineração, processamento mineral e logística também estão sujeitas às leis e regulamentos brasileiros, as quais são periodicamente alteradas. Se estas leis e regulamentos forem alterados no futuro, modificações em nossas tecnologias e operações poderiam ser requeridas e poderíamos ser obrigados a fazer investimentos de capital que não estão orçados, o que poderia elevar nossos custos financeiros com endividamentos. Para maiores detalhes sobre as autorizações e concessões dos órgãos regulamentadores do Governo brasileiro nas quais nossas atividades de mineração e logística dependem, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação.*

***Mudanças nas leis ambientais brasileiras podem afetar negativamente nossos negócios de mineração e energia.***

Nossas operações freqüentemente envolvem o uso, manejo, baixa e descarga de materiais perigosos no meio ambiente ou o uso de recursos naturais, e estamos, portanto, sujeitos às leis e regulamentos ambientais do Brasil. A regulamentação ambiental no Brasil tornou-se mais rigorosa nos últimos anos e é possível que mais regulamentos ou exigências mais agressivas nos afetem negativamente através de restrições impostas a nossas atividades, criando-se novos requerimentos para emitir ou renovar as licenças ambientais, elevando nossos custos ou exigindo que incorramos em reclamações onerosas. Muitos estados brasileiros onde operamos estão atualmente implementando taxas para o uso da água sob a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isto pode exigir-nos que paguemos taxas no futuro pelo direito de uso da água que atualmente utilizamos gratuitamente, o que poderia aumentar consideravelmente nossos custos nas regiões onde os recursos hídricos são escassos. Além disso, atualmente somos réus em

uma ação judicial impetrada pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, que alega que nossas operações de minério de ferro causam danos ambientais e sociais neste Município. Se não vencermos esta ação, poderemos incorrer em uma despesa significativa. Para maiores detalhes sobre as leis ambientais e os desafios legais que enfrentamos, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação* e *Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais*.

***Nossa coligada Albras pode enfrentar aumentos significativos do custo com eletricidade.***

Os custos com eletricidade são um componente significativo do custo de produção do alumínio. Nossa fábrica de alumínio, ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, obtém energia elétrica com desconto da Eletronorte, uma empresa estatal de fornecimento de energia elétrica. O contrato da Albras com esta empresa vence em 2004. É improvável que a Albras continue a se beneficiar dos custos com energia elétrica favoráveis a partir do vencimento do contrato. A Albras está atualmente negociando um novo contrato e está estudando outras alternativas. Embora esperemos que os custos futuros com energia da Albras fiquem em linha com aqueles de seus pares da indústria, seus custos provavelmente aumentarão em comparação com os níveis atuais.

***As respostas do Governo brasileiro à escassez de energia podem nos afetar negativamente.***

Somos um consumidor significativo de eletricidade no Brasil e fomos responsáveis por 4,5% do consumo total no Brasil em 2002. O Brasil vivenciou uma escassez de energia durante o segundo semestre de 2001 decorrente de uma demanda crescente gerada pelo crescimento econômico, expansão inadequada da geração elétrica nos últimos anos e condições hidrológicas desfavoráveis. Como consequência, o Governo brasileiro implementou um programa de racionamento para aliviar a escassez de energia através da redução de seu consumo em pelo menos 20%. Como consequência deste programa, experimentamos uma redução temporária em nossa produção de alumínio e de ferroligas, as quais consomem significativa quantidade de energia. Antes do fim de 2001, as condições meteorológicas melhoraram, levando a um aumento na geração de energia nas plantas hidrelétricas e reduzindo o risco imediato de cortes de energia. Assim, o Governo brasileiro eliminou as restrições ao uso de energia em 1º de março de 2002 nas regiões norte, nordeste e sudeste do Brasil. Os hábitos de consumo de energia no Brasil têm sido afetados desde o programa de racionamento e o consumo não mais retornou aos níveis do passado. Conseqüentemente, há uma superoferta nos mercados de eletricidade. Embora acreditemos que o risco de outro racionamento de energia elétrica nos próximos quatro anos seja baixo, não somos capazes de avaliar o impacto de longo prazo que a resposta do Governo brasileiro à escassez futura de energia poderia causar em nossas operações, particularmente em nossa produção de alumínio e de ferroligas.

***Mudanças nas regulamentações governamentais podem resultar em baixos retornos de nossos investimentos no setor de energia***

O negócio de geração de energia brasileiro depende de concessões dadas pelo Governo e é regulado e supervisionado pela agência governamental brasileira reguladora de eletricidade, ANEEL. O Governo brasileiro recentemente eleito ainda não demonstra claramente sua política para com os mercados de energia. Mudanças nas leis, regulamentos ou políticas governamentais relacionadas à indústria de geração de energia, ao mercado varejista de energia ou requerimentos de concessões poderiam reduzir o nosso retorno esperado com os investimentos neste negócio. Para maiores informações nas regulamentações referentes ao nosso negócio de energia, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação*.

***Estamos sujeitos a investigações antitruste no momento.***

Atualmente, estamos envolvidos em 23 processos perante o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica*, ou CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. A maioria destes processos envolve revisões de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures*, e cobrem quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os processos restantes são de natureza administrativa que alegam que praticamos concorrência desleal nos nossos negócios de alumínio e logística. Nos defenderemos nesses processos vigorosamente. Não podemos prever o resultado destes processos. Se o CADE determinar que uma concentração indevida existe em qualquer um desses segmentos, ele poderá impor medidas para salvaguardar a concorrência, o que poderia incluir exigências para não mais investirmos nessas operações ou nos impor restrições de preços. Também, se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de

multas. A transação da Caemi Mineração e Metalurgia S.A., aqui referida como Caemi, está sendo revisada pela Comissão Européia também. Vide *Item 8. Informações Financeiras – Processos Judiciais*. Se a Comissão Européia não aprovar a aquisição da Caemi, ou impor pesadas condições, poderemos ser solicitados a desfazer a transação ou a tomar medidas que reduziriam os benefícios que esperamos com a sua aquisição.

***Somos vulneráveis a fatos adversos que afetem outras economias.***

Em 2002, 6,7% de nossas receitas operacionais líquidas consolidadas devem-se às vendas a clientes japoneses, 12,9% às vendas a outros clientes asiáticos e 36,2% às vendas a clientes europeus. Em 2002, 7,2% das nossas vendas de minério de ferro e pelotas foram para clientes na China, sendo que o mercado chinês foi o principal foco de demanda no mercado de minério de ferro. O enfraquecimento da economia na China ou em outros mercados onde vendemos nossos produtos poderia reduzir a demanda por nossos produtos no mercado chinês e nesses outros mercados, o que, por sua vez, resultaria em receitas e rentabilidade mais baixas.

***Nosso acionista majoritário pode ter significativa influência sobre nossa Companhia.***

Valepar, nosso acionista majoritário, atualmente possui 52,3% de nossas ações ordinárias em circulação e 33,6% de nosso capital total. Para uma descrição sobre nossa participação acionária, vide *Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas—Acionista Majoritário*. Como resultado de sua participação acionária, Valepar pode controlar o resultado de qualquer ato que requeira aprovação dos acionistas. Ainda, o Governo brasileiro possui uma ação preferencial de classe especial que lhe dá direitos de veto sobre certas medidas que podemos propor. Para uma descrição detalhada do direito limitado de veto dado ao Governo brasileiro por conta de sua ação preferencial de classe especial, vide *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais—Geral*.

***Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e poderiam ser afetadas negativamente caso nossos sócios em joint ventures não cumpram com seus compromissos.***

Atualmente operamos partes importantes de nossos negócios de pelotização, exploração de cobre, logística, energia, alumínio e aço através de *joint ventures* com outras companhias. Nossas previsões e planos para estas *joint ventures* assumem que nossos respectivos sócios cumprirão suas obrigações de contribuição de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer talento gerencial. Se qualquer de nossos sócios falhar em cumprir com seus compromissos, a *joint venture* correspondente pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios ou pode ser necessário aumentarmos o nível de nossos investimentos para atender a esses planos. Para maiores informações sobre nossas *joint ventures*, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia—Segmentos de Negócio*.

***Nossa estratégia de gerenciamento de risco pode não ser eficiente.***

Estamos expostos a flutuações nas taxas de juros, de câmbio e preços relacionados com nossa produção de minério de ferro, alumínio e ouro. Para podermos nos proteger da volatilidade inesperada do mercado, nós contratamos periodicamente transações de *hedge* para administrar estes riscos. Não contratamos *hedge* para riscos relacionados com flutuações nos preços do minério de ferro. Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado*. Nossa estratégia de *hedge* pode não ser bem sucedida em minimizar a nossa exposição a estas flutuações. Ainda, à medida que nos protegemos da nossa exposição ao preço da commodity, renunciamos aos benefícios que teríamos se os preços dos commodities subissem.

***Podemos ter cobertura de seguros inadequada para alguns riscos do negócio que podem trazer conseqüências econômicas prejudiciais para nós.***

Nossos negócios estão geralmente sujeitos a uma série de riscos e danos, incluindo:

- Acidentes industriais,
- Reclamações trabalhistas,
- Desabamentos,
- Danos ambientais,
- Interrupções no fornecimento de energia,
- Falhas de equipamentos ou em embarcações, e
- Condições climáticas e outros fenômenos naturais.

Estes eventos podem causar danos para, ou destruição de, propriedades minerais, instalações produtivas, instalações de transportes, equipamentos ou embarcações. Eles poderiam também resultar em danos pessoais ou morte, dano ambiental, desperdício de recursos ou produtos intermediários, atrasos ou interrupções nas atividades de mineração, produção ou transporte, perdas monetárias e possíveis passivos contingentes. O seguro que mantemos contra riscos que são típicos em nosso negócio pode não fornecer cobertura adequada. Seguro contra alguns riscos (incluindo passivos por certos danos ou poluição ambiental ou lucros cessantes em certas atividades de negócios) pode não estar disponível a um custo razoável ou mesmo não estar disponível. Conseqüentemente, acidentes ou outros fatos negativos podem ter um efeito negativo significativo sobre nossas operações.

### **Riscos Relacionados ao Brasil**

***O Governo brasileiro, historicamente, vem exercendo influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras têm um impacto direto em nosso negócio e no valor de mercado de nossos títulos.***

O Governo brasileiro freqüentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente faz mudanças substanciais na política, como ocorre freqüentemente em economias emergentes. As ações do Governo brasileiro para controlar a inflação e efetuar outras políticas freqüentemente envolvem controles de preços e salários, desvalorização da moeda, controles de capital e limites às importações, entre outras medidas. Nosso negócio, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados por fatores no Brasil incluindo:

- flutuações da moeda,
- inflação,
- política monetária e taxas de juros,
- política fiscal,
- política tarifária,
- controles do câmbio,
- cortes de energia, e
- outros fatos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

***A inflação e as medidas do Governo para inibir a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e, conseqüentemente podem afetar negativamente o valor de mercado de nossos títulos.***

O Brasil teve no passado a experiência de taxas de inflação extremamente altas, com taxas anuais nos últimos dez anos como 1.158% em 1992, 2.708% em 1993 e 1.093% em 1994 (conforme o Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou IGP-M). Mais recentemente, as taxas de inflação no Brasil foram de 9,9% em 2000, 10,4% em 2001, 25,3% em 2002 e 7,0% nos cinco meses findos em 31 de maio de 2003 (conforme o IGP-M). A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre os atos futuros possíveis tiveram efeitos negativos significativos no passado sobre a economia brasileira, e tem contribuído para a incerteza econômica no Brasil e para elevar a volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários. Se o Brasil tiver alta inflação no futuro, nossos custos poderão subir, nossas margens operacional e líquida poderão diminuir e, se a confiança do investidor diminuir, o valor de mercado de nossos títulos poderão cair. As pressões inflacionárias podem restringir nossa capacidade de acessar os mercados financeiros internacionais e podem levar a uma intervenção do Governo na economia, o que poderia envolver a introdução de políticas governamentais que poderiam afetar negativamente a performance da economia brasileira como um todo.

***As flutuações Real frente o dólar norte-americano podem resultar em incertezas na economia brasileira e nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e poderiam baixar o valor de mercado de nossas ações.***

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações e depreciações freqüentes. No passado, o Governo brasileiro implementou vários planos econômicos e políticas cambiais, incluindo maxi-desvalorizações, mini-desvalorizações periódicas pelas quais a freqüência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. Embora ao longo dos períodos, a depreciação da moeda brasileira geralmente tenha correlação com a taxa de inflação no Brasil, a depreciação em períodos mais curtos tem resultado em flutuações significativas nas taxas de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras.

O Real se desvalorizou em 34,3% contra o dólar norte-americano em 2002, e se valorizou em 19,1% durante os primeiros cinco meses de 2003. A taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano pode continuar a flutuar e pode subir ou cair substancialmente em relação aos níveis atuais.

A desvalorização do Real frente o dólar norte-americano reduz o valor em dólares norte-americanos das distribuições e os dividendos sobre nossas ADRs (ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque sob a forma de recibos) e podem também reduzir o valor de mercado de nossas ações. A desvalorização também cria pressões inflacionárias adicionais no Brasil geralmente elevando os preços dos produtos importados e requerendo políticas governamentais de recessão para inibir a demanda agregada. Por outro lado, a valorização do Real também tende a causar um impacto negativo em nossas margens uma vez que a maioria dos nossos custos é denominada em Reais ao passo que a maioria das nossas receitas é denominada em dólares norte-americanos. Adicionalmente, a valorização do Real frente o dólar norte-americano pode levar a uma deterioração da balança comercial de pagamentos, bem como frear o crescimento das exportações. Para informações adicionais sobre as taxas de câmbio históricas, vide *Item 3. Informações-Chave—Taxas de Câmbio*.

***O acesso aos mercados internacionais de capitais para as companhias brasileiras é influenciado pela percepção do risco no Brasil e em outras economias emergentes, o que pode afetar nossa capacidade de financiar nossas operações.***

Os investidores internacionais geralmente consideram o Brasil como um mercado emergente. Como conseqüência, as condições econômicas e de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente aqueles da América Latina, influenciam o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras. Em virtude de problemas econômicos nos últimos anos em vários países de economia emergente (como a crise financeira asiática em 1997, a crise financeira na Rússia em 1998 e a crise financeira argentina iniciada em 2001 e que ainda persiste), os investidores têm visto investimentos em mercados emergentes com elevada cautela. Isto resultou em uma significativa saída de dólares norte-americanos do Brasil, e as companhias brasileiras têm incorrido em custos altos para levantar fundos,



tanto no mercado interno como no externo, e têm sido impedidas de acessar os mercados internacionais de capitais. Não podemos assegurar que os mercados internacionais de capitais permanecerão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros nestes mercados serão vantajosas para nós. Ainda, crises financeiras futuras em países de mercados emergentes poderão ter impacto negativo nos mercados brasileiros, o que pode afetar negativamente o preço de nossas ações.

#### **Riscos Relacionados às Ações Preferenciais Classe A, às Ações Ordinárias e às ADSs**

***Restrições no movimento de capital para fora do Brasil poderão se tornar obstáculos à sua capacidade de receber dividendos e distribuições sobre as ADSs, e recursos provenientes de qualquer venda de ADSs.***

Periodicamente, o Governo brasileiro pode impor restrições à saída de recursos que poderiam dificultar ou privar o custodiante que age em nome do depositário das ADSs de converter os recursos provenientes das ações lastreadas pelas ADSs em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior. A lei brasileira permite que o Governo imponha estas restrições sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razão para pensar que sérios desequilíbrios poderão ocorrer.

O Governo brasileiro impôs restrições de remessas por aproximadamente seis meses em 1989 e início de 1990. Se aprovadas, no futuro, restrições semelhantes poderiam dificultar ou privar a conversão de dividendos, distribuições ou recursos provenientes de qualquer venda de ações de Reais para dólares norte-americanos e a remessa de dólares norte-americanos para o exterior. Neste caso, o custodiante, agindo em nome do depositário, ficará com os Reais que não poderão ser convertidos para a conta dos detentores dos ADRs, que não receberão seus fundos. O depositário não investirá os Reais e não será responsável por juros sobre esses valores. Adicionalmente, quaisquer Reais então retidos estarão sujeitos ao risco de desvalorização.

***Se você trocar ADSs pelas ações subjacentes, devido às regulamentações brasileiras você corre o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior, bem como perder as vantagens fiscais brasileiras.***

O custodiante brasileiro de ações que lastream as ADSs obterá um registro eletrônico do Banco Central do Brasil para tornar-se apto a remeter dólares norte-americanos para o exterior para pagar dividendos e outras distribuições relacionadas com as ações de lastro das nossas ADSs ou na venda das ações subjacentes. Se você optar por trocar suas ADSs por ações subjacentes, você será obrigado a confiar, por cinco dias úteis a partir da data da troca, no registro eletrônico do custodiante. Portanto, você pode não ser capaz de obter e remeter dólares norte-americanos para o exterior no caso de venda das, ou distribuições relacionadas com, as ações a não ser que você obtenha seu próprio registro eletrônico, registrando o seu investimento nas ações sob a Resolução No. 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que habilita investidores estrangeiros a comprar e vender ações na Bolsa de Valores de São Paulo, ou BOVESPA. Para maiores informações referentes aos controles cambiais, vide *Item 10. Informações Adicionais—Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários*. Se você procura obter seu próprio registro eletrônico, você poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de aplicação, o que poderia postergar a sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relativas às ações ou ao retorno de seu capital em tempo hábil. Não podemos lhe assegurar que o registro eletrônico do custodiante ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por você não será afetado por alterações futuras da legislação, ou que restrições adicionais aplicáveis a você, a baixa de ações ou o repatriamento dos recursos provenientes da baixa não serão impostos no futuro.

***Tendo em vista que não somos obrigados a arquivar o relatório de registro referente aos direitos relativos a nossas ações, há a possibilidade de não se conseguir exercer estes direitos.***

Os detentores de ADR residentes nos Estados Unidos podem não ser capazes de exercer seus direitos de preferência ou outros direitos com relação às subjacentes ações. A habilidade de exercer os direitos de preferência não é assegurada sem que um relatório de registro seja efetivo com respeito àqueles direitos ou que uma dispensa dos requisitos de registro do Ato de Garantias esteja disponível. Não somos obrigados a arquivar o relatório de registro relativo aos direitos referentes às ações e não podemos

assegurar que iremos arquivar algum relatório de registro. Caso algum relatório não seja arquivado e não exista uma dispensa do registro, JP Morgan Chase Bank, como depositário, tentará vender os direitos, e você será designado para o recebimento dos resultados da venda. Entretanto, os direitos irão expirar se o depositário não puder vendê-lo. Para uma descrição mais completa dos direitos de preferência relativos às ações de lastro, vide *Item 10. Informações Adicionais-Ações Ordinárias e Preferenciais – Direitos de Preferência*.

***Detentores de nossas ADSs podem encontrar dificuldades em exercer os direitos de voto.***

Os detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais estão habilitados a votar sobre assuntos relacionados aos acionistas. Você pode ter dificuldades em exercer alguns de seus direitos como acionista se você detiver suas ADSs em vez de ações subjacentes. Por exemplo, em certas circunstâncias, tais como nossa falha em fornecer ao depositário materiais com as instruções de voto em tempo hábil, você pode não ser capaz de votar através de instruções dadas ao depositário em como votar por você.

***Detentores de nossas ADSs podem ter direitos acionários pouco ou menos definidos do que nos Estados Unidos e em certas outras jurisdições.***

Nossos assuntos corporativos são regidos por nosso Estatuto Social e pela Legislação Societária brasileira, os quais podem divergir nos princípios legais que seriam aplicados se fôssemos constituídos em uma jurisdição nos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária brasileira, detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais podem ter poucos e menos definidos direitos para proteger seus interesses relativos às ações tomadas pelo Conselho de Administração ou os detentores de ações ordinárias do que pelas leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a lei brasileira imponha restrições contra informações privilegiadas ou manipulação de preços, os mercados de títulos mobiliários brasileiros não são tão regulamentados e supervisionados como os mercados de títulos mobiliários norte-americanos ou os mercados de algumas outras jurisdições. Também, regras e políticas contra negociações com ações próprias e aquelas relacionadas à preservação dos interesses dos acionistas minoritários podem ser menos desenvolvidas e cumpridas no Brasil do que nos Estados Unidos, o que potencialmente poderá deixá-lo em desvantagem como detentor das ações subjacentes e ADSs. Por exemplo, quando comparada à legislação societária geral de Delaware, a Legislação Societária brasileira e sua prática têm regras menos detalhadas e pior estabelecidas e precedentes judiciais relativas à revisão das decisões da administração contra os padrões do dever de zelo e dever de lealdade no contexto de reestruturações societárias, transações com partes relacionadas e transações de venda de negócios. Além disso, acionistas nas empresas brasileiras normalmente não têm o hábito de instituir uma ação de classe.

**Item 4. Informações sobre a Companhia**

**VISÃO GERAL SOBRE OS NEGÓCIOS**

**Visão Geral**

Somos um dos maiores produtores e exportadores mundiais de minério de ferro e de pelotas. Somos a maior companhia mineradora diversificada das Américas por capitalização de mercado e uma das maiores empresas do Brasil. Possuímos campos de exploração que cobrem 7,6 milhões de hectares (18,8 milhões de acres). Operamos grandes sistemas de logística incluindo ferrovias e portos que são integrados com nossas operações de mineração. Diretamente e através das coligadas e das *joint ventures*, temos importantes investimentos nos segmentos de energia, alumínio e aço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, tínhamos receitas operacionais brutas consolidadas de US\$4.282 milhões, das quais 65,9% devem-se às vendas de minério de ferro e de pelotas, 10,7% a serviços logísticos a terceiros, 10,8% às vendas de produtos derivados do alumínio, 6,6% às vendas de manganês e de ferroligas e 2,4% às vendas de ouro. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, registramos lucro operacional consolidado de US\$1.429 milhões e lucro líquido consolidado de US\$680 milhões.

Nossos principais segmentos de negócio são:

- *Mineração.* Nossas principais atividades de mineração envolvem minério de ferro. Operamos dois sistemas integrados de classe mundial no Brasil para produzir e distribuir minério de ferro, cada um consistindo de minas, ferrovias e portos e terminais marítimos. O Sistema Sul, localizado nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, contém reservas provadas e prováveis de minério de ferro estimadas em aproximadamente 2,9 bilhões de toneladas com um teor médio de 54% de ferro. O Sistema Norte, localizado nos estados do Pará e Maranhão, contém reservas provadas e prováveis de minério de ferro de aproximadamente 1,5 bilhão de toneladas com um teor médio de 67% de ferro. Também operamos dez plantas de produção de pelotas, seis das quais são *joint ventures* com sócios internacionais e temos 50% de participação na Samarco Mineração S.A., ou Samarco, em Ponta do Ubú, que possui e opera duas plantas de pelotização. Ainda, como parte de nossas atividades de prospecção mineral e desenvolvimento no Brasil, temos adquirido larga experiência em técnicas e processos de exploração especificamente desenhadas para as regiões tropicais do mundo. Nossos esforços de exploração mineral atuais são principalmente no Brasil e estão focados em cobre, ouro, níquel, manganês, caulim e metais do grupo da platina. Os gastos com exploração mineral foram de US\$50 milhões em 2002. Atualmente possuímos campos para explorar aproximadamente 7,6 milhões de hectares (18,8 milhões de acres). Também produzimos caulim, potássio e ouro. Em junho de 2003, acordamos a venda da nossa única mina de ouro em operação.
- *Logística.* Em nosso negócio de logística, oferecemos aos clientes várias formas de transporte e serviços de suporte correlatos, tais como armazéns, portos e terminais. Somos um dos líderes do setor de transportes brasileiro. Cada um de nossos complexos de minério de ferro incorpora uma rede ferroviária integrada ligada às instalações terminais e portuárias automatizadas e é projetada para fornecer transporte de minério de ferro, carga geral e passageiros, armazenar cargas e realizar serviços de carga de navios para nós mesmos e terceiros. Em 2002, nossas ferrovias transportaram aproximadamente 55% da tonelagem total de frete transportada pelas ferrovias brasileiras, ou aproximadamente 171 milhões de toneladas de carga, das quais 120 milhões foram nosso minério de ferro e pelotas. Do total de minério de ferro e outros produtos transportado, 28% foi para terceiros e 72% foi para nós mesmos. Nossas ferrovias próprias, a ferrovia Vitória-Minas e a ferrovia Carajás servem basicamente para transportar nossos produtos de minério de ferro das minas do interior para os portos e terminais marítimos. Adicionalmente, a ferrovia Vitória-Minas transporta montante significativo de carga de terceiros bem como passageiros. Estamos concluindo a venda de investimentos no segmento de navegação a granel, iniciada em 2001.
- *Energia.* Desde 2001, consideramos energia como um importante negócio de suporte, embora no momento a produção de energia ainda não represente uma parcela significativa de nossas atividades. Atualmente possuímos participação em dez projetos de geração de energia hidrelétrica (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II, Foz do Chapecó, Santa Isabel e Estreito), os quais têm uma capacidade total projetada de 4.451 MW. Estamos no momento negociando com a ANEEL para devolver a concessão do projeto hidroelétrico de Santa Isabel. As plantas de Igarapava, de Porto Estrela e Funil iniciaram as operações em janeiro de 1999, setembro de 2001 e dezembro de 2002, respectivamente. Os demais projetos de geração de energia estão programados para iniciar as operações dentro dos próximos cinco anos. Dependendo das condições de mercado, a energia gerada por estas plantas será vendida no mercado e/ou usada em nossas próprias operações. Vide *Item 4. Segmentos de Negócio—Energia.*
- *Operações de Alumínio.* Através de *joint ventures*, conduzimos grandes operações de produção de produtos da cadeia de alumínio. Elas incluem:
  - *Mineração de bauxita*, conduzida através de nossos 40% de participação na Mineração Rio do Norte S.A., ou MRN, que possui reservas substanciais de bauxita com baixo índice de separação e alta taxa de recuperação. MRN é uma das maiores produtoras de bauxita do mundo e produziu 9,9 milhões de toneladas de bauxita em 2002. Em julho de 2002, aumentamos nossa participação no capital da Mineração Vera Cruz S.A., ou MVC, para 100%. A MVC é uma produtora de bauxita com direitos de lavra na região

de Paragominas, no estado do Pará, que esperamos iniciar suas operações em dezembro de 2005.

- *Refino de alumina*, conduzido através de nossos 62,09% do capital votante de nossa controlada de refino de alumina, ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A., ou Alunorte, que tem uma capacidade nominal de produção de 2.375 milhões de toneladas de alumina por ano.
- *Comercialização e fundição de metais de alumínio*, conduzidas através de uma coligada e de uma *joint venture* de fundição de alumínio, ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, na qual temos 51% de participação, e Valesul Alumínio S.A., ou Valesul, na qual temos uma participação de 54,5%, respectivamente. Estas *joint ventures* têm uma capacidade produtiva total de aproximadamente 520.000 toneladas de alumínio por ano. Nossas operações de alumínio integradas lideram entre as maiores da América Latina em termos de volume de produção.
- *Outros Investimentos*. Adicionalmente, temos investimentos em quatro companhias siderúrgicas e no segmento de fertilizantes. Em 2002, vendemos nossos principais ativos remanescentes de papel e celulose.

### **Vale Overseas**

Vale Overseas, nossa controlada integral, é a companhia financeira do Grupo CVRD. Ela foi constituída como uma companhia de finalidade específica para ser a emissora de suas Notas de US\$300 milhões a 8,625%, com vencimento em 2007, cujos recursos foram destinados aos objetivos corporativos gerais do Grupo CVRD.

### **Incorporação da CVRD e Vale Overseas**

#### ***CVRD***

Nossa denominação jurídica e comercial é Companhia Vale do Rio Doce. Somos uma sociedade anônima devidamente constituída em 11 de janeiro de 1943 e existente sob as leis da República Federativa do Brasil.

Fomos privatizados em três fases entre 1997 e 2002. Na terceira fase do processo de privatização, em 20 de março de 2002, o Governo brasileiro e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) venderam cada 39.393.919 ações, na forma de ações ordinárias ou ADSs, que juntas representaram 32,1% de nossas ações ordinárias em circulação.

Somos organizados por um período indeterminado de tempo. Nossos principais escritórios estão localizados na Avenida Graça Aranha, No. 26, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e nosso telefone é 55-21-3814-4540.

#### ***Vale Overseas***

Nossa controlada integral Vale Overseas foi registrada e constituída como uma companhia com isenção fiscal nas Ilhas Cayman, com responsabilidade limitada, em 3 de abril de 2001 (Registro No. 113637). Vale Overseas é uma companhia com prazo indeterminado. Seu escritório oficial é em Walker House, P.O. Box 908 GT, Mary Street, Georgetown, Grand Cayman, nas Ilhas Cayman.

### **Aquisições, Venda de Ativos e Mudanças Significativas em 2002 e 2003**

Em 2002, continuamos a expandir nossos investimentos nos negócios de exploração de cobre, energia e alumínio. Desde o começo de 2003, anunciamos acordos significativos de aquisições nos negócios de minério de ferro, ferroligas, ferrovias, cabotagem e siderurgia. Também continuamos com nossos esforços de venda de investimentos nos nossos negócios de papel e celulose e de navegação a granel. Os assuntos a seguir descrevem algumas de nossas importantes aquisições recentes, vendas de ativos e mudanças significativas em nossos negócios.

## ***Mineração***

*Salobo.* Em maio de 2002, adquirimos a participação de 50% da Anglo American na Salobo Metais S.A., ou Salobo, através de nossa controlada Caulim do Brasil Investimentos S.A. por US\$50,9 milhões. A Salobo é o maior dos cinco projetos de cobre que estamos desenvolvendo atualmente, com reservas minerais estimadas de 784 milhões de toneladas. Passamos a ter 100% do capital da Salobo.

*Antofagasta.* Em julho de 2002, assinamos um acordo de investimento e formamos uma *joint venture* para exploração, pesquisa e mineração próximas a Cuzco, no sul do Peru com Antofagasta Plc, ou Antofagasta, um dos maiores produtores de cobre do Chile. Já investimos US\$1 milhão em 2002 e esperamos investir US\$5,7 milhões nos próximos dois anos. Com a conclusão deste investimento, deteremos 50% de participação.

*Rio Doce Manganese Norway.* Em fevereiro de 2003, adquirimos 100% da Elkem Rana AS, um produtor de ferroligas norueguês, por US\$17,6 milhões. A Elkem Rana AS alterou sua denominação social para Rio Doce Manganese Norway AS, e tem uma planta localizada em um parque industrial em Mo i Rana, Noruega, onde ferrocromo era produzido até junho de 2002. A planta será transformada para produzir ferroligas de manganês a partir de 2003, e se espera que sua capacidade produtiva seja de 100 mil toneladas por ano. Esta aquisição expande nosso negócio de ferroligas na Europa Continental, onde a nossa controlada integral Rio Doce Manganese Europe (RDME) já opera uma planta de ferroliga de manganês.

*Caemi.* Em 2001, adquirimos 50% do capital votante da Caemi. Em março de 2003, concluímos um acordo com a Mitsui & Co. (Mitsui) para adquirir o restante da sua participação na Caemi, por US\$426,4 milhões. Após esta transação, teremos 100% das ações ordinárias da Caemi, 40% de suas ações preferenciais e 60,2% de seu capital total. A Caemi, uma companhia brasileira com sede no Rio de Janeiro, é uma das quatro maiores produtoras de minério de ferro do mundo e é listada na BOVESPA. Esta aquisição está sujeita, entre outras coisas, à revisão e aprovação das autoridades de concorrência e à finalização das transações da Valepar descritas no *Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – Principais Acionistas.*

*São Luís.* Em março de 2002, concluímos a construção de nossa nova planta de pelotização em São Luís. A planta produziu 715.000 toneladas de pelotas em 2002, e tem uma capacidade nominal de produção de 6 milhões de toneladas por ano. O capital total investido por nós para construir a planta foi de US\$188 milhões. Em 31 de dezembro de 2002, nossas operações próprias de pelotização alcançaram uma capacidade produtiva anual de 15 milhões de toneladas.

## ***Logística***

*Cabotagem.* Em maio de 2003 assinamos um acordo para compra de ações com a Mitsui, o maior participante japonês no mercado mundial de logística. Pelo acordo, nossa controlada integral Navegação Vale do Rio Doce S.A.-DOCENAVE, ou Docenave, terá 79% do total das ações de uma nova companhia, DCNDB Overseas S.A., ou DCNDB, criada para desenvolver o negócio de cabotagem intermodal. Mitsui terá os 21% restantes das ações da DCNDB. A *joint venture* está sujeita a certas aprovações regulatórias. Esperamos que a associação com a Mitsui permita à Docenave oferecer serviços entre os portos de Salvador e Itajaí, uma linha que atualmente não é explorada por nenhuma outra iniciativa. Acreditamos que esta *joint venture* pode aumentar a participação da Docenave no mercado de cabotagem e permitir à Docenave atrair clientes no mercado interno e externo.

*Reestruturação de Certas Participações em Logística.* Em abril de 2003, nós, a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN, e outros assinamos um acordo de compra e venda de ações de companhias de logística. As transações contidas no acordo são condicionadas umas às outras e se iniciarão conjuntamente, mas somente se certas condições forem cumpridas. O acordo envolve três principais transações: nossa aquisição da participação da CSN na Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA), a maior ferrovia da América Latina; a venda para a CSN de nossa participação indireta na Sepetiba Tecon S.A., uma empresa que opera um terminal no Porto de Sepetiba; e a transferência para a CSN e Taquari Participações S.A. da nossa participação na Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), uma companhia ferroviária. Acreditamos que estas transações nos permitirão focar em nossos principais ativos de transportes.

## ***Energia***

*Estreito.* Em julho de 2002, nós e nossos sócios em *joint ventures* obtivemos a concessão da planta de energia hidrelétrica de Estreito, que tem uma capacidade projetada de 1.087 MW. Passamos a ter participação em dez usinas de energia hidrelétrica com uma capacidade total projetada de 4.451 MW, das quais a energia disponível para a CVRD será de 1.810 MW. Nossa usina de energia Funil iniciou as operações em dezembro de 2002, e agora temos participação em três usinas de energia em operação (Igarapava, Porto Estrela e Funil). Conforme descrito a frente, estamos negociando com a ANEEL para devolver a concessão do projeto hidroelétrico de Santa Isabel.

## ***Operações de Alumínio***

*Mineração Vera Cruz.* Em julho de 2002, adquirimos 64% do capital total da MVC, através de nossa controlada integral Aluvale por US\$2 milhões. A Aluvale agora detém 100% da MVC, que por sua vez detém direitos de lavra ativos na região de Paragominas, no estado do Pará, localizada próxima a reservas de bauxita, a aproximadamente 250 quilômetros da Alunorte. Esta localização estratégica deverá aumentar a nossa flexibilidade em usar nossa infra-estrutura existente e deverá também suportar nosso plano de expansão da Alunorte.

*Alunorte.* Em julho de 2002, aumentamos a nossa participação na Alunorte para 62,09% das ações ordinárias e 19,05% das ações preferenciais, totalizando 57,03% do capital total da Alunorte. Começamos a consolidar a Alunorte a partir dessa data. Em abril de 2003, a Alunorte inaugurou sua terceira linha de produção, com capacidade de 825.000 toneladas por ano. Com esta terceira linha, a Alunorte atingiu capacidade produtiva 2.375 milhões de toneladas de alumina por ano. O investimento total da Alunorte neste projeto totalizou aproximadamente US\$300 milhões.

## ***Aço***

*Companhia Siderúrgica de Tubarão.* Em abril de 2003, concluímos a aquisição das ações da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) que não estão sujeitas ao acordo de acionistas controladores da CST e que pertenciam à Acesita S.A. (Acesita). Adquirimos 4,42% das ações ordinárias e 5,64% das ações preferenciais da CST, representando 5,17% do capital total da CST, por US\$ 59,7 milhões. Com esta transação, teremos 24,93% das ações ordinárias e 29,96% das ações preferenciais da CST, totalizando 28,02% do capital da CST. Além disso, estamos negociando com um grupo de acionistas japoneses liderados pela JFE Steel (“Grupo Japonês”) para a aquisição de suas ações da CST, em conjunto com a Arcelor. Quando da aquisição da participação do Grupo Japonês e o término do Acordo de Acionistas Controladores em 2005, o que ocorrer primeiro, também esperamos adquirir, em conjunto com a Arcelor, o restante das ações da CST em poder da Acesita e California Steel Industries, Inc. (CSI). Esperamos que o custo de aquisição destas duas participações na CST seja de aproximadamente US\$121 milhões. Pelo aumento de nossa participação no capital da CST, garantimos a nossa presença no grupo controlador. Também fechamos acordos com a Arcelor para garantir a liquidez de nossa participação, pelo qual esperamos reduzir a nossa participação na CST entre 2007 e 2009 para 20% das ações do grupo controlador. Até 2015, venderemos o restante de nossa participação na CST. A nossa participação na CST será vendida à Arcelor a preços que serão determinados por avaliação a ser realizada por dois bancos de investimentos.

*Outros.* Em abril de 2003 assinamos um acordo de investimento com a Nucor Corporation, uma siderúrgica norte-americana para formar uma joint venture no norte do Brasil, pela qual aproximadamente 78% e 22% do capital votante serão detidos pela CVRD e Nucor (ou uma de suas coligadas), respectivamente. O principal objetivo da companhia será a produção e venda de ferro-gusa. A Nucor investirá aproximadamente US\$10 milhões e contribuiremos com nossos ativos florestais da CELMAR S.A. – Indústria de Celulose e Papel (Celmar) para a nova empresa. A nova empresa terá um valor total de aproximadamente US\$80 milhões. Em dezembro de 2002, compramos 46% do capital da Celmar da Nissho Iwai Corporation. Com esta compra, passamos a ter 100% da Celmar e, logo contribuiremos com os ativos florestais cultivados da Celmar para usá-los como fonte de energia em nosso projeto de ferro-gusa com a Nucor.

### ***Venda de Ativos***

Em linha com o nosso foco em mineração, logística e energia, decidimos reduzir nossas participações em ativos não-estratégicos. Vendemos quase todos os nossos ativos no segmento de papel e celulose e também continuamos a venda de nossos ativos do segmento de logística que não estão estrategicamente relacionados com os nossos principais negócios.

Na indústria de papel e celulose, em setembro de 2002 vendemos, por aproximadamente US\$49 milhões, nossos ativos florestais na região de São Mateus situada no estado do Espírito Santo para a Aracruz Celulose S.A. e Bahia Sul Celulose S.A. Esta venda completou nossa saída parcial planejada dos negócios de papel e celulose. Nossos ativos florestais remanescentes serão utilizados no projeto de ferro-gusa conforme descrito acima.

No segmento de logística, continuamos em 2002 com a venda de investimentos de nosso negócio de navegação a granel iniciada em 2001, através da venda da frota de navios da Docenave. Em fevereiro de 2002, concluímos a venda de seis navios de bandeira brasileira com capacidade total de 592.240 DWT por US\$53 milhões concluída com a entrega do último navio à Empresa de Navegação Elcano S.A. Desde 2001, vendemos também outros seis navios de bandeira liberiana por US\$45,7 milhões. Temos a intenção de vender nossos ativos remanescentes de navegação a granel no futuro próximo.

Em 18 de junho de 2003, decidimos vender nossa única mina de ouro, Fazenda Brasileiro, para Yamana Resources Inc., uma companhia mineradora canadense, por US\$20,9 milhões. A venda está sujeita a certas condições. Com a conclusão da venda, nossas operações de ouro estarão interrompidas até o início das operações dos projetos do cobre os quais estamos atualmente desenvolvendo em Carajás, e onde esperamos produzir ouro como um subproduto do processo de mineração do cobre.

Estamos no momento negociando com a ANEEL a devolução da concessão do projeto hidroelétrico de Santa Isabel devido a dificuldades para obter as permissões ambientais requeridas.

### **Estratégia de Negócios**

Nosso objetivo é fortalecer a nossa presença entre as companhias mineradoras líderes mundiais focando no crescimento diversificado em mineração (principalmente baseados em nossas próprias reservas e novas iniciativas de exploração) e desenvolvendo novos empreendimentos em logística e energia. Estamos buscando um crescimento disciplinado de lucros e geração de caixa, buscando maximizar o retorno sobre o capital investido e o retorno total aos nossos acionistas. Estamos enfatizando um crescimento orgânico em nossos principais negócios, embora continuemos a fazer aquisições seletivas visando complementar nossa estratégia e diversificam nosso *portfolio*.

Nos últimos anos, temos desenvolvido uma estrutura de governança mais eficiente e um processo de planejamento estratégico de longo prazo mais robusto. Agora estamos nos baseando nestas mudanças para realizar planos ambiciosos de largo espectro em cada um de nossos principais negócios. Nos próximos cinco anos 2003-2007, estamos planejando investimentos de capital de aproximadamente US\$6 bilhões para um crescimento orgânico. Os próximos parágrafos destacam as principais estratégias.

#### *Mantendo Nossa Posição de Liderança no Mercado Transoceânico de Minério de Ferro*

Em 2002, consolidamos a nossa liderança no mercado transoceânico de minério de ferro, alcançando em torno de 29,4% do total de 480 milhões de toneladas negociadas no ano. Em 2003, esperamos aumentar ainda mais a nossa participação neste mercado através da consolidação das operações da Caemi. Estamos comprometidos em manter nossa posição no mercado mundial de minério de ferro mantendo forte relacionamento com nossos clientes, focando nossa linha de produtos para capturar tendências industriais e controlando custos. Acreditamos que nosso forte relacionamento com os principais clientes, linha de produtos customizada e vantagens logísticas nos permitirão alcançar este objetivo.

### *Expandindo Nossas Instalações de Pelotização para Acomodar as Exigências Atuais do Mercado*

Acreditamos que, no longo prazo, a demanda global por pelotas continuará a ultrapassar o mercado de minério de ferro como um todo e, por isso planejamos continuar a investir no desenvolvimento deste segmento dinâmico de mercado. Construímos uma nova planta de pelotização em São Luís, e estamos expandindo a capacidade produtiva de nossas operações de pelotas na Samarco. Com a inclusão das operações de São Luís e a conclusão da expansão da Samarco nós e nossas *joint ventures* teremos aumentado a nossa capacidade produtiva total anual para 53 milhões de toneladas. Vide *Segmentos de Negócio – Mineração – Pelotas*.

### *Crescendo Nosso Negócio em Logística*

Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e nossa vasta experiência como operadores de ferrovias e portos nos posicionaram como empresa brasileira líder em logística, servindo tanto o mercado doméstico como o internacional. Planejamos focar na integração física e comercial de nossos ativos de transporte e no desenvolvimento de embarque intermodal e de cabotagem através de uma nova *joint venture*.

### *Desenvolvendo nossos Recursos em Cobre*

Acreditamos que nossos projetos de cobre, todos situados na região de Carajás, podem estar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo do investimento por tonelada de minério. Quando nossas minas de cobre entrarem em produção, elas se beneficiarão do nosso Sistema Norte de transportes. Temos um Contrato de Risco Mineral com o BNDES estabelecendo o desenvolvimento conjunto de certos recursos minerais inexplorados em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, bem como a participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros oriundos do desenvolvimento desses recursos.

### *Aumentando Nossas Atividades em Alumínio*

Planejamos desenvolver e aumentar a capacidade produtiva das nossas operações de alumínio, focando na bauxita e na alumina. Nossa *joint venture* em bauxita, MRN, e nossa *joint venture* em alumina, Alunorte, concluíram recentemente o aumento de suas capacidades de produção anuais. Nossa coligada de alumínio, Albras, aumentou sua capacidade produtiva em 46.000 toneladas em 2002. Ainda, possuímos grandes depósitos inexplorados de bauxita de alta qualidade nos estados do Pará e Maranhão que nos permitirão buscar outras oportunidades de crescimento no setor de alumínio. Poderemos buscar aquisições e/ou parcerias para a produção de alumínio primário, dependendo do nível dos custos vinculados à eletricidade.

### *Desenvolvendo Projetos de Geração de Energia*

O gerenciamento de energia e seu fornecimento têm se tornado prioridades para nós, estimulados tanto por mudanças estruturais no segmento como pelo risco de preços crescentes de energia e programas de racionamento devido à escassez ao fornecimento de energia, tais como aquele vivenciado no Brasil no segundo semestre de 2001. Estamos investindo em dez consórcios para desenvolver projetos de geração de energia hidrelétrica. Estes projetos podem vender suas produções para terceiros no mercado de energia, e/ou podemos usar eletricidade destes projetos para nossas necessidades internas. Como somos um grande consumidor de eletricidade, esperamos que o investimento no negócio de energia nos ajude na proteção contra a volatilidade nos preços e oferta de energia.

## **SEGMENTOS DE NEGÓCIO**

Nossos principais segmentos de negócio consistem de mineração, logística e energia. Para fins de gerenciamento interno, agrupamos nossas operações de alumínio com as nossas demais participações relevantes em outras companhias.



## Mineração

### Minerais Ferrosos

Nosso segmento de negócios em minerais ferrosos inclui mineração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transportes Norte e Sul (incluindo ferrovias, portos e terminais marítimos) uma vez que eles se relacionam com as operações de mineração. A mineração de manganês e de ferroligas também é parte de nosso negócio em minerais ferrosos.

O quadro abaixo indica nossas receitas brutas de minerais ferrosos por área geográfica e por categoria para os períodos indicados conforme refletidos em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,		
	2000	2001	2002
(Em milhões de US\$)			
<b>Receitas brutas classificadas por área geográfica</b>			
Mercado externo:			
América Latina.....	US\$ 224	US\$ 238	US\$ 392
Estados Unidos.....	252	247	340
Europa.....	969	1.469	1.799
Oriente Médio.....	209	216	239
Japão.....	544	525	488
Ásia, exceto Japão.....	652	863	942
Subtotal.....	2.850	3.558	4.200
Mercado interno.....	1.000	1.083	996
Total.....	US\$ 3.850	US\$ 4.641	US\$ 5.196
<b>Receitas brutas classificadas por categoria</b>			
Minério de ferro.....	US\$ 2.710	US\$ 3.438	US\$ 3.705
Pelotas.....	770	860	1.099
Manganês e ferroligas.....	370	343	392
Total.....	US\$ 3.850	US\$ 4.641	US\$ 5.196

### Minério de Ferro

Conduzimos nosso negócio de minério de ferro basicamente ao nível da controladora e através de nossas controladas Ferteco Mineração S.A., ou Ferteco e Urucum Mineração S.A., ou Urucum.

### Estrutura do Sistema

O quadro abaixo mostra informações relativas às nossas reservas provadas e prováveis de minério de ferro e datas de exaustão projetadas em 31 de dezembro de 2002. As estimativas das reservas minerais foram auditadas e verificadas pela AMEC, especialista em geologia, mineração e determinação de reservas de minério. As datas de exaustão previstas são baseadas em nossas estimativas dos níveis de produção futura.

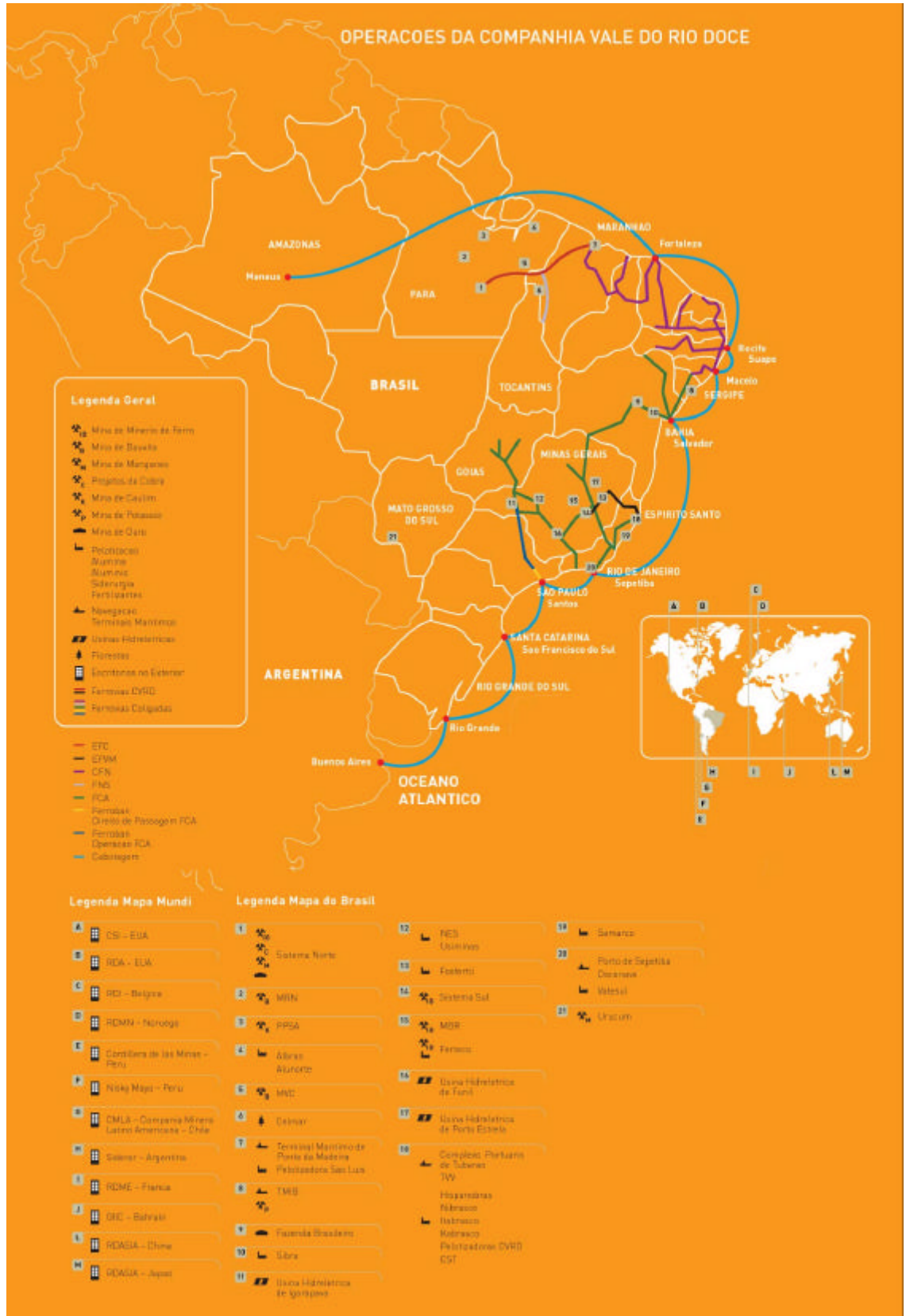
Mina(1)	Operações Iniciadas	Data Prevista de Exaustão	Produção Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de Dezembro de 2002	
			2000	2001	2002	Tonelagem de minério (Em milhões de tons)	Teor (% Fe)
(Em milhões de tons)							
<b>Sistema Sul</b>							
Itabira:							
Cauê (2).....	1942	--	20,1	19,7	20,7	6,0	51,3
Conceição (3).....	1957	--	19,8	19,2	20,0	474,1	54,8
Minas do Meio (2).....	--	--				654,5	53,7
Total Itabira.....		2021	39,9	38,9	40,7	1.134,6	54,1
Complexo Água Limpa (4).....	2000	2013	3,7	2,5	3,2	85,1	45,0
Complexo Alegria (5).....	2000	2024	9,4	9,7	9,9	685,7	54,3

Mina(1)	Operações Iniciadas	Data Prevista de Exaustão	Produção Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de Dezembro de 2002	
			2000	2001	2002	Tonelagem de minério (Em milhões de tons)	Teor (% Fe)
			(Em milhões de tons)				
Capanema/Ouro Fino (6).....	1982	2003	5,3	3,9	4,0	23,0	58,9
Complexo Córrego do Meio (7) ...	2000	2005	1,5	1,2	1,2	5,8	57,6
Fazendão (8) .....	1997	--	1,2	1,0	0,8	236,3	50,6
Complexo Gongo Soco (9).....	2000	2020	6,6	6,7	6,8	514,2	55,0
Timbopeba(10).....	1984	2008	7,6	5,5	5,2	110,0	54,8
Urucum (11).....	1993	--	0,7	0,6	0,8	--	--
Ferteco:							
Fábrica (12).....	1956	--	--	5,6	5,2	83,3	56,0
Córrego do Feijão (12)....	1956	--	--	5,8	6,3	32,3	65,9
Total Ferteco .....		2008	--	11,4	11,5	115,6	58,7
Total do Sistema Sul			<u>75,9</u>	<u>81,4</u>	<u>84,1</u>	<u>2.910,3</u>	54,0
<b>Sistema Norte</b>							
Carajás (13).....	1986	2024	<u>47,6</u>	<u>52,4</u>	<u>53,9</u>	<u>1.548,3</u>	66,6
<b>Total do Grupo CVRD.....</b>			<u>123,5</u>	<u>133,8</u>	<u>138,0</u>	<u>4.458,6</u>	58,4

- (1) A participação da CVRD nas minas é de 100%, exceto quando indicado o contrário.
- (2) Minas do Meio não iniciou suas operações. Recuperação média do produto após o beneficiamento é de 72%. O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (3) Recuperação média do produto após o beneficiamento é de 78%. O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (4) O Complexo Água Limpa consiste dos depósitos de Água Limpa e Cururu. A participação da CVRD é de 60%. Recuperação média do produto após o beneficiamento é de 51%. O espaçamento médio das perfurações é de 50 por 50 metros.
- (5) O Complexo de Alegria consiste dos depósitos de Alegria, Fábrica Nova e Morro da Mina. Recuperação média do produto após o beneficiamento é de 73%. O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (6) A participação da CVRD é de 51%. Recuperação média de produto após o beneficiamento é de 85%. O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (7) O Complexo de Córrego do Meio consiste dos depósitos de Córrego do Meio e Segredo. As reservas provadas e prováveis atuais limitam-se ao depósito Córrego do Meio. Recuperação média do produto é de 100% (embarque direto). O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (8) Recuperação média do produto é de 100% (embarque direto). O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (9) O Complexo Gongo Soco consiste dos depósitos de Gongo Soco, Brucutu e Baú. Recuperação média de produto após o beneficiamento em Gongo Soco e Baú é de 84%. Recuperação média do produto em Brucutu é de 100% (embarque direto). O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (10) Recuperação média de produto após o beneficiamento é de 77%. O espaçamento médio das perfurações é de 100 por 100 metros.
- (11) Não há reservas provadas e prováveis em Urucum.
- (12) Adquirimos a Ferteco em 2001: o início de suas operações, antes de nossa aquisição, foi em 1956.
- (13) Inclui as minas N4WC, N4WN, N4E, N5W, N5E e N5E-N. Recuperação média de produto após o beneficiamento é de 92%. O espaçamento médio das perfurações nas minas N4W e N4E é de 100 por 100 metros com preenchimento local de 50 em 50 metros. O espaçamento médio das perfurações nas minas N5W, N5E e N5E-N é de 50 por 50 metros.

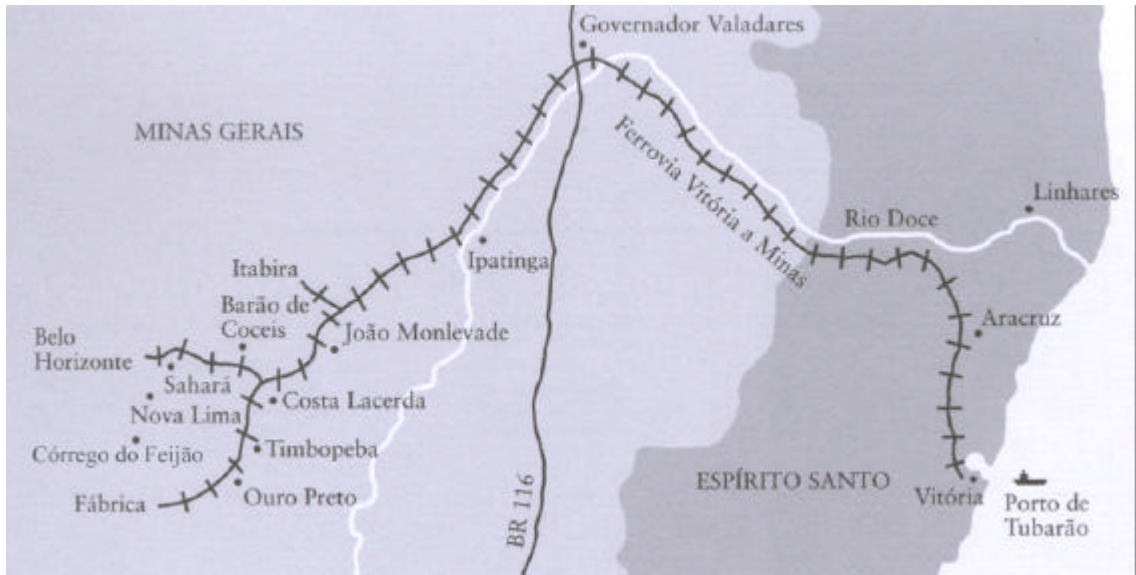
## Sistemas Integrados

O mapa a seguir mostra a localização de nossas principais operações correntes.



Nossas minas de minério de ferro e operações correlatas estão concentradas em duas regiões do Brasil, o Sistema Sul e o Sistema Norte. O Sistema Sul situa-se nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e o Sistema Norte situa-se nos estados do Pará e do Maranhão. Cada sistema inclui reservas de minério de ferro e outros depósitos minerais, minas, instalações para processamento do minério e transportes por ferrovias e terminais marítimos integrados. Nossas ferrovias conectam cada sistema e transportam produtos das minas para os nossos terminais marítimos localizados no Complexo Portuário de Tubarão no Sistema Sul, e Terminal Marítimo de Ponta da Madeira no Sistema Norte. As operações de dois sistemas separados, cada um com sua capacidade de carga sob nosso controle, apresentam confiabilidade e consistência de serviços para nossos clientes.

#### *Sistema Sul*



O Sistema Sul é um sistema integrado que consiste de minas de minério de ferro, a ferrovia Vitória-Minas e o Complexo Portuário de Tubarão (localizados em Vitória, no estado do Espírito Santo). As jazidas de minério de ferro do Sistema Sul estão localizadas em uma região chamada Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. O Sistema Sul é acessível por rodovias ou pela estrada de ferro Vitória-Minas. O minério de ferro das jazidas da Ferteco também é transportado para o nosso Porto de Sepetiba pela ferrovia da MRS Logística S.A. (MRS). O transporte de minério de ferro concentrado, granulado e minério natural fino produzido no Sistema Sul é discutido abaixo em *Logística*.

O minério de ferro no Sistema Sul é extraído pelo método de mineração a céu aberto. Estas reservas de minério têm altas taxas de itabirito em relação a hematita. Itabirito é uma rocha de quartzo-hematita com teor médio de ferro que varia de 35% a 65%, requerendo concentração para alcançar o teor para embarque, o qual é superior a 64% do teor médio de ferro. As minas do Sistema Sul normalmente processam seu minério natural por meio de etapas padrões de moagem, classificação e concentração, produzindo minério para sinterização, minério granulado e minério fino.

### Sistema Norte



O Sistema Norte é constituído por mina, ferrovia e porto integrados, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério. O Sistema Norte está situado na região de Carajás, nos estados do Pará e do Maranhão, no norte do Brasil (na bacia do rio Amazonas), em terras públicas para as quais temos as concessões para mineração. As reservas do Sistema Norte estão entre os maiores depósitos de minério de ferro do mundo. Estas reservas estão divididas em duas sessões principais (norte e sul), afastadas por aproximadamente 35 quilômetros. As atividades de extração de minério de ferro no Sistema Norte estão atualmente sendo conduzidas na sessão norte, a qual é dividida em seis campos principais de mineração (N4E, N4WC, N4WN, N5W, N5E e N5E-N).

O depósito N4E é a maior mina em operação do Sistema Norte. As operações de mineração em escala industrial começaram em 1985. Selecionamos a mina N4E como o primeiro corpo de ferro a ser desenvolvido no Sistema Norte uma vez que o desenvolvimento da N4E facilitaria o acesso aos depósitos N4W e N5, que poderiam compartilhar o complexo de beneficiamento e terminal ferroviário de carga do N4E. Começamos as operações de mineração na N4W em 1994, abrindo duas minas (N4WC e N4WN). Concluímos a construção de dois sistemas de moagem situados nas minas N4E e N4WN no final de dezembro de 1998. As minas N4E e N4W utilizam abertura de banco convencional, com brocas e explosões para abrí-las, seguido de carregamento por pás. Em 1998, também iniciamos as operações nas minas N5 (N5W e N5E). As atividades na N5E-N deverão começar em 2003.

Devido ao alto teor de ferro (66,6% em média) no Sistema Norte, não temos de operar uma planta de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste simplesmente em classificar as operações por tamanho, incluindo seleção, hidrociclone, moagem e filtragem. Isto nos permite produzir minério de ferro comercializável no Sistema Norte a um custo mais baixo que no Sistema Sul. Os produtos que saem do processo de beneficiamento consistem em minério para sinterização, minério fino, finos especiais para os processos de redução direta e minério granulado, os quais são testados regularmente antes do armazenamento no pátio de Carajás pelos sistemas de amostragem automática conforme os padrões ISO 9002. Depois do processo de beneficiamento, nossa ferrovia de Carajás transporta o minério de ferro do Sistema Norte para o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, situado em São Luís, no estado do Maranhão, no Oceano Atlântico.

Nosso complexo em Carajás é acessível por transportes rodoviário, aéreo e ferroviário. Adquire energia elétrica a taxas de mercado das fornecedoras regionais. Para suportar nossas operações de Carajás e reduzir a rotatividade do pessoal da mineração, oferecemos moradia e outras facilidades em um vilarejo nas proximidades.

## Pelotas

O quadro abaixo mostra informações relativas às nossas participações e parcerias em *joint ventures* em 31 de maio de 2003 e a nossa produção de pelotas e de nossas *joint ventures* nos períodos indicados.

	Sistema	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital		Sócios	Produção Total de Pelotas (1)(2)			Capacidade Nominal
		Votante	Total		Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,			
					2000	2001	2002	
		(%)			(Em milhões de tons)			
CVRD.....	Norte/ Sul	N/A	N/A	N/A	5,0	5,1	5,8	11,2
Ferteco.....	Sul	100,0%	100,0%		--	3,5	4,5	4,0
GIIC.....	Bahrain	50,0	50,0	GIC	3,6	2,7	3,1	4,0
Hispanobrás.....	Sul	51,0	50,9	Aceralia	3,8	3,7	3,7	3,8
Itabrasco.....	Sul	51,0	50,0	Ilva	3,3	3,3	3,3	3,3
Kobrasco.....	Sul	50,0	50,0	Posco	4,4	4,2	4,1	4,3
Nibrasco.....	Sul	51,1	51,0	Nippon Steel Sumitomo JFE Steel Kobe Steel Nisshin Steel Nissho Iwai	8,5	7,1	7,1	8,4
Samarco.....	Ponta do Ubú	50,0	50,0	BHP Billiton	12,7	9,9	11,6	14,0
Total.....					41,3	39,5	43,2	53,0

(1) Produção total da companhia da *joint venture*.

(2) Produção em todo o exercício social a partir do ano de aquisição pela CVRD mesmo se a participação tiver sido adquirida durante o exercício.

Nossas atividades de pelotas aumentam nosso mercado por produtos finos e ultra-finos de minério de ferro. Vendemos minério fino para nossas *joint ventures* de pelotização com base nos preços de mercado. Historicamente, temos atendido todas as necessidades de minério de ferro de nossas *joint ventures* do Sistema Sul. Parte das pelotas que nós e nossas *joint ventures* produzimos são pelotas DR, as quais são utilizadas em usinas siderúrgicas que usam a tecnologia de mini-milles no lugar de altos-fornos. O percentual de pelotas de DR que as nossas *joint ventures* venderam foi 23,5% em 2000, 36,2% em 2001 e 21% em 2002.

Em março de 2002, nós concluímos a construção de nossa nova planta de pelotização em São Luís, localizada no Sistema Norte, que tem capacidade nominal de produção anual de 6 milhões de toneladas. Nosso investimento de capital total na construção da planta foi de US\$188 milhões.

O quadro abaixo apresenta informações relativas aos embarques de minério de ferro para nossas *joint ventures* de pelotas para os períodos indicados.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,		
	2000	2001	2002
	(Em milhões de tons)		
GIIC.....	2,0	1,7	2,6
Hispanobrás.....	4,1	3,9	3,7
Itabrasco.....	3,6	3,6	3,6
Kobrasco.....	4,7	4,5	4,4
Nibrasco.....	9,3	7,8	7,3
Samarco.....	1,9	1,9	2,0
Total.....	25,6	23,4	23,6

### ***Clientes, Vendas e Marketing (Minério de Ferro e Pelotas)***

Usamos todo o nosso minério de ferro e pelotas (incluindo a nossa parte na produção de pelotas das *joint ventures*) para suprir a indústria siderúrgica. Os níveis de demanda atuais e o esperado por produtos siderúrgicos afetam a demanda por nosso minério de ferro e pelotas. A demanda por produtos siderúrgicos é influenciada por muitos fatores, tais como as taxas esperadas de crescimento da economia.

Historicamente, exportamos mais que dois terços de nossos embarques de minério de ferro. Exportamos minério de ferro e pelotas principalmente para a Ásia e Europa, com clientes na China, Japão, Coréia do Sul, França e Alemanha representando cerca de 52,3% do nosso total de exportações de minério de ferro e pelotas em 2002. Nossos dez maiores clientes juntos compraram 53,12 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 46% de nossos carregamentos de minério de ferro e pelotas e aproximadamente 46% de nossas receitas totais de minério de ferro e pelotas. Nenhum cliente sozinho representa mais que aproximadamente 9,5% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em nenhum dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2002.

Enfatizamos o serviço a clientes para melhorar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para entender seus principais objetivos e então customizar nosso minério de ferro para atender as necessidades específicas de nossos clientes. Para fornecer um produto customizado, aproveitamos a nossa grande quantidade de jazidas de minério de ferro para produzir produtos múltiplos de minério de ferro com diferentes teores de ferro, sílica e alumina, e várias propriedades físicas, incluindo a granulometria. Acreditamos que oferecemos a nossos clientes mais variedades que os nossos concorrentes. Esta variedade nos ajuda a anular as desvantagens em relação aos concorrentes que talvez estejam mais convenientemente localizados geograficamente do que nós. Além de oferecer assistência técnica a nossos clientes, operamos escritórios de suporte de vendas em Tóquio, Bruxelas, Luxemburgo, Nova Iorque e Xangai. Estes escritórios nos permitem manter um contato mais aproximado com nossos clientes, monitorar suas necessidades e de nossa performance contratual, e assegura que nossos clientes recebem suas encomendas conforme planejado. Nosso escritório central de vendas no Rio de Janeiro coordena as atividades destes escritórios.

### ***Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)***

Nossa participação e operação dos sistemas de transportes desenhados para um eficiente transporte de produtos de minério de ferro complementam nosso negócio de minério de ferro. Operamos uma rede de ferrovias e terminais integrados em cada um de nossos sistemas norte e sul. Estas redes transportam nossos produtos de minério de ferro das localidades de mineração do interior para os terminais marítimos e clientes domésticos. Uma descrição mais detalhada das redes é dada na seção abaixo denominada *Logística*.

### ***Concorrência (Minério de Ferro e Pelotas)***

O mercado internacional de minério de ferro é altamente competitivo. Vários grandes produtores operam neste mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, tipos de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de frete. Em 2002, os mercados europeu e asiático (principalmente China, Japão e Coréia do Sul) foram os principais mercados para o nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão situados na Austrália e incluem coligadas da Broken Hill Proprietary Company Limited, ou BHP Billiton, e a Rio Tinto Corporation Plc. Embora os custos de frete para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes na Ásia sejam normalmente mais baixos que os nossos em virtude da proximidade geográfica da Austrália, nós acreditamos que somos capazes de nos manter competitivos no mercado asiático por duas principais razões. Primeiro, os produtores de aço normalmente procuram pelos tipos (ou misturas) de minério de ferro que podem originar o produto final pretendido em uma maneira mais eficiente e econômica. Nosso minério de ferro tem níveis baixos de impurezas, o que geralmente nos leva a custos de processamento mais baixos. Por exemplo, o teor de alumina em nosso minério de ferro é muito baixo se comparado com o minério da Austrália. Nosso minério também tem alto teor de minério de ferro, o que melhora a produtividade nos altos-fornos, o que é importante em períodos de alta demanda. Segundo, as usinas siderúrgicas freqüentemente desenvolvem relacionamentos de vendas baseadas em um suprimento confiável de uma mistura específica de minério de ferro. Temos uma política de marketing agressiva para atender as

necessidades de nossos clientes na medida do possível, incluindo a disponibilização de pessoal especializado no contato direto com nossos clientes para determinar a mistura que melhor se adapta a cada cliente em particular. Vendemos nossos produtos FOB (*Free-on-Board*) de nossos portos, o que significa que o preço na fatura inclui os custos até os portos somente. Em geral, nossa participação no processo produtivo e transporte de minério de ferro para os nossos portos nos ajuda a assegurar que nossos produtos chegam em nossos portos em tempo hábil e a custos competitivos. Conseqüentemente, acreditamos que a venda de nossos ativos de navegação a granel não afetará nossa competitividade uma vez que não subsidiamos custos de transporte para nossos clientes que utilizam a nossa frota. Acreditamos que outras companhias de navegação estão prontamente disponíveis para servir a nossos clientes.

Somos competitivos no mercado europeu pelas razões descritas acima, bem como pela proximidade do porto de Ponta da Madeira dos clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- BHP Billiton (Austrália) e coligadas,
- Kumba Resources (África do Sul),
- Luossavaara Kiirunavaara AB - LKAB (Suécia),
- Rio Tinto (Reino Unido) e coligadas, e
- Société Nationale Industrielle et Minière - SNIM (Mauritânia).

O mercado brasileiro de minério de ferro é altamente competitivo com uma série de pequenos produtores. Embora o preço seja relevante, a qualidade e a confiabilidade são fatores competitivos importantes também. Acreditamos que nossos sistemas de transportes integrados, o minério de alta qualidade e os serviços técnicos nos fazem fortes concorrentes nas vendas domésticas. Os preços atuais para exportação, com ajustes negociados para compensar os custos de transporte mais baixos aos clientes domésticos, influenciam as vendas de minério de ferro no mercado interno.

### ***Manganês e Ferroligas***

Conduzimos nosso negócio de manganês e ferroligas principalmente através das seguintes controladas e *joint ventures*, em 31 de maio de 2003:

	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital		Sócios
	Votante	Total	
	(%)		
Companhia Paulista de Ferro-Ligas (CPFL) .....	99,9%	93,6%	
Nova Era Silicon S.A. (NES).....	49,0	49,0	Mitsubishi JFE Steel Mizushima
Rio Doce Manganês Europe (RDME) (França) .....	100,0	100,0	
Rio Doce Manganese Norway AS (RDMN) .....	100,0	100,0	
SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. (SIBRA) .....	100,0	99,3	
Urucum Mineração S.A. (Urucum) .....	100,0	100,0	

Em 2002, fomos o maior produtor brasileiro de minério de manganês, com embarques totais de aproximadamente 665 mil toneladas. Nós tivemos receitas de US\$283 milhões em 2002 com vendas minério de manganês e de ferroligas.

Produzimos produtos de minério de manganês na mina do Azul, na região de Carajás, no estado do Pará, e na mina de Urucum, na região do Pantanal, no estado de Mato Grosso do Sul. Nós operamos plantas de beneficiamento tanto na mina do Azul como na mina de Urucum. Ambas as minas são



acessíveis por rodovias e têm energia elétrica a preços de mercado das fornecedoras regionais. Nós também operamos minas menores nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Nossas minas de manganês produzem três tipos de produtos de manganês:

- Minério metalúrgico usado principalmente para a produção de ferroligas;
- Dióxido de manganês natural utilizado na manufatura de baterias eletrolíticas; e
- Minério químico usado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e comida animal e usados como pigmentos na indústria de cerâmica.

A produção de ferroligas consome muita eletricidade. Para maiores informações sobre os riscos associados com a interrupção potencial de energia, Vide *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*.

O quadro abaixo apresenta informações relativas às minas de manganês e à produção recente de minério de manganês para os períodos indicados. As estimativas de reservas minerais foram auditadas e verificadas pela AMEC. Detemos 100% de ambas as minas.

	Operações Iniciadas em	Data Projetada para Exaustão	Produção Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro,			Reservas Provadas e Prováveis		
			2000	2001	2002	Tipo	Tonelagem de Minério (1)	Teor (2)
Azul (3).....	1986	2016	1,4	1,4	1,8	Céu Aberto	19,5	47
Urucum (4).....	1976	2017	0,3	0,3	0,3	Estoque em Pilha	0,8	47
Total.....			1,7	1,7	2,1	Sub-solo	7,4	48
							27,7	47

(1) Reportado como toneladas recuperáveis de produto, em milhões de toneladas.

(2) Reportado como teor de produto recuperável úmido.

(3) O espaçamento médio das perfurações é de 50 por 50 metros para as reservas provadas e de 100 por 100 metros para as reservas prováveis.

(4) Com amostras subterrâneas a um espaçamento de 50 por 50 metros.

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossa produção de ferroligas em 2002.

	<b>Capacidade produtiva</b>	<b>Produção em 2002</b>
	<b>(Em milhares de tons por ano)</b>	<b>(Em milhares de tons)</b>
Rio Doce Manganese Europe (RDME).....	130	123
Companhia Paulista de Ferro-Ligas / SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. (CPFL / Sibra). ....	310	316
Nova Era Silicon S.A. (NES).....	45	35
Total .....	<b>485</b>	<b>474</b>

### **Concorrência (Minério de Manganês e Ferroligas)**

Os mercados de minério de manganês e ferroligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de manganês ocorre em dois setores. O minério de manganês de alto teor (40% de Mn ou mais) compete no exterior enquanto o minério de baixo teor concorre regionalmente. Para a produção de determinados tipos de ferroligas, o minério de alto teor é obrigatório, ao passo que para outros os minérios de alto e baixo teores se complementam. Além do conteúdo de manganês, o custo e características físico-químicas têm um papel importante na concorrência (por exemplo, mistura, impurezas). Os principais fornecedores de minério de alto teor (AT) são África do Sul, Gabão e Gana. Os principais produtores de minério de baixo teor (BT) são Ucrânia, China, Cazaquistão, Índia e México. A CVRD é a segunda maior fornecedora mundial de minérios de manganês de AT nas jazidas de Carajás e Urucum, e minérios de BT nos estados de Minas Gerais e da Bahia.

O mercado de ferroligas é caracterizado por um grande número de participantes os quais competem basicamente em preços. Os principais fatores competitivos neste mercado são os custos do minério de manganês, eletricidade, logística e carbono. Competimos tanto com produtores individuais como com produtores integrados que também processam o seu próprio minério. Nossos concorrentes estão localizados principalmente em países produtores de minério ou de aço.

### **Minerais Não-Ferrosos**

Nosso segmento de negócios de minerais não-ferrosos inclui a produção de ouro e outros minerais não-ferrosos, tais como caulim e potássio. Também incluímos nossos esforços de exploração de cobre na categoria de não-ferrosos. O quadro abaixo apresenta informações sobre as receitas brutas de não-ferrosos e as vendas por área geográfica para os períodos indicados.

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>		
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
	<b>(Em milhões de US\$)</b>		
<b>Receitas brutas classificadas por área geográfica</b>			
Mercado Externo:			
Estados Unidos .....	US\$ 156	US\$ 139	US\$ 35
Europa .....	35	33	100
Japão.....	4	—	3
Ásia, exceto Japão .....	3	1	5
Subtotal .....	<b>198</b>	<b>173</b>	<b>143</b>
Mercado Interno .....	90	78	96
Total.....	<b>US\$ 288</b>	<b>US\$ 251</b>	<b>US\$ 239</b>
<b>Receitas brutas classificadas por categoria</b>			
Ouro.....	US\$ 156	US\$ 139	US\$ 103
Potássio .....	85	71	91
Caulim.....	47	41	45
Total.....	<b>US\$ 288</b>	<b>US\$ 251</b>	<b>US\$ 239</b>

## Ouro

Conduzimos nosso negócio de ouro principalmente ao nível da controladora. Produzimos 314,5 milhões de onças de ouro refinado em 2002 e fomos responsáveis por aproximadamente 22% de todo ouro produzido em escala industrial no Brasil em 2002. As vendas de ouro geraram US\$103 milhões de receitas em 2002.

Iniciamos as operações com ouro em 1984. Em junho de 2002, fechamos nossa mina Igarapé Bahia e ficamos apenas com uma mina de ouro, Fazenda Brasileiro, em operação no final de 2002. Em 18 de junho de 2003, decidimos vender Fazenda Brasileiro para a Yamana Resources Inc., uma companhia mineradora canadense, por US\$20,9 milhões. A venda está sujeita a certas condições. Com a conclusão da venda, nossas operações com ouro estarão interrompidas até o início das operações dos projetos do cobre que estamos atualmente desenvolvendo em Carajás. Esperamos que estes projetos produzam ouro como um subproduto das operações de mineração de cobre.

O quadro abaixo apresenta informações sobre as reservas estimadas provadas e prováveis de ouro em 31 de dezembro de 2002. As estimativas das reservas de ouro foram auditadas e verificadas pela AMEC. Fazenda Brasileiro é 100% da Companhia e é principalmente uma operação subterrânea com mineralização limitada de óxidos sendo extraído a céu aberto. O espaçamento médio das perfurações é de 25 por 10 metros para as reservas provadas e de 100 por 50 metros para as reservas prováveis.

Reservas Provadas e Prováveis							
Tipo de Minério(2)	Tonelagem de Minério (Milhões de tons)	Teor de Ouro	Ouro Contido	Recuperação do Metal	Ouro Recuperável		
		(grama/ton)	(tons)	(percentual)	(tons)	(Milhões de Onças)	
Fazenda Brasileiro	Sulfeto CIP .....	1,77	3,84	6,81	95	6,5	0,21
	HL.....	0,63	2,14	1,34	72	1,0	0,03
	Total.....	2,40	3,39	8,15	91	7,5	0,24

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas minas de ouro e a produção recente de ouro para os períodos indicados. A data projetada para exaustão é baseada nos níveis de produção de 2002. O custo de produção médio desembolsado (US\$ por onça) foi de US\$165 em 2000, US\$146 em 2001 e US\$141 em 2002.

	Início das Operações	Data Real/Projetada para Exaustão	Produção Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,		
			2000	2001	2002
(Milhares de Onças)					
Almas.....	1985	2001	13,2	0,6	-
Caeté.....	1996	2001	11,0	0,4	-
Fazenda Brasileiro.....	1984	2005	154,6	165,2	153,2
Igarapé Bahia.....	1991	2002	333,9	328,3	148,2
Itabira.....	1984	2002	22,4	18,8	13,1
Total.....			535,1	513,3	314,5

A mina de ouro Fazenda Brasileiro inclui uma instalação de processamento para produzir barras *doré* do minério bruto. Transportamos barras *doré* para uma refinaria de terceiros para nova fundição e tratamento químico, o que nos rende barras de ouro com 99,99% de pureza. Nosso ouro é segurado a partir do momento em que nós o colocamos em depósito protegido até o momento que ele chega aos nossos clientes.

Em 31 de dezembro de 2002, nossas reservas provadas e prováveis de ouro representavam menos de três anos de produção. Em 2002, gastamos US\$5 milhões com exploração de ouro e desenvolvimento de recursos, incluindo US\$0,4 milhões relacionados à prospecção de novas jazidas e US\$4,6 milhões direcionados para a extensão das reservas existentes. Nenhuma destas despesas foram reembolsadas em

conformidade com o Contrato de Risco Mineral. Vide —*Perspectivas Atuais dos Projetos de Cobre—* *Contrato de Risco Mineral*.

### Caulim

Conduzimos nosso negócio de caulim através de nossa participação na Pará Pigmentos S.A., que começou suas operações em agosto de 1996. Nossa participação total e votante na Pará Pigmentos é de 75,5% e 80,0%, respectivamente. Nossos sócios na Pará Pigmentos são a Mitsubishi Corporation e a International Finance Corporation. Nossas reservas provadas e prováveis de 6,4 milhões de toneladas possuem exaustão estimada para 2007.

O caulim é uma argila branca fina de silicato de alumínio usado nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica como agente de revestimento e enchimento. A Pará Pigmentos vendeu aproximadamente 330.000 toneladas de caulim em 2002.

### Potássio

O potássio é uma matéria-prima importante usada na produção de fertilizantes. Arrendamos uma mina de potássio no estado de Sergipe da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), a Companhia Brasileira de Petróleo. O arrendamento foi assinado em 1991 por um período de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. A mina é a única mina de potássio no Brasil e atualmente tem uma capacidade nominal de 600.000 toneladas por ano. Tivemos receitas brutas de US\$91 milhões da venda de potássio em 2002.

Orçamos em US\$67 milhões os investimentos de capital para expandir a capacidade da mina para 850.000 toneladas por ano até 2005. Nossas reservas provadas e prováveis devem ser suficientes para nos assegurar uma produção estimada para os próximos 5 anos.

### *Perspectivas Atuais dos Projetos de Cobre*

O quadro abaixo apresenta informações, em 31 de maio de 2003, sobre nossas *joint ventures* e a situação atual e potencial de produtividade de nossos principais projetos de cobre (Cu), dos quais todos menos um possuem ouro (Au) como subproduto:

	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital (Votante e Total) (1)	Situação Atual	Total Esperado de Outros Depósitos Minerais (Em milhões de tons)	Total Esperado dos Investimentos de Capital (Em milhões de US\$)	Data Estimada de Início
	%				
Sossego.....	100,0%	Em construção	196 a 1,02% Cu e 0,3 g/t Au	US\$ 383	2004
Projeto 118 .....	50,0	Viabilidade em andamento	64 a 0,80% Cu	154	2005
Salobo.....	100,0	Viabilidade em andamento	784 a 0,96% Cu e 0,6 g/t Au	418	2006
Cristalino.....	50,0	Pré- viabilidade em andamento	250 a 0,79% Cu e 0,15 g/t Au	385	2007
Alemão .....	67,0	Pré- viabilidade em andamento	200 a 1,60% Cu e 0,90 g/t Au	508	2008

(1) Projetos que não são 100% da CVRD possuem o BNDES como sócio.

Ainda, nós e o BNDES estamos prospectando na região de Carajás para novos projetos de exploração de cobre. Vide —*Contrato de Risco Mineral*.

### *Exploração*

Como parte de nossas atividades de prospecção mineral e desenvolvimento no Brasil, adquirimos larga experiência em processos e técnicas de exploração especificamente desenhados para uso em regiões tropicais do mundo. Nossos esforços de exploração mineral atuais são principalmente no Brasil, em outros países da América Latina e Ásia e focam principalmente em cobre, ouro, níquel, manganês, caulim e metais do grupo da platina. Os custos de exploração são reconhecidos como despesas até que a viabilidade das atividades de mineração seja estabelecida (vide nota explicativa 2(e) das Demonstrações Contábeis Consolidadas). Os gastos com nosso programa de exploração mineral em 2002 foram de US\$50 milhões e o orçamento para 2003 é de US\$72 milhões.

Desde 1998, nós focamos nossos esforços de exploração em áreas onde o conhecimento geológico é mais avançado, focando principalmente em ouro e cobre, e deixamos prescrever aqueles direitos que não consideramos economicamente atrativos. Como consequência disso, nossos direitos sobre terras não exploradas decresceram de aproximadamente 31,2 milhões de hectares em 31 de dezembro de 1997 para 7,6 milhões de hectares em 31 de dezembro de 2002.

### *Contrato de Risco Mineral*

Em março de 1997, celebramos um contrato junto com o BNDES, conhecido como Contrato de Risco Mineral, relacionado às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinadas jazidas minerais inexploradas em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, que faz parte do Sistema Norte, além de conceder participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. As jazidas de minério de ferro e manganês já identificadas e sujeitas a desenvolvimento foram especificamente excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Conforme o Contrato de Risco Mineral, concordamos juntamente com o BNDES, em disponibilizar US\$205 milhões, que representa metade dos US\$410 milhões de investimentos estimados como necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de recursos minerais na região durante um período superior a cinco anos que foi prorrogado por um período adicional de dois anos. Supervisionaremos esses projetos e o BNDES nos adiantará metade de nossos custos em bases trimestrais. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2002, tanto nós quanto o BNDES, individualmente, tínhamos ainda compromissos remanescentes de contribuir um valor adicional de US\$63 milhões destinados a atividades de exploração e desenvolvimento. Ambos têm expectativas no sentido de aportar anualmente parcela dessas contribuições até 2004. Caso qualquer um de nós deseje realizar outras atividades de exploração e desenvolvimento após ter despendido esses US\$205 milhões, o contrato prevê que cada uma das partes poderá optar por igualar as contribuições da outra, ou então optar por ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no projeto for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido em relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá (1) todos os direitos e benefícios previstos no mesmo e (2) qualquer valor previamente investido em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em compensar-nos por nossa contribuição aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio de um *royalty* de produção como comissão de agente promotor sobre os recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de agente promotor é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de metais do grupo do ouro, prata e platina e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, e excluindo o ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

## Logística

Operamos nosso negócio de logística, o qual é compreendido pelo transporte de produtos de terceiros e de passageiros através das seguintes controladas e *joint ventures*, conforme posição de 31 de maio de 2003:

	Atividade Principal	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital		Sócios
		Votante	Total	
		(%)		
Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS).....	Portos e Terminais	100,00%	100,00%	
Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) (1).....	Ferrovia	33,17	33,17	Taquari Participações S.A. CSN Empregados
DCNDB Overseas S.A. (DCNDB).....	Transporte Marítimo	79,00	79,00	Mitsui
Navegação Vale do Rio Doce S.A - DOCENAVE (Docenave).....	Transporte Marítimo	100,00	100,00	
FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A. (Ferrobán) .....	Ferrovia	0,00	3,75	Nova Ferrobán Gaborone Participações Capmelissa FUNCEF PREVI
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) .....	Ferrovia	20,00	45,65	CSN KRJ Participações Financeira Ibertrust TRANSGER Outros
MRS Logística S.A. (MRS).....	Ferrovia	28,90	17,30	CSN MBR Usiminas Ultrafértil Empregados Outros
Sepetiba Tecon S.A. (Sepetiba Tecon) (1) .....	Portos e Terminais	50,00	50,00	CSN
Terminal de Vila Velha S.A. (TVV) .....	Portos e Terminais	99,89	99,89	Empregados

(1) Fechamos um acordo para reestruturar algumas de nossas participações no segmento de logística. Vide *Visão Geral dos Negócios – Aquisições, Venda de Ativos e Mudanças Significativas em 2002 e 2003 – Logística – Reestruturação de Certas Participações em Logística*.

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas receitas de logística com terceiros e das vendas por área geográfica para os períodos indicados:

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,		
	2000	2001	2002
<b>Receitas classificadas por área geográfica:</b>			
Mercado Externo:			
América Latina.....	30	65	25
Estados Unidos.....	64	21	3
Europa.....	75	44	9
Oriente Médio.....	6	4	-
Japão.....	15	10	1
Ásia, exceto Japão.....	5	3	3
Subtotal.....	195	147	41
Mercado Interno.....	403	344	374
Total.....	598	491	415
<b>Receitas classificadas por categoria</b>			
Ferrovias.....	203	182	201
Portos.....	86	75	116
Navios.....	309	234	98
Total.....	598	491	415

### **Ferrovias**

*Ferrovias Vitória-Minas.* A ferrovia Vitória-Minas, no Sistema Sul, inicia-se próxima à cidade de Belo Horizonte e às nossas minas de Itabira no estado de Minas Gerais. Operamos esta ferrovia por uma concessão renovável de 30 anos dada pelo Governo brasileiro em julho de 1997. Esta ferrovia estende-se por 905 quilômetros até o nosso Complexo Portuário de Tubarão localizado próximo ao Porto de Vitória, no estado do Espírito Santo. A ferrovia Vitória-Minas consiste de duas linhas férreas que se estendem por 601 quilômetros para permitir viagens férreas contínuas em direções opostas, e ramificações férreas simples de 304 quilômetros. Empresas industriais estão localizadas nas proximidades desta área e as principais regiões agrícolas são adjacentes e acessíveis à ferrovia Vitória-Minas. A Vitória-Minas tem capacidade diária de 300.000 toneladas de minério de ferro. Em 2002, a ferrovia Vitória-Minas transportou um total de 112 milhões de toneladas de minério de ferro e outras cargas (das quais 41,4 milhões de toneladas, ou 36,9%, consistiram de cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Vitória-Minas também transportou aproximadamente um milhão de passageiros em 2002.

Os principais carregamentos da ferrovia Vitória-Minas consistem de:

- Minério de ferro e pelotas, transportados para nós mesmos e para terceiros;
- Aço, carvão e ferro-gusa transportados para as indústrias siderúrgicas localizadas às margens da ferrovia;
- Calcário transportado para as usinas siderúrgicas situadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; e
- Outras cargas gerais tais como produtos agrícolas, produtos de construção, combustíveis e produtos químicos.

Cobramos a valores de mercado pelo frete a terceiros, incluindo pelotas e alumínio originários das *joint ventures* e outras empresas nas quais nós não participamos em 100% no capital. Os valores de mercado variam com base na distância transportada, o tipo de produto e o peso do frete em questão.

*Ferrovias Carajás.* Operamos a ferrovia Carajás por uma concessão renovável de 30 anos dada pelo Governo brasileiro em junho de 1997. Esta ferrovia, situada no Sistema Norte, inicia-se em nossa mina de minério de ferro em Carajás no estado do Pará, e estende-se por 892 quilômetros até o nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, localizado nas proximidades do Porto de São Luís no estado do

Maranhão. A ferrovia Carajás consiste de uma linha férrea, com desvios e saídas para permitir a passagem de trens em direções opostas. A ferrovia Carajás tem uma capacidade diária de 130.000 toneladas de minério de ferro. Em 2002, a ferrovia Carajás transportou um total de 58,9 milhões de toneladas de minério de ferro e outras cargas (das quais 7,1 milhões de toneladas, ou 12%, consistiram de cargas transportadas de terceiros). A ferrovia Carajás também transportou aproximadamente 450 mil passageiros em 2002. A principal carga da ferrovia Carajás é o minério de ferro, transportada principalmente para nós mesmos.

*Outros investimentos.* Possuímos 20% de participação no capital votante da FCA, que opera a rede ferroviária regional do Centro-Oeste do sistema ferroviário nacional brasileiro por uma concessão renovável de 30 anos dada em 1996. A FCA contém aproximadamente 7.000 quilômetros de trilhos estendendo-se pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Ela se conecta com a nossa ferrovia Vitória-Minas nas proximidades das cidades de Belo Horizonte e de Vitória. A FCA atualmente opera com trilhos de mesma bitola que a nossa ferrovia Vitória-Minas. Em 2002, a FCA reportou receitas líquidas de US\$116,5 milhões e um prejuízo do exercício de US\$92,9 milhões. Em abril de 2003, assinamos um contrato para adquirir a participação da CSN na FCA. Esta aquisição ainda está sujeita a aprovação governamental e determinadas condições. Vide *Visão Geral dos Negócios – Aquisições – Venda de Ativos e Mudanças Significativas em 2002 e 2003 – Logística*. Esta aquisição ainda está sujeita a aprovação.

Atualmente temos 3,75% do capital total da Ferrobán - Ferrovia Bandeirantes S.A., ou Ferrobán. A Ferrobán opera uma ferrovia de 4.236 quilômetros ligando os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em 2002, a Ferrobán reportou receitas líquidas de US\$38,4 milhões e um prejuízo do exercício de US\$86,2 milhões. O trecho da Ferrobán entre Araguari e Vale Fértil, no estado de Minas Gerais, tem sido operado pela FCA desde 1998 e em janeiro de 2002 a FCA começou a operar também o trecho entre Vale Fértil, no estado de Minas Gerais, e Boa Vista, no estado de São Paulo. Esta conexão permite à FCA chegar até o porto de Santos.

Temos direta e indiretamente 17,3% do capital total e 28,9% do capital votante da MRS. A Caemi tem uma participação direta de 17% do capital total e 27,9% do capital votante da MRS. A MRS tem uma ferrovia de 1.612 quilômetros que liga os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com uma capacidade para transportar 85 milhões de toneladas por ano. A MRS opera por uma concessão renovável de 30 anos dada pelo Governo brasileiro em novembro de 1996.

O Governo brasileiro tem a opção de renovar as nossas concessões ferroviárias no vencimento. Todas as nossas concessões ferroviárias vencem entre agosto de 2026 e dezembro de 2028.

Através da CFN, temos também uma participação de 32,4% na ferrovia Malha Nordeste. A ferrovia Malha Nordeste opera através de uma concessão de 30 anos dada pelo Governo brasileiro em dezembro de 1997. A Malha Nordeste é uma linha férrea com 4.342 quilômetros de trilhos estendendo-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A ferrovia Malha Nordeste passa próxima à ferrovia Carajás no Sistema Norte mas foi construída com uma bitola mais estreita. Em 2002, a CFN reportou receitas líquidas de US\$7,8 milhões e um prejuízo do exercício de US\$10,7 milhões. Em abril de 2003, como descrito acima em—*Visão Geral dos Negócios - Aquisições, Venda de Ativos e Mudanças Significativas em 2002 e 2003*, assinamos um acordo para transferir a nossa participação na CFN para a CSN e Taquari Participações S.A. Uma parte do valor que pagaremos em conexão com esta e outras transações relacionadas será alocada à nossa parte no patrimônio líquido negativo da CFN. Esta aquisição ainda está sujeita a aprovação governamental e determinadas condições.

### ***Portos e Terminais***

Operamos portos e terminais principalmente como um meio de complementar a distribuição de nosso minério de ferro e pelotas pelas embarcações oceânicas que atendem as exportações. Vide—*Minerais Ferrosos—Pelotas—Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)*. Usamos também os nossos portos e terminais para o manejo de cargas de terceiros. Em 2002, 20% da carga manipulada em nossos portos e terminais representaram cargas de terceiros.

*Complexo Portuário de Tubarão.* O Complexo Portuário de Tubarão, que cobre uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está situado próximo ao Porto de Vitória no estado do



Espírito Santo e tem dois píeres. O píer I acomoda dois navios simultaneamente, um de até 80.000 DWT no lado sul e um de até 180.000 DWT no lado norte. O píer II acomoda um navio de até 330.000 DWT. No píer I há dois carregadores, que podem carregar até 14.000 toneladas por hora. No píer II há dois carregadores que trabalham alternadamente e podem cada um carregar até 16.000 toneladas por hora. O terminal Praia Mole, situado no Complexo Portuário de Tubarão, é basicamente um terminal de carvão e tem uma capacidade anual de 12 milhões de toneladas de carvão, que está sendo expandido para 15 milhões de toneladas por ano em um projeto previsto para estar concluído até 2004. Em 2003, orçamos US\$11 milhões para a expansão do Terminal Praia Mole. O Complexo Portuário de Tubarão tem uma capacidade de embarque de 75 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Operamos um terminal de grãos, acessível por rodovia na região de Tubarão, com uma capacidade anual de embarque de 6 milhões de toneladas (4,5 milhões de toneladas de grãos e 1,5 milhões de toneladas de cargas diversas) e uma capacidade máxima de carregamento de 1.500 toneladas por hora. Operamos também um terminal de granéis líquidos com uma capacidade de 2 milhões de metros cúbicos por ano.

A carga embarcada através de nosso Complexo Portuário de Tubarão consiste basicamente de minério de ferro e pelotas. Em 2002, 63.972 mil toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcadas pelo terminal (dos quais 58.980 mil toneladas eram nossas e 4.992 mil toneladas foram cargas de terceiros). Outras cargas incluíram carvão, grãos, coque, ferro-gusa e fertilizantes totalizando uma carga embarcada de 83.897 mil toneladas em 2002.

*Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.* O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está situado próximo ao porto de São Luís no estado do Maranhão. As instalações do porto de Ponta da Madeira podem acomodar dois navios. O píer I pode acomodar navios com capacidade de até 420.000 DWT. O píer II pode acomodar navios de até 155.000 DWT. Os dois ancoradouros têm uma capacidade máxima de descarga de 16.000 toneladas por hora no píer I e 8.000 toneladas por hora no píer II. Em 2003, temos um orçamento de US\$16,4 milhões para construir o píer III. O píer III será capaz de acomodar navios de até 220.000 DWT e terá uma capacidade máxima de carregamento de 8.000 toneladas por hora.

A carga transportada através do nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira por tonelagem consiste basicamente de minério de ferro para nós mesmos. Outras cargas incluem minério de manganês para nós mesmos e ferro-gusa e soja para terceiros. Em 2002, 52.360 mil toneladas foram embarcadas através de terminal para nós mesmos e 2.576 mil toneladas foram embarcadas de terceiros.

*Outros Investimentos.* Em setembro de 1994, obtivemos autorização para operar o terminal marítimo Inácio Barbosa, localizado no estado de Sergipe, nas proximidades da nossa mina de potássio. Pelos termos do acordo de dez anos que nós fechamos com a Sergiportos, uma companhia portuária estatal, recebemos 40% do lucro operacional líquido do terminal e devemos administrar o terminal.

Em maio de 1998, entramos em um arrendamento de 25 anos pelo terminal marítimo de Capuaba em Vitória, no estado do Espírito Santo. Embarcamos 2 milhões de toneladas de carga em 2002 e 1,7 milhões de toneladas de carga durante 2001.

Em setembro de 1998, adquirimos uma participação indireta de 50% no arrendamento do terminal de contêineres de Sepetiba, operado pela Sepetiba Tecon S.A. A CSN possui os 50% restantes da Sepetiba Tecon. O arrendamento tem um prazo de 25 anos e podemos renová-lo por um período adicional de 25 anos. O preço da concessão foi de aproximadamente US\$79 milhões, dos quais já pagamos US\$33 milhões. O saldo remanescente é devido em 276 prestações mensais, a partir de janeiro de 2003. Concordamos, sujeito a certas condições, em vender a nossa participação indireta na Sepetiba Tecon para a CSN. Vide—*Visão Geral dos Negócios - Aquisições, Venda de Ativos e Mudanças Significativas em 2002 e 2003—Logística.*

O Terminal de Vila Velha S.A. (TVV) é um terminal portuário para carga e descarga de contêineres além de ser uma alternativa de carga geral (operações de importação e exportação) e operações automobilísticas no sudeste e centro-oeste do Brasil. Pela conexão com a ferrovia Vitória-Minas e com fácil acesso às auto-estradas BR101 e BR262, o TVV é multimodal. O terminal é formado pelos ancoradouros 203 e 204 no cais de Capuaba, tem uma área de ancoragem de 450 metros e uma área de fundos medindo cerca de 100 mil metros quadrados. Tem uma área coberta de armazenagem de 13.300 metros quadrados e um pátio com capacidade para 3.300 contêineres. O TVV está equipado com quatro guindastes de cais, dois portêineres e quatro transtêineres. Em 2002, o TVV embarcou mais de 102 mil

contêineres e aproximadamente 735 mil toneladas de cargas diversas como granito, minério de ferro e produtos siderúrgicos e veículos.

A Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS) é uma companhia pertencente à Ferteco, uma companhia do Grupo CVRD, criada para operar o terminal de exportação de minério no Porto de Sepetiba. O terminal de exportação de minério possui um píer que comporta o atracamento de navios de até 18,1 metros e de até 230.000 DWT. Em 2002, o terminal carregou aproximadamente 9,6 milhões de toneladas de minério de ferro, das quais 2,8 milhões foram da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), uma controlada da Caemi, e 798 mil toneladas de companhias não pertencentes ao Grupo CVRD.

### *Navegação*

O quadro abaixo apresenta informações sobre o volume de carga que o nosso serviço de navegação a granel transportou nos períodos indicados.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,		
	2000	2001	2002
	(Em milhares de tons)		
Minério de Ferro:			
Grupo CVRD .....	3.058	7.179	4.287
Terceiros .....	15.608	7.748	1.888
Carvão.....	7.452	3.824	437
Outros .....	9.031	7.036	1.294
Total .....	35.149	25.787	7.906

No negócio de navegação a granel, a Docenave gerou uma receita total de US\$40 milhões em 2002. Em 2001, a receita total foi de US\$183 milhões. A redução no ano de 2002 deveu-se à venda de parte dos ativos de navegação a granel da Docenave.

No terceiro trimestre de 2002, o serviço de transporte de carga geral da Docenave foi reavaliado e integrado à cadeia logística intermodal. Nove escritórios de representação comercial espalhados pela costa do Brasil foram abertos para atender a nossos clientes.

A Docenave também operou uma frota de oito rebocadores nos portos de Vitória, no estado do Espírito Santo, Trombetas, no estado do Pará, São Luís, no estado do Maranhão e Aracaju, no estado de Sergipe. Além da frota da Docenave, temos também três rebocadores fretados, um operando em Trombetas e os outros dois em São Luís. Em 2002, os rebocadores da Docenave foram responsáveis por 6.822 operações (manobras) nos portos, gerando uma receita total de US\$14,3 milhões.

Continuamos em 2002 a venda de investimentos de nosso negócio de navegação a granel, iniciada em 2001 com a venda da frota de navios da Docenave. Em fevereiro de 2002, a venda dos seis navios de bandeira brasileira com uma capacidade total de 592.240 DWT por US\$53 milhões foi concluída com a entrega do último navio à Empresa de Navegação Elcano S.A. Nós também vendemos outros seis navios de bandeira liberiana por US\$45,7 milhões. Pretendemos vender o restante de nossos ativos de navegação a granel no futuro próximo.

*Concorrência na Indústria Logística.* Nossas ferrovias concorrem com o transporte rodoviário, inclusive caminhões, sendo os principais fatores o custo e o tempo de embarque. Também temos muitos concorrentes internacionais em transportes.

### **Energia**

Em 2002 e 2001, consumimos 14,1 TWh e 12,5 TWh de eletricidade, respectivamente. O gerenciamento e fornecimento de energia tornaram-se prioridade para nós, em virtude principalmente das incertezas e oportunidades associadas com a privatização da indústria pelo Governo brasileiro, e pelo risco de aumento de preços da eletricidade e de racionamento devido aos cortes de energia, tal como ocorrido no Brasil no segundo semestre de 2001. No momento percebemos oportunidades favoráveis de investimentos no setor elétrico brasileiro e estamos aproveitando para investir nos projetos de geração de energia hidrelétrica indicados no quadro abaixo. Estes projetos podem vender suas produções para

terceiros no mercado de energia. Nosso negócio de energia inclui a venda mas não a entrega de eletricidade. Nós podemos utilizar a eletricidade destes projetos para nossas necessidades internas. Como somos grandes consumidores de eletricidade, esperamos que ao investir no negócio de energia estaremos nos protegendo da volatilidade dos preços e das interrupções no fornecimento de energia.

O quadro abaixo dá informações sobre os nossos projetos de geração de energia em 31 de maio de 2003:

	Localização	Nossa participação	Sócios	Operações Iniciadas	Capacidade Projetada	Nosso Investimento	
		(%)				(em MW)	Em 31 de Dezembro de 2002
(Em milhões de US\$)							
Aimorés .....	Bacia do Rio Doce, no estado de Minas Gerais.	51,00%	Cemig – Capim Branco	Dezembro 2003(1)	330MW	US\$67,5	US\$94,6
Candongá.....	Bacia do Rio Doce, no estado de Minas Gerais.	50,00	EPP	Novembro 2003(1)	140	24,0	40,1
Capim Branco I.....	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig – Capim Branco Paineiras CMM	Fevereiro 2006(1)	240	1,8	57,5
Capim Branco II.....	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig – Capim Branco Paineiras CMM Camargo Corrêa Cimentos S.A.	Junho 2006(1)	210	1,4	70,1
Estreito.....	Rio Tocantins, na fronteira dos estados do Maranhão e Tocantins.	30,00	Tractebel Alcoa BHP Billiton Camargo Energia S.A.	Julho 2007(1)	1.087	0,1	162,1
Foz do Chapecó .....	Rio Uruguai, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	40,00	Foz do Chapecó Energia	Julho 2007(1)	855	1,5	175,5
Funil.....	Rio Grande, na fronteira entre São Paulo e Minas Gerais.	51,00	Cemig – Capim Branco	Dezembro 2002	180	39,5	47,7
Igarapava .....	Rio Grande, na fronteira entre São Paulo e Minas Gerais.	38,15	CMM CSN Cemig – Capim Branco MMV	Janeiro 1999	210	88,1	88,1
Porto Estrela.....	Rio Santo Antônio, no estado de Minas Gerais.	33,33	Cemig – Capim Branco Coteminas	Setembro 2001	112	19,5	19,7
Santa Isabel (2) .....	Rio Araguaia, na fronteira dos estados de Tocantins e Pará.	43,85	BHP Billiton Alcoa Camargo Corrêa S.A. Votorantim Cimentos	Agosto 2007(1)	1.087	0,2	231,4
Total.....					<u>4.451MW</u>	<u>US\$243,6</u>	<u>US\$986,8</u>

(1) Data prevista para início das operações da primeira unidade do projeto

(2) Atualmente estamos negociando com ANEEL para retornar o projeto de nossa concessão para o projeto Santa Isabel diante das dificuldades em obter a permissão ambiental necessária para o início da construção.

Nossos sócios nos nossos investimentos em energia incluem:

- Companhia Energética de Minas Gerais, conhecida como Cemig é uma companhia estatal do Estado de Minas Gerais. A Cemig Capim Branco Energia S.A., conhecida como Cemig – Capim Branco, é uma coligada da Cemig.
- Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., conhecida como Paineiras, que é uma coligada da Suzano Participações S.A.
- BHP Billiton Metais S.A. é uma controlada integral da BHP Billiton.
- Companhia Mineira de Metais, conhecida como CMM, que é uma coligada da Votorantim Participações S.A.
- Alcoa Alumínio S.A., conhecida como Alcoa, que é uma coligada da Alcoa Inc.
- Mineração Morro Velho Ltda., conhecida como MMV, que é uma coligada da Anglo American Brasil Ltda., que por sua vez é coligada com a Anglo American Plc.
- Companhia de Tecidos do Norte de Minas, conhecida como Coteminas, que é coligada com a Coteminas International Ltd.
- Tractebel Egi South America Ltda., conhecida como Tractebel, que é uma controlada da Tractebel S.A., uma divisão de energia do Grupo SUEZ.

Nosso investimento projetado total nestes projetos hidrelétricos é estimado em US\$987 milhões. Não podemos lhe assegurar que o custo total não será ainda maior ou que os projetos serão concluídos conforme o cronograma.

Adicionalmente ao descrito acima, algumas de nossas coligadas geram parte da energia que consomem.

### Operações de Alumínio

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas receitas consolidadas de bauxita, alumina e alumínio e as vendas por área geográfica para os períodos indicados. Estes valores não incluem as receitas de nossas *joint ventures* não-consolidadas.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2000	2001	2002
<b>Receitas classificadas por área geográfica:</b>			
Mercado Externo:			
América Latina.....	US\$ 23	US\$ 9	US\$ 27
Europa.....	237	173	318
Oriente Médio.....	16	—	—
Japão.....	34	12	11
Estados Unidos.....	39	73	10
Ásia, exceto Japão.....	1	16	21
Subtotal.....	350	283	387
Mercado Interno.....	12	1	75
Total.....	US\$ 362	US\$ 284	US\$ 462
<b>Receitas classificadas por categoria:</b>			
Bauxita.....	18	21	23
Alumina.....	54	32	159
Alumínio.....	290	231	280
Total.....	US\$ 362	US\$ 284	US\$ 462

Operamos o nosso negócio de alumínio através das seguintes controladas, coligada e *joint ventures*, em 31 de maio de 2003:

	Negócio	Nossa Participação Direta ou Indiretamente no Capital (Votante, Total)		Sócios
		Votante (%)	Total	
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (Albras).....	Alumínio	51,00%	51,00%	Nippon Amazon
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) .....	Alumina	62,09	57,03	Companhia Brasileira de Alumínio JAIC Nippon Amazon Norsk Hydro
Mineração Rio do Norte S.A. (MRN) .....	Bauxita	40,00	40,00	Abalco Alcoa Alcan BHP-Billiton Metais Companhia Brasileira de Alumínio Norsk Hydro
Mineração Vera Cruz S.A. (MVC) .....	Bauxita	100,00	100,00	
Valesul Alumínio S.A. (Valesul) .....	Alumínio	54,50	54,50	BHP-Billiton Metais

Estas controladas e *joint ventures* atuam em:

- Mineração de bauxita,
- Refino de bauxita em alumina, e
- Uso de alumina para produzir alumínio primário e ligas de alumínio.

A atividade operacional principal da Aluvale consiste na comercialização de produtos de alumínio produzidos pelas suas controladas e companhias coligadas. Em 2002, as receitas líquidas dos produtos de alumínio totalizaram US\$462 milhões.

#### *Bauxita*

A MRN, a maior produtora de bauxita da América Latina e uma das maiores do mundo, produz bauxita para nos vender e vender aos nossos sócios nas *joint ventures*. O excesso da produção pode ser vendido a terceiros. A MRN opera três minas de bauxita a céu aberto que produzem bauxita de alta qualidade. Também, a MRN controla recursos adicionais substanciais de bauxita de alta qualidade que acredita poder ser produzida para fins econômicos no futuro. A MRN teve receitas líquidas de US\$173 milhões e lucro líquido de US\$94 milhões em 2002. As minas da MRN estão localizadas na região norte do estado do Pará.

O quadro abaixo dá informações sobre as reservas de bauxita da MRN em 31 de dezembro de 2002. As estimativas das reservas minerais foram auditadas e verificadas pela AMEC. Estamos em fase de confirmar o montante das reservas provadas e prováveis na MVC.

Reservas Provadas e Prováveis(1)			
	Tipo	Tonelagem de Minério (Em Milhões de tons)	Teor(2) (% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> )
Mineração Rio do Norte S.A. (3) .....	Céu aberto	129,2	50,5

(1) Reportado como produto recuperável. Recuperação da bauxita lavada a partir do minério bruto de bauxita varia de 67,4% a 76,4% dependendo do depósito individual. O espaçamento médio das perfurações é de 200 por 200 metros.

(2) Expresso como Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub>.

(3) Inclui quatro minas ativas: Almeidas, Aviso, Papagaio Oeste e Saracá.

As operações nas minas da MRN começaram em 1979 e as reservas provadas e prováveis têm exaustão prevista para 2017. Em 2000, 2001 e 2002, a produção foi equivalente a 11,2, 10,7 e 9,9 milhões de toneladas, respectivamente.

A MRN opera instalações de beneficiamento de minério em suas minas, que são ligadas por ferrovia a um terminal de cargas e a instalações portuárias no Rio Trombetas. O Rio Trombetas é um afluente do Rio Amazonas e nas instalações portuárias da MRN podem atracar navios de até 50.000 DWT. A MRN possui e opera as instalações de ferrovias e portos que atendem as suas minas. As minas de bauxita da MRN têm acesso por rodovias a partir da área do porto e obtém eletricidade de sua própria estação de energia termoelétrica.

A MRN expandiu a sua capacidade de 11,0 milhões de toneladas para 16,3 milhões de toneladas em 2003. O custo dessa expansão está estimado em aproximadamente US\$230 milhões.

Em julho de 2002, adquirimos 64% do capital social da MVC, através de nossa controlada integral Aluvale. A Aluvale agora detém 100% da MVC, que possui direitos de lavra ativos na região de Paragominas no estado do Pará. A nova mina de bauxita, de propriedade integral da MVC, e localizada em Paragominas, iniciará as operações em dezembro de 2005 para fornecer à nova expansão da Alunorte 4,5 milhões de toneladas por ano de bauxita com umidade de 12%. A qualidade da bauxita será semelhante à da MRN, e o projeto utilizará o método de extração de corte em tiras, e tem uma planta de beneficiamento incluindo moagem e um duto de 230 quilômetros. Esperamos que os investimentos de capital totais neste projeto serão de aproximadamente US\$280 milhões.

Nossa *joint venture* de bauxita MRN produz bauxita em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*) para nos vender e a nossos sócios na *joint venture* a um preço que é determinado por uma fórmula baseada nos preços do alumínio no mercado internacional. Nossa controlada de alumina Alunorte, que passamos a consolidar em julho de 2002, supre toda a sua necessidade de bauxita comprando da MRN. Nosso compromisso de compra anual em 2002 foi de aproximadamente US\$82 milhões.

#### Alumina

A Alunorte iniciou as operações em julho de 1995 e produz alumina pelo refinamento da bauxita fornecida pela MRN. A planta da Alunorte concluiu recentemente a ampliação de sua capacidade e agora tem uma capacidade produtiva de 2.375 milhões de toneladas de alumina por ano. Em 2002, foram produzidas 1,7 milhões de toneladas. A Alunorte vende a maior parte de sua produção para a Albras, Valesul e companhias de alumínio de terceiros para a produção de alumínio. A planta da Alunorte está localizada próxima a Belém no estado do Pará, e é próxima das instalações produtivas de alumínio da Albras. Isto permite à Alunorte e seu principal cliente, Albras, dividir infra-estrutura e outros recursos. A Alunorte teve receitas líquidas de US\$265 milhões e prejuízo do exercício de US\$101 milhões em 2002.

Cada sócio na *joint venture* da Alunorte deve comprar, em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*), toda a alumina produzida pela Alunorte na proporção de sua respectiva participação. Os sócios da *joint venture* pagam o mesmo valor cada, o qual é determinado por uma fórmula baseada nos valores de mercado de alumina e alumínio vigentes. Ao todo, nós somos obrigados a adquirir 131.000 toneladas por

ano da alumina produzida pela Alunorte, que a valores de mercado de US\$171,36 por tonelada métrica em 31 de dezembro de 2002 representa um compromisso anual de US\$22 milhões.

Em 2000, nós e outros sócios da *joint venture* da Alunorte concordamos em efetuar uma contribuição de capital adicional de US\$126 milhões para expandir a capacidade da Alunorte de 1,5 milhões de toneladas por ano de alumina para 2,3 milhões de toneladas até 2003, um projeto que custou em torno de US\$300 milhões. Nossa participação nesta contribuição foi de US\$37 milhões.

Em junho de 2002, adquirimos da MRN ações ordinárias e preferenciais representando 12,62% do capital total da Alunorte. Com a aquisição, passamos a ter, direta e indiretamente, 62,09% das ações ordinárias e 19,05% das ações preferenciais, representando 57,03% do capital total da Alunorte.

### *Alumínio*

A Albras e a Valesul produzem alumínio utilizando a alumina fornecida pela Alunorte. A Alunorte satisfaz a todas as necessidades de alumina da Albras desde outubro de 1995. A Albras produz lingotes de alumínio e a Valesul produz lingotes, chapas, barras, tarugos e ligas de alumínio. O alumínio é produzido a partir da alumina, por meio de um processo eletro-químico contínuo que requer quantidades substanciais de eletricidade.

A planta da Albras é uma das maiores fábricas de alumínio da América Latina, com capacidade para aproximadamente 430.000 toneladas por ano. A Albras iniciou suas operações em 1985 em uma planta industrial localizada próximo a Belém, no Estado do Pará. A Albras registrou receitas líquidas de US\$529 milhões e lucro líquido de US\$21 milhões em 2002.

Os sócios da *joint venture* da Albras devem comprar, na base de compromisso firmado, todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas respectivas participações acionárias, o que representa um compromisso anual de nossa parte de US\$279 milhões. Vide a nota explicativa 15(d) das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Geralmente vendemos a nossa parte da produção da Albras para terceiros no mercado internacional.

O quadro abaixo apresenta informações sobre as recentes produções de alumínio e nossas compras recentes da Albras.

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>		
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
	<b>(Em milhares de tons)</b>		
Produção da Albras .....	366,0	333,0	407,7
Nossas compras da Albras.....	187,0	167,0	208,8

Em 31 de dezembro de 2002, a Albras tinha US\$323 milhões de dívidas de longo prazo em aberto, dos quais US\$60 milhões eram denominadas em ienes japoneses (dos quais aproximadamente 50% estavam com *hedge* para dólares norte-americanos). Para reduzir o impacto das flutuações de preço e assegurar um fluxo de caixa adequado, a Albras contrata operações de *hedge*. Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado—Risco de Preço do Commodity*.

A produção de alumínio requer um fluxo contínuo de montantes significativos de eletricidade. A Albras compra energia elétrica da Eletronorte, uma fornecedora estatal de energia elétrica. A Eletronorte gera a eletricidade na planta hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins. Esta planta é a única fonte de energia elétrica na região que atende as quantidades requeridas pelas operações da Albras. A Albras consome aproximadamente um quarto da produção fora do período de pico da usina da Eletronorte.

Atualmente nos beneficiamos de um contrato entre a Albras e a Eletronorte pelo qual a Albras compra eletricidade a preços com desconto. Este contrato terminará em 2004. Nós, juntamente com outros produtores de alumínio da região, estamos pesquisando fontes alternativas de eletricidade, bem como negociando uma possível renovação deste contrato com novas condições. Vide—*Energia*.

*Valesul.* A Valesul iniciou suas atividades em 1982 e opera uma fábrica localizada no estado do Rio de Janeiro. A Valesul produz alumínio primário e ligas de alumínio na forma de lingotes, chapas, barras e tarugos. O alumínio da Valesul é vendido principalmente no mercado interno e à vista. A Valesul registrou receitas líquidas de US\$139 milhões e lucro líquido de US\$25 milhões em 2002. A Valesul vende diretamente a seus clientes.

O quadro abaixo apresenta informações sobre a produção recente de alumínio primário da Valesul e de sua reciclagem de sucata de terceiros.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
	2000	2001	2002
	(Em milhares de tons)		
Produção da Valesul .....	93,8	80,1	92,9
Reciclagem de sucata de terceiros.....	19,5	20,1	21,4

A Valesul atualmente obtém uma parte de suas necessidades de energia elétrica de suas próprias quatro usinas hidrelétricas localizadas no estado de Minas Gerais, uma parte da usina hidrelétrica de Machadinho, na qual a Valesul participa em 7% e o restante de uma companhia de energia elétrica de terceiros, a preços de mercado. A Valesul é capaz de suprir 100% de suas necessidades de energia durante as horas de pico.

#### *Concorrência no Mercado de Bauxita, Alumina e Alumínio*

A concorrência no mercado exportador de bauxita tem como base, principalmente, dois fatores-chave: a qualidade da bauxita e a credibilidade dos compradores. Acreditamos que a MRN permaneça competitiva nesse mercado em virtude:

- da elevada qualidade da bauxita brasileira, e
- do nosso sistema de produção de alumínio que garante a utilização interna de nossa produção de bauxita.

A concorrência no mercado exportador de alumina é baseado principalmente na qualidade, preço e credibilidade de fornecimento. Acreditamos que a Alunorte é competitiva no mercado de alumina em função de:

- sua proximidade das minas de bauxita da MRN;
- suas instalações de refinaria recentemente desenvolvidas;
- suas instalações portuárias eficientes, e
- suporte contínuo de seus proprietários no compromisso de comprar uma parte substancial de sua produção anual.

O alumínio é uma commodity e a concorrência está baseada fundamentalmente nos aspectos econômicos de transporte e custos de produção. Acreditamos que a Albras seja competitiva no mercado de alumínio em função de:

- suas instalações portuárias relativamente eficientes e acessíveis, e
- seus menores custos de produção.



## Investimentos em Siderúrgicas

Temos investimentos nas seguintes *joint ventures* da indústria de aço, em 31 de maio de 2003:

	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital (Votante—Total)		Sócios	Produção em 2002	Receitas Líquidas em 2002	Principais Produtos
	Votante	Total				
	(%)					
CSI (Califórnia) .....	50,0%	50,0%	JFE Steel	1.827	US\$754	Aço laminado a quente / aço laminado a frio / aço galvanizado / tubos de aço
CST (Brasil).....	24,9	28,0 (3)	Acesita Usinor JFE Steel Outros	4.865	976	Chapas de aço / aço laminado a quente
Siderar (Argentina) .....	5,0	4,9	Techint Group Empregados Usiminas Outros	2.175	915	Chapas de aço / aço laminado a quente / aço laminado a frio / aço galvanizado / placas de estanho
Usiminas (Brasil) .....	23,0	11,5	Nippon PREVI Caixa dos Empregados da Usiminas Outros	8.447	2.265	Aço laminado a quente / aço laminado a frio / placas de aço pesadas / aço eletro galvanizado

(1) Produção em milhões de toneladas de aço bruto de todas as siderúrgicas, exceto a CSI, e em milhões de toneladas de produtos acabados da CSI.

(2) Representa os valores convertidos das Demonstrações Contábeis locais para dólares norte-americanos (quando aplicável) às taxas de câmbio do final do exercício.

(3) Somos parte integrante de um acordo de acionistas que nos permite participar do grupo controlador.

O valor de mercado de nossos investimentos na CST, USIMINAS e Siderar, sendo todas companhias de capital aberto, era de US\$206 milhões em 31 de dezembro de 2002. O valor líquido contábil total destes investimentos era de US\$57 milhões em 31 de dezembro de 2002. O valor líquido contábil total dos investimentos nas indústrias siderúrgicas (incluindo CSI, uma companhia de controle privado) era de US\$164 milhões em 31 de dezembro de 2002. Em 2002, recebemos US\$17 milhões em dividendos decorrentes destes investimentos.

Em linha com a nossa estratégia de consolidar e focar em mineração, logística e energia, em março de 2001 descruzamos nossa participação acionária na CSN. Como parte da transação de descruzamento, a CSN nos garantiu os seguintes direitos de preferência relacionados com a mina de Casa de Pedra da CSN, cada um dos quais tem um período de duração de 30 anos:

- o direito de comprar a preços de mercado qualquer minério de ferro produzido na mina que excedam as necessidades internas da CSN,
- o direito de comprar ou de alugar a mina caso a CSN decida vendê-la ou arrendá-la, e
- o direito de nos tornarmos sócios de *joint venture* caso a CSN decida formar uma *joint venture* de pelotização com um terceiro com o minério de ferro produzido na mina.

Em contrapartida, garantimos à CSN o direito de preferência de participar conosco na construção de quaisquer novas instalações siderúrgicas produtivas que possamos empreender até março de 2006.

Esta transação de descruzamento está de uma forma geral sujeita à revisão pós-notificação pelas autoridades antitruste brasileiras

Em abril de 2003, adquirimos ações da CST da Acesita que não estão sujeitas ao Acordo de Acionistas Controladores da CST. Nesta transação, adquirimos 4,42% das ações ordinárias e 5,64% das ações preferenciais da CST, representando 5,17% do capital total da CST, por US\$59,7 milhões. Com esta transação, passamos a ter 24,93% das ações ordinárias e 29,96% das ações preferenciais da CST, totalizando 28,02% do capital da CST. Ainda, atualmente estamos negociando com o Grupo Japonês a compra de suas ações da CST, em conjunto com a Arcelor. Quando da nossa aquisição da participação do Grupo Japonês ou o término do Acordo de Acionistas Controladores em 2005, o que ocorrer primeiro, também esperamos adquirir, em conjunto com a Arcelor, o restante das ações da CST em poder da Acesita e da CSI. Esperamos que o custo de aquisição destas duas participações na CST será de US\$121 milhões. Com o aumento da nossa participação no capital da CST, garantimos a nossa presença no grupo controlador. Também fechamos acordos com a Arcelor para garantir a liquidez da nossa posição, pela qual esperamos reduzir a nossa participação na CST entre 2007 e 2009 para 20% das ações pertencentes ao grupo controlador. Até 2015, venderemos qualquer participação remanescente na CST. A nossa participação na CST será vendida ao preço de avaliação a ser realizada por dois bancos de investimentos.

### **Fertilizantes**

Conduzimos nossos negócios de fertilizantes principalmente através de nossa participação na Fertilizantes Fosfatados S.A. ou Fosfértil, uma companhia que produz e vende fertilizantes à base de nitrato e fosfato. Nossa participação no capital total e votante da Fosfértil é de 11%. Nosso principal sócio na Fosfértil é a Fertifós – Administração e Participações S.A. A Fosfértil apresentou receitas brutas de US\$233 milhões em 2002.

## **REGULAMENTAÇÃO**

### **Mineração**

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem ao Governo Brasileiro. A Constituição Brasileira requer que companhias de mineração sejam constituídas em conformidade com a lei brasileira.

A Constituição Brasileira e o Código de Extração Mineral impõem às companhias de mineração várias restrições regulamentares relacionadas, entre outras coisas, a:

- maneira pela qual as jazidas minerais são exploradas;
- saúde e segurança dos operários;
- proteção e restauração do meio ambiente;
- prevenção de poluição, e
- promoção de comunidades locais onde as minas estão localizadas.

No Brasil, as companhias de extração mineral somente podem explorar e extrair recursos minerais em conformidade com as autorizações de pesquisa ou concessões de lavra concedidas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, ou DNPM, uma Autarquia do Ministério das Minas e Energia do Governo Brasileiro. O DNPM concede autorizações de pesquisa para uma parte requerente inicial, as quais são válidas durante três anos. Estas autorizações podem ser renovadas a critério do DNPM por um outro período que varie de um a três anos. As atividades de exploração no local devem iniciar dentro de 60 dias da publicação, no Diário Oficial da União, da emissão do Alvará de Pesquisa. Após as atividades de extração e exploração geológica na extremidade do local, o beneficiário deve apresentar um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de uma jazida mineral que seja economicamente explorável, o beneficiário terá um ano (sujeito à prorrogação por parte do DNPM) desde a aprovação do relatório pelo DNPM para requerer uma concessão de lavra ou para transferir seu direito para um terceiro. Após a concessão de lavra pelo DNPM, o detentor da concessão deverá iniciar as

atividades de extração no local dentro de seis meses. O DNPM permite concessões para a extração mineral por um período de tempo indeterminado que dura até o esgotamento da jazida mineral. Os minerais especificados na autorização que são extraídos pertencem ao detentor da concessão. Com a aprovação do DNPM, um detentor de concessão poderá transferir as concessões de lavra a terceiros que estejam qualificados à detenção de concessões. Em alguns casos as concessões de extração mineral estão sujeitas a contestações por terceiros.

O Governo brasileiro nos cobra um royalty, conhecido como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), sobre as receitas da venda de minerais que extraímos, líquido de impostos, custos de seguro e de transportes. As taxas anuais pagas sobre os nossos produtos são:

- minério de ferro e potássio fertilizante, 2%;
- bauxita e manganês, 3%; e
- ouro, 1%.

O Governo brasileiro também impõe obrigações financeiras. Por exemplo, as companhias mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e lucros cessantes causados pelo uso e ocupação da terra (pela exploração) e devem também dividir com os proprietários das terras os resultados das explorações com à proporção de 50% da CFEM. As companhias mineradoras devem também compensar o Governo pelos danos causados às terras públicas. A grande maioria de nossas minas e de nossas concessões de mineração está em terras de nossa propriedade ou em terras públicas para as quais nós temos concessões de mineração.

## **Ferrovias**

O Governo brasileiro, através do Ministro dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), regula e supervisiona as políticas do setor de transportes ferroviários. O Governo Federal pode dar concessões a companhias privadas para a construção, operação e exploração comercial de ferrovias. A ANTT estabelece limites de tarifas diferenciados para os serviços ferroviários de cada concessionária e para os diferentes produtos transportados. Somente se estes limites forem respeitados, os preços praticados podem ser negociados diretamente com os usuários de tais serviços.

## **Energia**

De acordo com a presente estrutura, a indústria energética brasileira é totalmente regulamentada pelo Governo Brasileiro, através de atos emanados do Ministério das Minas e Energia e da ANEEL, agência governamental de regulamentação da energia brasileira. O papel do Ministério das Minas e Energia é desenvolver políticas e normas focadas na organização e regulamentação do setor elétrico. A principal função da ANEEL é assegurar um eficiente e econômico fornecimento de energia aos consumidores pelo monitoramento de preços e promoção da competitividade de mercado.

Sob a Lei No. 8.987 as concessionárias concedem direitos exclusivos de geração e distribuição de eletricidade numa área em particular por determinado período de tempo, que na opinião da ANEEL, é suficiente para o consignatário recuperar seus investimentos, até um limite de 35 anos, como nos casos das concessões de geração de energia. As concessões podem ser renovadas sob julgamento da ANEEL por um período adicional de mesma duração. Os consignatários são requisitados a fornecer eletricidade para serviços públicos com preços tabelados, de forma contínua, em quantidade suficiente e dentro de padrões de qualidades já aprovados.

A fim de amenizar a potencial volatilidade de receitas para as geradoras hidroelétricas, a ANEEL, têm implementado normas que criaram um Mecanismo de Realocação Energética, conhecido por MRE, um mecanismo de divisão do risco hídrico entre todos os geradores.

Com o intuito de implantar o MRE, a ANEEL determinou níveis de produção energética, conhecida por Cota de Energia, para cada gerador, a cada cinco anos. A Cota de Energia é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média de chuvas de uma dada região, correnteza dos rios e níveis de água de cada reservatório analisados num período múltiplo de anos. A Cada gerador é prometido um pagamento no valor da Cota de Energia, tão logo os membros do MRE como um todo são aptos a produzir nos níveis da Cota de Energia calculada pelo MRE. Para completar, um gerador assina contrato

para a venda de suas Cotas de Energia, e recebe suas parcelas baseados nestas cláusulas contratuais, sem considerar seu nível atual de geração de energia. A cada gerador é permitido, nas bases contratuais, vender até 100% de sua Cota de Energia. Se todos os membros do MRE atingirem suas Cotas de Energia contratada e mesmo assim ainda restar energia produzida, então teremos uma nova alocação do excedente líquido regional entre geradores de diferentes regiões.

Todos os contratos de compra e venda de energia no atacado são registrados no mercado atacadista de energia, ou MAE. O MAE é uma entidade privada sem fins lucrativos sujeita à autorização, regulamentação e supervisão da ANEEL, e é responsável por operar o mercado atacadista de energia e por assegurar que a compra de energia no mercado de curto prazo seja liquidada de forma clara e de uma maneira eficiente. O MAE é basicamente designado para efetuar a liquidação das diferenças entre os montantes de energia contratados nos contratos bilaterais dos diversos agentes do mercado, e os montantes efetivamente produzidos e consumidos. A liquidação é feita de acordo com os preços à vista do MAE, os quais são expressos em R\$/MWh e são calculados para cada período de liquidação de cada sub-mercado. A liquidação financeira dos saldos negociados no MAE ainda estão sob revisão de auditores externos e somente 50% do volume foi liquidado, com o restante previsto para ser liquidado em julho de 2003.

O Governo brasileiro eleito recentemente ainda não se posicionou de forma clara sobre as suas políticas para os mercados de eletricidade e nenhuma medida concreta foi tomada até a data. Não somos capazes de fazer uma avaliação correta do novo ambiente regulatório até que o Governo emita suas novas políticas. Mudanças no ambiente regulatório podem afetar negativamente nossos investimentos em energia.

## **Meio Ambiente**

As legislações federal, estaduais e municipais incluem disposições relativas ao controle e proteção do meio ambiente no Brasil. Essas leis supervisionam a reclamação e restauração de áreas exploradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento de efluentes industriais, bem como o uso, manipulação e eliminação final de materiais perigosos e ainda o controle de recursos hídricos de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece os direitos de uso da água e as taxas aplicáveis ao uso. É possível que as atuais regulamentações ambientais venham a se tornar mais rígidas no futuro. O fortalecimento dessas leis poderá elevar os custos para a observância das normas ambientais.

A fim de realizar nossas atividades de extração mineral e atividades industriais, devemos elaborar avaliações de impacto ambiental e apresentá-las às autoridades que supervisionam a concessão de permissões ambientais. Nossa companhia está comprometida com o cumprimento de todas as exigências legais e a obtenção da melhor relação com as partes interessadas, especialmente as comunidades localizadas próximas às suas atividades operacionais. O nosso sistema de gestão ambiental é desenhado para dar uma abordagem sistemática aos assuntos ambientais.

Conforme a Lei (Federal Brasileira) No. 9.605, a inobservância da legislação e regulamentação podem acarretar penalidades criminais, tais como detenção e outras restrições dos direitos individuais (incluindo diretores, executivos e gerentes de empresas), e multas e execução obrigatória de serviços públicos pelas empresas. As penalidades administrativas abrangem desde advertências e multas à suspensão das atividades corporativas, podendo também incluir a perda ou redução de incentivos, ou o cancelamento ou interrupção das concessões de crédito por instituições governamentais.

*Emissão de Licenças Ambientais.* Temos que obter licenças ambientais para construir, instalar, expandir e operar instalações que utilizem recursos naturais ou que possam poluir o meio ambiente. Nossas políticas ambientais requerem a obtenção das licenças exigidas pela legislação para cada uma de nossas instalações e atividades. Fechamos um acordo com as autoridades ambientais competentes a respeito das instalações onde a não adequação ambiental foi verificada a fim de que possamos adequar essas instalações às exigências.

*Medidas de Prevenção e Controle Ambiental.* Nossas políticas ambientais buscam, também, prevenir, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por nossas operações. Para esse fim, fizemos investimentos ambientais significativos em nossas instalações e em programa de treinamento de empregados (aproximadamente US\$10,8 milhões em 2002). Estamos investindo, também, no

desenvolvimento de projetos ambientais dirigidos às comunidades localizados nas imediações de nossas instalações (aproximadamente US\$2,4 milhões em 2002).

*Uso da Água.* Somos usuários intensivos de água em onze estados com recursos hídricos que variam de muito alta disponibilidade de água no Amazonas para a escassez no nordeste do Brasil. O Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos que está sendo implementado em toda a CVRD, inclui a avaliação da disponibilidade de água nas áreas onde operamos e o racionamento e o controle do uso da água. Monitoramos permanentemente a nova legislação e regulamentos sobre a água e temos muito interesse nos regulamentos adotados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei No. 9.433/97, a qual define as condições para obter outorgas para o uso da água e para o despejo de efluentes.

*Certificações ISO.* Nosso sistema de gestão ambiental é baseado na Organização Internacional de Padronização (ISO), padrão 14001. Obtivemos 12 certificados. Em 2002, as seguintes instalações foram certificadas pela ISO 14001:

- Docenave Tug Wharf (Cais de Rebocadores da Docenave), no estado do Espírito Santo;
- Os complexos de mineração de ferro e ouro de Itabira e Conceição, no estado de Minas Gerais;
- Gongo Soco, no estado de Minas Gerais;
- A mina de manganês da Sociedade Mineira de Mineração, no estado de Minas Gerais;
- As minas de minério de ferro da Ferteco Mineração, no estado de Minas Gerais;
- Terminal marítimo da Companhia Portuária Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro; e
- Rio Doce Manganèse Europe, na França.

*Sistemas de Controle Ambiental.* Como uma companhia de mineração, o controle de emissões de ar é um dos principais objetivos, incluindo em nossas plantas de pelotização. Os sistemas e equipamentos de controle nas nossas instalações são complementados pelos sistemas de monitoramento e softwares de controle.

Com relação às melhorias na qualidade da água, lutamos para tratar e controlar os poluentes despejados no mar e rios locais ou outras fontes de água e também utilizamos reciclagem extensiva de água em nossas operações.

Através de um abrangente sistema de gestão de dejetos em implementação, pretendemos alcançar um maior controle da geração e despejo de nossos dejetos para desenvolver oportunidades de reutilização e reciclagem, bem como de redução dos dejetos.

Nosso programa ambiental também inclui projetos de reflorestamento para proteger o solo contra processos de erosão, ou amenizar os conflitos entre as nossas atividades e as comunidades dos arredores.

Estamos também desenvolvendo outros projetos exigidos pela legislação em conjunto com a recuperação de terrenos devastados durante o processo de mineração. As leis ambientais exigem que sejam gastos pelo menos 0,5% do custo total de cada empreendimento com impacto ambiental significativo para criação e manutenção de reservas. Em 2002 gastamos US\$4,7 milhões nestas atividades. Participamos também na manutenção e preservação das florestas brasileiras, incluindo a Floresta Nacional de Carajás no Amazonas, e possuímos e preservamos a Reserva Natural do Vale do Rio Doce, uma das áreas remanescentes da Floresta Atlântica no estado do Espírito Santo. Nos últimos vinte anos nós temos dado suporte às comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica com o objetivo de dar qualidade de vida e auto-sustento a estas comunidades. Os gastos com estes programas alcançaram US\$3,7 milhões em 2002.

## MARCAS E PATENTES

Detemos um significativo número de patentes registradas junto ao *Patent and Trademark Office* (“PTO”) e junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), órgãos responsáveis pela concessão e registro de direitos de propriedade industrial nos Estados Unidos da América e no Brasil, bem como em outros países. A maioria destas patentes refere-se a métodos de processamento de minério por nós desenvolvidos. Uma de nossas patentes mais bem-sucedidas refere-se a um processo de concentração de minério de ferro de baixo teor, conhecido pelo termo técnico “itabirito”, que é utilizado amplamente por companhias mineradoras em todo o mundo. Conduzimos atualmente pesquisas tecnológicas visando proporcionar meios de exploração comercial de nossos depósitos de itabirito rígido. Detemos também o registro da marca “CVRD” e de nosso logotipo característico junto ao INPI, que renovamos a cada dez anos.

## SEGUROS

Temos cobertura de seguros para vários tipos de riscos, tais como de propriedade, responsabilidade civil, veículos, riscos de terminais marítimos e riscos de transportes, bem como apólices de seguro de vida em grupo para os nossos empregados. As apólices estão atualmente vigentes e os prêmios foram devidamente pagos. Nós acreditamos que a nossa cobertura de seguros é adequada às dimensões de nossas operações.

## INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Nossos investimentos de capital em 2002 incluíram:

- A construção da planta de pelotização de São Luís;
- A expansão da capacidade logística para o minério de ferro produzido no Sistema Norte, que inclui parte da construção do píer III no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e a expansão dos pátios de armazenagem de minério de ferro;
- A compra de novas locomotivas e a expansão da capacidade de carga no Sistema Sul;
- A aquisição das participações dos nossos sócios no projeto de cobre Salobo na região de Carajás;
- A preparação para início das operações no projeto de cobre Sossego na região de Carajás em 2004;
- O estudo de viabilidade econômica na jazida de níquel em Vermelho, que esperamos será concluído no segundo semestre de 2003;
- Parte do projeto para expandir a capacidade da mina de potássio, no estado de Sergipe;
- Parte da expansão da capacidade produtiva de alumina na Alunorte e a capacidade produtiva de bauxita na MRN; e
- Parte da construção das usinas hidrelétricas, particularmente as usinas de Aimorés e Candonga, que esperamos iniciarão as operações no final de 2003, e a usina de Funil, que iniciou as operações em dezembro de 2002.

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossos investimentos de capital históricos por área de negócio para os períodos indicados. Nossos investimentos de capital têm sido historicamente mais intensos nos segundos semestres de cada ano. Vide *Item 5* para uma descrição das vendas de nossos investimentos e orçamento de investimentos de capital.

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro,					
	2000		2001		2002	
			(Em milhões de US\$)			
Ferrosos .....	US\$	354	US\$	454	US\$	435
Não-ferrosos .....		50		40		132
Logística .....		14		25		33
Energia .....		19		52		72
Alumínio .....		-		-		63
Centro Corporativo .....		10		24		31
Total .....	US\$	447	US\$	595	US\$	766

Os investimentos de capital relativos aos produtos não-ferrosos aumentaram 230% de US\$40 milhões em 2001 para US\$132 milhões em 2002, principalmente em função da implementação dos projetos de cobre.

## Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras

### Visão Geral

Apesar da desaceleração da economia mundial e preços de venda reduzidos para o minério de ferro e pelotas, nossas receitas operacionais líquidas continuaram a melhorar em 2002, subindo 4,8% para US\$4.123 milhões, em grande parte devido à forte demanda chinesa por minério de ferro e pelotas. O lucro operacional também melhorou, subindo 48,5% para US\$1.429 milhões. O aumento no lucro operacional foi resultado principalmente da desvalorização do Real, impactando em redução dos nossos custos, dos quais 52% eram denominados em Reais. Apesar dos aumentos nas receitas e lucro operacional, nosso lucro líquido foi muito inferior em 2002, diminuindo 47,1% de US\$1.287 milhões em 2001 para US\$680 milhões em 2002. Este declínio foi resultado principalmente dos ganhos nas vendas de investimentos (papel e celulose, aço e navegação a granel) em 2001 de US\$784 milhões. O lucro líquido em 2002 também foi negativamente afetado por 36,1% de aumento nas perdas de variação cambial e monetária decorrentes da desvalorização do Real sobre a nossa dívida denominada em dólares norte-americanos.

### Principais Fatores que Afetaram as Receitas e os Resultados das Operações

#### Preços

##### *Minerais e Metais*

*Minério de Ferro.* Nossas vendas de exportação de minério de ferro são feitas, de modo geral, em conformidade com contratos de fornecimento de longo prazo que prevêem ajustes de preços anuais. Alterações cíclicas na demanda global por produtos de aço afetam os preços e volumes das vendas no mercado mundial de minério de ferro. Diferentes fatores, tais como o teor de ferro de jazidas de minério específicas, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários para produzir o produto final desejado, tamanho de partícula, teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e manganês) no minério influenciam os preços contratuais para o minério de ferro. Os preços contratuais também dependem dos custos de transporte. Finos, granulados e pelotas tipicamente têm diferentes preços fixados. Geralmente realizamos negociações de preços anuais de novembro a fevereiro de cada ano, com preços separados estabelecidos para os mercados de minério de ferro asiático e europeu. No mercado asiático, os preços renegociados entram em vigor em abril de cada ano. No mercado europeu, os preços renegociados entram em vigor em janeiro de cada ano. Em virtude da ampla variedade de qualidade e características físicas do minério de ferro e pelotas, estes possuem menos características de *commodities* do que outros minerais. Esse fator, combinado com a estrutura do mercado, impediu o desenvolvimento de um mercado futuro de minério de ferro. Não realizamos operações de *hedge* relacionadas à nossa exposição à volatilidade de preços do minério de ferro.

**Preços de Referência na Europa em Centavos de  
US\$ por Unidade de Ferro por tonelada**

<b>Ano</b>	<b>Finos de Carajás</b>	<b>Minério Padrão para Sinterização</b>	<b>Pelotas de Alto-Forno</b>
2000	28,79 ¢	27,67 ¢	49,24 ¢
2001	30,03	28,92	50,10
2002	29,31	28,62	47,36
2003	31,95	31,04	52,00

Nossos preços de referência por unidade de Fe para o minério de ferro decresceram em 2002 2,4% em relação aos níveis de 2001, após subirem 4,5% em 2001 em relação aos níveis de 2000. Experimentamos tendências similares no mercado de pelotas, onde os preços de referência diminuíram em 5,5% em 2002, após subirem 1,7% em 2001. À luz dos altos níveis de demanda por minério de ferro, em maio de 2003, concluímos acordos com várias grandes siderúrgicas pelos quais nossos preços de referência de minério de ferro para 2003 aumentarão em média 9%. Em de junho de 2003 concluímos os acordos pelos quais os preços de referência de pelotas em 2003 aumentarão em média 9,8%.

*Ouro.* Vendemos ouro em um mercado mundial ativo no qual os preços respondem às variações diárias na oferta e demanda. O quadro seguinte mostra os preços no mercado de ouro de Londres nos períodos indicados.

	<b>Ouro (por onça)</b>
1o. trimestre de 2000 .....	US\$ 277
2o. trimestre de 2000 .....	288
3o. trimestre de 2000 .....	274
4o. trimestre de 2000 .....	274
1o. trimestre de 2001 .....	258
2o. trimestre de 2001 .....	269
3o. trimestre de 2001 .....	293
4o. trimestre de 2001 .....	278
1o. trimestre de 2002 .....	299
2o. trimestre de 2002 .....	319
3o. trimestre de 2002 .....	324
4o. trimestre de 2002 .....	347

Normalmente procuramos administrar os riscos associados com as oscilações dos preços do ouro através de contratos de *hedge*. Para maiores informações sobre as nossas operações de *hedge* de ouro, Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado*. Os preços médios do ouro foram maiores em 2002 do que em 2001, refletindo uma série de fatores, inclusive o enfraquecimento dos dólares norte-americanos, a tensão política internacional e os declínios nos mercados de títulos mobiliários que aumentaram a atratividade pelo ouro como uma alternativa de investimento.

*Operações de Alumínio.* Conduzimos nossas operações de alumínio através de nossas controladas e *joint ventures* não consolidadas. Consolidamos as receitas da (i) Alunorte, que vende alumina, e (ii) nossa controlada integral Itabira Rio Doce Company Ltd., a qual nos referimos como Itaco, que revende bauxita, alumina e alumínio. Nossas demais operações de bauxita, alumina e alumínio estão refletidas na linha “Equivalência Patrimonial em Coligadas e *Joint ventures* e Provisão para Perdas em Investimentos” em nossa demonstração de resultado consolidada.

Através da Itaco, vendemos nosso alumínio em um mercado mundial ativo no qual os preços são determinados com relação aos preços vigentes em mercados terminais, tais como a Bolsa de Metais de Londres e a Commodity Exchange, Inc. (Bolsa de Commodities), ou COMEX, na época da entrega. O quadro abaixo mostra os preços médios de mercado por trimestre do alumínio na Bolsa de Metais de Londres nos períodos indicados.



	<b>Alumínio</b> <b>(por libra)</b>
1º trimestre de 2000.....	US\$ 0,75
2o. trimestre de 2000.....	0,68
3o. trimestre de 2000.....	0,72
4o. trimestre de 2000.....	0,69
1o. trimestre de 2001.....	0,71
2o. trimestre de 2001.....	0,69
3o. trimestre de 2001.....	0,64
4o. trimestre de 2001.....	0,61
1o. trimestre de 2002.....	0,63
2o. trimestre de 2002.....	0,62
3o. trimestre de 2002.....	0,60
4o. trimestre de 2002.....	0,62

Os preços médios de mercado de três meses do alumínio na Bolsa de Metais de Londres caíram em 2002 de US\$1.454 por tonelada em 2001 para US\$1.365 por tonelada em 2002, principalmente refletindo um aumento na produção mundial de alumínio que mais que compensou uma modesta recuperação na demanda mundial. A Albras e a Alunorte procuram administrar os riscos associados às mudanças nos preços do alumínio por meio de transações de *hedge*. Para maiores detalhes sobre o *hedge* de alumínio, vide Item 11. *Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado*. Durante os primeiros cinco meses de 2003 os preços médios do alumínio para três meses na Bolsa de Metais de Londres cresceram 4,23%. No mesmo período, os preços mundiais de alumina também aumentaram substancialmente.

Conduzimos nossos negócios de bauxita, alumina e alumínio através de controladas e *joint ventures* consolidadas e não consolidadas. Nossa *joint venture* não consolidada MRN vende uma parcela significativa da sua produção de bauxita para a nossa controlada Alunorte, que por sua vez vende uma parcela significativa da sua produção de alumina para as nossas *joint ventures* não consolidadas Albras e Valesul. Os acordos básicos pelos quais estas vendas são feitas são:

- Nossa *joint venture* de bauxita MRN produz bauxita para vender em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*) a nós e a nossos sócios de *joint ventures* a um preço determinado por uma fórmula baseada nos preços do alumínio no mercado internacional. Nossa controlada de alumina Alunorte, a qual passamos a consolidar em julho de 2002, compra toda a bauxita de que necessita da MRN. Nosso compromisso de compra anual em 2002 foi de aproximadamente US\$82 milhões.
- Cada sócio da *joint venture* Alunorte deve comprar em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*) toda a alumina produzida pela Alunorte na proporção de suas respectivas participações. Cada sócio da *joint venture* paga o mesmo preço, que é determinado por uma fórmula baseada nos preços do alumínio e da alumina no mercado internacional. Nosso compromisso anual de compra em 2002 foi de aproximadamente US\$22 milhões. Em junho de 2002, aumentamos nossa participação e adquirimos o controle da Alunorte (alumina) e passamos a consolidá-la em nossas Demonstrações Contábeis. Como consequência, desde junho de 2002, os pagamentos que fizemos à Alunorte pelo compromisso firmado (*take-or-pay*) são eliminados quando da preparação das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Cada sócio da *joint venture* Albras deve comprar em bases de compromisso firmado (*take-or-pay*) todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas respectivas participações. No nosso caso, este compromisso é de 51% (representando a nossa participação proporcional) na produção anual de alumínio da *joint venture*. Embora o nosso compromisso de compra anual com a Albras possa ser significativo, aproximadamente US\$279 milhões em 2002, os preços do alumínio no mercado internacional (sujeito a desconto em conformidade com os termos de nossos acordos na *joint venture*) determinam os preços do alumínio pelos quais compramos da Albras. Revendemos com margem o alumínio que recebemos da Albras através de nossa controlada Itaco. Não temos um compromisso firmado (*take-or-pay*) com a Valesul, que vende alumínio diretamente a seus clientes.

*Manganês e ferroligas.* Os preços do manganês e de ferroligas são fortemente influenciados pelas tendências no mercado siderúrgico. Os preços do manganês geralmente são negociados em bases anuais usando um *benchmark* estabelecido no mercado japonês com base no preço de referência de ferroligas correspondente. Os preços de ferroligas são negociados por ofertas de compra, em contratos trimestrais (particularmente na Europa) ou à vista. Eles são influenciados por uma série de fatores e são mais voláteis que os preços do manganês. Entre os principais fatores estão o preço do manganês, os estoques detidos pelos produtores ou negociadores, interrupções ocasionais na produção e as tarifas protecionistas nos principais mercados (Estados Unidos, Europa, Japão e Coréia). Os preços médios do manganês reduziram para US\$54 por tonelada em 2002 de US\$63 por tonelada em 2001, principalmente em função das condições adversas no mercado siderúrgico mundial no momento em que os preços anuais de 2002 foram estabelecidos. Os preços médios de ferroligas caíram de US\$456 por tonelada em 2001 para US\$423 por tonelada em 2002 refletido nas mudanças no mix de nossos produtos.

*Potássio e Caulim.* Os preços do potássio foram mais baixos em 2002 do que em 2001, principalmente refletindo os menores preços internacionais decorrentes do aumento das exportações a preços mais baixos da Rússia e da Jordânia, que reduziram seus preços para conquistar mercado. Os preços do caulim têm se mostrado relativamente estáveis ao longo da última década e mostrou pouca oscilação durante 2002 e 2001. Os preços médios por tonelada em cada um dos exercícios sociais de 2002 e 2001 foram US\$136 e US\$130, respectivamente, que representaram um aumento de 5% devido principalmente a um aumento da demanda.

*Logística.* Nossas receitas de logística vêm basicamente das taxas cobradas dos clientes pelo transporte de carga em nossas ferrovias, portos e navios. A maioria destas receitas é originária de nossas ferrovias, e quase todas as nossas receitas de logística são denominadas em Reais. Os preços no mercado ferroviário brasileiro estão sujeitos a limites máximos definidos pelas autoridades reguladoras brasileiras mas que na prática têm historicamente caído muito abaixo destes limites, refletindo principalmente a necessidade das ferrovias de se manterem competitivas com o transporte rodoviário. Em 2002, os preços dos transportes de carga geral aumentaram em Reais em relação aos níveis de 2001, refletindo a inflação, bem como a demanda crescente e um aumento nos preços dos caminhões, que são usados como referência no estabelecimento dos preços do frete ferroviário.

## ***Demanda***

### *Demanda por Produtos Minerais*

A demanda por nosso minério de ferro é derivada da demanda mundial por aço, que, por sua vez, é largamente influenciada pela atividade econômica mundial. A demanda mundial por aço experimentou uma tendência de queda no período de três anos de 2000 a 2002. Uma redução na atividade econômica na Europa ou Ásia normalmente afetará a demanda por nossos produtos de minério de ferro, embora com um efeito retardado, como é característica. Nos últimos anos, temos visto um aumento significativo na demanda da China que tem compensado a redução da demanda na Europa e em outras partes da Ásia. A demanda por nossos outros produtos minerais também é influenciada pelos diversos níveis de produção da atividade econômica mundial.

Devido principalmente à demanda na China, a procura por minério de ferro e pelotas aumentou ao longo de 2002, e até o quarto trimestre de 2002 tinha começado a ultrapassar a nossa capacidade produtiva. Temos a expectativa de que a demanda continuará maior do que a nossa capacidade produtiva em 2003. Planejamos investir US\$217 milhões em 2003 para aumentar a capacidade produtiva de nossas minas e para expandir a capacidade de nossos portos de forma a atender melhor a demanda crescente de nossos clientes. Neste meio tempo, à medida que a demanda exceda a nossa capacidade produtiva, pretendemos comprar e revender minério de ferro de terceiros a fim de cobrir qualquer insuficiência temporária.

### *Demanda de Serviços de Transportes de Terceiros.*

A demanda por serviços de transportes de terceiros é influenciada pelo crescimento econômico brasileiro bem como pelas exportações e importações brasileiras de bens. A demanda por serviços de carga geral foi maior em 2002, refletindo principalmente a melhoria da saúde da economia brasileira e a forte colheita de grãos. Esperamos que a demanda continuará a crescer em 2003, refletindo o crescimento contínuo do produto interno bruto brasileiro e do comércio internacional.

### **Flutuações de Moeda**

A maioria de nossas vendas continuará ser denominadas em dólares, ao passo que a maioria de nossos custos (excetuando as despesas financeiras) continuará a ser denominada em moeda brasileira. Conseqüentemente, quando o real se apresenta relativamente forte frente ao dólar, isto tende a produzir um efeito negativo sobre os nossos resultados financeiros divulgados provenientes de operações, e vice-versa. Por outro lado, em virtude da maioria da nossa dívida (e da dívida de *joint ventures* e coligadas) ser denominada em dólares, uma relativa fragilidade do Real faz com que registremos prejuízos monetários e cambiais. O declínio de 34,3% do Real teve um impacto significativo em nossos resultados em 2002. Durante os primeiros cinco meses de 2003, o Real se valorizou em 19,1% frente ao dólar norte-americano. Não podemos prever a direção futura das taxas de câmbio.

### **Aquisições**

Em junho de 2002, aumentamos a nossa participação e adquirimos o controle da Alunorte (alumina) e passamos a consolidá-la em nossas Demonstrações Contábeis. Anteriormente registrávamos a Alunorte por equivalência patrimonial. Aumentamos também nossa participação acionária na Salobo e MVC em 2002, contudo, essas aquisições não tiveram impacto significativo em nossas receitas brutas, lucro líquido ou total do ativo.

O quadro abaixo mostra o efeito da aquisição da Alunorte em nossas receitas brutas, lucro líquido e ativos totais.

	<b>Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2002</b>
Aumento nas receitas brutas .....	3,0 %
Aumento no lucro líquido .....	3,8
Aumento nos ativos totais .....	7,4

Continuamos realizando aquisições no ano de 2003, conforme descrito no *item 4. Informações sobre a Companhia – Visão Geral sobre os Negócios*. Particularmente, em março de 2003, fechamos um acordo com a Mitsui para adquirir o restante de sua participação na Caemi por US\$426,4 milhões. Com a transação teremos 100% das ações ordinárias da Caemi, 40% de suas ações preferenciais e 60,2% do capital total. A Caemi, uma companhia brasileira com sede no Rio de Janeiro, é a quarta maior produtora de minério de ferro e é listada na BOVESPA. Esta aquisição ficará sujeita, entre outras coisas, à revisão e aprovação das autoridades competentes e a finalização das transações da Valepar descritas no Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – Principais Acionistas.

### **Venda de Investimentos e de Ativos**

Em 2001, vendemos nossas participações na Bahia Sul e Cenibra (papel e celulose) e CSN (aço). Além das vendas destes investimentos, em 2001 e 2002, registramos a venda dos ativos florestais remanescentes em decorrência da nossa descontinuidade no negócio de papel e celulose e a venda de navios do negócio de navegação a granel. A tabela a seguir mostra os efeitos destas vendas de investimentos em nossas receitas brutas, lucro líquido e ativos totais. Os percentuais na tabela representam a parcela de nossas receitas, lucro líquido e ativos totais dos negócios descontinuados e ativos vendidos nos períodos indicados antes das baixas.

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>		
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Redução nas receitas brutas	0,1%	4,7%	6,9%
Redução (aumento) no lucro líquido	0,1%	(1,0)%	7,3%
Redução nos ativos totais	0,7%	1,7%	7,7%

Em 18 de junho de 2003, decidimos vender nossa única mina de ouro remanescente, Fazenda Brasileiro, para Yamana Resources Inc., uma companhia mineradora canadense, por US\$20,9 milhões. A venda está sujeita a certas condições. Com a conclusão da venda, nossas operações de ouro estarão interrompidas até o início das operações dos projetos do cobre os quais estamos atualmente desenvolvendo em Carajás, com os quais esperamos produzir ouro como um subproduto do processo de mineração de cobre.

### ***Efeitos dos Investimentos em Certas Coligadas Registradas pelo Método da Equivalência Patrimonial e Investimentos ao Custo***

A condição financeira e os resultados das operações de nossas *joint ventures*, companhias coligadas e investimentos podem ter efeitos significativos nos resultados das nossas operações e em nossa situação patrimonial. Vide a nota explicativa 10 de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas para maiores informações sobre estes efeitos.

### ***Custos Unitários de Extração Crescentes***

Muitas de nossas minas, tais como Cauê, Conceição e Capanema, já operam há muito tempo e têm apresentado custos unitários de extração crescentes uma vez que processos mais onerosos se tornam necessários para extrair o minério remanescente nestas minas. Os aumentos nos custos de extração nestas minas não têm afetado o resultado de nossas operações uma vez que estes aumentos foram compensados pelos ganhos de produtividade e pelos efeitos cambiais favoráveis sobre estes custos.

### ***Custos de Eletricidade***

Custos com eletricidade constituem um componente significativo do custo de produção do alumínio. Nossa coligada de alumínio, a Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, obtém energia elétrica com taxas inferiores às que prevalecem no mercado a partir de um contrato de 20 anos com a Eletronorte, empresa estatal fornecedora de energia elétrica. Nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000, as taxas de mercado foram US\$20,62, US\$22,87 e US\$24,48 por MWh, respectivamente. O preço médio pago pela Albras nos mesmos períodos foram US\$12,86, US\$11,27 e US\$11,93 por MWh, respectivamente. O contrato com a Eletronorte vence em maio de 2004. A Albras atualmente está negociando um possível contrato novo e está estudando outras alternativas de fornecimento de energia. Embora esperemos que os custos de energia da Albras estejam no futuro em linha com os das demais empresas do segmento, seus custos provavelmente irão aumentar após o término do contrato se comparados aos níveis atuais.

### ***Efeitos do Racionamento de Energia no Brasil***

Em 1º de junho de 2001, o Governo Brasileiro, como parte do seu programa de racionamento de energia, determinou reduções no consumo de pelo menos 20% em relação ao consumo médio dos meses de maio, junho e julho de 2000. As operações de alumínio e ferroligas são consideradas atividades de consumo intensivo de eletricidade e, para essas atividades a redução de consumo determinada foi de 25% em relação ao consumo médio dos meses de maio, junho e julho de 2000. Nosso consumo total de energia esperado para 2001 era de 14,5 TWh. Contudo, em função do programa de racionamento, nosso consumo em 2001 foi de 12,5 TWh. Em 2000 nosso consumo total de energia foi de 13,8 TWh. Como resultado, reduzimos nossa produção de ferroligas nos seis meses findos em 30 de novembro de 2001 em 46.000 toneladas, das 220.000 toneladas planejadas para 174.000 toneladas efetivamente produzidas. Também reduzimos em 2001, a produção de alumínio pela Albras em 46.000 toneladas, para 333.000 toneladas contra uma produção planejada de 379.000 toneladas e, na Valesul de 13.000 toneladas, para 80.000 toneladas contra uma produção planejada de 93.000 toneladas. No final de 2001, as condições climáticas no Brasil melhoraram, reduzindo o risco imediato de falta de energia. Como consequência, em março de 2002, o Governo brasileiro eliminou as restrições ao uso de energia no restante do país. Para uma discussão sobre as possíveis consequências e riscos associados com racionamentos futuros de energia, vide *Item 3. Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Brasil*.

### ***Taxas de Inflação no Brasil***

Medida pelo índice IGP-M, a taxa de inflação brasileira ficou em aproximadamente 9,9% em 2000, 10,4% em 2001 e 25,3% em 2002. A maioria dos nossos custos no Brasil é incorrido em Reais, enquanto a maioria de nossas receitas é gerada fora do Brasil em Dólares norte-americanos. A inflação normalmente apresenta impacto negativo em nossas margens operacionais somente em períodos em que a inflação excede a desvalorização do Real frente o dólar norte-americano. Nos últimos anos, inclusive em 2002, a inflação no Brasil tem sido mais que compensada pela desvalorização do Real.

### ***Impostos no Brasil***

Estamos sujeitos a diversos impostos no Brasil. A legislação tributária brasileira é freqüentemente alterada e pode produzir um impacto sobre os resultados de nossas operações. Os principais impostos que pagamos são:

- *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.* Nossa receita bruta consiste no total de receitas provenientes de vendas, líquidas de descontos, restituições e provisões, juntamente com os valores que recebemos com relação ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. As receitas operacionais líquidas representam as receitas menos o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, que recebemos em nome das autoridades tributárias estaduais e que devemos remeter às mesmas. Também pagamos impostos sobre outras receitas a título de programas sociais que são registrados nas linhas de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços e despesas financeiras em nossas Demonstrações Contábeis. As exportações se encontram atualmente isentas do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.* Pagamos impostos sobre o lucro, os quais inclui um imposto chamado contribuição social sobre o lucro. A alíquota da contribuição social sobre o lucro variou, nos últimos três anos, de 8% para 12%, estando atualmente em 9%.

### ***Práticas Contábeis Críticas***

A seguir descrevemos as nossas práticas contábeis que acreditamos sejam críticas. Consideramos como práticas contábeis críticas aquelas práticas que são importantes para a nossa situação patrimonial e resultados das operações e que requerem julgamentos significativos e estimativas por parte de nossa administração. Sumariando todas as nossas práticas contábeis, vide a nota explicativa 1 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

### ***Ajustes de Conversão***

Nossa moeda de reporte é o dólar norte-americano, mas nossa moeda funcional para a maioria de nossas operações é o Real. De acordo com o SFAS 52 - "Foreign Currency Translation," convertemos a demonstração de resultado para refletir os resultados aproximados que teriam ocorrido caso cada transação tivesse sido convertida usando-se a taxa de câmbio da data em que cada transação foi reconhecida. Uma vez que a conversão em separado de cada transação é impraticável, uma taxa média ponderada para o período é utilizada. Na maioria dos casos, convertemos as contas de nossa demonstração de resultado e as das controladas que usam o Real como moeda funcional para dólares norte-americanos às taxas médias ponderadas mensais para o período principal de reporte. No caso de itens excepcionais relevantes, convertemos os valores para dólares norte-americanos usando a taxa de câmbio da data da transação. Adicionalmente, durante os períodos de alta volatilidade cambial, usamos taxas diárias estimadas para converter nossas perdas monetárias e cambiais, moeda financeira, receitas financeiras e despesas financeiras. A determinação da taxa média ponderada apropriada requer estimativas e julgamento significativos da administração. Durante 2002, o Real desvalorizou 34,3% em relação aos dólares norte-americanos e gerou uma perda de conversão no exercício registrada diretamente na conta de ajustes de conversão acumulados de US\$1.710 milhões.

### ***Reservas e Vida Útil das Minas***

Regularmente avaliamos e atualizamos nossas estimativas de reservas minerais provadas e prováveis. Nossas reservas minerais provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativa

geralmente aceitas e foram auditadas pela AMEC, uma firma especializada em geologia, mineração e reservas de minério de ferro. O cálculo de nossas reservas requer que assumamos posições sobre as condições futuras que são extremamente incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas destas posições assumidas poderão ter impacto significativo em nossas reservas provadas e prováveis registradas.

Uma das maneiras pela qual utilizamos as nossas estimativas das reservas de minério é para determinar as datas de fechamento das minas usadas para reconhecer o valor de mercado da provisão para baixa de ativos e o período no qual nós amortizamos nossos ativos de mineração. Qualquer alteração em nossas estimativas de vidas úteis futuras esperadas das minas ou ativos poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização reconhecidos em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas como custo dos produtos vendidos. Alterações nas vidas úteis estimadas de nossas minas poderão também causar impacto significativo em nossas estimativas de custos ambientais e de recuperação, os quais estão descritos em maiores detalhes a seguir.

### ***Custos Ambientais e de Recuperação de Áreas Degradadas***

Os gastos relacionados com o cumprimento das regulamentações ambientais são registrados contra resultado ou são capitalizados conforme apropriado. Estes programas contínuos são desenhados para minimizar o impacto ambiental de nossas atividades.

Até 31 de dezembro de 2002, provisionamos somente os passivos ambientais relativos à recuperação de áreas degradadas nas minas já encerradas ou aquelas que esperamos encerrar nos próximos dois anos. A estimativa dos custos ambientais foi baseada nos projetos dos próximos dois anos e não foram descontadas a valor presente.

A partir de 1º de janeiro de 2003, adotamos o SFAS 143- "Accounting for Asset Retirement Obligations". O SFAS 143 estabelece que devemos reconhecer uma obrigação a valor de mercado para a nossa estimativa de retirada de ativos no período em que elas ocorrerem, caso uma estimativa razoável possa ser efetuada. Consideramos as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento como uma prática contábil crítica porque:

- Não incorreremos na maioria destes custos por vários anos, e somos requeridos a fazer estimativas para longo prazo;
- As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as nossas operações poderão mudar, e qualquer um dos casos poderá resultar em desvios significativos dos nossos planos atuais;
- O cálculo do valor de mercado da nossa obrigação para retirada de ativos conforme o SFAS 143 requer que assumamos probabilidades de fluxos de caixa projetados, assumamos posições de longo prazo com relação a taxas de inflação, determinemos nosso crédito ajustado a taxas de juros sem risco e determinemos prêmios sobre riscos de mercado que são aplicáveis às nossas operações; e
- Dada a relevância destes fatores na determinação de nossos custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas estimados, alterações em qualquer uma ou em todas as estimativas poderão ter um impacto relevante no lucro líquido. Particularmente, dados os longos períodos pelos quais muitos destes encargos são descontados a valor presente, alterações em nossas suposições sobre crédito ajustado a taxas livres de risco poderão ter um impacto significativo no valor da provisão. Em 1º de janeiro de 2003, projetamos o valor de mercado de nossa provisão total estimada para retirada de ativos em aproximadamente US\$41 milhões, representando um aumento de US\$26 milhões em relação à quantia reconhecida pela prática contábil anterior.

### ***Desvalorização de Bens Duráveis e Ágio***

Avaliamos nossos investimentos e os bens duráveis, que são representados basicamente pelo ativo imobilizado identificável, para desvalorização quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil dos ativos pode não ser recuperável. Se o ativo é passível de desvalorização,

reconhecemos uma perda para desvalorização e ajustamos o ativo baseados na parcela do valor contábil do ativo que excede o maior entre o valor líquido de realização e o valor de uso. Normalmente determinamos o valor de uso descontando o fluxo de caixa futuro projetado usando uma taxa bruta ajustada que acreditamos ser apropriada aos riscos inerentes do ativo. Para projetar o fluxo de caixa futuro devemos assumir várias posições sobre assuntos de elevada incerteza, incluindo vendas e produção futuras, preços dos produtos (que nós estimamos com base nos preços históricos e corrente, tendências de preço e os fatores correlatos), reservas recuperáveis, custos operacionais, custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados. Chegar nessas suposições e estimativas sobre estes assuntos é um processo complexo e normalmente subjetivo. Estas suposições e estimativas podem ser afetadas por uma variedade de fatores, inclusive externos tais como tendências econômicas e da indústria, e fatores internos tais como mudanças em nossa estratégia de negócios e nossas previsões internas. Embora acreditamos que as suposições e estimativas que fizemos no passado foram razoáveis e apropriadas, diferentes suposições e estimativas poderão impactar significativamente nossos resultados financeiros reportados. Suposições mais conservadoras dos benefícios futuros antecipados destes negócios resultariam em provisões para desvalorização maiores, o que reduziria o lucro líquido e resultaria em valores de ativos menores em nosso balanço patrimonial. Por outro lado, suposições menos conservadoras resultariam em provisões para desvalorização menores, lucro líquido e valores de ativos maiores.

Ao avaliar o potencial de desvalorização de nossos investimentos, valorizamos nossos investimentos em companhias listadas em Bolsa de Valores pela cotação dos preços de mercado disponíveis ao público. Se a cotação do preço de mercado estiver abaixo do valor contábil, e considerarmos o declínio como não sendo temporário, ajustamos os nossos investimentos para os preços de mercado cotados. Para os investimentos cujos preços de mercado cotados não estão prontamente disponíveis, avaliamos os investimentos para fins de desvalorização sempre que a performance da empresa em questão indique que uma desvalorização possa existir. Em tais casos, o valor de mercado dos investimentos é estimado principalmente com base no fluxo de caixa projetado descontado utilizando suposições similares às descritas acima.

Com relação ao ágio, todo ano em 30 de setembro, usamos um processo de duas fases para testar a recuperação do ágio para cada uma de nossas unidades de reporte. Na primeira fase é feita uma comparação do valor de mercado da unidade de reporte com o valor contábil dos ativos líquidos. O valor de mercado dos ativos líquidos é baseado no fluxo de caixa descontado usando-se suposições similares às aquelas usadas no processo descrito anteriormente. A segunda fase exige uma estimativa do valor de mercado dos ativos e passivos da unidade de reporte, individualmente. O valor de ajuste para desvalorização do ágio das investidas montava a US\$86 milhões em 31 de dezembro de 2002. Não houve outros ajustes durante 2002.

### ***Derivativos e Atividades de Hedge***

Em 1o de janeiro de 2001, adotamos o SFAS 133 - "Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities", complementado pelos SFAS 137 e SFAS 138. Estes pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos financeiros derivativos tanto ativos como passivos em nossos balanço patrimonial e os valorize aos seus preços de mercado. As variações dos valores de mercado dos derivativos são reconhecidas no resultado de cada período ou em outros lucros econômicos (fora da apuração do lucro líquido), sendo que neste caso dependerá se a transação é designada como um *hedge* de fato. Em 2002, não designamos nenhum instrumento financeiro derivativo como *hedge* e os ajustes a valores de mercado de nossos derivativos foram todos reconhecidos no lucro líquido do exercício. Se tivéssemos designado nossos instrumentos de *hedge* conforme estabelecido no SFAS 133 teria tido ajustes correspondentes de valor de mercado, para certos instrumentos de *hedge*, nos itens protegidos correlatos no caso de *hedges* de valores de mercado ou diretamente no patrimônio líquido no caso de *hedges* de fluxo de caixa. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2002 registramos um encargo de US\$92 milhões decorrentes de ajustes a valores de mercado de instrumentos derivativos.

### ***Imposto de Renda***

De acordo com o SFAS 109 - "Accounting for Income Taxes", reconhecemos imposto de renda diferido decorrente de diferenças temporárias em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Reconhecemos uma provisão para desvalorização nos casos em que acreditamos que seja mais provável que os créditos fiscais não serão totalmente recuperáveis no futuro.

Quando elaboramos as nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas, estimamos nossos impostos sobre a renda com base nas regulamentações de várias jurisdições onde conduzimos nossos negócios. Isto requer que estimemos nossa exposição fiscal corrente e avaliemos as diferenças temporárias que resultam do tratamento diferenciado de certos itens para os fins fiscais e contábeis. Estas diferenças originam impostos de renda diferidos ativos e passivos, os quais mostramos em nosso balanço patrimonial consolidado. Por isso, temos de avaliar a probabilidade que os nossos créditos fiscais diferidos serão recuperados a partir dos lucros tributáveis futuros. À medida que acreditamos que a recuperação não é provável, registramos uma provisão para desvalorização. Quando estabelecemos esta provisão para desvalorização ou aumentamos esta provisão em um período contábil, reconhecemos uma despesa tributária em nossa demonstração de resultado.

A determinação de nossa provisão para imposto de renda ou os impostos de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para desvalorização dos créditos fiscais requer estimativas e julgamentos significativos da administração e suposições sobre assuntos de elevada incerteza. Para cada crédito fiscal futuro, avaliamos a probabilidade se parte ou todo o ativo fiscal não será recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da nossa avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro na empresa em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na nossa produção e planejamento de vendas, preços das *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação do Grupo para as controladas e custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

Em 31 de dezembro de 2002 registramos uma provisão para desvalorização de US\$230 milhões sobre a parcela de nosso imposto de renda diferido ativo do montante de US\$799 milhões e registramos uma despesa de imposto de renda diferido de US\$12 milhões relativa ao aumento líquido na provisão para desvalorização do exercício.

### ***Contingências***

Divulgamos passivos contingentes significativos exceto quando a possibilidade de perda é considerada remota e ativos contingentes nos casos que a entrada de benefícios econômicos é provável. Discutimos nossas contingências significativas na nota explicativa 15 de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Contabilizamos as contingências de acordo com o *SFAS 5 - "Accounting for Contingencies"* que estabelece o registro uma perda estimada contingente quando a informação disponível antes da emissão de nossas Demonstrações Contábeis indicar a probabilidade de um evento futuro confirmar que um ativo deva ser desvalorizado ou um passivo foi incorrido na data das Demonstrações Contábeis, e o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Particularmente, dada a natureza incerta da legislação tributária brasileira, a avaliação de passivos tributários potenciais requer um julgamento significativo da administração. Por sua natureza, as contingências sempre serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou falharem em ocorrer – e tipicamente esses eventos ocorrerão por vários anos no futuro. Avaliar tais passivos, particularmente no ambiente legal brasileiro incerto, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2002, totalizando US\$428 milhões, consistia de provisões de US\$109 milhões, US\$95 milhões, US\$220 milhões e US\$4 milhões por reclamações trabalhistas, cíveis, fiscais e outras, respectivamente.



## RESULTADO DAS OPERAÇÕES

### 2002 Comparado com 2001

#### Receitas

A tabela abaixo sumaria nossas receitas brutas por produto e nossas receitas operacionais líquidas nos períodos indicados:

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro		Variação %
	2002	2001	
	(Em milhões de US\$)		
Minério de Ferro e Pelotas			
Minério de Ferro .....	US\$ 2.147	US\$ 2.003	7,2
Pelotas .....	673	597	12,7
Subtotal.....	<u>2.820</u>	<u>2.600</u>	8,5
Ouro .....	103	139	(25,9)
Manganês e Ferroligas .....	283	259	9,3
Potássio .....	91	71	28,2
Outros.....	45	41	9,8
Receitas de Serviços Logísticos .....	458	608	(24,7)
Produtos de Alumínio .....	462	284	62,7
Outros Produtos e Serviços .....	20	75	(73,3)
Receitas Brutas.....	<u>4.282</u>	<u>4.077</u>	5,0
Impostos sobre as Vendas .....	<u>(159)</u>	<u>(142)</u>	12,0
Receitas Operacionais Líquidas .....	<u>US\$ 4.123</u>	<u>US\$ 3.935</u>	4,8

As receitas operacionais líquidas aumentaram 4,8% para US\$4.123 milhões em 2002 de US\$3.935 milhões em 2001. Este aumento deve-se a maiores receitas brutas de minério de ferro e pelotas, produtos de alumínio e outros produtos de mineração, os quais foram parcialmente compensados por decréscimos nas receitas brutas de logística, ouro e outros produtos e serviços.

#### Minério de ferro e pelotas

As receitas brutas de minério de ferro e pelotas aumentaram 8,5% para US\$2.820 milhões em 2002 de US\$2.600 milhões em 2001, refletindo um aumento de 10,4% no volume vendido, parcialmente compensado por preços médios de venda mais baixos.

As vendas de minério de ferro atingiram níveis recorde em 2002, chegando a 143,6 milhões de toneladas em 2002, comparadas às 130,8 milhões de toneladas em 2001, representando um aumento de 9,8%. A expansão vista nas vendas de pelotas foi maior em termos percentuais do que o crescimento das vendas de minério de ferro, refletindo a forte demanda por aço e o uso de pelotas para aumentar a produtividade dos altos-fornos da indústria siderúrgica, particularmente na China. As vendas de pelotas cresceram de 17,9 milhões de toneladas em 2001 para 20,6 milhões de toneladas em 2002, um aumento de 14,8%. Este aumento no volume de minério de ferro e pelotas em 2002 foi originado principalmente pela forte demanda na China, onde há um aumento na demanda por bens de consumo duráveis, juntamente com investimentos substanciais em infra-estrutura e moradia, resultou no grande consumo de aço, levando as siderúrgicas chinesas a drasticamente aumentar suas compras de minério de ferro e pelotas. A demanda em nossos outros principais mercados ficou estável.

Os preços de venda realizados do minério de ferro e pelotas diminuíram 1,7%, refletindo uma redução global nos preços de referência após as negociações de preço em 2002 com as siderúrgicas, e uma diminuição de 0,2% devido a um aumento na proporção de pelotas no mix de produtos, o que acentuou o efeito das reduções no preço das pelotas.

#### *Ouro*

As receitas de venda de ouro diminuíram 25,9% para US\$103 milhões em 2002 de US\$139 milhões em 2001, refletindo um redução de 34,8% no volume vendido, que foi parcialmente compensado por um aumento de 8,9% no preço médio de venda. A redução de 34,8% no volume de 508.472 onças em 2001 para 331.479 onças em 2002 foi fundamentalmente devido ao encerramento da nossa mina de ouro Igarapé Bahia em 2002 e a diminuição da produção na nossa mina, Fazenda Brasileiro, a qual está próxima do final de sua vida produtiva. Temos acordo para venda da mina de Fazenda Brasileiro como descrito anteriormente. O aumento de 8,9% no preço médio de venda reflete o aumento global nos preços do ouro em 2002 como consequência do aumento da incerteza política, preços mais baixos no mercado de ações, enfraquecimento do dólar norte-americano e outros fatores que fizeram do ouro uma alternativa de investimento atrativa.

#### *Manganês e ferroligas*

As receitas brutas de vendas de manganês e ferroligas aumentaram 9,3% de US\$259 milhões em 2001 para US\$283 milhões em 2002, principalmente pelo aumento nas vendas de ferroligas, as quais mais que compensaram um declínio nas vendas de manganês. As receitas brutas de ferroligas aumentaram US\$45 milhões ou 22%, devido a um aumento de 107% no volume resultante da forte demanda por aço e ao fim do racionamento de energia no Brasil, que foram parcialmente compensados pela queda nos preços decorrentes da mudança no mix de produtos. As receitas brutas de vendas de manganês caíram US\$21 milhões ou 37%, principalmente como consequência de uma redução de 27% no volume. A queda nos volumes de manganês resultaram basicamente do atraso do maior carregamento em dezembro de 2002. Os preços médios de venda do manganês caíram aproximadamente 15% em 2002, principalmente devido à demanda menor por manganês pela indústria siderúrgica no momento em que os preços anuais eram estabelecidos.

#### *Potássio*

As receitas brutas de vendas de potássio aumentaram 28,2% de US\$71 milhões em 2001 para US\$91 milhões em 2002, principalmente devido ao aumento de 45% no volume, que mais que compensou uma redução de 16,7% nos preços médios de vendas. O aumento significativo no volume foi resultado da forte demanda por fertilizantes no mercado interno. A redução nos preços médios de venda reflete basicamente a diminuição nos preços em virtude da concorrência internacional.

#### *Outros*

As receitas brutas de venda de caulim aumentaram 9,8% de US\$41 milhões em 2001 para US\$45 milhões em 2002, principalmente devido ao aumento no volume de vendas, bem como nos preços médios de venda.

### *Serviços de Logística*

As receitas brutas dos serviços de logística reduziram 24,7% para US\$458 milhões em 2002 de US\$608 milhões em 2001. Esta redução deve-se principalmente à diminuição de US\$140 milhões nas receitas de logística mundial em função da venda de nossos investimentos no negócio de navegação a granel no segundo semestre de 2001. Isso também reflete o impacto na diminuição das receitas de serviços prestados à Ferteco e Samitri em 2001 antes de comprarmos essas companhias. Adicionalmente, as receitas brutas de logística foram negativamente afetadas pela desvalorização do Real, que em grande parte compensou o aumento nos volumes no mercado interno. A carga geral transportada por nossas ferrovias aumentou em 14% de 12,9 bilhões de toneladas por quilômetro líquidas em 2001 para 14,7 bilhões de toneladas por quilômetro líquidas em 2002. O aumento no volume reflete os fortes aumentos no transporte de grãos e soja, aumento nos carregamentos de aço e aumentos no transporte intermodal de contêineres, que explora as conexões entre o transporte rodoviário, ferroviário, portuário e de cabotagem. Nossos portos manipularam 26,3 milhões de toneladas de carga geral em 2002, comparadas com 21,7 milhões de toneladas no exercício anterior.

### *Produtos de Alumínio*

As receitas de produtos de alumínio (bauxita, alumina e alumínio) aumentaram 62,7% para US\$462 milhões em 2002 de US\$284 milhões em 2001. Do aumento total de US\$178 milhões, US\$124 milhões foram devidos à consolidação da Alunorte a partir de junho de 2002 quando nós adquirimos o controle desta que antes era uma companhia coligada. Os outros US\$54 milhões resultaram da:

- Revenda do alumínio comprado de nossa coligada Albras, por contrato de compromisso firmado (*take-or-pay*), refletindo o aumento na capacidade produtiva da Albras a partir do início de 2002 e o fim do racionamento de energia; e
- US\$ 21 milhões em vendas de alumina comprada de terceiros para satisfazer o excesso de demanda dos clientes da Alunorte.

### *Outros Produtos e Serviços*

As receitas de outros produtos e serviços diminuiram 73,3% para US\$20 milhões em 2002 de US\$75 milhões em 2001, refletindo o nosso desinvestimento do negócio de papel e celulose, que foi iniciada em 2001 com a venda da Bahia Sul e da Cenibra e foi concluída em 2002 com a venda de aproximadamente 47.700 hectares de floresta de eucalipto que pertencia à nossa controlada Florestas Rio Doce S.A.

### ***Custos e Despesas Operacionais***

A tabela abaixo sumaria nossos custos e despesas operacionais nos períodos indicados.

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
	<b>(Em milhões de US\$)</b>	
Custo de minérios e metais vendidos.....	US\$ 1.579	US\$ 1.550
Custo dos serviços de logística.....	252	378
Custo dos produtos derivados do alumínio.....	412	269
Outros .....	<u>20</u>	<u>75</u>
Custo dos produtos vendidos.....	<u>2.263</u>	<u>2.272</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	224	241
Despesas com pesquisa e desenvolvimento, participação dos empregados no lucro e outros custos e despesas .....	<u>207</u>	<u>460</u>
Custos e despesas operacionais totais.....	<u>US\$ 2.694</u>	<u>US\$ 2.973</u>

#### ***Custo dos Produtos Vendidos***

O custo dos produtos vendidos total diminuiu 0,4% para US\$2.263 milhões em 2002 de US\$2.272 milhões em 2001. Nossos custos, quando expressos em dólares norte-americanos, foram positivamente afetados pela desvalorização significativa do Real frente o dólar norte-americano durante o período (de R\$2,3204 para US\$1,00 em 31 de dezembro de 2001 para R\$3,5333 para US\$1,00 em 31 de dezembro de 2002, ou uma desvalorização de 34,3%), em decorrência da maioria desses custos e despesas ser denominado em Reais. A taxa média do câmbio foi de R\$2,9286 para US\$1,00 durante 2002 e de R\$2,2464 para US\$1,00 durante 2001, representando uma desvalorização de 23,3%. A desvalorização pelas taxas médias é menor que nas taxas de fim de ano uma vez que as variações das taxas de câmbio se concentraram no segundo semestre de 2002.

O custo de minérios e metais vendidos aumentou 1,8% para US\$1.579 milhões em 2002 de US\$1.550 milhões em 2001 principalmente devido ao aumento no volume de produção decorrente do aumento de 10,3% nas vendas de minério de ferro e pelotas, compensado por um declínio quase igual dos custos domésticos em virtude dos efeitos da desvalorização do Real (aproximadamente 52% dos nossos custos totais são denominados em Reais) líquidos dos salários e aumentos de preço ligados à inflação local. O montante de 2002 também inclui US\$22 milhões em perdas com derivativos de ouro. Uma parte do aumento nos custos de minérios e metais vendidos também reflete custos mais elevados associados com as compras de minério de ferro de terceiros para satisfazer o excesso de demanda.

O custo de serviços de logística diminuiu 33,3 % para US\$252 milhões em 2002 de US\$378 milhões em 2001, ao passo que nossa receita correspondente diminuiu apenas 24,7%. A redução nos custos a uma proporção maior que o decréscimo na receita se deve aos efeitos da desvalorização do Real em nosso custos internos conforme descrito acima.

O custo dos produtos de alumínio aumentou 53,2% para US\$412 milhões em 2002 de US\$269 milhões em 2001. O aumento é parcialmente devido à consolidação da Alunorte a partir de junho de 2002, que contribuiu em US\$91 milhões para os custos consolidados. Os restantes US\$52 milhões de aumento nos custos devem-se aos contratos de compromisso firmado (*take-or-pay*) e vendas de terceiros conforme descrito acima. Os efeitos cambiais no custo dos produtos de alumínio não foram relevantes, uma vez que esses custos são fundamentalmente determinados pelos preços no mercado internacional.

O custo de outros produtos e serviços diminuíram 73,3% para US\$20 milhões em 2002 de US\$75 milhões em 2001, refletindo principalmente a diminuição nos volumes das compras de celulose em virtude das vendas de nossos investimentos neste segmento de negócios.

*Despesas com vendas, gerais e administrativas*

As despesas com vendas, gerais e administrativas diminuíram 7,1% para US\$224 milhões em 2002 de US\$241 milhões em 2001, devido principalmente aos efeitos favoráveis da variação cambial, parcialmente compensada pelos efeitos do aumento das despesas com vendas decorrente do aumento nos volumes. Em relação percentual das receitas operacionais líquidas, as despesas com vendas, gerais e administrativas declinaram 6,1% em 2001 para 5,4% em 2002.

*Pesquisa e desenvolvimento, participação dos empregados nos lucros e outros custos e despesas operacionais*

As despesas com pesquisa e desenvolvimento, participação dos empregados nos lucros e outros custos e despesas operacionais reduziram 55% para US\$207 milhões em 2002 de US\$460 milhões em 2001. Este decréscimo foi resultado basicamente de uma redução de US\$260 milhões em outros custos e despesas operacionais, que mais que compensou um aumento de US\$7 milhões nas despesas com pesquisa e desenvolvimento.

A redução de US\$260 milhões em outros custos e despesas operacionais basicamente reflete as provisões para desvalorização de três ativos ocorridas em 2001:

- Provisão para desvalorização de ativo imobilizado de US\$67 milhões e US\$34 milhões de desvalorização de certos ativos de navegação;
- Amortização de ágio de US\$34 milhões; e
- Baixa de créditos fiscais de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços de US\$54 milhões sobre produtos comprados decorrente de nosso acordo com um Governo estadual.

A redução também reflete:

- Uma redução de US\$26 milhões na provisão para contingências, para US\$53 milhões em 2002 de US\$79 milhões em 2001; e
- Um ganho em 2002 de US\$49 milhões na venda de certos ativos florestais de nossa controlada Florestas Rio Doce S.A.

Juntos, estes dois fatores mais que compensaram a provisão de US\$40 milhões em 2002 relacionada com a antecipação da data de encerramento prevista para a nossa mina de ouro Fazenda Brasileiro, de 2009 para 2005.

### ***Receitas (Despesas) Não-Operacionais***

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>			
	<b>2002</b>		<b>2001</b>	
	<b>(Em milhões de US\$)</b>			
Receitas financeiras .....	US\$	127	US\$	135
Despesas financeiras.....	(375)		(335)	
Perdas monetárias e cambiais, líquidas.....	(580)		(426)	
Ganho na venda de investimentos .....	--		784	
Receitas (despesas) não-operacionais.....	<u>US\$</u>	<u>(828)</u>	<u>US\$</u>	<u>158</u>

As despesas não-operacionais líquidas em 2002 foram de US\$828 milhões comparadas às receitas não-operacionais líquidas de US\$158 milhões em 2001. As principais razões para esta mudança foram:

- O efeito negativo das variações do câmbio em nossos passivos líquidos denominados em dólares norte-americanos (principalmente a dívida de curto e longo prazos menos as disponibilidades). Nossas perdas monetárias e cambiais líquidas totalizaram US\$580 milhões em 2002 comparadas a US\$426 milhões em 2001; e
- Ganhos de US\$784 milhões em 2001 com a venda de nossas participações na Bahia Sul, CSN e Cenibra.

Adicionalmente, nossas receitas financeiras reduziram para US\$127 milhões em 2002 de US\$135 milhões em 2001, devido basicamente às menores taxas de juros internacionais após os ataques terroristas nos Estados Unidos da América em setembro de 2001. As nossas despesas financeiras aumentaram para US\$375 milhões em 2002 de US\$335 milhões em 2001 principalmente em função da consolidação da Alunorte, que aumentou as nossas despesas financeiras em US\$14 milhões no segundo semestre de 2002, e um aumento de US\$76 milhões em perdas que incorremos com derivativos de taxas de juros.

Em 2002 incluímos o custo de aumentos contratuais nos benefícios suplementares relacionados com os programas de aposentadoria antecipada (US\$35 milhões em 2002) nas despesas financeiras. Até 2001, este custo era reconhecido como outras despesas operacionais. Para fins de comparabilidade, US\$33 milhões em 2001 e US\$98 milhões em 2000 foram devidamente reclassificados.

### ***Imposto de Renda***

Em 2002 registramos um benefício fiscal de US\$149 milhões comparado com um benefício fiscal de US\$218 milhões em 2001. Nossa despesa fiscal pelas alíquotas vigentes teria sido US\$204 milhões em 2002 e US\$381 milhões em 2001. A diferença deve-se principalmente ao benefício fiscal obtido pela dedutibilidade dos dividendos pagos sob a forma de juros sobre o capital próprio, que totalizou US\$99 milhões em 2002 comparados a US\$260 milhões em 2001, e US\$196 milhões de lucro no exterior isento de imposto de renda em 2002 comparado com US\$226 milhões em 2001.

### ***Coligadas e Joint ventures***

Nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* e provisões para perdas em investimentos totalizaram uma perda de US\$87 milhões em 2002 comparada a uma perda de US\$53 milhões em 2001.

*Minério de ferro e pelotas.* Os resultados de equivalência patrimonial nas coligadas e *joint ventures* de minério de ferro e pelotas totalizaram uma perda de US\$55 milhões em 2002, comparada a uma perda de US\$7 milhões em 2001. A perda em 2002 incluiu uma despesa de US\$86 milhões referente à baixa parcial do ágio em nosso investimento na Caemi, compensando os melhores resultados de várias de nossas *joint ventures* de pelotas, incluindo a Samarco, onde os lucros foram decorrentes de volumes que aumentaram 29% e da eliminação da amortização do ágio em 2002. O ajuste para reduzir o nosso investimento na Caemi reflete o declínio das cotações de mercado das ações preferenciais da Caemi na Bolsa de Valores. Também reconhecemos uma provisão para perda no investimento na Kobrasco no valor de US\$14 milhões.

*Alumínio e Bauxita.* Os resultados de equivalência patrimonial das coligadas e *joint ventures* de alumínio e bauxita caíram de US\$37 milhões em 2001 para US\$29 milhões em 2002, e registramos uma reversão de US\$10 milhões de uma provisão relacionada com nosso investimento na Albras. Nossa parte nas perdas da Alunorte até o momento que adquirimos o controle em junho de 2002 foi de US\$23 milhões, comparada à perda de US\$6 milhões para todo o exercício social de 2001. O aumento na perda da Alunorte deve-se principalmente aos efeitos da desvalorização do Real na dívida da Alunorte denominada em dólares norte-americanos.

Da mesma forma que a Alunorte, em 2002 as nossas coligadas do setor de alumínio registraram aumento nas perdas decorrente da depreciação do Real em suas dívidas em moeda estrangeira. Adicionalmente aos efeitos do câmbio, os resultados operacionais da Albras e da MRN em 2002, comparados com 2001, foram influenciados pelos seguintes fatores:

- *Albras.* Em 2002, a Albras teve lucro líquido de US\$20 milhões sobre as vendas líquidas de US\$529 milhões comparado ao lucro líquido de US\$8 milhões em 2001 sobre vendas líquidas de US\$472 milhões. A nossa parte no lucro líquido da Albras foi de US\$10 milhões em 2002 comparada com US\$4 milhões em 2001. Este aumento nas vendas da Albras reflete basicamente um aumento de 22,3 % no volume de vendas resultante da expansão da capacidade concluída no início de 2002. Este aumento no volume foi parcialmente compensado por uma redução de 8,6% no preço médio do alumínio de US\$1.428 por tonelada em 2001 para US\$1.306 por tonelada em 2002.
- *MRN.* Em 2002, a MRN gerou lucro líquido de US\$94 milhões sobre as vendas líquidas de US\$173 milhões comparado ao lucro líquido de US\$81 milhões em 2001 sobre as vendas líquidas de US\$211 milhões. A nossa parte do lucro líquido da MRN foi de US\$38 milhões em 2002 comparada com US\$32 milhões em 2001. As receitas da MRN declinaram em 2002 em virtude da redução de 8,1% no preço médio da bauxita para US\$18,95 por tonelada em 2002 de US\$20,63 por tonelada em 2001, e uma redução de 9,3% no volume de vendas para 9,9 milhões de toneladas em 2002 de 10,9 milhões de toneladas em 2001 devido à menor demanda no primeiro semestre do exercício e a interferência dos trabalhos de expansão no segundo semestre. Contudo, uma vez que a maioria dos custos da MRN é incorrido em Reais, a redução nos custos, quando expressos em dólares norte-americanos mais que compensa a redução na receita, o que resulta em um aumento do lucro líquido.

*Aço.* Os resultados de equivalência patrimonial nas coligadas e *joint ventures* da indústria siderúrgica aumentaram de US\$5 milhões em 2001 para US\$23 milhões em 2002, em virtude do maior lucro líquido da CST e da CSI, compensando a perda na Usiminas. O melhor desempenho da CST e CSI refletem principalmente os menores custos de energia em 2002 no Brasil e na Califórnia, respectivamente. A perda na Usiminas reflete basicamente os efeitos da desvalorização do Real no seu endividamento denominado em dólares norte-americanos.

*Papel e celulose.* Em virtude da venda da Cenibra e da Bahia Sul em 2001, não reconhecemos resultado de equivalência patrimonial nas coligadas e *joint ventures* de papel e celulose em 2002. Estas companhias contribuíram com US\$20 milhões em nossos resultados de equivalência patrimonial até a data da venda.

*Outras coligadas e joint ventures.* Os resultados de equivalência patrimonial das outras coligadas e *joint ventures* totalizaram uma perda de US\$25 milhões em 2002 comparada a uma perda de US\$95 milhões em 2001. Reconhecemos uma provisão para perda na FCA de US\$42 milhões em 2002, após termos registrado uma perda de US\$95 milhões em 2001 (que já inclui a baixa do ágio de US\$42 milhões). Ainda, a nossa coligada MRS gerou perdas significativas em 2002, nas quais a nossa parte foi de US\$20 milhões; além deste valor, registramos uma provisão para perda de US\$7 milhões na MRS. Nós e os demais acionistas destas companhias continuamos a estudar várias alternativas para reestruturar os seus negócios.

Com a adoção do SFAS 142 - “*Goodwill and Other Intangible Assets*”, a partir de 1º de janeiro de 2002, deixamos de amortizar o ágio. Em 2001, registramos amortização de ágio de US\$45 milhões relacionados a nós e a nossas controladas consolidadas e US\$47 milhões relacionadas com nossas coligadas e *joint ventures*.

## 2001 Comparado com 2000

### *Receitas*

A tabela abaixo sumaria as nossas receitas brutas por produto e receitas operacionais líquidas nos períodos indicados:

	Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro		Variação %
	2001	2000	
	(Em milhões de US\$)		
Minério de Ferro e Pelotas .....	US\$ 2.600	US\$ 2.177	19,4
Ouro .....	139	156	(10,9)
Outros Produtos de Mineração			
Manganês e Ferroligas .....	259	285	(9,1)
Potássio .....	71	85	(16,5)
Outros .....	41	42	(2,4)
Subtotal .....	<u>371</u>	<u>412</u>	(10,0)
Receitas de Serviços Logísticos .....	608	760	(20,0)
Produtos Derivados do Alumínio .....	284	362	(21,5)
Outros Produtos e Serviços .....	75	202	(62,9)
Receitas Brutas .....	<u>4.077</u>	<u>4.069</u>	0,2
Impostos sobre as Vendas .....	<u>(142)</u>	<u>(134)</u>	6,0
Receitas Operacionais Líquidas .....	<u>US\$ 3.935</u>	<u>US\$ 3.935</u>	---

As receitas operacionais líquidas permaneceram constantes em US\$ 3.935 milhões em 2001 e 2000, refletindo aumento nas receitas de minério de ferro e pelotas que foram parcialmente compensadas com quedas nos outros segmentos de negócio.

As receitas de minério de ferro e pelotas subiram 19,4% para US\$2.600 milhões em 2001 de US\$2.177 milhões em 2000, refletindo um aumento de 19,4% no volume vendido para 148,8 milhões de toneladas em 2001 de 124,5 milhões de toneladas em 2000 parcialmente compensado por um aumento nos preços médios de venda de 0,4% e um aumento de 19,6% nos volumes decorrente de uma mudança



no mix do produto. Em 2001, houve um aumento na demanda do crescente mercado da China e, portanto as nossas exportações para aquele país aumentaram para 14,9 milhões de toneladas em 2001 comparadas aos 9,2 milhões de toneladas em 2000. A nossa aquisição da Ferteco em abril de 2001 aumentou o nosso volume de vendas de minério de ferro e pelotas neste ano em 11,7 milhões de toneladas.

As receitas das vendas de ouro caíram 10,9%, ou seja, de US\$156 milhões em 2000 para US\$ 139 milhões em 2001, refletindo uma queda de 9,0% no volume de vendas e uma queda de 2,1% no preço médio de vendas. A redução no volume vendido ocorreu devido ao encerramento das minas de Almas e Caetés no final de 2000 e de uma redução na extração de ouro no primeiro trimestre de 2001 em função de problemas operacionais em duas outras minas que já foram contornados.

As receitas de outros produtos minerais diminuíram 10% para US\$371 milhões em 2001 de US\$412 milhões em 2000. Esta redução é principalmente devida à queda de US\$49 milhões nas vendas de ferroligas, parcialmente compensada por um aumento de preço de US\$23 milhões do manganês vendido pela nossa controlada Sibra. As vendas de potássio e caulim também diminuíram como consequência da redução na demanda.

As receitas de serviços de transportes diminuíram 20%, ou seja, de US\$760 milhões em 2000 para US\$608 milhões em 2001. Esta redução é devida principalmente à perda de receitas de serviços da Ferteco e Samitri em função da aquisição destas companhias em maio de 2000 e em abril de 2001, respectivamente, que agora são eliminadas nas nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. As receitas de serviços fornecidos para Ferteco e Samitri até suas aquisições totalizaram US\$86 milhões em 2000 e US\$22 milhões em 2001. Outros fatores que levaram à redução na receita de transportes incluíram um declínio nos preços de transportes internos de 13% como resultado da desvalorização do Real em 2001, bem como a queda nas nossas receitas de transportes internacionais devido à venda de investimentos do segmento de navegação a granel.

As receitas de produtos de alumínio (bauxita, alumina e alumínio) caíram 21,5%, de US\$362 milhões em 2000 para US\$284 milhões em 2001. Esta redução de US\$78 milhões consiste de US\$60 milhões ou 20,3% pela queda nas vendas de produtos de alumínio como resultado da queda na produção em virtude do programa de racionamento de energia, e US\$18 milhões está relacionado à redução na revenda de alumina como resultado do aumento das vendas de alumina para outros acionistas da nossa coligada, Alunorte.

As receitas de outros produtos e serviços caíram 62,9%, ou seja, de US\$202 milhões em 2000 para US\$75 milhões em 2001, principalmente decorrentes da queda das receitas dos produtos do segmento de papel e celulose, decorrente da venda de nosso investimento na Cenibra.

### **Custos e despesas operacionais**

A tabela a seguir sumaria nossos custos e despesas operacionais nos períodos indicados.

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>	
	<b>2001</b>	<b>2000</b>
	<b>(Em milhões de US\$)</b>	
Custo de minérios e metais vendidos .....	US\$ 1.550	US\$ 1.423
Custo dos serviços de transportes .....	378	481
Custo dos produtos derivados do alumínio.....	269	334
Outros .....	75	191
Custo dos produtos vendidos .....	<u>2.272</u>	<u>2.429</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas .....	241	225
Pesquisa e desenvolvimento, participação dos empregados nos lucros e outros custos e despesas .....	<u>460</u>	<u>257</u>
Custos e despesas operacionais totais .....	<u>US\$ 2.973</u>	<u>US\$ 2.911</u>

Os nossos custos dos produtos vendidos totais caíram 6,5% para US\$2.272 milhões em 2001 de US\$2.429 milhões em 2000. Nossos custos e despesas, quando expressos em dólares norte-americanos, foram afetados favoravelmente pela expressiva desvalorização do Real frente o dólar norte-americano durante o ano de 2001 (de R\$1,9554 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2000 e de R\$2,3204 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2001, ou seja, uma desvalorização de 15,7%), porque a maioria destes custos e despesas é incorrida em Reais. A taxa média de câmbio foi de R\$2,2854 para US\$ 1,00 para o ano de 2001 e de R\$1,7975 para US\$ 1,00 para o ano de 2000, ou seja, uma desvalorização de 21,3%. Este decréscimo foi compensado parcialmente com um aumento de US\$109 milhões, ou seja, 4,8% em 2001, relacionado com a nossa aquisição da Ferteco (que agregou aproximadamente US\$33 milhões de custos adicionais) e um pequeno aumento decorrente da inclusão dos custos da Samitri no ano de 2001.

Os custos de minérios e metais vendidos subiram 8,9%, ou seja, de US\$1.423 milhões em 2000 para US\$1.550 milhões em 2001. O incremento de US\$127 milhões foi devido principalmente a um aumento de US\$124 milhões nos custos decorrentes da consolidação da Ferteco. O aumento dos custos foi parcialmente compensado com o impacto favorável das flutuações das taxas de câmbio que foi de US\$90 milhões.

Os custos dos serviços de transporte caíram 21,4%, ou seja, de US\$481 milhões em 2000 para US\$378 milhões em 2001, em função do melhor gerenciamento dos custos de transporte marítimo e do decréscimo nas receitas associadas.

Os custos dos produtos de alumínio reduziram 19,5%, ou seja, de US\$334 milhões em 2000 para US\$269 milhões em 2001, refletindo os baixos níveis de atividade. O efeito favorável da flutuação das taxas de câmbio sobre os custos de produtos de alumínio não foi significativo, uma vez que os custos relacionados são primariamente determinados pelos preços no mercado internacional.

Os custos de outros produtos e serviços caíram 60,7%, ou seja, de US\$191 milhões em 2000 para US\$75 milhões em 2001, refletindo principalmente o decréscimo nos volumes de compra de papel e celulose como resultado da venda de nossos investimentos neste segmento.

As despesas com vendas, gerais e administrativas subiram 7,1%, ou seja, de US\$225 milhões em 2000 para US\$241 milhões em 2001, devido principalmente à aquisição da Ferteco que aumentou estas despesas em US\$25 milhões ou 11,1% em 2001, parcialmente compensada pelos efeitos da flutuação das taxas de câmbio.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento, de participação dos empregados nos lucros e demais custos e despesas subiram 79,0%, ou seja, de US\$257 milhões em 2000 para US\$460 milhões em 2001. Este aumento é principalmente atribuído às provisões para desvalorização de ativos de US\$101 milhões, incluindo expectativas de perdas na venda de navios (US\$34 milhões), a amortização de ágio de US\$34 milhões e a baixa de créditos fiscais de ICMS de US\$54 milhões em função de nosso acordo com o Governo estadual.

### **Receitas (Despesas) Não-Operacionais**

	<b>Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro</b>	
	<b>2001</b>	<b>2000</b>
	<b>(Em milhões de US\$)</b>	
Receitas financeiras .....	US\$ 135	US\$ 208
Despesas financeiras.....	(335)	(315)
Perdas monetárias e cambiais, líquidas.....	(426)	(240)
Ganho na venda de investimentos .....	784	54
Receitas (despesas) não-operacionais.....	<u>US\$ 158</u>	<u>US\$ (293)</u>

A receita não-operacional líquida foi de US\$158 milhões em 2001 comparada às despesas não-operacionais líquidas de US\$293 milhões em 2000. Esta redução foi resultado de uma diminuição no custo contratual dos benefícios suplementares relativos aos programas de aposentadoria antecipada que foram reconhecidos como despesas financeiras de US\$33 milhões em 2001 e US\$98 milhões em 2000, ao passo que em 2000 este custo havia sido classificado como outras despesas operacionais. Para fins de comparação, os US\$98 milhões foram devidamente reclassificados. O valor agregado de US\$386 milhões está relacionado aos ganhos nas vendas dos investimentos (US\$784 milhões) na Bahia Sul, CSN e Cenibra em 2001, que foram parcialmente compensados pelas despesas financeiras líquidas adicionais de US\$93 milhões em 2001, decorrentes principalmente de uma redução nas receitas financeiras como consequência dos menores saldos médios de disponibilidades e dos efeitos negativos das flutuações das taxas de câmbio sobre nossas dívidas denominadas em dólares norte-americanos, principalmente as de curto e longo prazos, totalizando US\$186 milhões.

### **Imposto de Renda**

Em 2001, registramos créditos fiscais de US\$218 milhões. Contudo, nossa despesa com imposto de renda e contribuição social foi de US\$381 milhões calculada com base nas alíquotas vigentes no exercício. A diferença deve-se principalmente ao benefício fiscal oriundo do pagamento de dividendos que efetuamos sob a forma de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas no valor de US\$260 milhões, bem como US\$226 milhões decorrentes da isenção de imposto de renda sobre lucros no exterior.

### **Coligadas e Joint Ventures**

Nossa participação nos resultados das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos, em seu conjunto, totalizaram uma perda de US\$53 milhões em 2001 em comparação com um ganho de US\$322 milhões em 2000.

*Aço.* Em 2001, as nossas coligadas do setor siderúrgico foram afetadas pela desvalorização do Real frente o dólar norte-americano, pelo desaquecimento do mercado de produtos siderúrgicos, que resultaram em uma queda nos preços médios de venda. Nossa coligada norte-americana, CSI, também foi afetada pelos custos mais elevados decorrentes da crise energética na Califórnia. Em 2001 reconhecemos uma perda de US\$3 milhões com as nossas coligadas do setor siderúrgico comparada a um ganho de US\$17 milhões em 2000.

*Produtos de Alumínio.* Em 2001, nossas coligadas do segmento de alumínio registraram perdas devido aos efeitos da desvalorização do Real sobre suas dívidas em moeda estrangeira. A Albras registrou uma ganho em 2001, do qual reconhecemos nossa parcela de US\$4 milhões contra uma provisão para perdas em investimentos. A Alunorte reportou um prejuízo, do qual reconhecemos nossa parcela de US\$6 milhões de equivalência patrimonial. No mesmo período de 2000, nossas parcelas de ganhos reportados pela Albras e Alunorte foram de US\$66 milhões e US\$11 milhões, respectivamente.

Adicionalmente aos efeitos das taxas de câmbio, os resultados operacionais das nossas principais coligadas e *joint ventures* do segmento de alumínio em 2001 comparados ao ano de 2000 foram influenciados pelos seguintes fatores:

Albras – queda nos volumes de vendas de alumínio em 9,3%, ou seja, de 366.000 toneladas em 2000 para 332.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 5,3% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$1.508,42 por tonelada em 2000 para US\$1.428,99 por tonelada em 2001.

Alunorte – queda nos volumes de vendas de alumina em 3,5%, ou seja, de 1.596.000 toneladas em 2000 para 1.540.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 5,7% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$196,63 por tonelada em 2000 para US\$185,51 por tonelada em 2001.

MRN – queda nos volumes de vendas de bauxita em 2,6%, ou seja, de 11.242.000 toneladas em 2000 para 10.952.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 1,1% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$21,18 por tonelada em 2000 para US\$20,95 por tonelada em 2001.

*Papel e Celulose.* Durante 2001, vendemos nossa participação acionária na Bahia Sul e Cenibra, que juntas contribuíram com US\$108 milhões para o nosso lucro líquido consolidado de 2000. Até a data de suas respectivas vendas em 2001, estas duas empresas conjuntamente contribuíram com US\$11 milhões para o nosso lucro líquido consolidado. Contudo, as vendas da Bahia Sul e da Cenibra resultaram em ganhos imediatos de US\$170 milhões e US\$507 milhões, respectivamente, que foram incluídos nas receitas (despesas) não-operacionais.

*Outras.* Com relação a nossa coligada ferroviária, FCA, registramos uma perda de equivalência de US\$95 milhões (que incluiu a baixa do ágio no valor de US\$74 milhões) contra um prejuízo de US\$30 milhões em 2000. Em 2001, os resultados de equivalência patrimonial de nossos outros investimentos foram menores que em 2000 devidos aos efeitos da desvalorização do Real e aos menores resultados das operações destas coligadas em consequência das difíceis condições de mercado dos seus produtos.

## LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

### *Visão Geral*

Nossos recursos destinam-se principalmente a investimentos de capital, pagamento de dividendos e pagamento de dívidas. Temos historicamente satisfeito essas necessidades principalmente usando o caixa gerado em nossas atividades operacionais e também endividamento de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes de recursos, juntamente com as nossas disponibilidades, continuarão adequadas para satisfazer a nossa necessidade de investimento de capital.

Ainda, periodicamente revisamos as oportunidades de aquisições e investimentos e, caso oportunidades interessantes apareçam, fazemos aquisições e investimentos selecionados para implementar nossa estratégia de negócio. Geralmente fazemos investimentos diretos ou através das controladas, *joint ventures* ou coligadas, e financiamos estes investimentos através dos recursos gerados internamente, de captação de recursos próprios e de terceiros ou da combinação de ambos.

Em 2003, nossas maiores necessidades de caixa incluem os investimentos de capital previstos de US\$1,7 bilhão, um dividendo mínimo anunciado de US\$400 milhões e pagamento ou refinanciamento de dívida de longo prazo de US\$717 milhões que vencem em 2003. Assinamos também um acordo para adquirir da Mitsui, sujeito ao cumprimento ou dispensa de certas condições, os 50% restantes da Caemi por US\$426 milhões. Esperamos satisfazer nossas necessidades de caixa em 2003 principalmente através da combinação de fluxo de caixa operacional e novos financiamentos de longo prazo.

## Fontes de Recursos

Nossas principais fontes de recursos que garantem a nossa liquidez são as disponibilidades e o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais. Em 2002, geramos um aumento líquido das disponibilidades, excluindo os efeitos da variação cambial, de US\$615 milhões comparado a nenhuma variação líquida em 2001 e um decréscimo líquido de US\$135 milhões em 2000. A variação cambial reduziu as nossas disponibilidades em US\$641 milhões em 2002, US\$94 milhões em 2001 e US\$107 milhões em 2000. Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos disponibilidades de US\$1.091 milhões.

As atividades operacionais originaram um fluxo de caixa líquido de US\$2.102 milhões em 2002, US\$1.518 milhões em 2001 e US\$1.424 milhões em 2000. O montante em 2002 inclui US\$1.031 milhões em despesas que não geram desembolso de caixa relativas às perdas monetárias e cambiais.

Além das fontes de recursos descritas acima, acreditamos estar bem posicionados para levantar recursos adicionais nos mercados de dívida na extensão necessária. Das corporações brasileiras, estamos entre as que têm melhor posicionamento quanto à classificação de risco, o que acreditamos aumentar a nossa capacidade de acessar os mercados de dívida.

## Utilização dos Recursos

### Orçamento para Investimentos de Capital

Orçamos um total de US\$1.708 milhões de investimentos de capital em 2003, um montante que ultrapassa os nossos investimentos de capital totais dos últimos três anos juntos. A tabela abaixo mostra o nosso orçamento para investimentos de capital para 2003. Estes valores incluem investimentos de capital nos novos projetos de construção bem como investimentos de capital em manutenção e exploração.

	<b>Orçamento para Investimentos de Capital em 2003</b>	
	<b>(Em milhões de US\$)</b>	
Minerais Ferrosos.....	US\$ 563,3 (1)	33,0%
Logística.....	281,9	16,5
Minerais Não-Ferrosos.....	352,2 (1)	20,6
Produtos de Alumínio .....	236,4	13,8
Energia .....	72,6	4,2
Metálicos e Semi-Acabados.....	29,0	1,7
Áreas Corporativas.....	105,4	6,2
Outro .....	67,5	4,0
<b>Total.....</b>	<b>US\$1.708,3</b>	<b>100,0%</b>

(1) De acordo com o contrato de risco de mineral, o BNDES pagará um valor adicional de aproximadamente US\$25,7 milhões dos nossos investimentos de capital nas áreas de ferrosos e não ferrosos para 2003, o qual está incluído em nosso orçamento. Vide Item 4. Segmentos de Negócio – Mineração – Perspectivas Atuais dos Projetos de Cobre – Contrato de Risco Mineral.

Os investimentos de capital orçados para os minerais ferrosos, logística, minerais não-ferrosos, produtos de alumínio, energia e áreas corporativas incluem os seguintes:

- Nossos projetos de minerais ferrosos para 2003 têm o objetivo de aumentar a nossa capacidade produtiva de minério de ferro e capacidade logística para a entrega de minério de ferro e pelotas, e inclui US\$69,8 milhões para expandir três minas no Sistema Sul e US\$45 milhões para expandir minas no Sistema Norte. Adicionalmente, para melhorar a nossa capacidade logística, orçamos US\$16,4 milhões em 2003 para a construção do píer III do porto Ponta da Madeira, com o qual esperamos aumentar a nossa capacidade do porto das atuais 56 milhões de toneladas para 70 milhões de toneladas. Uma parte do restante dos investimentos de capital para minerais ferrosos relaciona-se a atividades de manutenção, recondição e modernização.
- Nosso orçamento para investimentos de capital para 2003 também inclui um total de US\$72 milhões para atividades de exploração de minerais ferrosos, bauxita, cobre, ouro e níquel. O

BNDES através do Contrato de Risco Mineral, participará com aproximadamente US\$25,7 milhões. *Vide a nota explicativa 15(e) das nossas Demonstrações Contábeis.*

- Nossos projetos de minerais não-ferrosos para 2003 incluem o projeto do cobre na Serra do Sossego, para o qual orçamos US\$253,1 milhões e esperamos a conclusão até o primeiro semestre de 2004. Orçamos também US\$29,4 milhões para expandir a capacidade da mina de potássio Taquari-Vassouras, de 600.000 para 850.000 toneladas por ano.
- Os investimentos de capital em logística orçados para 2003 estão basicamente focados na compra de vagões e locomotivas para o transporte de carga geral, principalmente produtos agrícolas, combustíveis, produtos siderúrgicos e materiais de construção.
- No segmento de produtos de alumínio, nossos principais investimentos de capital orçados relacionam-se com o desenvolvimento das minas de bauxita da MVC em Paragominas (US\$70 milhões) e a expansão da capacidade produtiva da Alunorte (US\$153,9 milhões).
- No segmento de energia, planejamos continuar a investir em nossos projetos de geração de energia. Em 2003, US\$15,2 milhões, US\$16,7 milhões e US\$18,5 milhões foram orçados como nossa parte nos custos de construção das usinas de energia de Candonga, Aimorés e Estreito, respectivamente. Candonga está prevista para iniciar as suas operações em novembro de 2003, enquanto a Aimorés está prevista para dezembro.
- Nossos principais investimentos de capital no centro corporativo serão para iniciativas relacionadas à tecnologia da informação, incluindo a implementação do sistema de planejamento de recurso empresarial (“Sistema ERP”) de US\$36,8 milhões e novos hardwares de US\$29,5 milhões.

### **Dividendos**

Os dividendos pagos totalizaram US\$602 milhões em 2002, US\$1.066 milhões em 2001 e US\$246 milhões em 2000. Nosso Conselho de Administração aprovou a proposta para distribuir em 2003 um dividendo mínimo (na forma de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio) de US\$400 milhões. Este montante será pago em duas parcelas iguais, em 30 de abril e 31 de outubro de 2003, respectivamente.

### **Obrigações Contratuais**

A tabela a seguir sumaria as nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2002.

	<b>Pagamentos devidos por Período (Em milhões de US\$)</b>				
	<b>Total</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 anos</b>	<b>3-5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Dívida de longo prazo.....	US\$ 3.076	US\$ 717	US\$ 1.223	US\$ 742	US\$ 394
Obrigações Contratuais Totais ....	<u>US\$ 3.076</u>	<u>US\$ 717</u>	<u>US\$ 1.223</u>	<u>US\$ 742</u>	<u>US\$ 394</u>

Em julho de 2002, nós fechamos um acordo de pré-pagamento de exportações de US\$100 milhões com vencimento final em julho de 2006. Por este acordo, o financiador tem o direito de exigir o pagamento do valor total em aberto em julho de 2004, sujeito ao cumprimento de certas exigências de notificação.

### **Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2002, nosso endividamento total era de US\$3.331 milhões, consistindo de curto prazo de US\$965 milhões, incluindo US\$717 milhões de parcela circulante de endividamento de longo prazo, US\$64 milhões em empréstimos de *joint ventures* e coligadas e endividamento a longo prazo (excluindo a parcela do circulante) de US\$2.366 milhões, incluindo US\$7 milhões em empréstimos de partes relacionadas. Nosso endividamento de curto prazo consiste basicamente de financiamentos denominados em dólares norte-americanos, representados principalmente na forma de pré-pagamentos de

exportações e adiantamentos de exportações com instituições financeiras no Brasil e no exterior. Em 31 de dezembro de 2002, aproximadamente US\$465 milhões de nosso endividamento eram garantidos por alguns de nossos ativos. Descrevemos as taxas de juros médias incorridas no nosso endividamento de longo prazo na nota explicativa 12 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Nossas principais categorias de endividamento são as seguintes:

- *Empréstimos e financiamentos estrangeiros, denominados em dólares norte-americanos (US\$1.465 milhões em 31 de dezembro de 2002).* Estes empréstimos incluem fundamentalmente linhas de financiamento de exportação, financiamentos de importação de agência de crédito de exportações, empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Estes empréstimos geralmente são remunerados às taxas de juros flutuantes com *spreads* acima da LIBOR.
- *Emissão de bônus a taxas pré-fixadas denominadas em dólares norte-americanos (US\$800 milhões em 31 de dezembro de 2002).* Temos duas séries de notas a taxas pré-fixadas as quais percebem juros de 10% e 9,375%, respectivamente. Os títulos de 9,375% vencem em 2003 e as de 10% vencem em 2004. Também, em 2002, nossa controlada integral Vale Overseas Limited emitiu bônus de US\$300 milhões a taxa de 8,625%, com vencimento em 2007, se beneficiando de uma garantia incondicional dada por nós e de um mecanismo para proteger os investidores dos eventos de risco político.
- *Securitizações de Exportações denominadas em dólares norte-americanos (US\$300 milhões em 31 de dezembro de 2002).* Temos um programa de securitização de US\$300 milhões baseado nos recebíveis existentes e futuros gerados pelas exportações de minério de ferro e pelotas de nossa controlada CVRD Overseas Ltd para seis dos nossos maiores clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos. A operação de securitização foi dividida em duas tranches pré-fixadas e uma tranche a taxa flutuante.
- *Notas Perpétuas (US\$63 milhões em 31 de dezembro de 2002).* Emitimos notas perpétuas que são permutáveis por 48 bilhões de ações preferenciais da MRN. Os juros são devidos sobre as notas a um montante igual aos dividendos pagos às ações preferenciais que lastream a permuta a partir do exercício social de 2000.
- *Dívida Local (US\$396 milhões em 31 de dezembro de 2002).* Temos uma série de empréstimos locais, principalmente com o BNDES, a maioria indexados em dólares norte-americanos, e o restante ligados a uma cesta de moedas ou taxas flutuantes no Brasil.

Alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm cláusulas relativas a índices financeiros de desempenho. Os principais índices financeiros dizem respeito a endividamento em relação ao patrimônio líquido, endividamento líquido em relação ao EBITDA, e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2002, cumprimos totalmente com as referidas cláusulas financeiras e acreditamos que as cláusulas existentes não restringirão significativamente a nossa capacidade de obter recursos adicionais conforme as nossas necessidades de investimentos. Acreditamos que seremos capazes de operar nos termos de nossas cláusulas financeiras no futuro. Nenhuma de nossas cláusulas restringem diretamente a nossa capacidade, ao nível da companhia controladora, de pagar dividendos.

Usamos instrumentos derivativos para administrar a nossa exposição às flutuações das taxas de juros. Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado.*

### **Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2002, os passivos contingentes não registrados no balanço patrimonial consistiam somente de garantias. Em 31 de dezembro de 2002, tínhamos garantias concedidas para os empréstimos obtidos de coligadas e *joint ventures* no valor de US\$516 milhões, dos quais US\$405 milhões eram denominados em dólares norte-americanos e os restantes US\$111 milhões denominados em moeda local. Não esperamos perdas originadas destas garantias. Não cobramos encargos adicionais para estender estas garantias, exceto nos casos da Albras e Samarco. A tabela a seguir sumaria as garantias dadas em nome das coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2002.

<b>Coligada ou Joint Venture</b>	<b>Valor da Garantia (Em milhões de US\$)</b>	<b>Moeda</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Contra-garantias</b>
Albras	302	US\$	2007	Nenhuma
	44	R\$	2010	Nenhuma
FCA	51	US\$	2009	Nenhuma
	62	R\$	2012	Nenhuma
Kobrasco	13	US\$	2003	Nenhuma
Nibrasco	6	US\$	2004	Penhora de bens
Samarco	14	US\$	2020	Nenhuma
Sepetiba Tecon	19	US\$	2005	Nenhuma
	4	R\$	2012	Nenhuma
Valesul	1	R\$	2006	Nenhuma

Não temos (i) nenhuma participação em ativos transferidos para uma entidade não-consolidada ou acordos similares; (ii) nenhuma obrigação por instrumentos derivativos que esteja indexada às nossas ações ordinárias e classificadas no patrimônio líquido; ou (iii) nenhuma obrigação decorrente de uma participação variável em uma entidade não-consolidada.

## **Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Visão Geral**

Nosso Conselho de Administração determina as diretrizes gerais e as políticas de nossos negócios e monitora a implementação dessas diretrizes e políticas pelos nossos diretores executivos. O Conselho de Administração reúne-se, regularmente, a cada mês e tem reuniões extraordinárias quando convocado pelo seu presidente, vice-presidente ou por outros dois membros. As decisões do Conselho de Administração requerem um quorum que represente a maioria dos membros e são tomadas pelo voto majoritário.

Segundo a Legislação Societária brasileira, o Conselho de Administração deve ser composto por pelo menos três membros. Cada um dos membros e seus respectivos suplentes são eleitos em Assembléia Geral e são passíveis de serem destituídos a qualquer momento. Nos termos de nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é composto por onze membros. Nossos empregados têm o direito de apontar um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Ainda, de acordo com a Legislação Societária brasileira, os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da CVRD. O mandato dos conselheiros é de dois anos, sendo permitida a reeleição. Cada suplente corresponde a um membro específico do Conselho de Administração. Na ausência de um conselheiro, seu respectivo suplente pode participar e votar nas reuniões do Conselho de Administração.

Nove dos atuais membros titulares do Conselho de Administração e nove membros suplentes foram indicados diretamente pelo nosso acionista controlador, Valepar, conforme o seu Acordo de Acionistas e determinado pela Legislação Societária Brasileira. Para uma descrição dos procedimentos pelos quais nossos conselheiros são indicados, vide *Item 10. Informações Adicionais – Memorando de Constituição e Estatuto Social – Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*. Tais indicações foram aprovadas pela assembléia geral ordinária de acionistas realizada em abril de 2003. Para uma descrição do acordo de acionistas da Valepar, vide *Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – Principais Acionistas – Acionista Majoritário*.



## Conselheiros da CVRD

A tabela abaixo relaciona os atuais membros do Conselho de Administração. Todos os conselheiros foram eleitos ou indicados em 2003, e seus mandatos terminarão em 2005.

	<b>Ano da primeira eleição</b>	<b>Posição</b>	<b>Idade</b>
Sérgio Ricardo Silva Rosa (1) .....	2003	Presidente	44
João Moisés de Oliveira (1) .....	2000	Conselheiro	58
Erik Persson (1) .....	2001	Conselheiro	49
Ricardo Carvalho Giambroni (1) .....	2001	Conselheiro	46
Arlindo Magno de Oliveira (1) .....	2003	Conselheiro	51
Luiz Alexandre Bandeira de Mello (1) .....	2003	Conselheiro	55
Renato da Cruz Gomes (1) .....	2001	Conselheiro	50
Mário da Silveira Teixeira Júnior (1) .....	2003	Vice-presidente	57
Rômulo de Mello Dias (1) .....	2001	Conselheiro	41
Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes (3) .....	2003	Conselheiro	41
Francisco Valadares Póvoa (2) .....	1997	Conselheiro	53

(1) Indicado pela Valepar e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado pelos empregados e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

(3) Informalmente nomeado pelo BNDESPAR e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

A tabela abaixo relaciona os suplentes dos membros do Conselho de Administração. Um conselheiro suplente adicional deve ser indicado pela Valepar.

	<b>Ano da Primeira Eleição</b>	<b>Posição</b>	<b>Idade</b>
Ivan Luiz Modesto Schara (1) .....	2003	Suplente	36
Gerardo Xavier Santiago (1) .....	2003	Suplente	43
Octávio Mauro Muniz Freire Alves (1) .....	2001	Suplente	42
Jorge Luiz Pacheco (1) .....	2003	Suplente	48
Alcio Ferreira Passos (1) .....	2003	Suplente	56
Luiz Carlos de Freitas (1) .....	2003	Suplente	50
Vago	----	-----	---
Luiz Maurício Leuzinger (1) .....	2003	Suplente	61
Marcelo Amaral Moraes (1) .....	2003	Suplente	35
Ana Marta Horta Veloso (3) .....	2003	Suplente	34
Otto de Souza Marques Júnior (2) .....	1997	Suplente	56

(1) Indicado pela Valepar e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado por nossos empregados e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

(3) Informalmente nomeado pelo BNDESPAR e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

Resumimos abaixo a experiência profissional, áreas de atuação e principais interesses em negócios externos de nossos atuais conselheiros:

*Sérgio Ricardo Silva Rosa.* O Sr. Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, tendo sido designado Presidente em maio de 2003. O Sr. Rosa é atualmente o presidente da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ"), onde está desde 2000. Ele também é conselheiro da Valepar S.A., ou Valepar, e diretor executivo da Litel Participações S.A., ou Litel. Antes de ingressar na Previ, o Sr. Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Sr. Rosa foi vereador do Município de São Paulo. O Sr. Rosa é conselheiro da Brasil Telecom Participações desde dezembro de 2000, e da Sauípe S.A. desde maio de 2001.

*João Moisés de Oliveira.* O Sr. Oliveira é membro do nosso Conselho de Administração desde 2000. O Sr. Oliveira é atualmente o diretor executivo da Bradespar S.A. desde 2000. Ele também é diretor executivo da Eletron S.A. De 1962 a 2000, trabalhou no Banco Bradesco S.A. e em diversas empresas nas quais o Banco Bradesco S.A. tem participação direta ou indireta. Foi diretor executivo de várias empresas nas quais o Banco Bradesco ou a Bradespar têm ou tiveram participação direta ou indireta, incluindo a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a CSN e a São Paulo Alparagas S.A.

*Erik Persson.* O Sr. Persson é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr. Persson é o diretor de planejamento da Previ desde junho de 2000, e trabalha na Previ desde 1977. O Sr. Persson também tem atuado como conselheiro da Valepar e Litel desde abril de 2001, e exerce também o cargo de conselheiro da SEEB Porto Alegre e FEEB Rio Grande do Sul desde 1990.

*Ricardo Carvalho Giambroni.* O Sr. Giambroni é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Em março de 2003, ele foi nomeado diretor presidente da Litela Participações S.A., ou Litela e, em abril de 2003, foi eleito conselheiro da Valepar. O Sr. Giambroni é gerente na área de participações da Previ. De junho de 1999 a dezembro de 2002, ele foi diretor executivo da Litel. De junho de 1997 a abril de 2001, ele foi conselheiro do Grupo Paranapanema e de abril de 2001 a dezembro de 2002, da Valepar.

*Arlindo Magno de Oliveira.* O Sr. Magno é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. Desde 1996 ele exerceu vários cargos na Previ, incluindo entre outros: membro do Conselho Fiscal, gerente de atendimento ao cliente, diretor deliberativo e diretor de planejamento. De abril a outubro de 2002, o Sr. Magno foi o diretor executivo encarregado das finanças e administração da CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto. Ele também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias companhias, inclusive a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A. e a ENERCAN – Campos Novos Energia S.A.

*Luiz Alexandre Bandeira de Mello.* O Sr. Bandeira de Mello é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. Ele é diretor do Investvale desde dezembro de 1994, e é empregado da CVRD desde 1972, quando então começou a trabalhar no complexo de pelotização em Tubarão. O Sr. Bandeira de Mello atuou como superintendente de um complexo de pelotização de 1991 a 1997 e diretor superintendente de nossas coligadas Hispanobrás, Itabasco, Nibrasco e Kobrasco de 1991 a 2000, e como diretor presidente de nossa coligada de pelotização Gulf Industrial Investment Co. de outubro de 2000 até janeiro de 2003. De 1993 a 1997, o Sr. Bandeira de Mello foi membro do Conselho de Curadores da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA.

*Renato da Cruz Gomes.* O Sr. Gomes é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Também é diretor executivo da Bradespar S.A. desde 2000. Ele também é conselheiro da Bradesplan S.A. e Eletron S.A. De 1976 a 2000, o Sr. Gomes ocupou várias posições no BNDES e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias empresas, como a Elebra Eletrônica, Globo Cabo, Aracruz, Iochpe, Bahia Sul e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Factor Sinergia - Fundo de Investimento de Valores Mobiliários, e membro do comitê de investimentos do fundo Bradesco Templeton de Valor e Liquidez. O Sr. Gomes é diretor executivo da Valepar S.A. desde 25 de abril de 2001.

*Mário da Silveira Teixeira Júnior.* O Sr. Teixeira é vice-presidente do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. O Sr. Teixeira trabalha no Banco Bradesco S.A. desde 1971, atuando em várias posições em diversas companhias nas quais o Bradesco possui participação direta ou indireta, incluindo a Fundação Bradesco. Atualmente, ele é membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição, CPFL Geração de Energia S.A., Valepar, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e CPFL Energia S.A., BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento, Banco Espírito Santo de Investimento S.A. Ele é presidente da VBC Participações S.A. Ele também atuou como conselheiro de muitas companhias, incluindo a Bradespar S.A., Companhia de Energia Semesa, COFAP - Companhia Fabricadora de Peças e

CSN. Ele foi membro do Conselho Consultivo e Conselho Fiscal da Newtechnos Catalisadores Automotivos Ltda., vice-presidente da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento e conselheiro da ABRASCA – Associação das Companhias Abertas.

*Rômulo de Mello Dias.* O Sr. Dias é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Desde 2000, ele é diretor de desenvolvimento de negócios e de relações com investidores da Bradespar. Ele também foi conselheiro da Net Serviços de Telecomunicações S.A. De 1980 a 2000 ele exerceu várias posições em diversas companhias, entre outras, Banco do Brasil S.A., Previ, Citibank e Albion Alliance.

*Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes.* O Sr. Moraes é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. De 1984 até a presente data ele tem atuado em várias posições no BNDES. De abril de 2002 a abril de 2003, ele exerceu o cargo de membro do Conselho Fiscal da CVRD.

*Francisco Valadares Póvoa.* O Sr. Póvoa é membro do nosso Conselho de Administração desde maio de 1997. Ele também é conselheiro da Valepar e da CSI e membro do Conselho de Curadores da Valia. Ele também é o presidente do Investvale. Até março de 2001, ele era conselheiro da CSN e tendo sido conselheiro suplente da CSN anteriormente. O Sr. Póvoa integrou o quadro da companhia em 1972 como engenheiro de mineração e tem desde então ocupado várias posições no Grupo CVRD.

### **Conselheiros da Vale Overseas**

Os conselheiros da Vale Overseas são os seguintes:

	<b>Posição</b>	<b>Idade</b>
Gabriel Stoliar.....	Conselheiro	49
Tito Botelho Martins.....	Conselheiro	40

O Sr. Stoliar também desempenha as funções de Diretor-Presidente e o Sr. Martins de Diretor Financeiro da Vale Overseas. A biografia do Sr. Stoliar está resumida abaixo sob o título - Diretoria Executiva.

*Tito Botelho Martins.* Desde agosto de 1999, o Sr. Martins tem sido o nosso Diretor do Departamento de Finanças Corporativas. Atualmente, o Sr. Martins também é conselheiro da Vale Overseas Limited, Caemi, Samarco, GIIC, FCA e presidente do Conselho de Curadores da Valia. Ele começou a trabalhar na CVRD, em 1985, como trainee, e ocupou várias posições em diferentes departamentos da divisão financeira da CVRD. Em dezembro de 2002, ele foi eleito também para o cargo de diretor financeiro da FCA. O Sr. Martins é graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e é mestre em administração de empresas pela IEAD/UFRJ.

O endereço comercial dos conselheiros é Avenida Graça Aranha, 26, 17º andar, 20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

### **Visão Geral**

Os nossos executivos são os nossos representantes legais e são responsáveis pelo dia a dia operacional, além da responsabilidade pela implementação das políticas e metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com o nosso Estatuto Social, a diretoria executiva é composta de mínimo de três e máximo de nove membros. O Conselho de Administração elege os diretores por um período de dois anos, podendo os destituir a qualquer tempo. Segundo a Legislação Societária brasileira, os diretores devem ser residentes no Brasil. A Diretoria Executiva reúne-se quinzenalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer Diretor Executivo.

Em 27 de dezembro de 2002, nossa Assembléia Geral aprovou uma reforma de nosso Estatuto Social para aumentar o número de membros da diretoria executiva. Conseqüentemente, passamos a ter um diretor presidente e até oito diretores executivos, cada um responsável pelas áreas de negócios que o Conselho de Administração os delega.

### Diretores Executivos

A tabela abaixo relaciona os nossos atuais diretores executivos. O mandato de cada um de nossos diretores executivos termina em 2005.

	Ano da Indicação	Posição	Idade
Roger Agnelli .....	2002	Diretor Presidente	44
Armando de Oliveira Santos..	2002	Diretor Executivo (Ferrosos)	53
Antonio Miguel Marques.....	2002	Diretor Executivo (Participações e Desenvolvimento de Negócios)	46
Guilherme Rodolfo Laager ....	2002	Diretor Executivo (Área de Logística)	46
Fabio de Oliveira Barbosa .....	2002	Diretor Executivo (Finanças, Controladoria e Relações com Investidores)	42
Gabriel Stoliar.....	2002	Diretor Executivo (Planejamento e Gestão)	49
Diego Hernández .....	2002	Diretor Executivo (Não-Ferrosos)	54
Carla Grasso .....	2002	Diretora Executiva (Recursos Humanos e Serviços Corporativos)	41

Resumimos abaixo a experiência profissional e principais áreas de atuação dos diretores executivos fora de nosso negócio.

**Roger Agnelli.** O Sr. Agnelli foi eleito nosso Diretor-Presidente em julho de 2001. Nascido em maio de 1959, ele fez sua carreira no Grupo Bradesco de 1981 a 2001, onde exerceu o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco de 1998 a 2000. O Sr. Agnelli também exerceu o cargo de Diretor-Presidente da Bradespar S.A. de março de 2000 a julho de 2001. O Sr. Agnelli foi Presidente do nosso Conselho de Administração além de conselheiro de diversas companhias com relevante atuação no Brasil, dentre elas a Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. – LATASA, VBC Energia S.A., Brasmotor S.A., Mahle Metal Leve S.A., Rio Grande Energia S.A. e Serra da Mesa Energia S.A. Foi também Diretor da UGB Participações S.A. e vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento. Atualmente, o Sr. Agnelli também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da Asea Brown Boveri (ABB) e é Presidente do CCE - Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele também é membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social, um órgão de assessoria da Presidência da República. O Sr. Agnelli é graduado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo.

**Armando de Oliveira Santos.** O Sr. Armando Santos foi eleito Diretor Executivo da área de Ferrosos em outubro de 2001. O Sr. Armando também é Conselheiro da Caemi, CPFL, Samarco e Sibra. Toda a vida profissional do Sr. Armando Santos teve lugar na CVRD, onde ele ingressou em 1970, como estagiário na divisão de ferrovias. O Sr. Armando Santos ocupou diversos cargos na empresa, dentre os quais destacam-se: Gerente de Marketing da Rio Doce América (USA), Gerente de Planejamento de Vendas, Gerente Geral da Rio Doce Ásia (Japão), Diretor da Rio Doce International (Bélgica), Diretor Comercial da CVRD, Direto Executivo de Minério de Ferro e Diretor Executivo da Área de Ferrosos. O Sr. Armando Santos integra atualmente os Conselhos de Administração da Caemi e da CSI (California Steel Industries). O Sr. Armando Santos é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**Antonio Miguel Marques.** O Sr. Marques foi eleito Diretor Executivo da área de Participações e Desenvolvimento de Negócios em outubro de 2001. Atualmente, o Sr. Marques é Presidente da Aluvale e membro do Conselho de Administração da Caemi, CST, Fosfertil,

MRN, Alunorte, Albras, Valesul e Usiminas e Diretor Presidente da Vale do Rio Doce Energia S.A. Antes disso, exerceu diversos cargos na Carafra Metais S.A., Indústria e Comércio DuPont do Brasil S.A., Billiton Metais S.A., Grupo Paranapanema e Grupo Votorantim. O Sr. Marques é graduado em engenharia pela Universidade Federal do Ouro Preto, pós-graduado em Tratamento Mineral pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*Guilherme Rodolfo Laager.* O Sr. Laager foi eleito Diretor Executivo da área de Logística em setembro de 2001. Ele foi diretor de logística, suprimentos e tecnologia da informação da Ambev – Companhia de Bebidas das Américas, de 1989 a agosto de 2000. De 1982 a 1988, o Sr. Laager trabalhou na Andersen Consulting e, de 1979 a 1981, na IESA International de Engenharia S.A. O Sr. Laager é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA pela COPPEAD da UFRJ.

*Fábio de Oliveira Barbosa.* Fabio de Oliveira Barbosa foi eleito Diretor Executivo de Finanças da Companhia Vale do Rio Doce em Maio de 2002, tendo atuado como membro do Conselho de Administração da empresa no período de abril de 2000 a março de 2002. Anteriormente, foi Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e Conselheiro das seguintes empresas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Cia. Siderúrgica de Tubarão e Telesp S/A. Foi Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda entre julho de 1999 e abril de 2002, depois de ter atuado como Secretário Adjunto da STN responsável pela administração de dívida pública federal entre 1995 e 1999. De 1992 a 1995 foi Assessor da Diretoria Executiva do Grupo Banco Mundial em Washington-DC, nos Estados Unidos. De 1990 a 1992 foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica da Secretária de Planejamento Econômico e Social do Ministério do Planejamento. Antes disso, Fabio Barbosa ocupou vários cargos no IPEA (Ministério do Planejamento), Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Estado do Paraná e no Ministério do Trabalho.

*Gabriel Stoliar.* Nascido em 18 de março de 1954, o Sr. Stoliar, desde outubro de 2001, atua como Diretor Executivo de Planejamento e Gestão da Companhia Vale do Rio Doce. Em setembro de 1997, o Sr. Stoliar foi originalmente eleito diretor executivo do Centro Corporativo e de Relações com Investidores. Em 1994 havia sido designado Diretor da BNDESPAR. Em 1991 assumiu a posição de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988 foi nomeado pela BNDESPAR Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982 foi promovido a Gerente do BNDES para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978 ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como consultor em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Firjan. O Sr. Stoliar é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós graduado em Engenharia de Produção-área de projetos industriais e de transportes (PIT)-COPPEAD/UFRJ e com MBA/Executivo-PDG/EXEC.

*Diego Hernández.* Nascido em 14/10/1948, o Sr. Diego Hernández é atualmente o nosso Diretor Executivo da Área de Não Ferrosos. Natural do Chile, o Sr. Hernández se graduou em Engenharia de Minas na École des Mines de Paris, França, em 1973. Ele integrou-se à CVRD em Dezembro de 2001 como responsável da Área de Não Ferrosos. De 1996 a 2001, o Sr. Hernández foi Diretor-Presidente da Cia. Minera Doña Ines de Collahuasi, um mega projeto de cobre de US\$ 1.8 bilhões no norte do Chile. De 1998 a 1996, ele atuou no Grupo Anglo American, no Chile, como Diretor-Presidente da Mantos Blancos Copper Company, Diretor de Desenvolvimento dos Projetos de Cobre de Manto Verde e Santa Barbara, e como Diretor-Presidente da Cia. Minera Tres Cruces. De 1985 a 1988, o Sr. Hernández trabalhou para a Rio Tinto no Brasil, no projeto da mina Morro do Ouro. Antes disso, ele ocupou diversas posições em companhias de mineração e engenharia no Chile e no Brasil. De 2000 a 2001, o Sr. Hernández ocupou o cargo de Presidente do Consejo Minero (Câmara Chilena de Minas).

*Carla Grasso.* A Sra. Grasso foi designada Diretora Executiva da área de Recursos Humanos e Serviços Corporativos em outubro de 2001. Antes disso, atuou como assistente

econômica do Presidente da República. Ela também atuou como coordenadora de política fiscal no Ministério da Economia e atuou em diversas posições no Ministério da Seguridade Social. Em 1997, ela foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD). A Sra. Grasso é graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

### CONSELHO FISCAL

Pela Legislação Societária brasileira, podemos estabelecer um Conselho Fiscal, como um órgão independente da nossa administração e dos auditores externos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é a revisão das atividades da administração e das Demonstrações Contábeis reportando-se diretamente aos acionistas. Estabelecemos um Conselho Fiscal permanente, que pode ter de três a cinco membros. Em 16 de abril de 2003, os acionistas elegeram os atuais conselheiros e seus suplentes. Os detentores das ações preferenciais classe A, incluindo a ação de classe especial, ou *golden share*, podem eleger um membro do conselho fiscal e seu respectivo suplente. Acionistas não controladores detentores de ações ordinárias que detenham pelo menos 10% do total das ações ordinárias podem também eleger um membro e seu suplente. O mandato dos membros do conselho fiscal se expira na próxima Assembléia Geral Ordinária.

A tabela abaixo relaciona os atuais membros do Conselho Fiscal.

	<b>Primeiro Ano de Indicação</b>
Joaquim Vieira Ferreira Levy (1) .....	2003
Wilson Risolia Rodrigues (2) .....	2003
Luiz Octavio Nunes West (3) .....	1998
Vicente Barcelos (3) .....	2001
Pedro Carlos de Mello (3).....	2002

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Informalmente nomeado pelos acionistas minoritários.

(3) Indicado pela Valepar.

A tabela abaixo relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal.

	<b>Primeiro Ano de Indicação</b>
Tarcísio José Massote de Godoy (1) .....	2003
Marcelo Bragagnolo Bonini (2) .....	2003
Ricardo Wiering de Barros (3) .....	2003
Helder Zenóbio (3) .....	2003
Aldo Bastos Alfano (3).....	2003

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Informalmente nomeado pelos acionistas minoritários.

(3) Indicado pela Valepar.

### COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Nosso Estatuto Social prevê a criação de cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, a saber: Desenvolvimento Executivo, Estratégico, Finanças, Auditoria e Governança e Ética. Alguns dos membros destes comitês não são membros do nosso Conselho de Administração.

- *O Comitê de Desenvolvimento Executivo* é responsável por reportar as políticas gerais de recursos humanos; recomendar os níveis de remuneração dos nossos diretores executivos; e estabelecer diretrizes para avaliar a performance de nossos diretores

executivos. Os membros do Comitê de Desenvolvimento Executivo são: Francisco Valadares Póvoa, João Moisés de Oliveira, Arlindo Magno de Oliveira e Olga Loffredi.

- *O Comitê Estratégico* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às diretrizes estratégicas e planejamento estratégico submetido anualmente ao Conselho por nossos diretores executivos; os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da companhia; oportunidades de investimentos e/ou de venda de investimentos submetidas aos diretores executivos, e fusões e aquisições. Os membros do Comitê Estratégico são: Roger Agnelli, Gabriel Stoliar, Samir Zraick, José Roberto Mendonça de Barros e Cláudio Roberto Frischtak.
- *O Comitê de Finanças* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito às políticas financeiras e sistemas de controles financeiros internos da companhia, compatibilidade entre o nível de distribuições aos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual; e consistência com a política geral de dividendos e estrutura de capital da companhia. Os membros do Comitê Financeiro são: Roger Agnelli, Fabio de Oliveira Barbosa, Rômulo de Mello Dias e Luiz Carlos Siqueira Aguiar.
- *O Comitê de Auditoria* é responsável por recomendar a indicação dos auditores independentes e o empregado responsável pela auditoria interna da companhia ao Conselho de Administração; reportar as políticas e o plano anual de auditoria da companhia submetido ao empregado responsável pela auditoria interna, e a sua execução; monitorar os resultados da auditoria interna da companhia e identificar, priorizar e implementar ações a serem acompanhadas pelos diretores executivos; e analisar o relatório anual, bem como as Demonstrações Contábeis da companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Auditoria são Marcos Fábio Coutinho, Antônio José Figueiredo Ferreira e Ricardo Wiering de Barros.
- *O Comitê de Governança e Ética* é responsável por avaliar as nossas práticas de governança corporativa e os trabalhos do Conselho de Administração, e recomendar melhorias ao código de ética e nosso sistema de gestão de forma a evitar conflitos de interesses entre a companhia e seus acionistas ou administradores; emitir relatórios sobre as políticas relacionadas com a responsabilidade corporativa, tais como meio ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da companhia submetidas pelos diretores executivos; e emitir relatórios sobre os conflitos potenciais de interesse entre a companhia e seus acionistas ou administradores. Os membros do Comitê de Governança e Ética são: Renato da Cruz Gomes, Ricardo Carvalho Giamboni e Ricardo Simonsen.

## **REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS, DIRETORES EXECUTIVOS E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

### **Comentários Gerais**

De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas são responsáveis por estabelecer o total da remuneração que pagamos aos nossos membros do Conselho de Administração e nossos diretores executivos. Nossos acionistas determinam o valor anual agregado da remuneração dos administradores, na Assembléia Geral Ordinária. A fim de estabelecer o total da remuneração dos conselheiros e diretores, acreditamos que nossos acionistas geralmente levam em conta uma série de fatores que variam entre idade, experiência e qualificação dos nossos conselheiros e diretores, para o desempenho recente de nossas operações. Uma vez que a remuneração total é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração são responsáveis por determinar a distribuição do valor total estabelecido, de acordo com nosso Estatuto Social. O Comitê de Desenvolvimento Executivo do nosso Conselho de Administração faz recomendações ao Conselho no que diz respeito à remuneração total anual.

Em 2002, o valor total de remuneração (incluindo benefícios adicionais “in natura”) por nós paga a todos os membros do Conselho de Administração e diretores executivos por todas as funções foi de aproximadamente R\$8,2 milhões. Em 2002, nenhum de nossos conselheiros e diretores, agindo

individualmente, teve qualquer interesse financeiro ou de outra espécie em negócios envolvendo a Companhia que não estivessem no curso normal dos negócios.

O número total de ações ordinárias pertencentes aos nossos conselheiros e diretores executivos, em 30 de maio de 2003, era de 10.547. O número total de ações preferenciais em poder dos nossos conselheiros e diretores executivos, em 30 de maio de 2003, era de 402. Nenhum de nossos conselheiros ou diretores executivos detém um por cento ou mais de quaisquer classes de ações.

### **Planos de Incentivo**

Além da remuneração fixa, nossos diretores executivos também têm direito a bônus e pagamentos com ações preferenciais como incentivo de longo prazo. Cada diretor executivo pode receber bônus com base no seu desempenho individual e no nosso desempenho durante o exercício. O Conselho de Administração determina e a Assembléia Geral aprova o valor agregado anual da remuneração. Os pagamentos de ações preferenciais como incentivo de longo prazo são, por sua vez, baseados em uma parcela do bônus recebido. O pagamento do incentivo de longo prazo ocorre somente após o fim de 3 anos de serviços prestados. Após o pagamento em ações em observação ao incentivo de longo prazo, ainda permanece sujeito a um período no qual as ações não podem ser vendidas, mas os diretores terão direito ao recebimento de dividendos durante este período.

### **Conselho Fiscal**

No ano de 2002, o montante mensal que pagamos aos membros do Conselho Fiscal foi o maior entre (i) R\$4.200 ou (ii) o equivalente a 10% do montante pago em média a um diretor executivo, excluídos os benefícios. Pagamos um total de US\$57 mil aos membros do Conselho Fiscal em 2002. Além disso, os membros do Conselho Fiscal são reembolsados pelas despesas relacionadas a transporte necessárias ao exercício de suas funções.

## **EMPREGADOS**

### **Comentários Gerais**

A tabela abaixo mostra a quantidade de empregados por categoria nas datas indicadas.

	<b>Em 31 de Dezembro</b>		
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Minerais Ferrosos .....	4.948	6.584	6.746
Logística .....	4.525	4.725	4.275
Minerais Não-Ferrosos .....	1.066	1.159	920
Alumínio, Aço e Fertilizantes e Desenvolvimento de Negócios .....	-	-	83
Administrativos .....	903	1.152	1.949
Total.....	<u>11.442</u>	<u>13.620</u>	<u>13.973</u>

### **Salários e Benefícios**

Estabelecemos nossos programas de salário e de benefícios anuais em julho de cada ano após negociações com nossos sindicatos. Em julho de 2002, nossa proposta final para nossos sindicatos incluiu um aumento salarial de 7%, aumento da lista de medicamentos que podem ser adquiridos com desconto, pagamento de ajuda de custo para compra de material escolar e pagamento de bônus anual. As disposições de nossos acordos e dissídios coletivos com os nossos sindicatos também se aplicam aos nossos funcionários não afiliados a sindicatos. Não sofremos nenhuma perda econômica significativa em decorrência de greves de trabalhadores ou de paralisações do trabalho.

Desde 1973, patrocinamos um plano de pensão de benefício definido, conhecido como Plano Antigo, que cobre substancialmente todos os funcionários, com benefícios baseados no tempo de serviço, salário e em benefícios de previdência social. Este plano era custeado pelas contribuições mensais feitas por nós



e nossos empregados, calculadas com base em avaliações atuariais periódicas e administrado pela Valia. Patrocinada pela CVRD, a Valia é um plano de seguridade social complementar, fechado e sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa. Com 27 companhias patrocinadoras e mais de 45 mil participantes (ativos, aposentados e pensionistas), sua lucratividade total alcançou 23,62% em 2002, com um saldo positivo de US\$29 milhões, totalizando um saldo positivo total de US\$83 milhões.

Em maio de 2000, implementamos um novo plano de pensão, o qual é basicamente um plano de contribuição definida com característica de benefício definido para o período de serviço anterior a maio de 2000, conhecido como novo plano, e oferecemos aos nossos participantes ativos a oportunidade de se transferirem para este novo plano. Mais de 98% dos nossos participantes ativos optaram por se transferir para o novo plano. O plano antigo continuará a existir, cobrindo quase que exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Todos os empregados e seus dependentes têm acesso à assistência médica suplementar, que oferece cobertura ambulatorial e hospitalar, dentária e custos de prescrições médicas. Os beneficiários têm livre escolha de médicos, com parte das despesas reembolsadas. Outros importantes benefícios oferecidos aos empregados são uma verba anual para materiais escolares, seguro de vida em grupo, assistência funeral e reembolso dos custos de creche para empregados com crianças de até três anos de idade.

### **Participação Acionária**

Nossos empregados têm participação acionária em nossos negócios através do Investvale, uma associação de nossos empregados atuais e aposentados. Em 2002, o Investvale aportou todas as suas ações de nossa emissão na Valepar S.A., nossa acionista majoritária, em troca de uma participação naquela companhia. Em 31 de dezembro de 2002, o Investvale tinha 11.120.369 ações ordinárias, representando aproximadamente 8,5% do capital total da Valepar.

Nosso Estatuto Social prevê que podemos estabelecer planos de opção de ações, mas até a presente data não o criamos.

## Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas

### PRINCIPAIS ACIONISTAS

#### Visão Geral

A tabela abaixo disponibiliza determinadas informações relativas à propriedade beneficiária (“*beneficial ownership*”) de nossas ações em 30 de maio de 2003, por cada pessoa que sabemos ser detentor beneficiário de mais de 5% de qualquer classe de ações de nosso capital social em circulação, bem como por todos os conselheiros e diretores executivos em conjunto.

	<u>Ações Detidas</u>	<u>Percentual por Classe</u>
<b>Ações Ordinárias</b>		
Valepar S.A. (1).....	130.715.711	52,3%
Litel Participações S.A. (2).....	130.715.711	52,3%
Previ (3).....	130.715.711	52,3%
Banco Bradesco S.A. (4).....	130.715.711	52,3%
BNDESPAR (5).....	17.667.640	7,1%
Conselheiros e diretores executivos, no total.....	10.547	(*)
<b>Ações preferenciais (6)</b>		
Conselheiros e diretores executivos, no total.....	402	(*)
<b>Ação de Classe Especial (Golden Share)</b>		
Governo brasileiro.....	1	100,0%

(1) Vide a tabela abaixo para maiores informações sobre os acionistas da Valepar.

(2) Representa ações pertencentes à Valepar, as quais podem ser vistas como em benefício da Litel Participações S.A. de acordo com as normas da “SEC” (Comissão de Valores Mobiliários). Geralmente, uma pessoa que detém poder de voto ou investimento com respeito a determinadas ações, é tratada como detentora de propriedade beneficiária sobre essas ações. Isso não implica necessariamente que essa pessoa tenha benefícios econômicos ou outros benefícios sobre as ações.

(3) Representa ações pertencentes à Valepar, as quais podem ser vistas como em benefício da Previ através de sua participação na Litel Participações S.A. e Litela Participações S.A.

(4) Representa ações pertencentes à Valepar as quais podem ser consideradas como em benefício da Bradespar S.A., diretamente e através de suas participações na Eletron S.A., Bradesplan Participações S.A. e Millenium Security Holdings Corp. A Bradespar é controlada (35,6%) por um grupo controlador que consiste da Cidade de Deus – Cia. Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A..

(5) Exclui as ações ordinárias pertencentes diretamente à Valepar, na qual o BNDESPAR tem participação.

(6) O Governo brasileiro (Tesouro Nacional) possui 5.075.341 ações preferenciais, representando 3,7% das ações preferenciais em circulação e o BNDESPAR possui 1.401.978 ações preferenciais, representando 1% das ações preferenciais em circulação.

(\*) Representa menos que 1% da classe de ações em circulação.

As tabelas abaixo contêm informações em 31 de maio de 2003 relativas à participação da Valepar e em 23 de maio de 2003 relativas à participação da Litel Participações S.A.

	<b>Ações Detidas</b>	<b>Percentual do Total de Ações Detidas</b>
<b>Valepar S.A.</b>		
Litel Participações S.A. (1).....	69.258.590	52,98%
Litela Participações S.A. (2).....	6.643.814	5,08
Eletron S.A. (3) .....	21.875.000	16,74
Bradespar S.A. (3) .....	721.275	0,55
Bradesplan Participações S.A. (3) .....	14.298.346	10,94
Millennium Security Holdings Corp.(3).....	5.543.686	4,24
BNDESPAR .....	1.254.631	0,96
Investvale (4).....	11.120.369	8,51
Total .....	130.715.711	100,00%

- (1) A Litel detém 16.594.824 ações preferenciais Classe B da Valepar, o que representa 71,41% desta classe de ações.
- (2) A Litela detém 6.643.814 ações preferenciais Classe B da Valepar, o que representa 28,59% desta classe de ações.
- (3) A Eletron, Bradesplan e Millennium são companhias coligadas do Grupo Bradesco.
- (4) A Investvale é um clube de investimentos de propriedade dos empregados.

	<b>Ações Detidas</b>	<b>Percentual do Total de Ações Detidas</b>
<b>Litel Participações S.A.</b>		
BB Carteira Ativa 0(1).....	202.753.508	73,59%
BB Carteira Ativa II(1) .....	53.388.022	19,38
BB Renda Fixa IV(1).....	19.371.990	7,03
Outros .....	822	—
Conselheiros e diretores executivos, no total.....	7	—
Total .....	275.514.349	100,00%

- (1) Cada BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa II e BB Renda Fixa IV é um fundo de investimentos brasileiro. O BB Carteira Ativa 0 é 100% da Previ. O BB Carteira Ativa II é 59,36% da Funcef, 35,8% da Petros e 4,84% da Fundação CESP. O BB Renda Fixa IV é 100% da Previ. A Previ, Petros, Funcef e Fundação CESP são fundos de pensão brasileiros.

Em março de 2003, a Bradespar anunciou um acordo com a Mitsui pelo qual irá adquirir 15% das ações ordinárias em circulação da Valepar. Pelo acordo, a Bradespar venderá todas as ações representando estas 15% de participação exceto se a Litel e a Litela exercerem uma opção para participar na transação através da venda de ações equivalentes a 5% das ações ordinárias da Valepar. No caso da Litel e da Litela exercerem este direito, a Bradespar venderá ações equivalentes a 10% das ações ordinárias da Valepar. Este acordo está sujeito a certas condições.

### *Nossa Privatização*

#### Visão Geral

Em 1997, fomos privatizados pelo Governo brasileiro, que transferiu o capital votante para a Valepar. Como parte do processo de privatização, o Tesouro Nacional e o BNDES, o banco estatal de desenvolvimento, juntos detinham 32% das nossas ações ordinárias e 4% das nossas ações preferenciais. Em 20 de março de 2002, na fase final do processo de privatização, o Governo brasileiro e o BNDES venderam cada um 39.393.919 ações, na forma de ações ordinárias ou ADSs, que juntos representam 32,1% das nossas ações ordinárias em circulação. Seguindo esta oferta, BNDESPAR, uma controlada

integral do BNDES, manteve ações ordinárias representando aproximadamente 4,8% das nossas ações ordinárias em circulação. O Governo brasileiro atualmente detém ações preferenciais em circulação e uma ação especial (*golden share*), que dá o poder de veto sobre algumas matérias de decisão que poderão ser adotadas por nós, e o BNDES detém 5.727 de nossas ações ordinárias. Para maiores detalhes sobre o veto garantido ao Governo brasileiro em virtude da sua propriedade de uma ação de classe especial, vide *Item 10. Informações Adicionais – Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

#### *Debêntures Participativas*

Por ocasião do primeiro estágio de nossa privatização em 1997, emitimos debêntures para os nossos acionistas. Os termos das debêntures, que estão descritos abaixo, foram estabelecidos para garantir que os nossos acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em benefícios futuros que pudéssemos obter a partir da exploração de nossos recursos minerais e que não foram levados em consideração na determinação do preço mínimo de compra das nossas ações na privatização.

Um total de 388.559.056 debêntures foram emitidas, com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de Real), que será reajustado de acordo com a variação do IGP-M como estipulado na Escritura de emissão. Na época da privatização, as debêntures foram distribuídas a base de uma para uma, como pagamento pelo resgate das ações preferenciais Classe B, que foram emitidas como um prêmio a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A, através de um aumento de capital. As debêntures não são resgatáveis ou conversíveis. Desde 28 de outubro de 2002, as debêntures foram autorizadas para serem negociadas no mercado secundário junto ao SND - *Sistema Nacional de Debêntures*.

De acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil, os acionistas estrangeiros pré-privatização que detinham suas ações por meio de nosso programa de ADR, bem como os investidores institucionais, que detinham suas ações através do Anexo V da Resolução No. 1.289/87 do Banco Central do Brasil (“Anexo V”), não foram autorizados a receber debêntures ou quaisquer benefícios financeiros relacionados às mesmas. Solicitamos a autorização do Banco Central do Brasil a fim de: (i) permitir ao depositário custodiar as debêntures em nome dos detentores de ADRs e dos investidores institucionais, e transferir qualquer benefício financeiro relacionado com as debêntures tão logo elas fossem comercializadas; e (ii) permitir que o depositário crie um fundo constituído apenas das debêntures e do qual sejam cotistas os detentores de ADRs na época da privatização da Companhia. O Banco Central do Brasil recusou nossa solicitação. Após a aprovação e o registro da CVM em outubro de 2002, permitindo que as debêntures fossem negociadas publicamente, renovamos nossa solicitação, mas não podemos lhe assegurar que o Banco Central do Brasil aprovará. A menos que o Banco Central do Brasil aprove nossa solicitação, as debêntures não terão qualquer valor para os acionistas estrangeiros ou investidores institucionais (em conformidade com o Anexo V).

Nos termos da Escritura das debêntures, os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas livres de impostos, taxas de transporte e seguros relacionados à comercialização dos produtos) provenientes de determinados recursos minerais identificados, que possuíamos à época da privatização, na medida em que conseguirmos superar certos patamares de volumes de vendas estipulados para certos recursos minerais, e da venda dos direitos minerários que detínhamos na época. Nossa obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais relacionados na Escritura forem exauridos. *Vide a nota explicativa 15(f) às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas* para uma descrição dos termos das debêntures.

Em junho de 2002, as vendas de ouro de nossa mina Fazenda Brasileiro alcançaram o volume acumulado estipulado na Escritura de 26 toneladas. Contudo, como o montante do prêmio está determinado em aproximadamente R\$2 milhões (isto é, menor que R\$0,01 por debênture), e até a presente data, nenhuma remuneração foi paga aos debenturistas.

#### *Acionista Majoritário*

Nosso acionista majoritário é a Valepar. Os acionistas da Valepar celebraram um acordo de acionistas vigente até 2017, o qual:

- concede direitos de preferência na aquisição em qualquer transferência de ações da

Valepar e na subscrição de ações em qualquer nova emissão de ações da Valepar;

- proíbe a aquisição direta de ações da CVRD por acionistas da Valepar, a menos que autorizado pelos demais acionistas;
- proíbe gravames sobre as ações da Valepar (exceto com relação ao financiamento de nossa aquisição);
- exige que cada uma das partes, de modo geral, mantenha o controle de sua empresa para fins específicos detendo sua participação nas ações da Valepar, exceto nos casos conforme o direito de preferência acima mencionado;
- determina o modo de preenchimento de cargos em nosso Conselho de Administração e no da Valepar; e
- estabelece exigências de quorum qualificado com relação a determinados assuntos relevantes relativos à Valepar ou a nós.

#### *Ação Preferencial de Classe Especial (Golden Share)*

O Governo Brasileiro detém uma ação preferencial de classe especial, ou ação *golden share*, que lhe confere, ou a seu detentor, direitos de veto sobre determinadas mudanças, incluindo:

- nossa denominação social;
- nossa sede social;
- nosso objeto social com relação à exploração de jazidas minerais, e
- nossa operação contínua de sistema integrados de exploração de minério de ferro.

Para uma descrição mais detalhada da ação preferencial de classe especial, Vide *Item 10. Informações Adicionais – Ações Ordinárias e Preferenciais*. Desde a nossa privatização, o Governo brasileiro não tem exercido seus direitos de veto.

#### *ADSs*

Em 30 de abril de 2003, as ADSs representavam 23,5% das nossas ações ordinárias e 49,2% das nossas ações preferenciais.

### **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2002, o montante total das garantias por nós concedidas a nossas controladas, coligadas e *joint ventures* era de US\$516 milhões, dos quais US\$405 milhões denominados em dólares norte-americanos e os restantes US\$111 milhões em reais. Vide nota explicativa 15(a) às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Temos relações comerciais no curso normal dos negócios com uma série de companhias que são coligadas da Previ e da Bradespar S.A., que podem ser considerados como beneficiários das ações em poder da Valepar, nossa acionista majoritária. A mais significativa delas é o nosso relacionamento com a CST na qual nós e a Previ temos participação. Em 2002, a CST representou aproximadamente 3,8% de nossas vendas totais, 4% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas, 4% de nossas vendas de manganês e ferroligas e 8,7% de nossas vendas de logística. Todas as nossas vendas para a CST são feitas em bases exclusivamente comerciais, a condições de mercado.

Para informações sobre financiamentos e investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*, vide notas explicativas 10 e 17 às nossas Demonstrações Contábeis.

## Item 8. Informações Financeiras

### PROCESSOS JUDICIAIS

Nós e nossas controladas estamos respondendo por diversas ações judiciais no curso normal de atividades, incluindo processos cíveis, administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários. Provisionamos ou depositamos em juízo valores para cobrir perdas contingenciais estimadas relacionadas a sentenças judiciais desfavoráveis. Com base nos pareceres de nossos advogados, acreditamos que as provisões feitas contra perdas contingentes são suficientes para cobrir possíveis perdas relativas às referidas ações.

Atualmente, estamos envolvidos em 23 processos perante o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica*, ou CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. A maioria destes processos envolve revisões de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures*, e cobrem quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os processos restantes são de natureza administrativa que alegam que prática de infração a ordem econômica nos nossos negócios de alumínio e logística. Nos defenderemos nesses processos vigorosamente. Se o CADE determinar que uma concentração indevida existe em qualquer um desses segmentos, ele poderá impor medidas para salvaguardar a concorrência, o que poderia incluir exigências para não mais investirmos nessas operações ou nos impor restrições de preços. Também, se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de multas. A transação da Caemi está sendo revisada pela Comissão Européia também.

Diversas ações judiciais contestando a legalidade de nossa privatização estão em curso, incluindo ações cíveis públicas e ações populares. Recentemente, instâncias judiciais inferiores emitiram decisões favoráveis nestes processos. Não acreditamos que essas ações afetem de forma desfavorável o curso do processo de privatização, seja individualmente ou no seu conjunto, ou que de outra maneira produzam um efeito substancialmente desfavorável sobre nós.

Somos réus em uma ação cível pública que busca anular o contrato de arrendamento pelo qual nós e certas outras empresas acusadas operamos no terminal do porto da Praia Mole. O caso, que teve início em 1998, ainda está nos estágios iniciais e acreditamos que a acusação não possui mérito.

Atualmente somos réus em duas ações movidas pela Prefeitura Municipal de Itabira no Estado de Minas Gerais. A Prefeitura alega que nossas operações de exploração de minério de ferro em Itabira acarretaram prejuízos sociais e ambientais. Em uma das ações, iniciada em agosto de 1996, o município de Itabira alega que as operações de nossas minas de ferro em Itabira causaram danos ambientais e sociais e exige reparo dos danos relativos a devastação do local de uma de nossas minas, assim como a restauração imediata do complexo ecológico afetado e a execução de programas ambientais de recuperação na região. Os supostos danos, corrigidos desde a data da ação, totalizam aproximadamente US\$633 milhões. Acreditamos que este valor seja significativamente superior àquele que eventualmente podemos ser condenados. Solicitamos a anulação desta ação tendo em vista que não possui mérito. De fato, em 5 de junho de 2000, as autoridades ambientais locais concederam uma licença para mina de ferro em Itabira. Esta licença estabelece condições para a restauração ambiental do local devastado e a execução de programas de preservação ambiental. Pretendemos continuar a observar tais condições. Em outra ação o município de Itabira pede a indenização pelos gastos que o mesmo teria incorrido com serviços públicos prestados como consequência de nossa atividade de mineração. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, montam a US\$633 milhões. Acreditamos que esta ação não tem mérito. Estamos nos defendendo vigorosamente em ambas as ações.

Somos obrigados a indenizar o vendedor de quem compramos a nossa participação na Caemi contra certos passivos decorrentes da transação. Em uma arbitragem em curso, outros ex-acionistas da Caemi que também venderam as suas ações na transação alegam que o vendedor deveria ter encerrado as negociações mais cedo, e que certas medidas tomadas pelo vendedor resultaram em um preço de venda das ações mais baixo. Os ex-acionistas alegam danos de US\$74 milhões mais juros (ambos compensatórios e juros por atraso de pagamento) mais uma quantia não especificada por danos morais. Audiências da arbitragem ocorreram em maio de 2003, e as partes esperam que os debates iniciais estarão concluídos até agosto de 2003. Somos incapazes de prever o resultado da arbitragem ou o prazo para o seu resultado.

## DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Pela Legislação Societária brasileira em vigor, os acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório, estabelecido no Estatuto Social da companhia, que não pode ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício social, calculados em consonância com a citada legislação. Para maiores detalhes sobre as distribuições de dividendos estabelecidas em nosso Estatuto Social, Vide *Item 10. Informações Adicionais*.

Desde nossa privatização em 1997, e seguindo recomendações da Valepar, nosso principal acionista, temos distribuído um dividendo equivalente a pelo menos 50% do lucro líquido para distribuição com relação a cada exercício social.

Podemos fazer distribuições tanto na forma de dividendos quanto na de pagamentos de juros sobre o capital próprio. Os dividendos relativos às ADSs e os detentores não residentes de ações ordinárias não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte, exceto os dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Estes dividendos estarão sujeitos a um imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas. As distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas, incluindo os detentores de ADSs, estão atualmente sujeitas ao imposto de renda retido na fonte de 15%.

Somos obrigados a realizar uma assembléia ordinária de acionistas até 30 de abril de cada ano, na qual um dividendo anual poderá ser declarado. Adicionalmente, dividendos intermediários poderão ser declarados pelo Conselho de Administração. Em conformidade com a Legislação Societária brasileira, o pagamento de dividendos deve ser efetuado ao acionista que detiver as ações na data da declaração de dividendos, dentro do prazo de 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estipule uma outra data de pagamento, o que, em qualquer circunstância, deve ocorrer antes do encerramento do exercício social em que esse dividendo foi declarado. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relacionados às suas ações, após o qual não teremos qualquer obrigação em relação a esses pagamentos. Desde 1997, todas as distribuições de resultado que efetuamos foram na forma de juros sobre o capital próprio. Vide *Item 10. Informações Adicionais. Ações Ordinárias e Preferenciais – Juros sobre Capital Próprio*.

Em novembro de 1992, nosso Conselho de Administração aprovou uma nova política de dividendos. Por esta política, o Conselho determinará até 31 de janeiro de cada ano o valor mínimo por ação, expressos em dólares norte-americanos, que será distribuído naquele ano aos nossos acionistas. A distribuição será paga em Reais, equivalente ao valor anunciado em dólares, em duas parcelas semestrais, na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Este valor mínimo será estabelecido em função do nosso desempenho previsto no ano da distribuição. As duas parcelas semestrais serão pagas nos meses de abril e outubro. A Diretoria Executiva também poderá propor ao Conselho de Administração, dependendo do nosso desempenho, um pagamento adicional aos acionistas de um valor por ação, até ou acima do valor mínimo inicialmente estabelecido. O pagamento de qualquer dividendo adicional ocorrerá nas mesmas datas fixadas para o pagamento do dividendo mínimo. Para 2003, o Conselho de Administração aprovou um dividendo mínimo de US\$1,04 por ação.

Efetuamos distribuições de dividendos sobre ações preferenciais Classe A vinculadas às ADSs em moeda brasileira ao custodiante em nome do depositário. O custodiante converte então esses resultados em dólares norte-americanos, e providencia para que esses dólares norte-americanos sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs. Para maiores informações da política fiscal brasileira sobre a distribuição de dividendos, vide *Item 10. Informações Adicionais – Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

A tabela abaixo mostra as distribuições que pagamos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais nos períodos indicados. Calculamos as conversões para dólares usando a taxa de câmbio comercial vigente na data do pagamento. Demonstramos os valores brutos do imposto de renda retido na fonte.

<u>Ano</u>	<u>Data do Pagamento</u>	<u>Reais por Ação na Data do Pagamento</u>	<u>Dólares por Ação na Data do Pagamento</u>
1998	8 de maio .....	1,08	0,88
	31 de agosto .....	0,75	0,64
1999	15 de janeiro .....	0,65	0,44
	31 de março .....	0,50	0,29
	20 de agosto .....	1,11	0,57
2000	1º de março .....	1,17	0,66
2001	20 de fevereiro .....	3,33	1,66
2001	10 de dezembro .....	2,305	0,98
2002	30 de abril .....	2,305	0,98
2002	10 de dezembro .....	2,68	0,71
2003	30 de abril .....	1,62	0,52

## Item 9. Oferta e Registro em Bolsa de Valores

### HISTÓRICO DOS PREÇOS DAS AÇÕES

A tabela abaixo contém informações relativas às nossas ADSs preferenciais e ordinárias para os períodos indicados conforme relatório da Bolsa de Valores de Nova Iorque (em relação aos períodos anteriores a junho de 2000 pela National Quotations Bureau, Inc.), e nossas ações preferenciais Classe A e ações ordinárias, conforme relatório da Bolsa de Valores de São Paulo para os períodos indicados.

	<u>Reais por Ação Ordinária</u>		<u>Reais por Ação Preferencial Classe A</u>		<u>Dólares por ADS Preferencial</u>		<u>Dólares por ADS Ordinária</u>	
	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>	<u>Mínima</u>
1998 .....	27,00	10,00	29,10	13,00	25,13	11,38	—	—
1999 .....	42,00	9,80	50,00	13,80	26,50	10,87	—	—
2000 .....	52,40	33,00	59,00	38,82	33,13	19,75	—	—
2001 .....	55,00	42,70	58,70	44,00	26,98	18,65	—	—
2002 .....	109,00	50,00	102,20	50,90	29,51	20,51	30,00	21,75
1o. trimestre de 2001 ....	51,00	42,70	53,60	44,00	26,98	23,05	—	—
2o. trimestre de 2001 ....	54,00	46,50	58,60	49,05	25,70	22,05	—	—
3o. trimestre de 2001 ....	55,00	46,40	55,00	45,50	23,15	18,65	—	—
4o. trimestre de 2001 ....	54,00	47,00	58,70	49,60	23,61	19,00	—	—
1o. trimestre de 2002 ....	65,70	50,00	64,20	50,90	27,49	21,52	27,39	26,15
2o. trimestre de 2002 ....	78,10	61,50	75,90	59,80	29,51	23,50	30,00	25,68
3o. trimestre de 2002 ....	89,50	71,50	84,20	65,50	25,35	20,51	27,55	22,75
4o. trimestre de 2002 ....	109,00	84,30	102,20	79,98	27,79	21,04	28,91	21,75
1o. trimestre de 2003 ....	105,01	91,00	100,00	87,50	27,87	24,30	29,50	25,71
Dezembro de 2002 ...	109,00	99,50	102,20	94,00	27,79	25,65	28,91	27,25
Janeiro de 2003.....	102,00	92,20	97,00	87,71	27,87	24,30	29,15	25,71
Fevereiro de 2003.....	105,01	97,36	100,00	93,06	27,85	26,05	29,18	27,00
Março de 2003.....	104,00	91,00	98,29	87,50	27,80	25,65	29,50	26,95
Abril de 2003.....	91,99	80,90	88,01	77,45	27,31	25,66	28,50	26,85
Mai de 2003.....	89,29	81,80	84,49	77,96	28,28	26,29	30,10	27,83
Junho de 2003 <sup>(1)</sup> . ....								
<sup>(1)</sup> Até 25 de junho de 2003	89,89	83,50	82,40	79,20	28,70	27,30	30,80	29,30

### MERCADOS

Nossas ações representativas do capital comercializadas publicamente consistem de ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A são publicamente negociadas no Brasil na BOVESPA, através das denominações VALE3 e VALE5, respectivamente. Nossas ações ordinárias e preferenciais também são negociadas no LATIBEX, através da denominação XVALO e XVALP, respectivamente. A LATIBEX é um mercado eletrônico criado em



1999 pela Bolsa de Valores de Madrid a fim de permitir a negociação em euro de títulos de valores mobiliários provenientes da América Latina.

Nossas ADSs ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde março de 2002, através da denominação RIO. Nossas ADSs preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde junho de 2000, através da denominação RIOPR. Até junho de 2000, as ADSs preferenciais e ordinárias eram negociadas no mercado de balcão. O J.P. Morgan Chase Bank atua como o depositário tanto das ADSs ordinárias como das preferenciais. Em 30 de abril de 2003, existiam 126.947.030 ADSs em circulação, representando 49,2% de nossas ações preferenciais, 23,5% de nossas ações ordinárias ou 32,7% do nosso capital total.

## **Item 10. Informações Adicionais**

### **DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL**

#### **Objeto da Companhia**

O artigo 2º do Estatuto Social define o nosso objeto social para:

- a exploração de jazidas minerais no Brasil e no exterior através da pesquisa e exploração, mineração, concentração, processamento, industrialização, transporte, carregamento e comércio de minerais;
- a construção e operação de ferrovias e exploração de tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- a construção e operação de terminais marítimos próprios ou de terceiros e a exploração de atividades náuticas para fornecimento de suporte no atracamento;
- o fornecimento de serviços logísticos integrados com transporte de carga, incluindo geração, armazenagem, transporte de navio, distribuição e entrega no contexto de um sistema de transportes multimodal;
- a produção, processamento, transporte, processamento industrial e comercialização de qualquer uma ou todas as fontes e formas de energia, também envolvendo atividades de produção, geração, a transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- a entrada, no Brasil ou no exterior, em outras atividades que podem ser de consequência direta ou indireta do alcance do objeto social, incluindo pesquisa, industrialização, comércio, importação e exportação de bens, exploração, industrialização e comércio de recursos florestais e prestação de serviços de todo tipo; e
- a constituição ou participação em qualquer modalidade em outras sociedades, consórcios ou entidades relacionadas direta ou indiretamente, ao nosso objeto social.

#### **Poderes dos Conselheiros**

De acordo com a Legislação Societária brasileira, se um conselheiro ou diretor executivo tiver um conflito de interesses com a empresa no que diz respeito a qualquer transação proposta, o conselheiro ou diretor executivo não poderá votar em qualquer deliberação do Conselho de Administração ou na diretoria com relação a tal transação e deverá divulgar a natureza e medida do conflito de interesse para transcrição nas atas de reunião. Em qualquer caso, um conselheiro ou diretor executivo não poderá fazer nenhum negócio com a empresa, incluindo quaisquer empréstimos, exceto sob termos e condições razoáveis e justas que sejam idênticas aos termos e condições vigentes no mercado ou oferecidos por terceiros. De acordo com o Estatuto Social, os acionistas estabelecem a remuneração total a ser paga aos

conselheiros e diretores executivos. O Conselho de Administração atribui a remuneração entre os seus membros e diretores executivos. Vide *Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados*. O nosso Estatuto Social não estabelece nenhum limite de idade para aposentadoria obrigatória.

## ACÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS

Seguem determinadas informações sobre o nosso capital social autorizado e emitido e um breve resumo de determinadas disposições relevantes de nosso Estatuto Social e da Legislação Societária brasileira. Esta descrição não tenciona ser completa e está qualificada mediante referência ao nosso Estatuto Social (sendo que uma tradução em inglês foi arquivada na SEC) e à Legislação Societária brasileira.

### *Visão Geral*

O nosso Estatuto Social autoriza a emissão de até (1) 300 milhões de ações ordinárias e, (2) até 600 milhões de ações preferenciais Classe A, sendo cada caso exclusivamente baseado na aprovação do Conselho de Administração sem outra aprovação adicional de acionista.

Cada detentor de ações ordinárias tem direito a um voto em nossas assembléias gerais de acionistas. Os detentores de ações ordinárias não têm qualquer direito de preferência em relação ao recebimento de dividendos ou outras distribuições.

Os detentores de ações preferenciais Classe A e da ação de classe especial (*golden share*) de modo geral têm os mesmos direitos de voto que os detentores de ações ordinárias, exceto com relação à eleição dos membros do Conselho de Administração, e têm direito a um dividendo preferencial mínimo não cumulativo anual de (i) pelo menos 3% do valor contábil por ação, calculado de acordo com as Demonstrações Contábeis que serviram de referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% de sua participação proporcional ao capital integralizado, dos dois o maior. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias representando pelo menos 15% do nosso capital votante e de ações preferenciais representando pelo menos 10% de nosso capital total têm o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração e o seu respectivo suplente. Se nenhum grupo de acionistas ordinários ou preferenciais se enquadrar nos parâmetros descritos acima, acionistas ordinários ou preferenciais representando pelo menos 10% de nosso capital total são elegíveis para compor as suas participações a fim de indicar um membro e um suplente para o Conselho de Administração. Detentores de ações preferenciais classe A e da ação de classe especial podem eleger um membro para o Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias compreendendo pelo menos 10% das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro e seu suplente para o Conselho Fiscal.

O Governo brasileiro detém uma ação preferencial de classe especial (*golden share*). A ação de classe especial dá ao seu detentor os mesmos direitos (incluindo o relativo a voto e preferência no recebimento de dividendos) que os detentores de ações preferenciais Classe A. Além disso, o detentor de ação preferencial especial tem direito a vetar qualquer de nossas medidas propostas com relação aos seguintes assuntos:

- (1) alteração de denominação;
- (2) alteração da sede de nossa empresa;
- (3) alteração do objeto empresarial relativo à exploração de jazidas minerais;
- (4) liquidação de nossa empresa;
- (5) qualquer alienação ou dissolução de atividades de qualquer um ou mais dos seguintes estágios dos nossos sistemas integrados de exploração de minério de ferro:
  - (a) jazidas minerais, depósitos de minério, minas;
  - (b) ferrovias; ou

- (c) portos e terminais marítimos;
- (6) qualquer alteração ao Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos às classes de capital social emitido por nós; e
- (7) qualquer alteração ao Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos à ação preferencial de classe especial.

### ***Cálculo do Valor a Distribuir***

Em cada Assembléia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação do nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia para um exercício social é representado por sua receita líquida depois do imposto de renda e contribuição social para tal exercício, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios anteriores e dos valores atribuídos à participação dos empregados e administradores nos lucros da companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso lucro líquido deve ser ajustado pela dedução dos valores alocados à reserva legal, reservas para contingências, ou a reserva de lucros não realizados por nós estabelecidas em conformidade com as leis aplicáveis (discutidas mais adiante) e aumentadas das reversões das reservas constituídas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado estará sempre disponível para distribuição aos acionistas ao final de cada exercício. Podemos também estabelecer outras reservas estatutárias, reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais, como discutido abaixo.

***Reserva Legal.*** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a manter uma reserva legal à qual devemos atribuir 5% de nosso lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do nosso capital social integralizado. Se registrarmos prejuízos líquidos em exercícios futuros, tais prejuízos poderão ser absorvidos pela reserva legal.

***Reservas Estatutárias.*** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode também determinar a alocação adicional de parcela do seu lucro líquido para reservas criadas pelo Estatuto Social. O nosso Estatuto Social prevê uma reserva para exaustão que pode ser levada em conta no cálculo do lucro líquido ajustado em qualquer exercício. Atualmente, mantemos uma reserva de exaustão de incentivo fiscal estabelecida em relação a determinadas operações de mineração. As destinações à reserva de exaustão de incentivo fiscal são dedutíveis para fins tributários. A reserva estatutária de exaustão não tem sido utilizada desde 1996, quando o incentivo fiscal relacionado terminou. Para maiores detalhes, *vide nota explicativa 13 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas*. Não há limites ao tamanho ou montante de recursos que podem ser destinados à reserva estatutária de exaustão. Entretanto, o total da reserva legal, reserva de amortização e reserva para projetos de investimentos não pode exceder o montante de nosso capital integralizado.

***Reserva para Contingências.*** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parte do nosso lucro líquido também pode ser destinada especificamente a uma reserva para contingências a fim de compensar uma perda julgada provável em exercícios futuros. Qualquer valor assim alocado em um exercício anterior deve ser revertido no exercício ao qual a perda foi prevista se esta, de fato, não ocorrer, ou compensado, se a perda ocorrer. Nunca alocamos um valores para a reserva para contingências.

***Reserva para Investimentos.*** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parte de nosso lucro líquido pode ser destinada especificamente à expansão de nossa planta e outros projetos de investimento de capital, desde que tal valor seja baseado em orçamento de capital previamente apresentado pela administração e aprovado pelos acionistas. De acordo com a Lei 10.303, os orçamentos de capital previamente aprovados devem ser revisados anualmente, quando tiverem duração superior a um exercício. Uma vez concluídos os projetos de capital aprovados, podemos reter estes valores até que os acionistas votem pela capitalização ou transferência para lucros retidos, total ou parcialmente, dos valores em reserva.

***Reserva de Lucros a Realizar.*** Em 1º de março de 2002, em conformidade com a Lei 10.303, que alterou a Legislação Societária brasileira, se o valor do dividendo obrigatório, para qualquer exercício em particular, exceder a parcela realizada do lucro do exercício líquido, o excedente poderá ser atribuído a

uma reserva de lucros a realizar. Para qualquer exercício em particular, a “parcela realizada do lucro líquido” representa a parcela do lucro líquido que exceder a soma de (i) nossos resultados positivos, se tivermos, de equivalência patrimonial nos ganhos e perdas de nossas controladas e certas coligadas, e (ii) os resultados obtidos em transações que vencem após o encerramento do próximo exercício.

**Reserva de Investimento de Incentivo Fiscal.** De acordo com as leis fiscais brasileiras, uma parte do nosso lucro líquido pode também ser atribuída a uma reserva de investimento de incentivo fiscal, em valores correspondentes às reduções em nosso imposto de renda geradas por investimentos em determinados programas aprovados pelo Governo Federal.

A Legislação Societária brasileira estabelece que todas as alocações do lucro líquido, incluindo reservas estatutárias, reserva para contingências, reserva de lucros a realizar e reserva de retenção de lucros para investimentos, estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas ou utilizadas para o pagamento de dividendos em exercícios posteriores. A reserva de investimento de incentivo fiscal e a reserva legal também estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas, porém não estão disponíveis para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes.

Nossos cálculos do lucro líquido e alocações às reservas para qualquer exercício são determinados com base nas Demonstrações Contábeis elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. Nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentadas neste relatório anual foram preparadas de acordo com U.S.GAAP e, muito embora nossa alocação para reservas e dividendos estejam refletidas nessas Demonstrações Contábeis, os investidores não poderão calcular a referida alocação e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios com base nas mesmas.

### ***Dividendos Obrigatórios***

O nosso Estatuto Social determina que somos obrigados a distribuir aos acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, uma quantia anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, denominado dividendo obrigatório, do exercício a não ser que o Conselho de Administração aconselhe nossos acionistas reunidos em assembléia geral, que o pagamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício social anterior não seria aconselhável em vista da nossa condição financeira. O Conselho fiscal deverá revisar qualquer determinação e reportá-la aos acionistas. Adicionalmente ao dividendo obrigatório, o Conselho de Administração pode recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos a partir de outros recursos legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório para aquele exercício. Os acionistas deverão também aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que se refere a qualquer distribuição exigida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao valor da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucros não realizados. O valor do dividendo obrigatório não está sujeito ao valor da reserva de exaustão. Vide *Cálculo do Valor a Distribuir*. Até a data, nosso Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento de dividendos obrigatórios fosse desaconselhável.

Desde nossa privatização em 1997 e, seguindo orientação da Valepar, nossa principal acionista, temos distribuído dividendos de no mínimo 50% do lucro líquido a distribuir em cada exercício social.

Em novembro de 2002, o nosso Conselho de Administração aprovou uma nova política de dividendos. Vide *Item 8. Informações Financeiras – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*.

### ***Prioridade de Pagamento de Dividendo das Ações Preferenciais***

De acordo com o nosso Estatuto Social, os detentores de ações preferenciais classe A e da ação preferencial de classe especial terão a prioridade no recebimento de um dividendo anual mínimo não cumulativo, equivalente a (i) pelo menos 3% do valor contábil por ação, calculado de acordo com as Demonstrações Contábeis que serviram como referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% de sua participação proporcional no capital integralizado, dos dois o maior. Na medida em que os dividendos são declarados por nós em relação a qualquer exercício social em valores superiores aos dividendos mínimos devidos às ações preferenciais, e após os detentores de ações ordinárias receberem dividendos equivalentes por ação ao dividendo mínimo por ação pago aos detentores de ações preferenciais, os detentores de ações ordinárias e de ações preferenciais participarão em igualdade de condições no recebimento dos dividendos adicionais, que terão o mesmo valor por ação. Desde a primeira etapa de

nosso processo de privatização em 1997, temos distribuído dividendos em valores iguais para ambos os tipos de acionistas.

### ***Outras Questões Relacionadas às Ações Preferenciais***

Nosso Estatuto Social não prevê a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais não têm nenhuma preferência ou vantagem por ocasião de nossa liquidação e não há nenhuma provisão de resgate associada às mesmas.

### ***Juros sobre Capital Próprio***

Consoante uma mudança na lei fiscal brasileira em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar valores adicionais limitados a acionistas e lançar tais pagamentos como uma despesa para fins da determinação do valor devido a título de imposto de renda. De acordo com a Lei No. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, nosso Estatuto Social prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como uma maneira alternativa de remuneração aos acionistas. A taxa de juros aplicada está, de modo geral, limitada à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão do imposto de renda) antes de considerar qualquer distribuição no período relativo ao qual o pagamento é efetuado ou (ii) 50% da quantia dos lucros acumulados e reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para um beneficiário domiciliado em paraíso fiscal (por exemplo, um país que não cobre imposto sobre a renda ou cuja alíquota máxima do imposto seja inferior a 20%) para os quais a alíquota é de 25%. De acordo com o nosso Estatuto Social, o valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório. Conforme a Legislação Societária brasileira, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido, após a retenção do imposto de renda retido na fonte aplicável à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos equivalente ao dividendo obrigatório.

### ***Direitos de Voto***

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias gerais de acionistas. Os detentores de ações preferenciais Classe A têm os mesmos direitos de voto que os detentores de ações ordinárias, exceto que não poderão votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, salvo os casos de atrasos no pagamento de dividendos, conforme descrito abaixo. Um dos membros do Conselho Fiscal permanente e seu respectivo suplente são eleitos pela maioria de votos dos titulares de ações preferenciais Classe A. Os acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias podem, em certas circunstâncias, combinar suas respectivas participações acionárias para eleger membros do Conselho de Administração.

A ação preferencial de classe especial confere ao seu titular os mesmos direitos de voto que possuem os detentores de ações preferenciais Classe A. A ação preferencial de classe especial também confere outros direitos de veto relevantes, relativos a matérias específicas, conforme descrito anteriormente em *Visão Geral*.

A Lei das Sociedades por Ações determina que os detentores de ações sem direito a voto ou ações com direito de voto restrito, tais como as ações preferenciais, adquirirão direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a companhia tenha deixado de pagar qualquer dividendo fixo ou mínimo ao qual essas ações tenham direito durante três exercícios sociais consecutivos (ou durante qualquer período menor estabelecido nos atos constitutivos de uma companhia). Os direitos de voto perduram até que o pagamento devido seja efetuado. O nosso Estatuto Social não estabelece período menor.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens conferidas às nossas ações preferenciais classe A, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exige a aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe em uma assembleia especial de detentores dessas ações.

### ***Assembleias Gerais de Acionistas***

Uma assembléia geral ordinária de acionistas é convocada anualmente para deliberar sobre todos os assuntos relativos aos nossos propósitos e a aprovar as deliberações que considerarem necessárias para a nossa proteção e bem-estar.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas com direito a voto em uma Assembléia Geral têm poderes entre outros para:

- modificar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir, a qualquer momento, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- receber as contas anuais da administração e aceitar ou recusar as Demonstrações Contábeis da administração e recomendações, incluindo a alocação do lucro líquido ajustado para pagamento do Dividendo Obrigatório e as alocações às diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista por descumprimento das obrigações estabelecidas por lei ou pelo Estatuto Social;
- aceitar ou recusar a avaliação de ativos contribuídos por um acionista para integralizar ações subscritas em um aumento de capital social;
- aprovar deliberações para a transformação de nosso tipo societário, para realizar qualquer incorporação, fusão ou cisão, ou dissolução e liquidação da sociedade e para eleger e destituir nossos liquidantes e examinar suas contas; e
- autorizar a administração a pedir falência ou requerer concordata, um procedimento que envolve proteção aos credores semelhante em natureza as reorganizações sob o Código de Falência Norte-Americano.

Todas as assembléias de acionistas, incluindo a assembléia geral ordinária, são convocadas mediante a publicação com, no mínimo, quinze dias de antecedência da data da assembléia programada, por, no mínimo, três vezes, de um edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de grande circulação na cidade onde temos nossa sede social, que é o Rio de Janeiro. Nossos acionistas previamente designaram o Jornal do Commercio para esta finalidade. Adicionalmente, porque nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, devemos publicar o edital também em um jornal de grande circulação em São Paulo. Tal edital deve conter a ordem do dia para a assembléia e, no caso de reforma do nosso Estatuto Social, uma indicação da matéria. De acordo com o nosso Estatuto Social, o detentor da ação preferencial de classe especial tem ainda direito a uma notificação de, no mínimo, 15 dias de antecedência a qualquer Assembléia Geral, para avaliar qualquer matéria proposta sujeita aos direitos de veto atribuídos à ação preferencial especial. Vide *Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

Uma assembléia geral ordinária pode ser instalada se os acionistas que representam, pelo menos, um quarto do capital votante estiverem presentes. Se não houver quorum, deve ser novamente feita a convocação, conforme descrito acima, ressalvada a hipótese de 2ª convocação com 8 dias de antecedência e uma assembléia poderá, então, ser instalada sem qualquer exigência específica de quorum, sujeita às exigências mínimas de quorum e de voto relativas a determinados assuntos, conforme discutidos abaixo. Um acionista sem direito de voto poderá comparecer a uma Assembléia Geral Ordinária e participar do debate de assuntos apresentados para consideração.

Exceto se de outra forma previsto em lei, as deliberações de uma assembléia geral são aprovadas pela maioria simples de voto, não se considerando as abstenções. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação pelos acionistas que representam pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação é exigida para os tipos de medidas descritas a seguir, bem como, no caso dos itens (a) e (b), a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada:

- (a) a criação de uma nova classe de ações preferenciais ou o aumento, de maneira desproporcional, de uma classe existente de ações preferenciais com relação às outras classes de ações, exceto conforme previsto no Estatuto Social;
- (b) a alteração de uma prioridade, preferência, direito, privilégio ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações preferenciais sem direito a voto que tenha uma prioridade, preferência, direito, condição de resgate ou amortização superior a uma classe de ações existente, tais como as ações preferenciais;
- (c) a redução do dividendo obrigatório;
- (d) a modificação do objeto social;
- (e) nossa fusão, cisão ou incorporação com outra companhia;
- (f) nossa dissolução ou liquidação;
- (g) a participação em um grupo de sociedades (conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações); e
- (h) a cessão de uma liquidação nossa em andamento.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tenham direito de voto, cada ação terá direito a um voto. As assembleias gerais ordinárias devem ser realizadas até 30 de abril de cada ano. As assembleias gerais são convocadas, instaladas e presididas pelo presidente ou vice-presidente do nosso Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador nomeado não mais de um ano antes da assembleia, que deverá ser acionista, administrador da companhia ou advogado. No caso de uma companhia aberta, tal como a nossa, o procurador também pode ser uma instituição financeira.

### **Direitos de Retirada**

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na Legislação Societária brasileira, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se for tomada uma das seguintes decisões em uma assembleia geral por acionistas que representam, pelo menos, 50% das ações com direito a voto:

- (1) criar uma nova classe de ações preferenciais ou para aumentar, de maneira desproporcional, uma classe de ações preferenciais existente em relação às outras classes de ações (salvo se tais medidas forem previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social);
- (2) modificar uma preferência, vantagem ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou para criar uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- (3) reduzir o dividendo obrigatório;
- (4) alterar nosso objeto social;
- (5) para nossa incorporação em outra companhia ou fusão;
- (6) transferir a totalidade de nossas ações para uma outra companhia, a fim de nos tornar uma controlada integral dessa companhia em uma incorporação de ações;
- (7) aprovar a aquisição de controle de uma outra companhia por um preço excedente a determinados limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;

- (8) aprovar nossa participação em grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); ou
- (9) no caso da entidade resultante de (a) uma fusão, (b) incorporação de ações, conforme descrito no item (6) acima, ou (c) uma cisão por nós realizada, não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da Assembléia Geral na qual tal decisão foi aprovada.

Somente os detentores de ações negativamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir o direito de retirada. O direito de retirada mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima somente poderá ser exercido se as nossas ações não observarem determinados testes de liquidez na ocasião da deliberação dos acionistas. O direito de retirada prescreve em 30 dias após a publicação da ata da Assembléia Geral pertinente, salvo se, no caso dos itens (1) e (2) acima, a deliberação estiver sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais em uma assembléia geral especial a ser realizada dentro de um ano, caso em que o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembléia geral especial.

Podemos reconsiderar qualquer medida que dê causa ao direito de retirada dos nossos acionistas no prazo de dez dias após o vencimento do prazo para exercício desses direitos, se a retirada de acionistas dissidentes puder colocar em risco a nossa estabilidade financeira. A Lei No. 9.457, de 5 de maio de 1997, que modificou a Lei das Sociedades por Ações, contém disposições que restringem os direitos de retirada em determinados casos e permite às companhias reembolsar o valor de suas ações com base no seu valor econômico, sujeito a determinadas exigências. Atualmente, nosso Estatuto Social não prevê que nossas ações serão remuneradas com base em seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer retirada em conformidade com a Legislação Societária brasileira será feita pelo menos com base no valor contábil por ação, determinado no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas. No entanto, se a Assembléia Geral que deu origem aos direitos de retirada tiver ocorrido a mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista terá o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas em novo balanço patrimonial datado de até 60 dias antes da Assembléia Geral que deu origem ao direito de retirada.

### **Direitos de Preferência**

Cada acionista tem direito de preferência para subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação de notificação de um aumento de capital é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que é negociável. De acordo com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração pode decidir não conferir os direitos de preferência aos nossos acionistas ou, de acordo com a Lei 10.303, reduzir o período de 30 dias para o exercício do direito de preferência, em cada caso, com relação a qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de ações no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite do capital autorizado. No caso de um aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais e ADS terão direitos de preferência para subscrever somente ações preferenciais recentemente emitidas. No caso de um aumento de capital que reduziria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os titulares de ações preferenciais terão direitos de preferência para subscrever ações preferenciais, proporcionalmente às suas participações acionárias, e para as ações ordinárias somente na medida em que for necessário para impedir a diluição de sua participação total em nossa companhia. Os detentores de "ADS" podem não ter como exercer seus direitos de preferência com relação às ações ordinárias. Na ocorrência de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência somente na subscrição de novas ações ordinárias emitidas. Na ocorrência de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência na subscrição de ações preferenciais somente até a quantidade necessária para evitar a diluição da sua participação em nossa empresa.

### **Forma e Transferência**

Nossas ações preferenciais e ordinárias são mantidas em forma escritural registradas em nome de cada acionista ou seu representante. A transferência de tais ações é feita de acordo com a Legislação



Societária brasileira que prevê que a transferência de ações seja efetuada por nosso agente depositário, Banco Bradesco S.A., mediante apresentação de ordem escrita do vendedor ou seu representante. A transferência de ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa é realizada por um representante da corretora interveniente ou pela câmara de liquidação da bolsa de valores. A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é realizada pelo agente local do investidor, o qual também é responsável pela atualização das informações relacionadas ao investimento estrangeiro fornecidas ao Banco Central do Brasil.

A BOVESPA opera um sistema central de liquidação através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. Um detentor de nossas ações pode participar deste sistema e todas as ações designadas para serem colocadas no sistema serão depositadas em custódia na CBLC por intermédio de uma instituição brasileira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar e que mantenha uma conta de liquidação junto a CBLC. O fato dessas ações estarem sujeitas à custódia na Bolsa de Valores será refletido em nosso registro escritural de acionistas. Cada acionista participante estará, por sua vez, incluso no registro de acionistas beneficiários que é mantido pela CBLC e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

### **CONTRATOS RELEVANTES**

Para informações referentes aos contratos relevantes, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia e Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras.*

### **CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM OS DETENTORES DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS**

Não há nenhuma restrição sobre a propriedade de nosso capital social por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Contudo, o direito de converter pagamentos de dividendos e receita de venda de ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito às restrições da legislação de investimentos estrangeiros que normalmente exige, entre outras coisas, que investimentos relevantes sejam registrados no Banco Central do Brasil. Estas restrições de remessa de capital estrangeiro para o exterior poderá criar obstáculos ou impedir o custodiante das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas pelas ADRs, ou detentores que trocaram ADRs por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, de converter dividendos, distribuições ou o resultado de qualquer venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, conforme o caso, em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior. Atrasos ou rejeições em conceder qualquer aprovação governamental de conversões de pagamentos e remessas de moeda brasileira para o exterior devidos aos detentores das ADRs poderão afetar negativamente os detentores dos ADRs.

Em conformidade com a Resolução No. 2.689, investidores estrangeiros poderão investir em quase todos os ativos financeiros e se dedicar a quase todas as transações disponíveis nos mercados brasileiros financeiro e de capital, contanto que determinadas exigências sejam satisfeitas. Em conformidade com a Resolução No. 2.689, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimentos coletivas, domiciliadas ou sediadas no exterior.

De acordo com a Resolução No. 2.689, um investidor estrangeiro deve:

- nomear no mínimo um representante no Brasil, com poderes para tomar medidas relacionadas a seu investimento,
- completar o formulário apropriado de registro de investidor estrangeiro,
- registrar-se como investidor junto à CVM, e
- registrar seu investimento estrangeiro junto ao Banco Central do Brasil.

Os títulos mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. Adicionalmente, a negociação de títulos está restrita a transações ocorridas em Bolsas de valores ou através de mercados de balcão organizados licenciados pela CVM, exceto para subscrição, bonificação, conversão de debêntures em ações, títulos de índices, compra e venda de cotas de fundos de investimento e, se permitido pela CVM, realizar transações privadas, cancelamento ou suspensão de negócios. Além disso, a transferência para fora do país ou a cessão de títulos ou outros ativos financeiros em poder de investidores estrangeiros são proibidas conforme a Resolução No. 2.689, salvo no que se refere a transferências resultantes de uma reestruturação societária, ou que ocorram após a morte de um investidor por força de lei ou de acordo com testamento.

A Resolução No. 1.927 do Conselho Monetário Nacional, que constitui o Anexo V, aditado e reformulado, à Resolução No. 1.289, as quais chamamos Regulamentações do Anexo V, prevê a emissão de recibos de depósitos em mercados estrangeiros no que diz respeito a ações de emitentes brasileiros. Os resultados da venda dos ADSs para os detentores de ADRs, fora do Brasil, estão livres dos controles de investimentos estrangeiros brasileiros e os detentores de ADSs que não são residentes em uma jurisdição de paraíso fiscal (por exemplo, um país ou localidade que não tributa renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda seja inferior a 20%, ou onde a legislação impõe restrições de divulgação da composição acionária ou propriedade de investimentos) ficarão autorizados a tratamento tributário favorável.

Um registro eletrônico foi emitido pelo custodiante em nome do JP Morgan Chase Bank, o depositário, com relação às ADSs. Em conformidade com este registro eletrônico, o custodiante e o depositário serão capazes de converter os dividendos e outras distribuições, no que diz respeito a ações preferenciais de classe A representadas por ADSs, em moeda estrangeira, e remeter os resultados para o exterior. Se um detentor de ADSs permutá-las por ações preferenciais de classe A ou ações ordinárias, esse detentor poderá continuar se baseando no registro eletrônico por apenas cinco dias úteis após tal permuta. Depois disso, o detentor deve buscar a obtenção do seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central do Brasil de acordo com a Resolução No. 2.689. Portanto, a menos que o detentor tenha registrado seu investimento junto ao Banco Central do Brasil, esse detentor não poderá proceder a conversões em moeda estrangeira e remeter para o exterior os resultados da alienação, ou distribuição, no que diz respeito a essas preferenciais classe A ou ações ordinárias. Um detentor que obtenha um registro eletrônico, de modo geral, ficará sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que um detentor de ADSs. Vide *Item 10. Informações Adicionais - Tributação - Considerações Fiscais Brasileiras*.

Há dois mercados de câmbio principais no Brasil, sendo que ambos têm apresentado cotações idênticas desde fevereiro de 1999:

- o mercado de câmbio de taxa comercial, e
- o mercado de câmbio de taxa flutuante.

A maioria das transações de câmbio comerciais e financeiras, incluindo as transações relacionadas à compra ou venda de ações ou ao pagamento de dividendos no que diz respeito às ações, ocorre no mercado de taxa comercial. Apenas bancos brasileiros autorizados a comprar e vender moeda no mercado comercial poderão efetuar compras de moeda estrangeira nesse mercado. Em ambos os mercados, as taxas são livremente negociadas, mas podem ser fortemente influenciadas pela intervenção do Banco Central do Brasil. Vide *Item 3. Informações-Chave - Taxas de Câmbio*.

De acordo com a legislação brasileira, sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamento do Brasil ou razões para acreditar num sério desequilíbrio, o Governo brasileiro poderá impor restrições temporárias sobre as remessas, a investidores estrangeiros, dos resultados de seus investimentos no Brasil, e sobre a conversão de moeda brasileira em moedas estrangeiras. Essas restrições poderão impedir ou criar obstáculos ao custodiante ou aos detentores que tenham permutado ADSs por ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias para converterem distribuições ou os resultados de qualquer venda dessas ações, conforme possa ser o caso, em dólares norte-americanos, e de remetê-los para o exterior.

## TRIBUTAÇÃO

O resumo seguinte contém uma descrição das principais conseqüências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano em relação à propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs. Observem que esta não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que podem ser importantes para um detentor de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs.

Os detentores de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs devem consultar os seus especialistas tributários para discutir as conseqüências fiscais de compra, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, incluindo, entre outros, o efeito de quaisquer leis tributárias estaduais, municipais ou federais.

Embora não haja no presente nenhum acordo sobre imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países promoveram discussões que podem resultar em um acordo. Não podemos prever se ou quando esse acordo poderá entrar em vigor ou como poderá afetar os detentores norte-americanos de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, conforme definidos abaixo.

### Considerações Fiscais Brasileiras

A presente discussão resume as principais conseqüências fiscais brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ADSs por um detentor não considerado como domiciliado no Brasil para fins de tributação brasileira e por um detentor de ações preferenciais Classe A ou de ações ordinárias que tenha registrado o seu investimento como em ações preferenciais classe A ou ações ordinárias junto ao Banco Central do Brasil como um investimento em dólares norte-americanos (em cada caso, um detentor não brasileiro). É baseado na legislação fiscal brasileira e regulamentos vigentes até a presente data, que estão sujeito a modificações (possivelmente com efeitos retroativos). Esta discussão não aborda especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer detentor não brasileiro em particular. Portanto, cada detentor não brasileiro deverá consultar seu próprio especialista tributário no que diz respeito às conseqüências fiscais brasileiras de um investimento em ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs.

*Tributação de Dividendos.* Dividendos, inclusive dividendos pagos em bens por nossa companhia, com base nos lucros dos períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 1996 (1) ao depositário no que diz respeito às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias correspondentes às ADSs ou (2) a um detentor não brasileiro em relação a essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias geralmente não estarão sujeitas ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. Dividendos pagos a partir de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas, dependendo do exercício social em que os lucros foram gerados, salvo no caso de dividendos em capital acionário, que não estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte no Brasil, a menos que resgatemos a ação dentro de cinco anos a partir dessa distribuição ou que o detentor não brasileiro venda a ação no Brasil dentro do citado período.

*Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio.* Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem conferir juros sobre o capital próprio como uma forma alternativa de fazer distribuição de dividendos, que podem ser pagos em espécie. Fundamentam o cálculo o patrimônio líquido conforme estabelecido nos registros contábeis oficiais. A taxa de juros aplicada não pode exceder a TJLP conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, periodicamente (12% por ano no trimestre iniciando em abril de 2003). Do mesmo modo, o valor pago não poderá ser maior, para fins fiscais, que o maior entre (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão de contribuição social sobre os lucros líquidos, contudo antes de levar em conta esse pagamento de juros e a provisão do imposto de renda pessoa jurídica), antes de considerar tal pagamento de juros pelo período aplicável ou (2) 50% da soma dos lucros retidos com as reservas de lucro baseadas no início do exercício relacionado ao qual o pagamento deva ser efetuado.

O valor dos juros sobre o capital próprio atribuída aos acionistas é dedutível para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido. Portanto, o benefício para nós, apesar de efetuar um pagamento de dividendos, é uma redução no nosso encargo de impostos corporativos equivalente a 34%

desse valor. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda é retido a partir dos pagamentos dos juros, à alíquota de 15%, salvo se o beneficiário for isento de tributação no Brasil e se estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal, caso este em que a alíquota aplicável será de 25%. Conforme definido pela legislação brasileira, um paraíso fiscal é um país ou localidade que não tributa a renda ou onde a alíquota máxima seja inferior a 20%, ou onde a legislação impõe restrições de divulgação da composição acionária ou propriedade de investimentos.

*Tributação de Ganhos.* Com referência a essa questão, para fins de tributação brasileira, dois tipos de detentores não brasileiros devem ser considerados: (1) detentores não brasileiros que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições de paraísos fiscais, que sejam registrados junto ao Banco Central do Brasil e à CVM para investir no Brasil em conformidade com a Resolução No. 2.689, ou sejam detentores de ADSs; e (2) outros detentores não brasileiros, o que inclui todos e quaisquer não residentes no Brasil que investem no país por quaisquer outros meios, e todos os tipos de investidores que estejam localizados em uma jurisdição de paraíso fiscal. Os investidores identificados no item (1) estão sujeitos a um tratamento tributário favorável, conforme descrito abaixo.

Ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não brasileiro sobre a alienação ou disposição de ADSs a um outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

O depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em permuta por ADSs não está sujeito ao imposto de renda brasileiro se as ações preferenciais classe A ou as ações ordinárias estiverem registradas em conformidade com a Resolução No. 2.689 e se o respectivo detentor não estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal. Se as ações preferenciais ou ações ordinárias não estiverem registradas, ou se estiverem registradas, mas o respectivo detentor estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal, o depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em permuta por ADSs poderá estar sujeito ao imposto brasileiro sobre lucros de capital à alíquota de 15%. A retirada de ações preferenciais classe A ou ordinárias, em permuta por ADSs, não fica sujeita ao imposto brasileiro. Por ocasião do recebimento das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias subjacentes, um detentor não brasileiro, registrado em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689, poderá registrar o valor de dólares norte-americanos dessas ações junto ao Banco Central do Brasil, conforme descrito abaixo sob o subtítulo *Capital Registrado*. Se esse detentor estrangeiro não se qualifica pela Resolução No. 2.689, estará sujeito a tratamento fiscal menos favorável conforme descrito acima em relação às permutas de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Ganhos realizados fora do Brasil por detentores não brasileiros na venda ou disposição das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos aos impostos brasileiros. Mas estão sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 15% sobre os ganhos realizados sobre vendas ou disposições de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias que ocorram no Brasil ou com um residente do Brasil, que não sejam nas Bolsas de ações, futuros e mercadorias brasileiras, que então serão tributados à alíquota de 20%. Com referência aos resultados de um resgate ou de uma distribuição liquidante no que diz respeito às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, a diferença entre o valor recebido e o valor em moeda estrangeira registrado junto ao Banco Central do Brasil, convertido para reais, à taxa de mercado comercial na data do resgate ou da distribuição de liquidação ficará sujeita ao imposto de renda a uma alíquota de 15%, uma vez que essas transações sejam tratadas como uma venda ou disposição efetuada fora das Bolsas de ações, futuros e mercadorias brasileiras.

Os ganhos realizados a partir de transações realizadas em Bolsas de valores de ações, futuros e mercadorias brasileira, por um investidor, em conformidade com a Resolução No. 2.689 e não situadas em uma jurisdição de paraíso fiscal ficam isentas do imposto de renda. O tratamento preferencial pela Resolução No. 2.689 não será aplicável se o detentor não brasileiro das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias for residente em uma jurisdição de paraíso fiscal. Conseqüentemente, os ganhos realizados sobre transações realizadas por esse detentor em Bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias ficam sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de 20%.

Os detentores não brasileiros ficam sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 20% sobre os ganhos realizados sobre vendas ou disposições de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias que ocorram em uma Bolsa de valores brasileira de ações, futuros e mercadorias a menos que essa venda ou disposição seja efetuada por um detentor não brasileiro que não seja residente em uma jurisdição de paraíso fiscal e (1) essa venda seja efetuada dentro do período de cinco dias úteis da retirada

dessas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em permuta por ADSs, e os seus resultados sejam remetidos para o exterior dentro desse período, ou (2) essa venda seja efetuada em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689, por detentores não brasileiros registrados que obtenham registro junto à Comissão de Valores Mobiliários brasileira, caso em que o detentor estrangeiro é isento de imposto de renda.

O ganho realizado em consequência de uma transação em uma Bolsa de valores brasileira de ações, futuros e mercadorias consiste na diferença entre o valor em moeda brasileira realizado sobre a venda ou disposição, e o custo de aquisição, sem qualquer correção das ações vendidas em virtude de inflação. O ganho realizado em consequência de uma transação que não ocorra em uma Bolsa de Valores brasileira de ações, futuros e mercadorias será calculado com base no valor em moeda estrangeira registrado junto ao Banco Central do Brasil. É possível que o tratamento preferencial em vigor para detentores de ADSs e detentores não brasileiros de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, em conformidade com a Resolução No. 2.689, não tenha continuidade no futuro.

Qualquer exercício de direitos de preferência relacionados às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias não estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer ganho sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relacionados às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, pelo depositário, que ocorra no exterior, entre não residentes, não estará sujeito à tributação brasileira. Caso essa venda ou cessão seja efetuada a uma parte brasileira, qualquer ganho sobre a transação ficará sujeita a tributação de renda brasileira em conformidade com as mesmas normas aplicáveis à venda ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, a menos que essa venda ou cessão seja realizada dentro das Bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias e por um investidor, em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689, que não seja residente em uma jurisdição de paraíso fiscal na qual os ganhos estejam isentos de imposto de renda.

*Outros Impostos Brasileiros.* Não existem, no Brasil, impostos sobre herança, doações ou sucessões, aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs por um detentor não brasileiro, exceto para impostos sobre doações e heranças que são cobrados por alguns estados do Brasil sobre doações ou heranças concedidos por indivíduos ou entidades não residentes ou domiciliados no Brasil ou em um Estado por indivíduos ou entidades residentes ou domiciliados neste Estado do Brasil. Não existem, no Brasil, impostos de selo, sobre emissões, registros ou impostos ou direitos similares, passíveis de pagamento por parte de detentores de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs.

Um imposto sobre transação financeira (“IOF”) pode ser aplicado sobre uma variedade de transações estrangeiras, incluindo a conversão da moeda brasileira para moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagar dividendos e juros) ou vice-versa (“IOF/câmbio”). O IOF/câmbio atualmente é de 0% com raras exceções, mas o Ministério da Fazenda tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 25%. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

O IOF pode também ser cobrado sobre transações envolvendo bônus ou títulos mobiliários (“IOF/títulos”) mesmo se as transações forem efetuadas nas Bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias. A alíquota do IOF/títulos para as ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADS atualmente é de 0%. O Ministério da Fazenda, contudo, tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

Além do IOF, a contribuição provisória sobre movimentação financeira (“CPMF”) será cobrada até dezembro de 2004 sobre todas as transferências de recursos ligadas a transações financeiras no Brasil. A CPMF será cobrada à alíquota de 0,38% em 2003 e de 0,08% em 2004. O Governo brasileiro está considerando, contudo, em tornar a CPMF um imposto permanente.

*Capital Registrado.* O valor de um investimento em ações preferenciais classe A ou ações ordinárias mantido por um detentor não brasileiro que obtenha registro em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689, ou pelo depositário que represente esse detentor, é qualificável para registro junto ao Banco Central do Brasil, sendo que esse registro (o valor assim registrado é denominado como Capital Registrado) permite a remessa para o exterior de moeda estrangeira, convertida à taxa de mercado comercial, adquirida com os resultados de distribuições sobre a alienação dessas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

O capital registrado em relação a cada ação preferencial classe A ou ação ordinária comprada na forma de uma ADS, ou comprada no Brasil e mantida junto ao depositário em permuta por uma ADS, será igual a seu preço de compra (em dólares norte-americanos) para o comprador.

O capital registrado por uma ação preferencial classe A ou ação ordinária que é retirada por ocasião da devolução de uma ADSs será o equivalente, em dólares norte-americanos, a:

- (1) o preço médio de uma ação preferencial classe A ou ação ordinária nas Bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias em que o maior número dessas ações foi vendido no dia da retirada, ou
- (2) se nenhuma das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias foi vendida naquele dia, o preço médio, nas Bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias em que o maior número de ações preferenciais classe A ou ordinárias foi vendido nas quinze sessões de pregão imediatamente precedentes a essa retirada.

O valor das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em dólares norte-americanos é determinado com base na média das taxas do mercado comercial cotadas pelo Banco Central do Brasil nessa data (ou, se o preço médio das ações preferenciais classe A ou ordinárias for determinado de acordo com a cláusula (2) da sentença anterior, a taxa média decorrente das cotações médias no mesmo período de dias utilizado para determinar o preço médio das ações preferenciais classe A ou ordinárias).

Um detentor estrangeiro de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias pode sofrer atrasos na finalização desse registro que poderá atrasar as remessas para o exterior. Um atraso desses pode afetar, de forma desfavorável, o valor, em dólares norte-americanos, recebido pelo detentor não brasileiro.

### **Considerações do Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos**

A presente discussão se aplica apenas a detentores norte-americanos, conforme abaixo definidos, que deterão ação preferencial classe A ou ações ordinárias ou ADSs como bens de capital. Essa discussão não descreve todas as consequências fiscais que podem ser pertinentes à luz de circunstâncias específicas de um detentor ou a detentores que estejam sujeitos a regras especiais, tais como:

- algumas instituições financeiras,
- companhias de seguro,
- intermediários ou corretores de títulos mobiliários ou câmbio,
- pessoas que detenham ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de *hedge*, *straddle*, conversão ou outra transação integrada,
- detentores cuja moeda funcional não seja o dólar norte-americano,
- parcerias ou outras entidades classificadas como parcerias para fins de imposto de renda federal norte-americano,
- pessoas sujeitas a imposto mínimo alternativo, ou
- pessoas que detenham, seja explícita ou implicitamente, 10% ou mais de nossas ações com direito a voto.

A presente discussão se baseia no Código Tributário Federal de 1986, com as restrições até a presente data, pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e Regulamentações do Tesouro, provisórias e propostas, sendo que alterações a qualquer destas poderá afetar as consequências fiscais descritas no presente. Os detentores devem consultar seus especialistas tributários no que se refere à aplicação das leis de Imposto de Renda federal nos Estados Unidos a suas situações específicas, bem

como quaisquer conseqüências fiscais que tenham sua origem ao amparo das leis de qualquer estado, local, ou com jurisdição fiscal não norte-americana.

A presente discussão ainda se baseia, em parte, em declarações do depositário e na premissa de que cada obrigação no contrato de depósito, e em qualquer contrato relacionado, será cumprida em conformidade com seus termos.

Conforme utilizado no presente relatório anual, o termo “detentor norte-americano” significa um detentor de ações ordinárias ou de ADSs, que seja, para as finalidades do imposto de renda federal nos Estados Unidos:

- um cidadão norte-americano ou indivíduo estrangeiro residente nos Estados Unidos,
- uma sociedade criada ou constituída ao amparo das leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer subdivisão política do mesmo, ou
- um espólio ou fundo cujo rendimento está sujeito à tributação pelo Imposto de Renda federal dos Estados Unidos da América, independentemente da sua origem.

A expressão detentor dos Estados Unidos da América também inclui ex-cidadãos dos Estados Unidos da América.

Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, os detentores de ADRs que comprovem ADSs serão tratados como proprietários beneficiários das ações preferenciais classe A ou ordinárias representadas por esses ADSs. Depósitos e retiradas de ações preferenciais classe A ou ordinárias pelos detentores, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganhos ou perdas para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América.

*Tributação de Dividendos.* De acordo com a discussão em – *Regras para Companhias de Investimento Estrangeiras (Passivas)* abaixo, distribuições pagas sobre ADSs ou ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, incluindo distribuições pagas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio como determinado para fins de Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, antes da redução de quaisquer retenções de imposto de renda feitas, serão tributáveis como renda de dividendo estrangeiro e não serão elegíveis para a dedução permitida as corporações na forma de dividendos recebidos.

Você deverá incluir os dividendos pagos em Reais nos rendimentos, por um valor igual ao seu valor em dólares norte-americanos calculados por referência a uma taxa de câmbio em vigor na data em que os referidos itens forem recebidos. Caso seja detentor de ADSs, será considerado como tendo recebido um dividendo, quando o dividendo for recebido pelo depositário.

Pelas novas regras aplicáveis aos dividendos recebidos após 2002 e antes de 2009, um detentor individual norte-americano normalmente estará sujeito à tributação nos Estados Unidos a uma alíquota máxima de 15%. A alíquota reduzida não se aplica aos dividendos pagos em certas posições de curto prazo (menos de 60 dias) ou de hedge. Você deve consultar seu próprio especialista tributário sobre as implicações destas novas regras à luz de suas próprias circunstâncias.

Sujeito às limitações e restrições geralmente aplicáveis, você estará autorizado a um crédito contra as suas obrigações perante o imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, ou a uma dedução no cálculo da sua renda tributável pelo Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, para fins de retenções de imposto de renda brasileiro. Deverão cumprir as exigências de um período mínimo de propriedade para ter o direito de reivindicar um crédito de imposto estrangeiro retido para fins de impostos brasileiros sobre os dividendos. A limitação sobre impostos estrangeiros qualificados para crédito é calculada separadamente para classes específicas de impostos sobre rendimentos. Por este motivo dividendos pagos sobre nossas ações geralmente consistirão lucros passivos.

*Tributação sobre Ganhos de Capital.* De acordo com a discussão em – *Regras para Companhias de Investimento Estrangeiras (Passivas)* abaixo, mediante a venda ou permuta de ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs, vocês reconhecerão ganhos ou prejuízos de capital para fins de imposto de renda

federal dos Estados Unidos da América igual à diferença, se houver, entre o valor realizado na venda ou câmbio e a sua base tributária ajustada das ações preferenciais classe A ou ADSs. O valor líquido do ganho de capital de longo prazo reconhecido por um detentor norte-americano individual após 5 de maio de 2003 e antes de 1º de janeiro de 2009 estará sujeito à tributação a uma alíquota máxima de 15%. O ganho de capital de longo prazo reconhecido por um detentor norte-americano individual antes de 6 de maio de 2003 e após 31 de dezembro de 2008 estará sujeito à tributação a uma alíquota máxima de 20%. Este ganho ou perda será um ganho ou perda de capital de longo prazo se o seu período de manutenção dos ADSs ou ações ordinárias exceder um ano. Qualquer ganho ou perda será, para fins de créditos fiscais, uma fonte americana de ganho ou perda, de créditos fiscais estrangeiros nos Estados Unidos da América. Conseqüentemente, se o imposto de renda retido na fonte incide na alienação das ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e, vocês não possuem receita significativa de fontes externas, de outras origens, vocês poderão não ser capazes de se beneficiar destes créditos fiscais. Deverão consultar seus próprios especialistas tributários em relação à aplicação das regras de créditos fiscais estrangeiros para investir ou alienar as ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Caso um tributo brasileiro seja retido sobre a venda ou alienação das ações, o valor realizado por um detentor dos Estados Unidos da América incluirá o valor bruto das receitas da referida venda ou alienação, antes da dedução dos impostos brasileiros. Vide – *Considerações Fiscais Brasileiras - Tributação de Ganhos*.

### ***Regras para Companhias de Investimento Estrangeiras (Passivas)***

Acreditamos que não seremos considerados como companhia de investimento estrangeira (passiva) para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos. A classificação como empresa de investimento estrangeira (passiva) depende do fato da empresa não ter rendimento superior ao valor de receita bruta permitido que é considerado “renda passiva” e de não deter um percentual de ativos superior ao permitido, determinado por valor, que produza ou leve a produzir renda passiva. Para estes propósitos, uma empresa é tratada como se recebesse e mantivesse os rendimentos e ativos de suas ações pro-rata, relativos a qualquer corporação na qual possua participação, direta ou indireta, de 25% do valor do capital. Tendo em vista que tal verificação depende da composição dos lucros e ativos de uma empresa e do valor de mercado destes ativos, avaliados periodicamente, e não está claro se certos ativos e lucros estariam associados a “transações com commodities” que não seriam considerados “vendas ativas qualificadas”, não é possível garantir que nós não seremos considerados como empresa de investimento estrangeira (passiva) em algum ano fiscal. Se formos tratados como empresa de investimento estrangeira (passiva) em qualquer ano fiscal no qual um detentor americano possua uma ADS, ação preferencial classe A ou ação ordinária, o detentor americano pode sofrer determinadas conseqüências adversas.

Se a CVRD for tratada como empresa de investimento estrangeira (passiva) em qualquer ano-fiscal e um detentor americano não fizer opção pela marcação ao mercado descrita a seguir, o ganho reconhecido por este detentor americano em uma venda ou outra operação com ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias seria alocado proporcionalmente ao período pelo qual a ADS ou as ações preferenciais classe A ou as ações ordinárias ficaram em poder do detentor. Os valores alocados serão taxados como lucro ordinário no ano-fiscal em que ocorreu a venda ou outra transação e a qualquer ano antes da CVRD tornar-se uma empresa de investimento estrangeira (passiva). O valor alocado em qualquer outro ano-fiscal estaria sujeito à tributação à alíquota máxima aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, e encargos de juros seriam impostos sobre o valor alocado no ano-fiscal em questão. Além disto, qualquer distribuição relativa à ADS, ou às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias superiores a 125% da média anual de distribuições de ADS ou ações preferenciais classe A ou ações ordinárias recebidas por detentor americano nos três anos anteriores ou no período no qual ficou em poder do detentor, dos dois o menor, estaria sujeita à tributação e a encargos de juros conforme descrito previamente.

Se formos tratados como empresa de investimento estrangeira (passiva) e as ações preferenciais classe A ou ordinárias ou ADS forem regularmente comercializadas em uma “Bolsa de valores qualificada”, o detentor americano pode fazer a opção pela marcação ao mercado. A “Bolsa de valores qualificada” inclui uma bolsa estrangeira que é regulada por entidade governamental do local onde está situada com respeito a qual determinadas exigências são observadas. O órgão da receita federal americana (*Internal Revenue Service - IRS*) ainda não identificou Bolsas de valores estrangeiras específicas que sejam “qualificadas” para este propósito. A Bolsa de valores de Nova Iorque, na qual as



ADS deverão ser negociadas, é uma bolsa de valores qualificadas para fins de imposto de renda federal americano.

Um detentor americano que fizer a opção geralmente incluirá a cada ano como rendimento ordinário o excesso, se houver, do valor justo de mercado da ADS, ou ação preferencial classe A ou ação ordinária no final do ano-fiscal, sobre a suas bases ajustadas, e será permitido um prejuízo ordinário relativo ao excesso, se houver, da base ajustada da ADS, da ação preferencial classe A ou da ação ordinária sobre o valor justo de mercado ao final do ano fiscal (mas somente até o limite do valor líquido do lucro incluído previamente como resultado da opção pela marcação ao mercado). A base do detentor americano que opta pela marcação ao mercado de ADS ou ações preferenciais classe A ou ordinárias será ajustada para refletir quaisquer valores de lucro ou prejuízo. Qualquer ganho reconhecido na venda ou outra destinação das ADS ou ações preferenciais classe A ou ordinárias será tratado como lucro ordinário.

Se o detentor americano possuir ações ou ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias durante o ano no qual nós formos considerados uma empresa de investimento estrangeira (passiva), o detentor americano poderá arquivar o Formulário 8621 da Receita Federal Americana .

Os potenciais detentores americanos devem consultar seus especialistas tributários em relação às conseqüências a eles cabíveis caso venhamos a ser considerados uma empresa de investimento estrangeira (passiva).

### ***Apresentação de Informações e Retenção de Recuperação***

As declarações de informação podem ser entregues à Receita Federal Americana (IRS) em conexão com distribuições de ações preferenciais classe A ou ordinárias ou ADSs e das receitas da sua venda ou outra alienação. Você poderá estar sujeito à retenção de recuperação de tributos nos Estados Unidos da América sobre os referidos pagamentos se você deixar de fornecer o seu número de identificação de contribuinte ou de observar certos procedimentos de certificação, ou de outro modo estabelecer uma isenção da retenção de recuperação. O valor de qualquer retenção de recuperação a ser efetivada de um pagamento a você poderá ser lançado como crédito contra as suas obrigações de imposto de renda federal nos Estados Unidos da América e poderá lhe permitir obter um reembolso, desde que as informações exigidas sejam fornecidas à Receita Federal Americana.

## **DOCUMENTOS EXIGIDOS**

Estamos sujeitos aos requisitos de informação da *Securities Exchange Act of 1934* (Lei dos Títulos e Valores Mobiliários de 1934), conforme aditada, e em conformidade com as mesmas apresentamos relatórios e outras informações à SEC. Os relatórios e outras informações entregues por nós à SEC poderão ser inspecionados e copiados nas instalações públicas de referência mantidas pela SEC na Sala 1024, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549. Você poderá obter cópias destes materiais pelo correio da Public Reference Section (Seção de Referência Pública) da SEC, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549, de acordo com as taxas prescritas. Você poderá revisar esses relatórios e outras informações nos escritórios da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque), 11 Wall Street, New York, New York 10005, onde as nossas Ações de Depósitos Americanos estão listadas. Nossos arquivamentos da SEC também estão disponíveis ao público no site da SEC <http://www.sec.gov>, nos escritórios da Bolsa de Nova Iorque. Para maiores informações sobre como obter cópias de nossos arquivamentos públicos na SEC, ligue (212) 656-5060.

Arquivamos, também, as Demonstrações Contábeis e outros relatórios periódicos na CVM.

### **Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado**

Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco da taxa de juros, risco da taxa de câmbio e risco do preço de commodities. Administramos alguns desses riscos com o uso de instrumentos derivativos. Nossa política tem sido de liquidar todos os contratos de derivativos em dinheiro, sem a entrega física do produto.

Nossa atividade de administração de riscos segue políticas e diretrizes revisadas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Essas políticas e diretrizes geralmente proíbem operações especulativas e requerem a diversificação de operações e de instituições com quem operamos. Monitoramos e avaliamos nossa posição global diariamente com vistas a verificar os resultados financeiros e o impacto em nosso fluxo de caixa. Também revisamos periodicamente os limites de crédito e riscos de crédito das instituições com quem trabalhamos. Reportamos os resultados de nossas operações com derivativos à alta administração, mensalmente.

Em 1º de janeiro de 2001, adotamos o SFAS 133 - "Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities," complementado pelos SFAS 137 e SFAS 138, e reconhecemos todos os derivativos em nosso balanço patrimonial a valores de mercado. Com isso, reconhecemos um ajuste inicial de transição de US\$12 milhões como despesa em nossa demonstração de resultado relativa às perdas não realizadas nos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2000. Após 1º de janeiro de 2001, todos os derivativos têm sido ajustados aos valores de mercado em cada data de balanço e o ganho ou perda incluído no resultado do exercício.

Os saldos ativos (passivos) em 31 de dezembro de 2002 e 2001 e a movimentação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	Ouro	Taxa de Juros (LIBOR)	Moedas	Alumina	Total
Ganhos (Perdas) Não Realizados, registro inicial, em 1º de janeiro de 2001.....	9	(8)	(4)	-	(3)
Varição no período.....	2	(36)	(4)	-	(38)
Ganhos (Perdas) Realizados no Período.....	(4)	8	4	-	8
<b>Ganhos (Perdas) Não Realizados em 31 de dezembro de 2001.....</b>	<b>7</b>	<b>(36)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>
Ganho reconhecido na consolidação da Alunorte.....	-	-	-	2	2
Liquidação Financeira.....	(2)	24	3	1	26
Perdas no Período.....	(22)	(68)	(2)	-	(92)
Efeito da Variação Cambial.....	2	20	2	-	24
<b>Ganhos (Perdas) Não Realizados em 31 de dezembro de 2002.....</b>	<b>(15)</b>	<b>(60)</b>	<b>(1)</b>	<b>3</b>	<b>(73)</b>

### RISCO DA TAXA DE JUROS E DA TAXA DE CÂMBIO

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações relativas à nossa dívida de longo prazo com as taxas pré-fixadas e flutuantes, categorizada por moeda local e moeda estrangeira e com o percentual do endividamento total nos períodos indicados, incluindo os empréstimos junto a partes relacionadas e terceiros, conforme apresentado em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

	Em 31 de Dezembro			
	2001		2002	
	(Em milhões de US\$, exceto os percentuais)			
Dívida a taxas flutuantes:				
Denominado em Reais.....	US\$116	5,3%	US\$126	5,3%
Denominado em moeda estrangeira.....	1.234	56,9%	1.293	54,8%
Dívida a taxas pré-fixadas:				
Denominado em Reais.....	4	0,2%	--	--
Denominado em moeda estrangeira.....	816	37,6%	940	39,9%
Total.....	US\$2.170	100%	US\$2.359	100%

O quadro a seguir apresenta informações sobre o endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2002, sensíveis às mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio. O quadro apresenta os fluxos de caixa principais e as taxas médias ponderadas de juros relacionadas a estas obrigações por vencimento esperado. As taxas médias ponderadas de juros variáveis estão baseadas na taxa de referência aplicável (LIBOR ou TJLP) em 31 de dezembro de 2002. Os fluxos de caixa efetivos das obrigações são denominados em dólares norte-americanos ou Reais, conforme indicado.

	2004	2005	2006	2007	Até 2013	Total	Valor de Mercado Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2002	Contabilização a Valor de Mercado em 31 de Dezembro de 2002
(Em milhões de US\$)								
Denominado em Dólares norte-americanos:								
Taxa Pré-Fixada								
Bônus acima de 7% .....	US\$ 313	US\$ --	US\$ --	US\$ 304	US\$ --	US\$ 617	US\$ 617	US\$ 620
Empréstimo até 7% .....	1	1	2	1	--	5	5	32
Empréstimo acima de 7% .....	41	52	50	41	123	308	308	308
	<u>355</u>	<u>53</u>	<u>52</u>	<u>346</u>	<u>123</u>	<u>929</u>	<u>929</u>	<u>960</u>
Taxa Flutuante								
Empréstimo até 7% .....	426	261	214	73	92	1.066	1.066	1.280
Empréstimo acima de 7% .....	4	3	3	2	2	14	14	13
	<u>430</u>	<u>264</u>	<u>217</u>	<u>75</u>	<u>94</u>	<u>1.080</u>	<u>1.080</u>	<u>1.293</u>
Subtotal .....	<u>785</u>	<u>317</u>	<u>269</u>	<u>421</u>	<u>217</u>	<u>2.009</u>	<u>2.009</u>	<u>2.253</u>
Denominado em Real:								
Taxa Flutuante								
Empréstimo acima de 7% .....	27	16	11	3	68	125	125	126
Subtotal .....	<u>27</u>	<u>16</u>	<u>11</u>	<u>3</u>	<u>68</u>	<u>125</u>	<u>125</u>	<u>126</u>
Total .....	<u>US\$ 812</u>	<u>US\$ 333</u>	<u>US\$ 280</u>	<u>US\$ 424</u>	<u>US\$ 285</u>	<u>US\$2.134</u>	<u>US\$2.134</u>	<u>US\$2.379</u>

## Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos ao risco da taxa de juros em nossa dívida a taxas flutuantes. Nosso endividamento a taxas flutuantes consiste principalmente de empréstimos em dólares relacionados com negócios financeiros. Em geral, nossa dívida a taxas flutuantes em moeda estrangeira está principalmente sujeita a variações na London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária no Mercado de Londres), ou LIBOR. Nosso endividamento a taxas flutuantes denominado em Reais está basicamente sujeito às variações na TJLP, fixada pelo Banco Central do Brasil.

Contratamos transações de derivativos de taxas de juros fundamentalmente para proteção contra as flutuações na taxa de juros em nossa dívida lastreada em LIBOR. Normalmente, não protegemos o endividamento baseado na TJLP. Nossos derivativos de taxas de juros geralmente consistem em opções que limitam a nossa exposição às flutuações das taxas de juros. Um *cap* é a taxa de juros máxima que seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Por outro lado, um *floor* é o valor mínimo de taxa de juros que seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Certos *caps* estão sujeitos a limites que se atingidos eliminam a proteção fornecida pelo *cap*.

A tabela abaixo apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2001 e 2002:

	Em 31 de Dezembro de 2001			Em 31 de Dezembro de 2002			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa da Taxa	Ganhos (Perdas) Não Realizados	Valor Nominal	Faixa da Taxa	Ganhos (Perdas) Não Realizados	
(Em milhões de US\$, exceto as faixas das taxas)							
Cap .....	US\$ 1.375	5-8%	US\$ 2	US\$ 500	5,7 – 11,0%	US\$ -	05/2007
Floor .....	1.000	5-6,5%	(28)	500	5,7 – 6,3%	(13)	05/2005
Swap .....	125	5,5-7,5%	(10)	475	5,8 – 6,7%	(47)	10/2007
Total .....			<u>US\$(36)</u>			<u>US\$(60)</u>	

As perdas não realizadas de US\$36 milhões e US\$60 milhões representam o valor a pagar caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2002, respectivamente.

## Risco da Taxa de Câmbio

Estamos expostos ao risco da taxa de câmbio associado com a nossa dívida denominada em moeda estrangeira. Por outro lado, uma parcela substancial de nossas receitas são denominadas em, ou automaticamente indexada ao, dólar, enquanto a maioria de nossos custos são expressos em Reais. Isto fornece uma proteção natural contra qualquer desvalorização do Real frente o dólar norte-americano. Quando a desvalorização ocorre, o impacto negativo imediato sobre o endividamento denominado em moeda estrangeira é compensado no tempo com o efeito positivo da desvalorização no fluxo de caixa futuro. Desta forma, normalmente não utilizamos instrumentos derivativos para administrar a nossa exposição do câmbio em nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares norte-americanos. Contudo, monitoramos as flutuações do mercado usando derivativos para nos proteger contra riscos específicos de variação do câmbio.

Periodicamente contratamos *swap* de moeda estrangeira para alterar as características de nossas aplicações financeiras denominadas em Reais para instrumentos indexados ao dólar norte-americano. A extensão dessas transações depende da nossa percepção do mercado e risco da moeda, mas nunca é de natureza especulativa. Todas essas operações são marcadas a mercado a cada data de balanço e a variação a mercado incluída como receita ou despesa financeira. Nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 o uso de tais instrumentos financeiros não foi significativo.

Por outro lado, uma parte de nosso endividamento é denominada em euros e em ienes japoneses, e usamos instrumentos derivativos para nos proteger contra riscos específicos associados com as oscilações da taxa de câmbio destas moedas.

A tabela abaixo apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2001 e 2002. Estes derivativos consistem em contratos de *forward* conforme especificado abaixo:

	Em 31 de dezembro de 2001			Em 31 de dezembro de 2002			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
Iene comprado.....	US\$ 5	¥ 70-110 por US\$	US\$ (2)	US\$ 4	¥ 83- 91 por US\$	US\$ - (1)	5/2005
Euro comprado.....	8	US\$ 1,10-1,30 por US\$	(2)	5	US\$ 1,18-1,23 por US\$		5/2005
Total .....			US\$ (4)			US\$ (1)	

As perdas não realizadas de US\$4 milhões e US\$1 milhão representam os valores a pagar caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2002, respectivamente.

## RISCO DE PREÇO DE COMMODITY

Estamos também sujeitos a riscos de mercado associados com alterações dos preços no mercado internacional:

- de minério de ferro e pelotas, que representaram 65,9% das nossas receitas consolidadas de 2002;
- manganês e ferroligas, que representaram 6,6% das nossas receitas consolidadas de 2002;
- produtos de alumínio, que representaram 10,8% das nossas receitas consolidadas de 2002; e
- ouro, que representaram 2,4% das nossas receitas consolidadas de 2002.

Não realizamos transações com derivativos para proteger a nossa exposição em minério de ferro, manganês e ferroligas. Vide *Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras*.

Para administrar os riscos associados com alterações nos preços de alumínio, nossa coligada e controlada Albras e Alunorte, respectivamente, realizam operações com derivativos envolvendo opções de venda e compra e contratos futuros (*forward contracts*). Estas transações com derivativos permitem as companhias estabelecer níveis médios mínimos de lucros para a sua futura produção de alumínio superior ao seu custo de produção previsto e conseqüentemente estabilidade na sua geração de caixa. Entretanto, estas operações também têm o efeito de reduzir os ganhos potenciais de aumentos de preço no mercado de entrega imediata de alumínio.

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos da Albras em 31 de dezembro de 2001 e 2002. Temos 51% do capital votante e 51% do capital total da Albras.

	Em 31 de dezembro de 2001			Em 31 de dezembro de 2002			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
	(Tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(Em milhões de US\$)	(Tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(Em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas .....	80.000	US\$1.400-1.600	US\$ 9,5	46.500	US\$1.390-1.500	US\$ 5,4	06/2004
Futuros vendidos .....	57.000	1.400-1.600	7,7	39.250	1.400-1.600	5,9	12/2003
Opções de compra vendidas.....	56.000	1.600-1.800	(0,9)	59.500	1.580-1.700	-	06/2004
Outros instrumentos.....	132.000		(2,6)	106.000		(0,8)	12/2008
Total			<u>US\$13,7</u>			<u>US\$10,5</u>	

A tabela abaixo apresenta certas informações a respeito do *portfolio* de derivativos da Alunorte em 31 de dezembro de 2001 e 2002. Temos 62,1% do capital votante e 57% do capital total da Alunorte. Consolidamos as operações da Alunorte em nossas Demonstrações Contábeis.

	Em 31 de Dezembro de 2001			Em 31 de Dezembro de 2002			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
	(Tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(Em milhões de US\$)	(Tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(Em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas .....	15.000	US\$1.400-1.600	US\$ 2,4	27.500	US\$1.400-1.530	US\$ 2,3	06/2004
Futuros vendidos .....	26.000	1.400-1.600	2,4	12.000	1.400-1.578	1,7	12/2006
Opções de compra vendidas.....	23.000	1.600-1.800	—	27.250	1.710-1.732	(0,3)	06/2004
Outros instrumentos.....	74.000		(1,6)	69.500		(0,6)	12/2008
Total			<u>US\$ 5,2</u>			<u>US\$ 3,1</u>	

Para administrar os riscos associados com as flutuações do preço do ouro, contratamos operações de derivativos a fim de estabelecer níveis mínimos de lucros para a futura produção de ouro. Entretanto, elas também podem ter o efeito de eliminar ganhos potenciais quando ocorrem certos aumentos de preço no mercado à vista de ouro.

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos relacionados ao ouro em 31 de dezembro de 2001 e 2002:

	Em 31 de dezembro de 2001			Em 31 de dezembro de 2002			Vencimen Final
	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
	(oz.)	(US\$ por oz.)	(Em milhões de US\$)	(oz.)	(US\$ por oz.)	(Em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas.....	422.000	US\$270-340	US\$ 10,8	428.000	US\$270 - 355	US\$ 3,1	12/2007
Opções de compra vendida.....	718.000	308-366	(3,4)	595.000	316 - 407	(17,8)	12/2007
Outros instrumentos .....	25.000		—	20.000	-	-	11/2006
Total			US\$ 7,4			US\$ (14,7)	

O ganho não realizado no montante de US\$7,4 milhões representa o valor a receber caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001. A perda não realizada no montante de US\$14,7 milhões representa o valor a pagar caso todas as transações tivessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2002.

#### Item 12. Descrição dos Títulos Mobiliários Exceto Títulos Patrimoniais

Não aplicável.

#### PARTE II

#### Item 13. Descumprimentos, Dividendos Atrasados e Inadimplências

Nenhuma.

#### Item 14. Modificações Relevantes aos Direitos dos Detentores dos Títulos Mobiliários e Uso dos Recursos

Nenhuma.

#### Item 15. Controles e Procedimentos

Dentro de 90 dias antes da data deste relatório, a Companhia realizou uma avaliação sob a supervisão e com a participação da alta administração da Companhia, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, da eficiência do modelo e operação dos controles e procedimentos da Companhia. A Vale Overseas realizou uma avaliação similar que confiou fundamentalmente na avaliação da Companhia de seus controles. Há limitações inerentes à eficiência de qualquer sistema de controles e procedimentos. Por isso, mesmo os controles e procedimentos eficientes podem fornecer uma garantia razoável de alcançar seus objetivos de controle. Com base em e na data da avaliação da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro de cada uma das companhias concluíram que os controles e procedimentos são eficientes em todos os aspectos relevantes e asseguram que as informações divulgadas nos relatórios da Companhia e da Vale Overseas, quando aplicável, arquivos e apresentações pelo Exchange Act é registrado, processado, sumariado e reportado como e quando requerido.

Não houve alterações significativas nos controles internos da Companhia ou da Vale Overseas ou em outros fatores que poderiam afetar significativamente estes controles posteriormente à data de sua avaliação.

**Item 16. [Reservado]**

**PARTE III**

**Item 17. Demonstrações Contábeis**

O registrante respondeu ao item 18 em lugar de responder a este item.

**Item 18. Demonstrações Contábeis**

Referência é feita nas páginas F-1 até F-51 e B-1 até B-24.

**Item 19. Anexos**

<u>Número do Anexo</u>	
1.1	Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce
1.2	Memorando de Constituição da Vale Overseas Limited
8	Lista das Controladas.
10.01	Certificação do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro da CVRD, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
10.02	Certificação do Diretor Executivo Principal e do Diretor Financeiro Principal da Vale Overseas, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002

## ASSINATURAS

O registrante certifica que cumpriu com todos os requerimentos para o arquivamento do Form 20-F e que assina como representante legal, devidamente autorizado.

### COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Por: /s/ Roger Agnelli  
Nome: Roger Agnelli  
Cargo: Diretor Presidente

Por: /s/ Fabio de Oliveira Barbosa  
Nome: Fabio de Oliveira Barbosa  
Cargo: Diretor Executivo Responsável  
pela Área de Finanças  
Corporativas

### VALE OVERSEAS LIMITED

Por: /s/ Gabriel Stoliar  
Nome: Gabriel Stoliar  
Cargo: Conselheiro e Diretor Presidente

Por: /s/ Tito Botelho Martins  
Nome: Tito Botelho Martins  
Cargo: Conselheiro e Diretor Financeiro

Data: 30 de junho de 2003



## CERTIFICAÇÕES

(Tradução livre da declaração do Diretor-Presidente e Diretor Executivo Responsável pela Área de Finanças Corporativas, consoante as regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*)

Eu, Roger Agnelli, declaro, para os devidos fins, que:

1. Revi este Relatório Anual (Form 20-F) da Companhia Vale do Rio Doce;
2. De acordo com meu conhecimento, este Relatório Anual não contém qualquer declaração incorreta sobre fato relevante ou omissão de fato relevante necessário para que as informações prestadas, diante das circunstâncias em que essas informações foram prestadas, não sejam enganosas para o período coberto pelo Relatório Anual.
3. De acordo com meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras neste Relatório Anual apresentam de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a condição financeira, os resultados das operações e o fluxo de caixa da CVRD na data, e para, os períodos cobertos pelo Relatório Anual.
4. Os demais diretores da CVRD e eu somos responsáveis pela criação e manutenção dos procedimentos e controles de divulgação (conforme o termo vem definido nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da CVRD e:
  - a) Planejamos tais procedimentos e controles de divulgação para garantir que informações relevantes relacionadas à CVRD, incluindo as suas subsidiárias consolidadas, sejam trazidas ao nosso conhecimento por pessoas de tais entidades, particularmente durante o período no qual este Relatório Anual estiver sendo preparado;
  - b) Avaliamos a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da CVRD em data compreendida nos 90 dias que antecedem a data do arquivamento do Relatório Anual (a “Data de Avaliação”); e
  - c) Apresentamos neste Relatório Anual nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação com base na nossa avaliação na Data de Avaliação.
5. Os demais diretores da CVRD e eu informamos, com base em nossas mais recentes avaliações, aos nossos auditores externos, e ao Comitê de Auditoria da Companhia:
  - a) Que não há deficiências significativas no projeto e na operação dos controles internos que poderiam afetar adversamente a habilidade da CVRD de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros e identificamos para os auditores da CVRD qualquer falha relevante nos controles internos; e
  - b) Que não há qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou empregados que tenham papel significativo nos controles internos da CVRD.

6. Os demais diretores da CVRD e eu mencionamos neste Relatório Anual se houve ou não mudanças materiais nos controles internos ou em outros fatores, os quais poderiam afetar de maneira significativa os controles internos, após a data de nossa avaliação mais recente, incluindo quaisquer medidas corretivas com relação a deficiências materiais e falhas relevantes.

Data: 30 de junho de 2003

/assinatura/ Roger Agnelli

Nome: Roger Agnelli

Cargo: Diretor-Presidente

Eu, Fabio de Oliveira Barbosa, declaro, para os devidos fins, que:

1. Revi este Relatório Anual (Form 20-F) da Companhia Vale do Rio Doce;
2. De acordo com meu conhecimento, este Relatório Anual não contém qualquer declaração incorreta sobre fato relevante ou omissão de fato relevante necessário para que as informações prestadas, diante das circunstâncias em que essas informações foram prestadas, não sejam enganosas para o período coberto pelo Relatório Anual.
3. De acordo com meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras neste Relatório Anual apresentam de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a condição financeira, os resultados das operações e o fluxo de caixa da CVRD na data, e para, os períodos cobertos pelo Relatório Anual.
4. Os demais diretores da CVRD e eu somos responsáveis pela criação e manutenção dos procedimentos e controles de divulgação (conforme o termo vem definido nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da CVRD e:
  - a) Planejamos tais procedimentos e controles de divulgação para garantir que informações relevantes relacionadas à CVRD, incluindo as suas subsidiárias consolidadas, sejam trazidas ao nosso conhecimento por pessoas de tais entidades, particularmente durante o período no qual este Relatório Anual estiver sendo preparado;
  - b) Avaliamos a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da CVRD em data compreendida nos 90 dias que antecedem a data do arquivamento do Relatório Anual (a "Data de Avaliação"); e
  - c) Apresentamos neste Relatório Anual nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação com base na nossa avaliação na Data de Avaliação.
5. Os demais diretores da CVRD e eu informamos, com base em nossas mais recentes avaliações, aos nossos auditores externos, e ao Comitê de Auditoria da Companhia:
  - a) Que não há deficiências significativas no projeto e na operação dos controles internos que poderiam afetar adversamente a habilidade da CVRD de registrar, processar, resumir e relatar dados financeiros e identificamos para os auditores da CVRD qualquer falha relevante nos controles internos; e
  - b) Que não há qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou empregados que tenham papel significativo nos controles internos da CVRD.
6. Os demais diretores da CVRD e eu mencionamos neste Relatório Anual se houve ou não mudanças materiais nos controles internos ou em outros fatores, os quais poderiam afetar de maneira significativa os controles internos, após a data de nossa avaliação mais recente, incluindo quaisquer medidas corretivas com relação a deficiências materiais e falhas relevantes.

Data: 30 de junho de 2003

/assinatura/ Fabio de Oliveira Barbosa

Nome: Fabio de Oliveira Barbosa  
Cargo: Diretor Executivo Responsável  
pela Área de Finanças  
Corporativas

Eu, Gabriel Stoliar, declaro, para os devidos fins, que:

1. Revi este Relatório Anual (Form 20-F) da Vale Overseas Limited;
2. De acordo com meu conhecimento, este Relatório Anual não contém qualquer declaração incorreta sobre fato relevante ou omissão de fato relevante necessário para que as informações prestadas, diante das circunstâncias em que essas informações foram prestadas, não sejam enganosas para o período coberto pelo Relatório Anual.
3. De acordo com meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras neste Relatório Anual apresentam de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a condição financeira, os resultados das operações e o fluxo de caixa da Vale Overseas Limited na data, e para, os períodos cobertos pelo Relatório Anual.
4. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu somos responsáveis pela criação e manutenção dos procedimentos e controles de divulgação (conforme o termo vem definido nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da Vale Overseas Limited e:
  - a) Planejamos tais procedimentos e controles de divulgação para garantir que informações relevantes relacionadas à Vale Overseas Limited, incluindo as suas subsidiárias consolidadas, sejam trazidas ao nosso conhecimento por pessoas de tais entidades, particularmente durante o período no qual este Relatório Anual estiver sendo preparado;
  - b) Avaliamos a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da Vale Overseas Limited em data compreendida nos 90 dias que antecedem a data do arquivamento do Relatório Anual (a "Data de Avaliação"); e
  - c) Apresentamos neste Relatório Anual nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação com base na nossa avaliação na Data de Avaliação.
5. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu informamos, com base em nossas mais recentes avaliações, aos nossos auditores externos, e ao Comitê de Auditoria da Companhia:
  - a) Que não há deficiências significativas no projeto e na operação dos controles internos que poderiam afetar adversamente a habilidade da Vale Overseas Limited de registrar, processar, sumariar e relatar dados financeiros e identificamos para os auditores da Vale Overseas Limited qualquer falha relevante nos controles internos; e
  - b) Que não há qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou empregados que tenham papel significativo nos controles internos da Vale Overseas Limited.
6. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu mencionamos neste Relatório Anual se houve ou não mudanças materiais nos controles internos ou em outros fatores, os quais poderiam afetar de maneira significativa os controles internos, após a data de nossa avaliação mais recente, incluindo quaisquer medidas corretivas com relação a deficiências materiais e falhas relevantes.

Data: 30 de junho de 2003

/assinatura/ Gabriel Stoliar

Nome: Gabriel Stoliar

Cargo: Conselheiro e Diretor-Presidente

Eu, Tito Botelho Martins, declaro, para os devidos fins, que:

1. Revi este Relatório Anual (Form 20-F) da Vale Overseas Limited;
2. De acordo com meu conhecimento, este Relatório Anual não contém qualquer declaração incorreta sobre fato relevante ou omissão de fato relevante necessário para que as informações prestadas, diante das circunstâncias em que essas informações foram prestadas, não sejam enganosas para o período coberto pelo Relatório Anual.
3. De acordo com meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras neste Relatório Anual apresentam de forma adequada e em todos os aspectos relevantes a condição financeira, os resultados das operações e o fluxo de caixa da Vale Overseas Limited na data, e para, os períodos cobertos pelo Relatório Anual.
4. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu somos responsáveis pela criação e manutenção dos procedimentos e controles de divulgação (conforme o termo vem definido nas regras 13a-14 e 15d-14 do *Exchange Act*) da Vale Overseas Limited e:
  - a) Planejamos tais procedimentos e controles de divulgação para garantir que informações relevantes relacionadas à Vale Overseas Limited, incluindo as suas subsidiárias consolidadas, sejam trazidas ao nosso conhecimento por pessoas de tais entidades, particularmente durante o período no qual este Relatório Anual estiver sendo preparado;
  - b) Avaliamos a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da Vale Overseas Limited em data compreendida nos 90 dias que antecedem a data do arquivamento do Relatório Anual (a "Data de Avaliação"); e
  - c) Apresentamos neste Relatório Anual nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação com base na nossa avaliação na Data de Avaliação.
5. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu informamos, com base em nossas mais recentes avaliações, aos nossos auditores externos, e ao Comitê de Auditoria da Companhia:
  - a) Que não há deficiências significativas no projeto e na operação dos controles internos que poderiam afetar adversamente a habilidade da Vale Overseas Limited de registrar, processar, sumariar e relatar dados financeiros e identificamos para os auditores da Vale Overseas Limited qualquer falha relevante nos controles internos; e
  - b) Que não há qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou empregados que tenham papel significativo nos controles internos da Vale Overseas Limited.
6. Os demais diretores da Vale Overseas Limited e eu mencionamos neste Relatório Anual se houve ou não mudanças materiais nos controles internos ou em outros fatores, os quais poderiam afetar de maneira significativa os controles internos, após a data de nossa avaliação mais recente, incluindo quaisquer medidas corretivas com relação a deficiências materiais e falhas relevantes.

Data: 30 de junho de 2003

/assinatura/ Tito Botelho Martins

Nome: Tito Botelho Martins

Cargo: Conselheiro e Diretor Financeiro

**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**  
**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

(Tradução livre do relatório em inglês, sobre as  
demonstrações contábeis preparadas de acordo com os  
princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados  
Unidos da América)

	Página
Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.....	F-2
Balancos Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2002 e 2001 .....	F-3
Demonstrações consolidadas dos resultados dos três anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000 .....	F-5
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa dos três anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000 .....	F-6
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido dos três anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000 .....	F-7
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas .....	F-8

## **Parecer dos Auditores Independentes**

(Tradução livre do parecer original em inglês, sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

### **Aos Diretores e Acionistas da Companhia Vale do Rio Doce**

Com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores, somos de opinião que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa dos três anos findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia; nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames. Não foram por nós examinadas as demonstrações contábeis de certas coligadas, cujos investimentos totalizaram US\$ 343 milhões e US\$ 441 milhões em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, respectivamente, e ganhos de equivalência patrimonial de US\$ 60 milhões, US\$ 53 milhões e US\$ 213 milhões para 2002, 2001 e 2000, respectivamente. Também, não examinamos as demonstrações contábeis de certas controladas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000, cujas demonstrações contábeis refletem um total de ativos de US\$ 969 milhões e US\$ 500 milhões em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, respectivamente, e um total de receitas de US\$ 426 milhões, US\$ 407 milhões e US\$ 480 milhões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000, respectivamente. As demonstrações contábeis destas coligadas e controladas foram examinadas por outros auditores, cujos pareceres nos foram fornecidos, e nosso parecer, no que diz respeito aos valores dessas coligadas e controladas, baseia-se exclusivamente nos pareceres desses auditores. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América, que requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Um exame compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados nas demonstrações contábeis, avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames e os pareceres de outros auditores proporcionam bases razoáveis para a emissão do parecer acima.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
21 de fevereiro de 2003

## Balanços Patrimoniais Consolidados

Em milhões de dólares norte-americanos

	Em 31 de dezembro	
	2002	2001
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes.....	1.091	1.117
Contas a receber		
Partes relacionadas.....	121	106
Outros.....	539	443
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	49	160
Estoques.....	292	323
Imposto de renda diferido.....	211	265
Outros.....	286	224
	<b>2.589</b>	<b>2.638</b>
Imobilizado líquido.....	<b>3.297</b>	<b>3.813</b>
Investimentos em coligadas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos.....	<b>732</b>	<b>1.218</b>
Outros ativos		
Ágio na aquisição de controladas consolidadas.....	412	540
Empréstimos e adiantamentos		
Partes relacionadas.....	89	555
Outros.....	73	100
Custo de pensão pago antecipadamente.....	79	99
Imposto de renda diferido.....	358	227
Depósitos judiciais.....	239	235
Ganhos não realizados com derivativos .....	3	7
Outros.....	84	76
	<b>1.337</b>	<b>1.839</b>
TOTAL.....	<b>7.955</b>	<b>9.508</b>



# Balancos Patrimoniais Consolidados

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

	Em 31 de dezembro	
	2002	2001
Passivo		
Circulante		
Fornecedores.....	325	296
Salários e encargos sociais.....	76	85
Juros sobre o capital próprio.....	3	340
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos a longo prazo		
Partes relacionadas.....	-	22
Outros.....	717	274
Empréstimos e financiamentos.....	184	589
Empréstimos de partes relacionadas.....	64	168
Outros.....	139	147
	<b>1.508</b>	<b>1.921</b>
Exigível a longo prazo		
Benefícios de pós-aposentadoria.....	141	173
Empréstimos e financiamentos		
Partes relacionadas.....	-	156
Outros.....	2.359	2.014
Empréstimos de partes relacionadas.....	7	21
Provisões para contingências (nota explicativa 15).....	428	452
Perda não realizada com instrumentos derivativos.....	76	40
Outros.....	122	86
	<b>3.133</b>	<b>2.942</b>
Participação minoritária.....	<b>27</b>	<b>5</b>
Patrimônio líquido		
Ações preferenciais classe A - 600.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 138.575.913 emitidas.....	904	820
Ações ordinárias - 300.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 249.983.143 emitidas.....	1.630	1.479
Ações em tesouraria - 4.481 ações preferenciais (2001 - 91) e 4.715.170 ações ordinárias.....	(88)	(88)
Capital integralizado adicional.....	498	498
Outros lucros abrangentes acumulados.....	(5.175)	(3.465)
Reservas de lucros.....	2.230	3.212
Lucros acumulados .....	3.288	2.184
	<b>3.287</b>	<b>4.640</b>
TOTAL.....	<b>7.955</b>	<b>9.508</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.*

## Demonstrações Consolidadas dos Resultados

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2002	2001	2000
Receitas operacionais, líquidas de descontos, devoluções e abatimentos			
Vendas de minerais e metais			
Minério de ferro e pelotas.....	2.820	2.600	2.177
Ouro.....	103	139	156
Manganês e ferroligas.....	283	259	285
Potássio.....	91	71	85
Outros.....	45	41	42
	<b>3.342</b>	<b>3.110</b>	<b>2.745</b>
Receitas de serviços de logística.....	458	608	760
Produtos de alumínio.....	462	284	362
Outros produtos e serviços.....	20	75	202
	<b>4.282</b>	<b>4.077</b>	<b>4.069</b>
Impostos sobre vendas e serviços.....	(159)	(142)	(134)
Receitas operacionais líquidas.....	<b>4.123</b>	<b>3.935</b>	<b>3.935</b>
Despesas e custos operacionais			
Custo de minerais e metais vendidos.....	(1.579)	(1.550)	(1.423)
Custo de serviços de logística.....	(252)	(378)	(481)
Custo de produtos de alumínio.....	(412)	(269)	(334)
Outros.....	(20)	(75)	(191)
	<b>(2.263)</b>	<b>(2.272)</b>	<b>(2.429)</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(224)	(241)	(225)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(50)	(43)	(48)
Participação nos resultados.....	(38)	(38)	(29)
Outros.....	(119)	(379)	(180)
	<b>(2.694)</b>	<b>(2.973)</b>	<b>(2.911)</b>
Resultado operacional.....	<b>1.429</b>	<b>962</b>	<b>1.024</b>
Receitas (despesas) não-operacionais			
Receitas financeiras.....	127	135	208
Despesas financeiras.....	(375)	(335)	(315)
Perdas cambial e monetária, líquida.....	(580)	(426)	(240)
Ganho na venda de investimentos.....	-	784	54
	<b>(828)</b>	<b>158</b>	<b>(293)</b>
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de equivalência patrimonial, da provisão para perdas e baixas em investimentos e da participação minoritária.....	<b>601</b>	<b>1.120</b>	<b>731</b>
Imposto de renda			
Circulante.....	(12)	46	(10)
Diferido.....	161	172	42
	<b>149</b>	<b>218</b>	<b>32</b>
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos.....	(87)	(53)	322
Participação minoritária.....	17	2	1
Lucro líquido do período.....	<b>680</b>	<b>1.287</b>	<b>1.086</b>
Lucro por ação ordinária e por ação preferencial classe A	<b>1,77</b>	<b>3,34</b>	<b>2,82</b>
Média ponderada do número de ações em circulação (milhares de ações)			
Ações ordinárias.....	249.864	249.864	249.983
Ações preferenciais classe A.....	135.042	135.042	134.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

**Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa**  
**Em milhões de dólares norte-americanos**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das operações:</b>			
Lucro líquido do ano.....	680	1.287	1.086
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do ano com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização.....	214	212	195
Dividendos recebidos.....	91	132	133
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos.....	87	53	(322)
Imposto de renda diferido.....	(161)	(172)	(42)
Provisões para contingências.....	53	79	101
Perdas na alienação de bens do imobilizado.....	62	79	47
Baixa de investimentos.....	-	(784)	(54)
Fundo de pensão.....	11	32	41
Perdas cambial e monetária.....	1.031	460	208
Perdas líquidas não realizadas com derivativos.....	66	38	-
Outros.....	46	129	118
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber.....	(123)	(49)	(63)
Estoques.....	(69)	(40)	(50)
Outros.....	(105)	17	(103)
Aumento (redução) em passivos:			
Fornecedores.....	102	21	84
Salários e encargos sociais.....	23	42	(1)
Outros.....	94	(18)	46
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais.....	<b>2.102</b>	<b>1.518</b>	<b>1.424</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento:</b>			
Empréstimos e adiantamentos a receber			
Partes relacionadas			
Adições .....	(101)	(75)	(168)
Pagamentos.....	75	79	32
Outros.....	20	7	8
Garantias e depósitos.....	(78)	(85)	(98)
Adições em investimentos.....	(1)	(338)	(538)
Adições ao imobilizado.....	(766)	(595)	(447)
Ganhos provenientes da alienação de bens do imobilizado.....	7	3	1
Ganhos provenientes da alienação de investimentos.....	-	989	44
Recursos líquidos utilizados na aquisição de controladas.....	(45)	(516)	(323)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento.....	<b>(889)</b>	<b>(531)</b>	<b>(1.489)</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:</b>			
Empréstimos e financiamentos a curto prazo (captações líquidas).....	(345)	(28)	(278)
Empréstimos			
Partes relacionadas			
Adições.....	54	145	8
Pagamentos.....	(75)	(44)	(42)
Notas Perpétuas.....	-	-	120
Empréstimos e financiamentos a longo prazo			
Partes relacionadas.....	17	66	62
Outros.....	698	317	750
Pagamentos de empréstimos e financiamentos a longo prazo			
Partes relacionadas.....	(15)	(40)	(25)
Outros.....	(330)	(310)	(419)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas.....	(602)	(1.066)	(246)
Ações em tesouraria.....	-	(27)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento.....	<b>(598)</b>	<b>(987)</b>	<b>(70)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.....	615	-	(135)
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes.....	(641)	(94)	(107)
Caixa e equivalentes no início do ano.....	1.117	1.211	1.453
Caixa e equivalentes no final do ano.....	<b>1.091</b>	<b>1.117</b>	<b>1.211</b>
Pagamentos efetuados durante o ano:			
Juros de curto prazo.....	(46)	(45)	(48)
Juros de longo prazo, líquidos dos juros capitalizados de \$ 15 em 2002, \$ 11 em 2001 e \$ 12 em 2000....	(142)	(153)	(128)
Imposto de renda.....	(12)	(46)	(6)
<b>Transações que não envolveram caixa</b>			
Obrigações com a VALIA liquidadas por transferência de ações da CSN .....	-	249	-
Troca de empréstimos concedidos por investimentos.....	55	35	7

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.*

## Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Ações	2002	2001	2000
Ações preferenciais classe A (incluindo uma ação especial)				
Saldo em 1º de janeiro .....	138.575.913	820	709	709
Transferência de reservas de lucros.....	-	84	111	-
Saldo em 31 de dezembro .....	<b>138.575.913</b>	<b>904</b>	<b>820</b>	<b>709</b>
Ações ordinárias				
Saldo em 1º de janeiro .....	249.983.143	1.479	1.279	1.279
Transferência de reservas de lucros.....	-	151	200	-
Saldo em 31 de dezembro .....	<b>249.983.143</b>	<b>1.630</b>	<b>1.479</b>	<b>1.279</b>
Ações em tesouraria				
Saldo em 1º de janeiro.....	(3.666.611)	(88)	(61)	(61)
Aquisições em 2001.....	(1.048.650)	-	(27)	-
Aquisições em 2002.....	(4.390)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>(4.719.651)</b>	<b>(88)</b>	<b>(88)</b>	<b>(61)</b>
Capital integralizado adicional				
Saldo em 1º de janeiro e 31 de dezembro.....		<b>498</b>	<b>498</b>	<b>498</b>
Outros lucros abrangentes acumulados				
Perdas não reconhecidas como custo líquido de pensão				
Saldo em 1º de janeiro.....	-	(100)	-	-
Varição do passivo mínimo adicional.....	-	151	(151)	-
Imposto de renda sobre a variação acima.....	-	(51)	51	-
Saldo em 31 de dezembro.....	-	-	(100)	-
Ajustes acumulados de conversão				
Saldo em 1º de janeiro.....	(3.475)	(2.972)	(2.535)	-
Varição no exercício.....	(1.710)	(503)	(437)	-
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>(5.185)</b>	<b>(3.475)</b>	<b>(2.972)</b>	-
Ganho não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado				
Saldo em 1º de janeiro.....	-	24	54	-
Varições no exercício.....	-	(24)	(30)	-
Saldo em 31 de dezembro.....	-	-	24	-
Ajuste relativo a investimentos em coligadas				
Saldo em 1º de janeiro.....	10	8	(6)	-
Varições no exercício.....	-	2	14	-
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	-
Total de outros lucros abrangentes acumulados				
	<b>(5.175)</b>	<b>(3.465)</b>	<b>(3.040)</b>	-
Reservas de lucros				
Saldo em 1º de janeiro.....	3.212	3.537	3.567	-
Transferência para lucros acumulados.....	(747)	(14)	(30)	-
Transferência para capital.....	(235)	(311)	-	-
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>2.230</b>	<b>3.212</b>	<b>3.537</b>	-
Lucros acumulados				
Saldo em 1º de janeiro.....	2.184	1.647	1.186	-
Lucro líquido do período.....	680	1.287	1.086	-
Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas				
Ações preferenciais classe A (\$ 0,84, \$ 1,99 e \$ 1,70 por ação em 2002, 2001 e 2000).....	(117)	(276)	(230)	-
Ações ordinárias (\$ 0,84, \$ 1,99 e \$ 1,70 por ação em 2002, 2001 e 2000).....	(206)	(488)	(425)	-
Apropriações de reservas de lucros.....	747	14	30	-
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>3.288</b>	<b>2.184</b>	<b>1.647</b>	-
Total do patrimônio líquido.....	<b>383.839.405</b>	<b>3.287</b>	<b>4.640</b>	<b>4.569</b>
O lucro abrangente é constituído de:				
Lucro líquido do período.....	680	1.287	1.086	-
Valores não reconhecidos como custo líquido de pensão no período.....	-	100	(100)	-
Ajustes acumulados de conversão.....	(1.710)	(503)	(437)	-
Ganho não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado.....	-	(24)	(30)	-
Varições relativas a investimentos em coligadas.....	-	2	14	-
Lucro (prejuízo) abrangente total.....	<b>(1.030)</b>	<b>862</b>	<b>533</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em milhões de dólares norte-americanos, a menos que informado

### 1 A Companhia e suas operações

A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD é uma sociedade anônima devidamente organizada sob as leis da República Federativa do Brasil. Nossas operações são executadas pela Companhia e suas controladas, *joint ventures* e coligadas e consistem principalmente de mineração, produção de metais não-ferrosos e logística, bem como atividades de energia, alumínio e aço. Alienamos a maioria de nossos investimentos no segmento de celulose e papel durante o ano de 2001. Mais detalhes sobre nossas operações e das nossas *joint ventures* e coligadas estão descritas na nota explicativa 16.

As principais operações das subsidiárias consolidadas durante os três exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 são as seguintes:

<b>Controlada</b>	<b>% participação</b>	<b>Localização da sede</b>	<b>Atividade principal</b>
Ferteco Mineração S.A. - FERTECO	100	Brasil	Minério de ferro e pelotas
Pará Pigmentos S.A.	76	Brasil	Caulim
SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	100	Brasil	Manganês e ferroligas
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100	Brasil	Navegação
Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE	100	Brasil	Alumínio
Itabira Rio Doce Company Ltd. - ITACO	100	Ilhas Cayman	Trading
Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	100	Bahamas	International finance
CELMAR S.A. - Indústria de Celulose e Papel	85	Brasil	Celulose
Florestas Rio Doce S.A.	100	Brasil	Celulose
Rio Doce Manganês Europe - RDME	100	França	Ferroligas
Urucum Mineração S.A.	100	Brasil	Minério de ferro, manganês e ferroligas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (desde junho de 2002)	57	Brasil	Alumínio
Salobo Metais S.A. (desde junho de 2002)	100	Brasil	Cobre
Mineração Serra do Sossego S.A. (desde dezembro de 2001)	100	Brasil	Cobre

### 2 Resumo das principais práticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, somos solicitados a usar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Portanto, nossas demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, uso de taxas médias de câmbio, valores de mercado atribuídos a ativos e passivos adquiridos em *business combination*, provisão para perdas de créditos de imposto de renda, benefícios pós-aposentadoria para empregados e outras avaliações semelhantes, podendo os resultados efetivos ser divergentes das nossas estimativas.

#### (a) Base de apresentação

Preparamos as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), que diferem, em certos aspectos, dos princípios contábeis brasileiros utilizados na preparação das demonstrações contábeis pela legislação societária.

Os valores em dólares norte-americanos referentes aos períodos apresentados foram convertidos (traduzidos) a partir dos valores em moeda brasileira, em conformidade com os critérios estipulados no "Statement of Financial Accounting Standards 52" – "Foreign Currency Translation" – (SFAS 52).

Antes de 1º de julho de 1997 o Brasil era considerado, nos termos do SFAS 52, como sendo um país de economia hiperinflacionária, e como consequência, até 30 de junho de 1997, adotávamos o dólar norte-americano tanto como moeda funcional quanto de reporte.

A partir de 1º de julho de 1997, concluímos que a economia brasileira havia deixado de ser hiperinflacionária e mudamos a moeda funcional de dólares norte-americanos para a moeda local (reais brasileiros) para as operações brasileiras e correções do gênero. Conseqüentemente, convertemos os valores em dólares norte-americanos de ativos e passivos não-monetários à taxa de câmbio corrente e esses valores se tornaram as novas bases contábeis para esses ativos e passivos.

Convertemos todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos à taxa de câmbio corrente (R\$ 3,5333 e R\$ 2,3204 para US\$ 1.00 em 31 de dezembro de 2002 e 2001, respectivamente), e todas as contas nas demonstrações dos resultados (inclusive valores relativos à indexação da moeda local e variações cambiais

sobre ativos e passivos em moeda estrangeira) às taxas médias de cada período. Os ganhos ou perdas resultantes desse novo processo de conversão foram incluídos nos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

As perdas cambiais líquidas refletidas em nossa demonstração de resultado foram de \$ 515, \$ 410 e \$ 115 em 2002, 2001 e 2000, respectivamente, incluídas na linha "Perdas cambial e monetária, líquida".

**(b) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis das empresas nas quais temos a maioria das ações e o controle da administração são consolidadas, com eliminação de todas as contas e transações entre as mesmas. Os investimentos não consolidados em coligadas e *joint ventures* estão demonstrados ao custo líquido do ágio amortizado, mais a nossa participação em seus resultados não distribuídos. Nesta categoria estão incluídas certas *joint ventures* onde temos participação majoritária, mas não possuímos controle efetivo na administração, estabelecido no acordo de acionistas. Quando aplicável, constituímos provisão para perdas em investimentos com patrimônio líquido negativo (veja nota explicativa 10).

Calculamos o valor de nossos investimentos através da comparação dos valores registrados em nosso balanço anual com a cotação de mercado disponível para o referido investimento na mesma data. Se a cotação de mercado disponível está abaixo do valor registrado em nosso balanço e tal desvalorização não for temporária, baixamos o valor de nossos investimentos até o limite calculado pela cotação de mercado disponível.

Definimos *joint ventures* como negócios nos quais a Companhia e um pequeno grupo de outros sócios participam cada um ativamente na administração da entidade, baseado em acordo de acionistas. Definimos coligadas como negócios nos quais participamos como acionistas minoritários mas com influência significativa nas políticas operacional e financeira da empresa investida.

**(c) Business combinations**

Adotamos os procedimentos determinados pelo SFAS 141 - "*Business Combinations*" para reconhecer a aquisição de participações em outras companhias. O método de contabilização usado em nossas "combinações de negócios" (*business combinations*) é o "método de compra" (*purchase method*), o qual requer que os adquirentes determinem razoavelmente o valor de mercado dos ativos e passivos identificados das companhias adquiridas, individualmente, de maneira a determinar o ágio pago na compra, a ser registrado como um ativo intangível. Na aquisição de ativos que incluem os direitos a reservas minerais de recursos naturais, o estabelecimento dos valores para esses ativos incluem a alocação do valor de mercado às reservas compradas, as quais estão classificadas no balanço patrimonial como imobilizado.

O ágio foi amortizado de maneira sistemática pelos períodos estimados a serem beneficiados até 31 de dezembro de 2001. Como requerido pelo SFAS 142 - "*Goodwill and Other Assets*" desde janeiro de 2002, o ágio resultante das aquisições não é amortizado, mas é testada sua desvalorização ao menos uma vez no ano e reduzido ao seu valor justo na medida em que tal desvalorização é mensurada.

**(d) Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, constituímos provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, refletindo nossa estimativa periódica de recuperação. Ao utilizar a provisão, os estoques são baixados estabelecendo uma nova base de custo para o estoque remanescente.

O estoque de produtos acabados inclui todos os materiais associados, mão-de-obra direta de produção e excluídas despesas gerais e administrativas.

**(e) Imobilizado**

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao custo, incluindo-se os juros incorridos durante a construção das principais novas unidades. Calculamos a depreciação pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, tais como: de 2% a 20% para as ferrovias, 5% para as embarcações, 3% para as construções, de 2% a 5% para instalações e de 5% a 20% para equipamentos de mineração e outros. As despesas de manutenção e reparos são debitadas aos custos e às despesas operacionais quando incorridas.

Capitalizamos os custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, e amortizamos estas operações pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e provadas de minério. Gastos com estudos e pesquisas são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; conseqüentemente todos os gastos são capitalizados e adicionados ao custo de exploração. Capitalizamos o custo de desenvolvimento de minas a partir do momento de sua criação.

**(f) Investimentos disponíveis para venda**

Os investimentos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conformidade com o SFAS 115 - "Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities". Conseqüentemente, excluimos ganhos e perdas não realizados, líquidos de impostos, quando aplicável, do resultado e os reconhecemos como um componente específico do patrimônio líquido até que sejam realizados.

**(g) Receitas e despesas**

As receitas são reconhecidas quando os produtos são embarcados ou os serviços são prestados. As despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência. A receita de exportação é reconhecida quando os produtos são embarcados no navio. As receitas dos produtos vendidos no mercado interno são reconhecidas quando a entrega é feita ao cliente. As receitas de serviços de transporte, exceto as de operações marítimas, são reconhecidas quando o serviço é executado. As de operações marítimas são registradas com base na viagem concluída e a receita líquida, os custos e as despesas com viagens em curso até o fim do exercício são diferidos. Os prejuízos esperados sobre viagens são reconhecidos quando prováveis e razoavelmente estimáveis.

**(h) Custos ambientais e de recuperação e restauração de áreas degradadas**

As despesas relacionadas ao cumprimento de regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas quando incorridas. Esses programas contínuos têm por objetivo minimizar o impacto ambiental das nossas atividades. No que diz respeito às nossas duas maiores minas de ferro, em Itabira e Carajás, ambas com vastas reservas, serão provisionados referentes aos custos finais de recuperação e restauração quando suas respectivas estratégias de implementação forem passíveis de planejamento e seus custos estimados com razoabilidade.

**(i) Provisões para férias**

Provisionamos integralmente a obrigação de remuneração a empregados pelo direito às férias adquiridas durante o ano.

**(j) Imposto de renda**

De acordo com o SFAS 109 - "Accounting for Income Taxes", os efeitos das diferenças temporárias dos impostos têm sido reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas. A provisão para perdas é constituída quando estimamos que há evidências da não utilização integral dos créditos fiscais constituídos.

**(k) Demonstração dos fluxos de caixa**

Os fluxos de caixa dos financiamentos e investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e são resgatáveis em até 90 dias ou menos são considerados caixa e equivalentes.

**(l) Lucro por ação**

O lucro por ação é computado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

**(m) Juros sobre o capital próprio**

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem distribuir juros sobre capital próprio. O cálculo desses juros é baseado nos valores do patrimônio líquido como apresentado nos registros contábeis elaborados pela legislação societária e a taxa de juros aplicada não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP determinada pelo Banco Central. Além disso, tais juros não podem exceder ao maior valor entre 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados, mais as reservas de lucros.

O montante dos juros atribuídos aos acionistas é dedutível para fins de apuração do imposto de renda. Por esta razão, o benefício, em contraposição ao pagamento do dividendo, é a redução em nosso encargo de imposto de renda e contribuição social equivalente à alíquota aplicada sobre o valor dos juros pagos. Sobre os juros pagos há a retenção de 15% a título de imposto de renda, exceto para aqueles pagos ao Governo brasileiro, fundos de investimento e entidades imunes, os quais estão isentos de tributação.

Optamos por pagar os juros sobre capital próprio dedutíveis do imposto de renda e temos, conseqüentemente, registrado os valores devidos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 no patrimônio líquido.

De acordo com a lei brasileira, o benefício atribuído para os acionistas é considerado como parte do dividendo mínimo anual (veja nota explicativa 13). Desta maneira as distribuições são tratadas como dividendos para fins contábeis.

**(n) Derivativos e operações de hedge**

Em 1º janeiro de 2001 adotamos o SFAS 133 – “*Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging*”, emendado pelos SFAS 137 e 138. Aqueles pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos de derivativos financeiros como ativo ou passivo no nosso balanço patrimonial, são mensurados a valor de mercado. Mudanças no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período como ganhos correntes ou outra receita semelhante, dependendo de a transação ser caracterizada como um *hedge* efetivo.

Os ajustes de transição relativos ao valor justo dos derivativos existentes em 31 de dezembro de 2001 estão registrados como encargo de \$ 8 na nossa demonstração de resultado para o ano findo em 31 de dezembro de 2002. Devido à imaterialidade do efeito da mudança dos princípios contábeis, o saldo correspondente foi incluído em outras despesas não-operacionais. Algumas de nossas coligadas e *joint ventures* também registraram encargos similares, dos quais nossa parte de \$ 4 está incluída na rubrica “Equivalência patrimonial em coligadas e *joint ventures* e provisão para perdas em investimentos” da demonstração do resultado.

Informações adicionais sobre nossos derivativos e atividades de *hedge* estão incluídas na nota explicativa 19.

**(o) Lucro abrangente**

Divulgamos o lucro abrangente como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido, de acordo com o SFAS 130 – “*Reporting Comprehensive Income*”.

**(p) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos**

Em junho de 2001 e agosto de 2001, o FASB emitiu o SFAS 143 – “*Accounting for Asset Retirement Obligations*” e SFAS 144 – “*Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Live Assets*” para Desvalorização ou Alienação de Bens Duráveis”, respectivamente. O SFAS 143 estará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2003 e ainda estamos estudando os efeitos potenciais desta norma em nossas demonstrações contábeis.

Em junho de 2002, o FASB emitiu o SFAS 146 – “*Accounting for Costs Associated with Exit or Disposal Activities*”. Esta norma requer que as companhias reconheçam os custos associados com a saída ou transferência de atividades quando incorridos e não quando firmado o planejamento de executá-los. O SFAS 146 é para ser adotado em todas as saídas ou transferências de atividades iniciadas após 31 de dezembro de 2002. Acreditamos que a adoção do SFAS 146 não terá impactos materiais sobre nossos resultados financeiros e operacionais.

Em novembro de 2002, o FASB emitiu o FIN 45 – “*Guarantor’s Accounting and Disclosure Requirements for Guarantees, Including Indirect Guarantees of Indebtedness of Others*”. Esta interpretação aprimora a atual nota de divulgação requerida para a maioria das garantias, incluindo garantias de empréstimos tais como carta de comprometimento de crédito. Também esclarece que quando uma companhia emitir uma garantia deverá reconhecer inicialmente um passivo pelo seu valor justo ou de mercado no montante da obrigação que assumirá através da garantia e deverá divulgar esta informação em suas demonstrações contábeis interinas e anuais. Inicialmente, o registro e a mensuração da provisão serão feitos na proporção em que as garantias forem sendo emitidas ou modificadas após 31 de dezembro de 2002, independentemente do ano fiscal do avalista. As divulgações requeridas, aplicáveis em 31 de dezembro de 2002, estão demonstradas na nota explicativa 15. Estamos estudando os potenciais efeitos da contabilização requerida pelo FIN 45 em nossas demonstrações contábeis.

**(q) Reclassificações**

Algumas reclassificações foram feitas nas demonstrações contábeis de 2001 e 2000, com a finalidade de torná-las comparáveis com as informações de 2002.

**3 Nossa privatização**

Em maio de 1997, O Governo brasileiro privatizou nossa Companhia, através da transferência do controle acionário para a Valepar S.A. (“Valepar”). O Governo brasileiro reteve certos direitos com relação a nossas futuras decisões e as da Valepar, e também nos fez celebrar contratos que podem afetar nossas atividades e resultados de nossas operações no futuro. Esses direitos e contratos são:

- Ação Preferencial Especial. O Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia que lhe confere direitos permanentes de veto sobre mudanças na nossa Companhia, tais como (i) nome, (ii)



localização da sede, (iii) objeto social de exploração mineral, (iv) operação contínua dos sistemas integrados de mineração de minério de ferro, e (v) certos outros assuntos.

- Ação Preferencial Classe A da Valepar. O Governo brasileiro detém uma ação preferencial classe A da Valepar, que lhe confere direitos de aprovação, por um período de cinco anos, com relação a (i) concentração da propriedade da Valepar por tipos específicos de investidores que exceda as limitações prescritas, e (ii) mudanças na estrutura da *holding* Valepar referentes à propriedade das nossas ações ordinárias.
- Debêntures de Acionistas. Em 7 de julho de 1997, emitimos aos acionistas que estavam registrados em 18 de abril de 1997 (inclusive o Governo brasileiro), debêntures que proporcionam aos seus detentores o direito de receber pagamentos semestrais, baseados em uma percentagem das nossas receitas líquidas acima de volumes limites de produção, provenientes de recursos minerários identificados. Estes instrumentos não são garantidos por reservas minerais e depósitos correspondentes.

Além da ação preferencial especial mencionada acima, o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, banco gerenciado pelo Governo brasileiro, possuem juntos 32% de nossas ações ordinárias e 4% de nossas ações preferenciais, os quais representam 22% do capital total em 31 de dezembro de 2001. Estas ações ordinárias foram vendidas através de oferta pública no Brasil e no exterior em uma operação que foi concluída em 27 de março de 2002.

#### 4 Principais aquisições

Durante os períodos apresentados fizemos as aquisições descritas abaixo. Informação *pro forma* com relação aos resultados das operações não está apresentada, uma vez que os efeitos não são considerados materiais para o entendimento da consolidação de nossas demonstrações contábeis, exceto no que diz respeito à aquisição do controle acionário da Alunorte em junho de 2002 (veja nota explicativa 4 (h)).

- (a) Em 11 de maio de 2000, adquirimos todo o capital da Mineração SOCOIMEX S.A., uma companhia de capital fechado cuja principal atividade é a produção e a comercialização de minério de ferro, pelo preço total de \$ 55, sendo um pagamento inicial em caixa de \$ 47 e o saldo em duas prestações no valor de \$ 3 e \$ 5, em 2001 e 2002, respectivamente. O incremento do valor de mercado sobre o valor registrado da Socoimex na data da compra foi inteiramente atribuído as suas reservas minerais, as quais estão incluídas no imobilizado. Em agosto de 2000, incorporamos a Socoimex.
- (b) Em 30 de maio de 2000, passamos a ser acionista controlador da S.A. Mineração da Trindade – SAMITRI, através da aquisição de 79,27% do capital votante e 63,06% do capital total por \$ 520 em espécie. Na data da aquisição, a Samitri era uma companhia brasileira de minério de ferro, aberta e listada em bolsa, a qual também detinha participação de 51% no capital votante da Samarco Mineração S.A., uma grande produtora de pelotas de minério de ferro (veja nota explicativa 10). Em 29 de junho de 2000, vendemos 1% do capital votante da Samarco para a BHP Brasil Ltda. (BHP), uma controlada da The Broken Hill Proprietary Company Limited da Austrália, por \$ 8, para igualar nossa participação na *joint venture*.
- (c) Os ativos e passivos adquiridos como resultado da transação acima e os correspondentes ágios são os seguintes:

	<i>Joint venture</i> não consolidada Samarco	<u>Controladas Consolidadas</u> Samitri      Socoimex	
Valor de mercado dos ativos.....	1.006	293	77
Valor de mercado dos passivos.....	(450)	(144)	(22)
Ativos líquidos a valor de mercado.....	<b>556</b>	<b>149</b>	<b>55</b>
Participação adquirida.....	50,00%	63,06%	100,00%
Valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos.....	278	94	55
Atribuíveis aos acionistas minoritários da Samitri (36,94%).....	(103)	-	-
Benefício fiscal.....	31	-	-
Participação efetivamente adquirida.....	<b>206</b>	<b>94</b>	<b>55</b>
Preço de aquisição.....	252	268	55
Ágio.....	<b>46</b>	<b>174</b>	-

Os principais ativos nos quais os valores de mercado diferem dos contábeis são os estoques e imobilizado.

Determinamos o valor de mercado do estoque baseado no custo de reposição atual para matéria-prima e preço de venda estimado para produtos acabados, líquido do custo de distribuição e margem de venda. O valor de mercado do imobilizado foi determinado baseado no custo de reposição atual para capacidade similar e valor de mercado estimado nas reservas adquiridas. Os impostos diferidos foram registrados pela diferença entre o valor de mercado e suas bases fiscais.

Para Samarco, Samitri e Socoimex, os estoques foram avaliados por \$ 36, \$ 38 e \$ 9, respectivamente, o imobilizado foi avaliado por \$ 830, \$ 161 e \$ 58, respectivamente; e os passivos de impostos diferidos foram \$ 60, \$ 49 e \$ 15, respectivamente.

Havíamos adotado a prática de amortizar o ágio na compra da Samitri e da Samarco pelo método linear por um período de seis anos, a partir da data de aquisição destes investimentos. Contudo, conforme explicado na nota explicativa 2 (c) sobre a adoção do SFAS 142, a partir de 1º de janeiro de 2002 tais amortizações lineares cessarão.

- (d) Em 22 de setembro de 2000, aumentamos nossa participação na Samitri, através de Leilão de Oferta Pública para 99,25% do capital votante e 99,19% do capital total. O desembolso dessa compra foi de \$ 180 e resultou em ágio adicional de \$ 27, todo atribuído à Samarco.
- (e) Em Outubro de 2000, adquirimos 50% da Gulf Industrial Investment Company (GIIC), uma pelletizadora localizada no Bahrain, por \$ 91, incluindo um ágio de \$ 20, agora totalmente amortizado.
- (f) Em 27 de abril de 2001, adquirimos 100% da Ferteco Mineração S.A. - FERTECO por \$ 523 em espécie, uma companhia fechada cuja principal atividade é a produção e comercialização de minério de ferro e pelotas.

Os ativos e passivos adquiridos e o correspondente ágio foram os seguintes:

Valor de mercado de ativos.....	401
Valor de mercado de passivos.....	<u>(251)</u>
Ativos líquidos a valor de mercado.....	150
Preço de aquisição .....	<u>523</u>
Ágio.....	<u><u>373</u></u>

Os estoques da Ferteco foram avaliados em \$ 57, o imobilizado foi avaliado em \$ 178 e o imposto de renda diferido passivo em \$ 24.

- (g) Em 7 de dezembro de 2001, através de nossa subsidiária integral no exterior Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO, adquirimos 659,375,000 de ações ordinárias da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. - CAEMI, representando 16,86% de seu capital total e 50% do seu capital votante da Cayman Iron Ore Investment Co., Ltd., uma controlada integral da Mitsui & Co., Ltd. - MITSUI por \$ 279. A Caemi é uma empresa brasileira, sediada no Rio de Janeiro, que opera nos setores de minério de ferro, caulim, bauxita refratária e transporte ferroviário e é registrada contabilmente pelo método de equivalência.

Esta aquisição foi aprovada pela Comissão Européia com base no compromisso de venda da participação da Caemi na Quebec Cartier Mining Company - QCM, empresa canadense produtora de minério de ferro e pelotas.

CVRD e Mitsui, cada uma detendo 50% de ações ordinárias da Caemi, firmaram um acordo de acionistas requerendo a aprovação de ambos os acionistas para todas as principais decisões que afetem a Caemi.

O valor estimado dos ativos e passivos adquiridos e o correspondente ágio foram os seguintes:

	<b><u>31 de dezembro de 2001</u></b>
Valor de mercado estimado dos ativos.....	1.127
Valor de mercado estimado dos passivos.....	<u>(734)</u>
Ativos líquidos conforme valores contábeis.....	<b>393</b>
Participação adquirida do capital total.....	16,82%
Ativos líquidos a valor de mercado estimado.....	66
Preço de aquisição.....	<u>279</u>
Ágio.....	<u><u>213</u></u>

- (h) Em 27 de junho de 2002, adquirimos mais 12,62% do capital da Alunorte por \$ 42, aumentando nossa participação para 57,03% (representado por 62,09% do total das ações ordinárias e 19,05% do total das ações preferenciais). A Alunorte tem sido consolidada desde então.

A fim de refletirmos os efeitos da consolidação da Alunorte, se seu controle tivesse sido adquirido em 1º de janeiro de 2001, elaboramos uma demonstração de resultado consolidada *pro forma*, não auditada, como segue:

	2002			2001		
	ALUNORTE			CVRD Consolidada	ALUNORTE	Pro forma (não-auditado)
	CVRD Consolidada	Antes da aquisição de controle	Pro forma (não-auditado)			
Receita operacional líquida.....	4.123	138	4.261	3.935	294	4.229
Custos e despesas operacionais.....	(2.694)	(151)	(2.845)	(2.973)	(219)	(3.192)
Resultado operacional.....	1.429	(13)	1.416	962	75	1.037
Receita (despesa) não-operacional.....	(828)	(38)	(866)	158	(83)	75
Resultado antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participações minoritárias.....	601	(51)	550	1.120	(8)	1.112
Imposto de renda.....	149	-	149	218	(5)	213
Equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i> ....	(28)	23	(5)	(49)	7	(42)
Varição na provisão para perdas em investimentos.....	(59)	-	(59)	(4)	-	(4)
Participações minoritárias.....	17	28	45	2	-	2
<b>Lucro do exercício.....</b>	<b>680</b>	<b>-</b>	<b>680</b>	<b>1.287</b>	<b>(6)</b>	<b>1.281</b>

- (i) Em 14 de janeiro de 2000, vendemos 20,81% do capital da ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. e uma participação de 8% do capital da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), detidas por nós no valor total de \$ 164, resultando num ganho de \$ 54. O total de \$ 164 foi recebido em dinheiro; contudo, \$ 120 foram recebidos através da emissão e venda de Notas Perpétuas pelo valor de mercado de \$ 55 e este valor continua a ser registrado como um passivo e periodicamente ajustado com base numa fórmula que reflete a rentabilidade da MRN.
- (j) Em 9 de março de 2001, transferimos nossa participação de 10,33% na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN para a VALIA, como uma contribuição de fundo de pensão especial, por \$ 249 (valor de mercado determinado com base no preço médio ponderado das últimas 30 negociações efetuadas na Bolsa de Valores de São Paulo no período encerrado em 9 de março de 2001). Esta transferência resultou num ganho de \$ 107. Garantimos à VALIA que efetuaremos um pagamento adicional ao fundo de pensão se o valor de mercado das ações da CSN cair abaixo do nível estabelecido contratualmente, por ocasião da alienação dessas ações. Em 31 de dezembro de 2002, provisionamos \$ 1 para esta obrigação contratual.
- (k) Em 27 de abril de 2001, concluímos a venda de nossa participação de 32,00% na Bahia Sul Celulose S.A. – BSC por \$ 318, recebida em dinheiro em 7 de maio de 2001. Esta operação gerou um ganho de \$ 170.
- (l) Em 6 de junho de 2001, concluímos a venda de nossa participação de 51,48% na Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA por \$ 671, recebida em dinheiro em 14 de setembro de 2001. Esta operação resultou num ganho de \$ 507.

## 5 Imposto de renda

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda federal e a contribuição social, que é um imposto federal adicional. As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis aos períodos apresentados são as seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro - %		
	2002	2001	2000
Imposto de renda federal.....	25	25	25
Contribuição social.....	9	9	12 a 9
Alíquota combinada.....	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>37 a 34</b>

O valor apresentado como receita (despesa) de benefício de imposto de renda nestas demonstrações contábeis está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	<b>Exercícios findos em 31 de dezembro</b>		
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de equivalência patrimonial e da participação de minoritários .....	<b>601</b>	<b>1.120</b>	<b>731</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes na legislação fiscal.....	(204)	(381)	(249)
Ajustes que dão origem à alíquota efetiva:			
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio.....	99	260	222
Rendimentos isentos auferidos no exterior.....	196	226	69
Amortização de ágio dedutível por <i>business combination</i> .....	20	58	-
Efeito fiscal relativo às provisões para perdas e para baixa.....	29	59	-
Incentivos fiscais.....	4	26	31
Provisão para perdas.....	(12)	(44)	(51)
Outros ganhos não-tributáveis.....	17	14	10
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	<b>149</b>	<b>218</b>	<b>32</b>

Temos incentivos fiscais relativos às operações de minério de ferro e manganês em Carajás e outros para operações com ouro e potássio. Os incentivos compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produções definidos até 2005 e parcial até 2013. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido (nota explicativa 13) e não poderá ser distribuído como dividendos.

Os principais componentes das contas do imposto de renda diferido no balanço patrimonial são:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Imposto de renda diferido - ativo circulante</b>		
Despesas provisionadas dedutíveis somente quando pagas.....	211	265
	<b>211</b>	<b>265</b>
<b>Imposto de renda diferido ativo e passivo - longo prazo</b>		
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda diferido relativo a diferenças temporárias.....	5	18
Imposto de renda dedutível sobre ágio de <i>business combinations</i> .....	66	134
Relativo à provisão para perdas e baixas de investimentos.....	158	120
Provisão adicional para benefícios de aposentadoria.....	47	58
Prejuízos fiscais a compensar.....	187	220
Outras diferenças temporárias (em 2002, inclui \$ 94 da Alunorte).....	211	21
	<b>674</b>	<b>571</b>
<b>Passivo</b>		
Lucro inflacionário.....	(21)	(25)
Benefício de aposentadoria pago antecipadamente.....	(27)	(34)
Ajuste ao valor de mercado em <i>business combinations</i> .....	(38)	(72)
	<b>(86)</b>	<b>(131)</b>
<b>Provisão para perdas</b>		
Saldo inicial.....	(213)	(201)
Ajuste de conversão.....	73	32
Adições (em 2002, inclui \$ 92 da Alunorte).....	(118)	(44)
Reversões.....	28	-
<b>Saldo final.....</b>	<b>(230)</b>	<b>(213)</b>
<b>Imposto de renda diferido ativo longo prazo, líquido.....</b>	<b>358</b>	<b>227</b>

**6 Caixa e equivalentes**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Caixa e bancos.....	51	22
Depósitos a prazo em moeda local.....	220	76
Depósitos a prazo em dólares norte-americanos.....	820	1.019
	<b>1.091</b>	<b>1.117</b>

**7 Contas a receber**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Cientes		
No país.....	189	170
No exterior, integralmente denominados em dólares norte-americanos.....	503	408
	<b>692</b>	<b>578</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(26)	(21)
Provisão para créditos sobre diferenças de peso de minério.....	(6)	(8)
Total.....	<b>660</b>	<b>549</b>

As contas a receber de clientes da indústria siderúrgica representam 18,4% e 28,3% das contas a receber no país (no exterior – 95,1% e 91,5%) em 31 de dezembro de 2002 e 2001, respectivamente. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% das receitas totais em qualquer dos exercícios apresentados.

**8 Estoques**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Produtos acabados		
Minério de ferro.....	86	110
Ouro.....	2	5
Manganês.....	24	27
Ferroligas.....	27	28
Alumina.....	15	-
Outros.....	10	16
Peças de reposição e manutenção.....	128	137
	<b>292</b>	<b>323</b>

## 9 Imobilizado

### a) Por área de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2002			Em 31 de dezembro de 2001		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
<b>Ferrosos</b>						
Ferrosos - Sistema Sul						
Mineração.....	728	318	410	1.000	460	540
Ferrovia.....	646	308	338	935	463	472
Porto.....	99	60	39	194	92	102
	<b>1.473</b>	<b>686</b>	<b>787</b>	<b>2.129</b>	<b>1.015</b>	<b>1.114</b>
Ferrosos - Sistema Norte						
Mineração.....	483	208	275	678	308	370
Ferrovia.....	727	292	435	1.075	408	667
Porto.....	139	65	74	202	97	105
	<b>1.349</b>	<b>565</b>	<b>784</b>	<b>1.955</b>	<b>813</b>	<b>1.142</b>
Pelotização.....	283	76	207	198	108	90
Ferroligas.....	171	96	75	206	106	100
Energia.....	58	6	52	82	6	76
Imobilizado em curso.....	406	-	406	569	-	569
	<b>3.740</b>	<b>1.429</b>	<b>2.311</b>	<b>5.139</b>	<b>2.048</b>	<b>3.091</b>
<b>Não-ferrosos</b>						
Potássio.....	39	15	24	50	17	33
Ouro.....	119	100	19	256	167	89
Caulim.....	71	17	54	96	21	75
Pesquisas e projetos.....	63	48	15	17	9	8
Imobilizado em curso.....	288	-	288	90	-	90
	<b>580</b>	<b>180</b>	<b>400</b>	<b>509</b>	<b>214</b>	<b>295</b>
<b>Logística</b>						
Carga geral.....	232	109	123	353	179	174
Transporte marítimo.....	10	8	2	238	130	108
Imobilizado em curso.....	19	-	19	23	-	23
	<b>261</b>	<b>117</b>	<b>144</b>	<b>614</b>	<b>309</b>	<b>305</b>
<b>Participações</b>						
Alumínio.....	248	55	193	-	-	-
Outros.....	12	2	10	72	20	52
Imobilizado em curso.....	204	-	204	45	-	45
	<b>464</b>	<b>57</b>	<b>407</b>	<b>117</b>	<b>20</b>	<b>97</b>
<b>Corporação</b>						
Corporação.....	35	13	22	40	17	23
Imobilizado em curso.....	13	-	13	2	-	2
	<b>48</b>	<b>13</b>	<b>35</b>	<b>42</b>	<b>17</b>	<b>25</b>
<b>Total.....</b>	<b>5.093</b>	<b>1.796</b>	<b>3.297</b>	<b>6.421</b>	<b>2.608</b>	<b>3.813</b>

### b) Por tipo de ativos:

	Em 31 de dezembro de 2002			Em 31 de dezembro de 2001		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e edificações.....	489	188	301	678	255	423
Instalações.....	1.448	590	858	1.415	775	640
Equipamentos.....	391	196	195	673	306	367
Embarcações.....	8	5	3	235	127	108
Ferrovias.....	1.258	568	690	1.675	729	946
Custo de desenvolvimento das minas.....	193	53	140	302	77	225
Outros.....	376	196	180	714	339	375
	<b>4.163</b>	<b>1.796</b>	<b>2.367</b>	<b>5.692</b>	<b>2.608</b>	<b>3.084</b>
Imobilizado em curso.....	930	-	930	729	-	729
<b>Total.....</b>	<b>5.093</b>	<b>1.796</b>	<b>3.297</b>	<b>6.421</b>	<b>2.608</b>	<b>3.813</b>

Perdas em alienação de imobilizado totalizam \$ 62, \$ 79 e \$ 47 em 2002, 2001 e 2000, respectivamente. As alienações referem-se, principalmente, à desvalorização das minas de ouro, a caminhões, a locomotivas e a outros equipamentos e a venda de navios que foram substituídos no curso normal dos negócios.

Em 2002, vendemos parte dos ativos florestais, da nossa controlada Florestas Rio Doce S.A, por \$ 59 e registramos como consequência um ganho de \$ 49.

**c) Projetos hidrelétricos:**

Participamos de diversos consórcios de Usinas Hidrelétricas, já em operação ou em construção. Temos participações distintas e somos responsáveis, na proporção direta da nossa participação nos mesmos, por certa parcela dos custos de construção e operação, gerando por conseguinte direito a uma cota da energia produzida.

A situação destes projetos em 31 de dezembro é como segue:

<b>Projeto</b>	<b>Data de término / Previsão de término</b>	<b>Nossa participação %</b>	<b>Usinas em operação</b>	<b>Nossa participação nas usinas em operação</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Usinas em construção</b>	<b>Nossa parcela nas usinas em construção</b>
Igarapava.....	setembro, 1999	38.1	110	42	5	-	-
Porto Estrela.....	novembro, 2001	33.3	48	16	1	-	-
Funil.....	janeiro, 2003	51.0	-	-	-	65	33
Candongá.....	novembro, 2003	50.0	-	-	-	38	19
Aimorés.....	dezembro, 2003	51.0	-	-	-	94	48
Capim Branco I.....	fevereiro, 2006	48.4	-	-	-	2	1
Capim Branco II.....	junho, 2006	48.4	-	-	-	4	2
Foz do Chapecó.....	julho, 2007	40.0	-	-	-	3	1
Santa Isabel.....	agosto, 2007	43.9	-	-	-	-	-
Estreito.....	julho, 2007	30.0	-	-	-	-	-

Receitas e despesas relacionadas aos projetos já em operação são imateriais.

Em 31 de dezembro

	Participação no capital (%)		(1) Patrimônio líquido	2002 (1) Lucro (prejuízo) líquido do período	Investimentos		Equivalência patrimonial		
					2002	2001	2002	2001	2000
					votante	total			
<b>Investimento em coligadas e joint ventures</b>									
<b>Siderurgia</b>									
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (2) .....	22,99	11,46	-	(131)	-	32	(15)	-	7
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (3).....	-	-	-	-	-	-	-	9	13
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST (4).....	20,51	22,85	118	84	27	18	19	(1)	22
California Steel Industries Inc. - CSI .....	50,00	50,00	213	37	107	98	19	(3)	17
<b>Papel e celulose</b>									
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA (3).....	-	-	-	-	-	-	-	9	66
Bahia-Sul Celulose S.A. - BSC (3).....	-	-	-	-	-	-	-	2	42
<b>Alumínio e bauxita</b>									
Mineração Rio do Norte S.A. - MRN.....	40,00	40,00	405	94	162	154	38	32	36
Valesul Alumínio S.A. - VALESUL.....	54,51	54,51	72	25	39	51	14	11	12
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (6).....	62,09	57,03	-	(51)	-	89	(23)	(6)	11
<b>Minério de Ferro e Pelotas</b>									
Caemi Mineração e Metalurgia S.A. (7).....	50,00	16,85	457	(83)	77	289	(100)	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	51,11	51,00	23	7	12	16	4	(2)	11
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS.....	51,00	50,89	27	10	14	18	5	5	9
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO .....	50,00	50,00	-	(31)	-	2	(2)	(8)	2
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	51,00	50,90	17	9	9	13	5	4	7
Gulf Industrial Investment Company - GIIC.....	50,00	50,00	73	10	37	38	5	(17)	1
Samarco Mineração S.A. ....	50,00	50,00	307	56	184	258	28	11	8
<b>Outros</b>									
Fertilizantes Fosfatados S.A. - FOSFERTIL (5).....	10,96	11,12	227	73	25	29	8	5	5
Salobo Metais S.A (6).....	100,00	100,00	-	-	-	22	-	-	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - FCA.....	20,00	45,65	-	-	-	-	-	(95)	(30)
Outros (8).....	-	-	-	-	35	84	(33)	(5)	21
					<b>728</b>	<b>1.211</b>	<b>(28)</b>	<b>(49)</b>	<b>260</b>
<b>Investimentos ao custo</b>									
SIDERAR (valor de mercado \$ 30 em 2002 - \$ 11 em 2001).....	4,85	4,85	-	-	30	15	-	-	-
Ganhos não realizados em participações.....	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	1	5	-	-	-
					<b>759</b>	<b>1.227</b>	<b>(28)</b>	<b>(49)</b>	<b>260</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>									
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS.....							10	4	66
Companhia Ferroviária do Nordeste .....							(3)	(8)	(4)
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....							(14)	-	-
Ferrobarragem - Ferrovias Bandeirantes S.A. ....							(1)	-	-
Ferrovias Centro-Atlântica S.A. - FCA.....							(42)	-	-
MRS Logística S.A.....							(7)	-	-
CSN Aceros.....							(2)	-	-
							<b>(59)</b>	<b>(4)</b>	<b>62</b>
<b>TOTAL</b>							<b>(87)</b>	<b>(53)</b>	<b>322</b>

(1) Baseado nas demonstrações contábeis em US GAAP.

(2) O valor baseado no de mercado em 31 de dezembro de 2002 é de \$ 46 comparado com o valor líquido contabilizado de \$ 0.

(3) Investimentos vendidos em 2001.

(4) O valor baseado no de mercado em 31 de dezembro de 2002 é de \$ 130 comparado com o valor líquido contabilizado de \$ 27.

(5) O valor baseado no de mercado em 31 de dezembro de 2002 é de \$ 33 comparado com o valor líquido contabilizado de \$ 25.

(6) Alunorte e Salobo Metais S.A estão consolidadas em 31 de dezembro de 2002, depois da aquisição de seu controle.

(7) O valor baseado no de mercado em 31 de dezembro de 2002 é de \$ 97 comparado com o valor líquido contabilizado de \$ 77, também inclui \$ 86 de baixa de amortização de ágio em 30 de setembro de 2002.

(8) Incluem perdas da MRS Logística de 2002 e outros relacionados de \$ 20.



O ágio incluído nos investimentos acima estão descritos como segue:

<b>Investida</b>	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. ....	-	24
Samarco Mineração S.A. ....	30	41
Caemi Mineração e Metalurgia S.A. ....	-	223
	<b>30</b>	<b>288</b>

Baseado na revisão de nossas expectativas de rentabilidade e outros fatores econômicos, amortizamos todo o ágio remanescente relativo à FCA e GIIC em 2001. O ágio referente à Caemi foi baixado em setembro de 2002 porque o valor de mercado para este investimento ficou abaixo do seu valor de aquisição, por um período superior a nove meses.

As informações com relação à posição financeira e os resultados das operações de outras coligadas significativas são as seguintes:

	<b>Em 31 de dezembro</b>					
	<b>ALUNORTE</b>		<b>ALBRAS</b>		<b>MRN</b>	
	<b>Em 30 de junho 2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>Balço patrimonial</b>						
Ativo circulante.....	85	159	158	158	51	55
Outros ativos.....	497	509	370	510	504	425
Passivo circulante.....	(84)	(95)	(197)	(219)	(45)	(35)
Exigível a longo prazo.....	(413)	(431)	(333)	(463)	(105)	(59)
Patrimônio líquido.....	<b>85</b>	<b>142</b>	<b>(2)</b>	<b>(14)</b>	<b>405</b>	<b>386</b>
Nossa participação.....	57,58%	45,58%	51,00%	51,00%	40,00%	40,00%
Investimentos.....	<b>49</b>	<b>65</b>	<b>(1)</b>	<b>(7)</b>	<b>162</b>	<b>154</b>

	<b>Exercícios findos em 31 de dezembro</b>								
	<b>ALUNORTE</b>			<b>ALBRAS</b>			<b>MRN</b>		
	<b>2002<sup>(*)</sup></b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
<b>Demonstração de resultado</b>									
Receitas operacionais, líquidas..	138	294	322	529	472	551	173	211	217
Despesas e custo operacionais...	(189)	(302)	(327)	(561)	(429)	(452)	(68)	(121)	(109)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda .....	(51)	(8)	(5)	(32)	43	99	105	90	108
Imposto de renda.....	-	(5)	28	52	(35)	30	(11)	(9)	(17)
Lucro (prejuízo) líquido do período.....	<b>(51)</b>	<b>(13)</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>129</b>	<b>94</b>	<b>81</b>	<b>91</b>
Nossa participação.....	44,96%	45,58%	49,29%	51,00%	51,00%	51,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Participação no resultado.....	(23)	(6)	11	10	4	66	38	32	36
Varição na provisão para perdas...	-	-	-	(10)	(4)	(66)	-	-	-
Equivalência patrimonial.....	<b>(23)</b>	<b>(6)</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>32</b>	<b>36</b>

(\*) Semestre findo em 30 de junho de 2002.

O resultado financeiro e operacional de nossas coligadas do segmento siderúrgico não são mais significativos para fins das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões para perdas em investimentos de \$ 27 e \$ 9 em 31 de dezembro de 2002 e 2001,

respectivamente, referem-se a perdas temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado da nossa participação nos investimentos em coligadas, as quais têm apresentado patrimônio líquido negativo em suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com os US GAAP, e, em alguns casos, assumimos compromisso de financiar nossa participação nessas perdas acumuladas, se necessário, através de contribuições adicionais de capital ou outros meios. Assim sendo (a) primeiro reduzimos o valor do investimento a zero e (b) subseqüentemente provisionamos nossa parcela de participação sobre o patrimônio líquido negativo do investimento. As provisões compõem-se como segue:

	<b>KOBRASCO</b>	<b>FCA</b>	<b>CFN</b>	<b>Albras</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisão em 1º de janeiro de 2001.....</b>	-	-	(6)	(15)	-	(21)
Variação na provisão - resultado.....	-	-	(8)	4	-	(4)
	-	-	(14)	(11)	-	(25)
Aumento de capital.....	-	-	10	-	-	10
Ajuste de tradução.....	-	-	2	4	-	6
<b>Provisão em 31 de dezembro de 2001...</b>	-	-	(2)	(7)	-	(9)
Provisão para perdas adicional.....	(14)	(42)	(3)	10	(10)	(59)
	(14)	(42)	(5)	3	(10)	(68)
Aumento de capital.....	-	42	5	-	-	47
Ajuste de tradução.....	(2)	-	-	(4)	-	(6)
<b>Provisão em 31 de dezembro de 2002...</b>	<b>(16)</b>	-	-	<b>(1)</b>	<b>(10)</b>	<b>(27)</b>

Nossa participação na Alunorte (45,58% em 31 de dezembro de 2001) mudou diversas vezes durante os períodos apresentados, porém não consolidamos esta investida em nossas demonstrações contábeis devido à expectativa de natureza temporária deste aumento de participação (até que adquirimos o controle em junho de 2002).

A movimentação na conta de investimento e sua respectiva provisão para perdas até o semestre findo em 30 de junho de 2002, são a seguinte:

	Total de ações da Alunorte (em milhares)	Ações da Alunorte de propriedade da CVRD			
		(em milhares)	Investimento	Ágio	Líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 1999.....</b>	<b>598.184</b>	<b>443.033</b>	<b>27</b>	<b>78</b>	<b>105</b>
Venda da participação em janeiro de 2000.....	598.184	(124.491)	(7)	(48)	(55)
Mudanças nas participações - subscrição por outros acionistas.....	-	-	19	-	19
Aumento de capital.....	673.494	13.437	5	-	5
Participação no lucro líquido em 2000.....	-	-	11	-	11
Ajustes de tradução.....	-	-	(5)	-	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2000.....</b>	<b>673.494</b>	<b>331.979</b>	<b>50</b>	<b>30</b>	<b>80</b>
Aumento de capital.....	885.410	71.542	20	-	20
Mudanças nas participações - subscrição por outros acionistas.....	-	-	6	-	6
Participação no lucro líquido em 2001.....	-	-	(6)	-	(6)
Ágio amortizado.....	-	-	-	(1)	(1)
Ajustes de tradução.....	-	-	(5)	(5)	(10)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2001.....</b>	<b>885.410</b>	<b>403.521</b>	<b>65</b>	<b>24</b>	<b>89</b>
Aumento de capital.....	933.817	16.342	9	-	9
Compra de participação adicional.....	933.817	117.876	11	24	35
Mudanças nas participações - subscrição por outros acionistas.....	-	-	9	-	9
Participação no lucro líquido em 2002 (até 30 de junho de 2002).....	-	-	(32)	-	(32)
Ajustes de tradução.....	-	-	(13)	(4)	(17)
<b>Saldo em 30 de junho de 2002.....</b>	<b>933.817</b>	<b>537.739</b>	<b>49</b>	<b>44</b>	<b>93</b>

Em 14 de janeiro de 2000, participamos de uma operação estruturada com uma parte não relacionada para a venda conjunta de 20,81% do capital da Alunorte e participação de 8% do capital da MRN por um total de \$ 164, resultando num ganho líquido de \$ 54, registrado em "Outras Receitas Operacionais", como segue:

Valor contábil de 124.491 mil ações vendidas da Alunorte.....	(7)
Ágio amortizado.....	(48)
Valor contábil da participação de 8% da MRN.....	-
	<u>(55)</u>
Valor recebido	
Na transferência das ações da Alunorte.....	44
Na emissão e venda das Notas Perpétuas.....	120
Valor de mercado das Notas Perpétuas.....	(55)
<b>Ganho reconhecido na transação.....</b>	<b><u>54</u></b>

As Notas Perpétuas são conversíveis em 48 bilhões de ações preferenciais da coligada MRN (inicialmente equivalente a 8% do número total de ações da MRN detidas por nós). São devidos encargos sobre essas Notas no montante igual aos dividendos pagos sobre essas ações preferenciais a partir do exercício financeiro de 2000. As Notas podem ser resgatadas por opção da Companhia ou dos detentores das mesmas e a qualquer momento, pela transferência das ações preferenciais para os detentores das Notas, contanto que os direitos de preferência dos atuais acionistas da MRN tenham sido liberados ou expirados. O resgate por transferência dos ativos líquidos da MRN é obrigatório na ocorrência de certos eventos, tais como a liquidação ou fusão da MRN ou transferência dos ativos e passivos da MRN para um consórcio formado pelos seus acionistas para assumir as operações da MRN. Em caso de término antecipado, as Notas podem ser resgatadas, por opção dos seus detentores, em vez de transferência das ações, por um montante em dinheiro igual a \$ 48, acrescido do valor presente da média anual de dividendos declarados e pagos pela MRN nos últimos três anos imediatamente anteriores ao evento de término, multiplicado por 20 e descontados à taxa de 10% ao ano. Este último representa \$ 63 a valor de mercado em 31 de dezembro de 2002.

## 11 Empréstimos e financiamentos a curto prazo

Nossos empréstimos e financiamentos a curto prazo provêm principalmente de bancos comerciais e incluem financiamentos de importações e exportações contratados em dólares norte-americanos, como segue:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Exportação.....	163	498
Importação.....	-	1
Capital de giro.....	21	90
	<b><u>184</u></b>	<b><u>589</u></b>

As taxas médias anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos a curto prazo foram de 3,97%, 4,96% e 8,18% em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.

## Empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Em 31 de dezembro			
	Circulante		Longo prazo	
	2002	2001	2002	2001
Em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos contratados nas seguintes moedas:				
Dólares norte-americanos.....	431	192	1.034	1.104
Ienes japoneses.....	1	8	29	27
Outros.....	1	2	1	2
Notas de juros fixos - denominados em US\$.....	200	-	600	500
Securitização de exportações - denominados em US\$.....	25	-	275	300
Notas Perpétuas.....	-	-	63	55
Encargos decorridos.....	20	25	-	-
	<b>678</b>	<b>227</b>	<b>2.002</b>	<b>1.988</b>
Em moeda local				
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.....	8	28	22	9
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	14	21	85	31
Cesta de moedas.....	13	15	32	39
Debêntures emitidas aos acionistas (nota explicativa 3).....	-	-	3	3
Indexados em dólares norte-americanos.....	1	4	215	100
Encargos decorridos.....	3	1	-	-
	<b>39</b>	<b>69</b>	<b>357</b>	<b>182</b>
Total.....	<b>717</b>	<b>296</b>	<b>2.359</b>	<b>2.170</b>

As parcelas a longo prazo em 31 de dezembro de 2002 têm vencimento nos seguintes anos:

2004.....	819
2005.....	404
2006.....	299
2007.....	443
2008 em diante.....	331
Sem data de vencimento (Notas Perpétuas e Debêntures emitidas aos acionistas).....	63
	<b>2.359</b>

Em 31 de dezembro de 2002, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

Até 7%.....	1.682
7,1% até 9%.....	753
9,1% até 11%.....	517
Acima de 11%.....	61
Variáveis (Notas Perpétuas).....	63
	<b>3.076</b>

As variações relativas aos índices aplicados à dívida em cada exercício foram as seguintes:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (taxa efetiva).....	3,71	3,34	4,56
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	25,31	10,40	9,95
Dólares norte-americanos.....	52,27	18,70	9,30

A dívida a longo prazo em 31 de dezembro de 2001 está garantida ou assegurada da seguinte forma:

	<u>Valor da garantia</u>
Pelo Governo Federal originada antes de 1997 (para as quais constituímos contra-garantias).....	295
Por terceiros.....	28
Recebíveis de exportação (securitização).....	125
Navios.....	2

Em 8 de março de 2002, nossa controlada integral Vale Overseas Limited emitiu \$ 300 de Notas Garantidas a 8,625% vencíveis em 8 de março de 2007, com garantia irrestrita.

### 13 Patrimônio líquido

Cada detentor de ações ordinárias ou preferenciais classe A tem direito a um voto para cada ação quanto aos assuntos apresentados na assembléia geral, exceto para a eleição do Conselho de Administração, que é restrita aos detentores de ações ordinárias. Como descrito na nota explicativa 3, o Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia, que lhe confere direitos permanentes de veto sobre assuntos específicos.

Em 31 de dezembro de 2002, haviam sido adquiridas 4.719.651 ações que ficaram retidas em tesouraria para futura venda ou cancelamento, ao custo unitário médio de R\$ 27,80 (custo mínimo de R\$ 20,07 e máximo de R\$ 52,09).

Tanto os acionistas detentores de ações ordinárias quanto os de preferenciais gozam do direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, a ser aprovado na assembléia geral de acionistas. No caso dos acionistas preferenciais, este dividendo não poderá ser inferior a 6% do capital preferencial determinado pelo estatuto ou, se for maior, a 3% do valor patrimonial por ação. Com respeito aos anos de 2002, 2001 e 2000, distribuimos dividendos para acionistas preferenciais excedendo este limite. Os juros sobre o capital próprio a partir de 1º de janeiro de 1996 são considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos somente de lucros acumulados, como demonstrado nos registros contábeis pela legislação societária, sendo os pagamentos feitos em reais. Em 31 de dezembro de 2001, tínhamos lucros acumulados não distribuídos. Além disso, as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2001 incluem \$ 1.705 relativos às reservas de lucros a realizar e para expansão, que poderiam ter sido transferidas para lucros acumulados e pagas como dividendos, se aprovado pelos acionistas.

Nenhum imposto retido na fonte é devido sobre a distribuição de lucros auferidos a partir de 1º de janeiro de 1996, exceto para as distribuições em forma de juros sobre o capital próprio, conforme mencionado na nota explicativa 2 (m).

A legislação brasileira e nosso estatuto requerem que certas apropriações de lucros acumulados sejam feitas anualmente para as contas de reservas com base nos valores reconhecidos nos registros contábeis societários, conforme detalhamos abaixo:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Reservas de lucros			
Reserva de lucros a realizar			
Saldo em 1º de janeiro.....	548	874	1.062
Transferência para lucros acumulados.....	(337)	(326)	(188)
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>211</b>	<b>548</b>	<b>874</b>
Reserva de expansão			
Saldo em 1º de janeiro.....	1.667	1.546	1.367
Transferência (para) capital.....	-	(278)	-
Transferência de (para) lucros acumulados.....	(173)	399	179
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>1.494</b>	<b>1.667</b>	<b>1.546</b>
Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro.....	325	307	284
Transferência de (para) lucros acumulados.....	(84)	18	23
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>241</b>	<b>325</b>	<b>307</b>
Reserva de exaustão			
Saldo em 1º de janeiro.....	649	771	842
Transferência para capital.....	(212)	-	-
Transferência para lucros acumulados.....	(153)	(122)	(71)
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>284</b>	<b>649</b>	<b>771</b>
Reserva de incentivos fiscais			
Saldo em 1º de janeiro.....	23	39	12
Transferência para capital.....	(23)	(33)	-
Transferência de lucros acumulados.....	-	17	27
Saldo em 31 de dezembro.....	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>39</b>
Total das reservas de lucros.....	<b>2.230</b>	<b>3.212</b>	<b>3.537</b>

A finalidade e a base de apropriação para essas reservas estão descritas abaixo:

- Reserva de lucros a realizar - representa principalmente nossa participação no resultado da equivalência patrimonial em coligadas e *joint ventures*, ainda não recebidos como dividendos.
- Reserva de expansão - é uma reserva para a expansão das nossas atividades.
- Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital societário.
- Reserva de exaustão - reserva que representa um valor adicional relativo à exaustão da reserva mineral equivalente a 20% do preço de venda da produção das minas, sendo dedutível para fins fiscais desde que um valor equivalente seja transferido de lucros acumulados para esta reserva. Esse incentivo fiscal expirou em 1996.
- Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e é registrada no exercício seguinte àquele em que o lucro tributável foi auferido. A partir de 2000, esta reserva também contempla incentivos fiscais descritos na nota explicativa 5.

## 14 Planos de aposentadoria

Desde 1973, temos patrocinado um plano de pensão (“Plano de Benefício Definido - Plano Antigo”), cobrindo substancialmente todos os empregados, com benefícios baseados em tempo de serviço, salário e benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e nossos empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, implementamos um novo plano de pensão, que é essencialmente um plano de contribuição definida, com a característica de benefício definido relativo aos serviços anteriores a maio de 2000 (“Plano Misto de Benefícios - Vale Mais - Plano Novo”), e oferecemos aos nossos empregados ativos a oportunidade de transferência para o Plano Novo. Mais de 98% de nossos empregados ativos optaram pela transferência para o Plano Novo. O Plano Antigo continuará existindo, cobrindo quase exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

As informações abaixo detalham o *status* dos elementos de benefício definido dos nossos planos, de acordo com o SFAS 132 – “Employers’ Disclosure about Pensions and Other Post-retirement Benefits”:

### (a) Variação no benefício obrigatório

	Em 31 de dezembro	
	2002	2001
Benefícios obrigatórios no início do ano.....	1.388	1.596
Custo do serviço.....	2	2
Custo de juros.....	120	180
Benefícios pagos.....	(94)	(88)
Efeitos de variações cambiais.....	(288)	(354)
Perda atuarial.....	180	52
Benefícios obrigatórios no final do ano.....	<u>1.308</u>	<u>1.388</u>

### (b) Variação nos ativos do plano

	Em 31 de dezembro	
	2002	2001
Valor de mercado dos ativos do plano no início do ano.....	1.374	1.189
Retorno efetivo sobre os ativos do plano.....	277	220
Contribuições dos empregadores (em 2001, inclui contribuição especial em ações da CSN no valor de R\$ 249).....	12	266
Benefícios pagos.....	(94)	(88)
Efeitos de variações cambiais.....	(284)	(213)
Valor de mercado dos ativos do plano no final do ano.....	<u>1.285</u>	<u>1.374</u>

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2002 incluem na carteira de investimentos \$ 102 de nossas próprias ações (\$ 83 em 31 de dezembro de 2001) e \$ 8 em ações de partes relacionadas (\$ 12 em 31 de dezembro de 2001), bem como \$ 387 em Títulos do Governo Federal (\$ 551 em 31 de dezembro de 2001).

### (c) Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente)

	Em 31 de dezembro	
	2002	2001
Benefício obrigatório em excesso aos ativos do plano.....	23	14
Obrigação transitória líquida não reconhecida.....	(65)	(94)
Perda atuarial líquida não reconhecida.....	(37)	(19)
Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente).....	<u>(79)</u>	<u>(99)</u>



(d) **Premissas usadas em cada exercício (expressas em valores nominais)**

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Taxa de desconto.....	11,30% a.a	11,30% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	11,30% a.a	11,30% a.a.
Taxa de aumento de salários e encargos - até 47 anos.....	6,91% a.a	6,82% a.a.

Custo líquido de aposentadoria inclui os seguintes componentes:

	<u>Em 31 de dezembro</u>		
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Custo do serviço - benefícios adquiridos no período.....	2	2	10
Custo de juros sobre o benefício obrigatório projetado.....	120	180	171
Retorno efetivo sobre os ativos do plano.....	(277)	(220)	(128)
Amortização da obrigação transitória inicial.....	9	12	15
Diferimento líquido.....	157	58	(22)
	<u>11</u>	<u>32</u>	<u>46</u>
Contribuições de empregados.....	-	-	(5)
Custo de aposentadoria líquido.....	<u>11</u>	<u>32</u>	<u>41</u>

Além dos benefícios estabelecidos nos termos do nosso plano de aposentadoria, foram constituídas provisões com relação a benefícios suplementares concedidos em anos anteriores como parte de programas de incentivo à aposentadoria antecipada. Tais provisões, incluídas no passivo a longo prazo, totalizaram \$ 141 e \$ 173, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, respectivamente, mais \$ 23 e \$ 28, classificados no passivo circulante.

O custo reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2001 e 2000, relativo à contribuição definida para o Plano Novo, foi de \$ 5, \$ 5 e \$ 3, respectivamente.

**15 Compromissos e contingências**

- (a) Em 31 de dezembro de 2002, concedemos garantias para empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* no valor de \$ 516, dos quais \$ 405 são denominados em dólares norte-americanos e os demais \$ 111 em reais, como segue:

<u>Coligadas ou <i>joint venture</i></u>	<u>Valor da garantia</u>	<u>Moeda corrente</u>	<u>Propósito</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Contra-garantias</u>
ALBRAS.....	302	US\$	garantia de dívida	2007	Nenhuma
	44	R\$	garantia de dívida	2010	Nenhuma
FCA.....	51	US\$	garantia de dívida	2009	Nenhuma
	62	R\$	garantia de dívida	2012	Nenhuma
KOBRASCO.....	13	US\$	garantia de dívida	2003	Nenhuma
SEPETIBA TECON.....	19	US\$	garantia de dívida	2005	Nenhuma
	4	R\$	garantia de dívida	2012	Nenhuma
SAMARCO.....	14	US\$	garantia de dívida	2020	Nenhuma
VALESUL.....	1	R\$	garantia de dívida	2006	Nenhuma
NIBRASCO.....	6	US\$	garantia de dívida	2004	Penhora de bens

Temos a expectativa de que tais garantias não resultarão em perdas. Não cobramos encargos pela concessão dessas garantias, exceto nos casos da Albras e da Samarco.

- (b) A Companhia e suas controladas respondem a diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios. Com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos, a Administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir prováveis perdas relacionadas a esses processos.

A composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais registrados é a seguinte:

	<b>Em 31 de dezembro</b>			
	<b>2002</b>		<b>2001</b>	
	<b>Provisão para contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão para contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
Reclamações trabalhistas .....	109	52	147	50
Reclamações cíveis.....	95	32	123	53
Tributárias .....	220	153	177	131
Outras.....	4	2	5	1
Longo prazo.....	<b>428</b>	<b>239</b>	<b>452</b>	<b>235</b>

Reclamações trabalhistas – as ações relacionadas consistem principalmente em reclamações de empregados por (i) pagamento das horas em viagem por deslocamento de suas residências para o local de trabalho, (ii) pagamentos adicionais por alegações de periculosidade e insalubridade em condições de trabalho e (iii) vários outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

Principais ações cíveis estão relacionadas a reclamações feitas por contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos governamentais econômicos passados. Durante este período a completa indexação destes contratos por inflação não era permitida.

Tributárias – as ações relacionadas abrangem principalmente questionamentos sobre a base de cálculo e percentual sobre a receita e o imposto sobre movimentação financeira – CPMF.

Continuamos vigorosamente perseguindo nossos interesses em todas as ações acima, mas reconhecemos que provavelmente incorreremos em perdas em última instância, as quais provisionamos.

Nossos depósitos judiciais foram efetuados de acordo com requisição judicial, a fim de estarmos aptos a entrar ou continuar com a ação legal. Quando o julgamento é favorável, recebemos os depósitos de volta; quando desfavorável, os depósitos são entregues definitivamente ao litigante.

As contingências baixadas em 2002, 2001 e 2000 totalizaram \$ 178, \$ 6 e \$ 36, respectivamente, enquanto as adições montaram \$ 264, \$ 79 e \$ 101 nestes anos, respectivamente.

- (c) Estamos envolvidos em duas ações judiciais movidas pelo Município de Itabira, em Minas Gerais, que pleiteia substancial compensação por danos causados ao município. Acreditamos que ambas as causas carecem de mérito e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.
- (d) Estamos compromissados, por um contrato de *take-or-pay*, a adquirir aproximadamente 207.660 toneladas de alumínio por ano da Albras a preços de mercado. Essa estimativa é baseada em 51% da produção estimada da Albras, a um preço de mercado de \$ 1.348,00 por tonelada em 31 de dezembro de 2002, representando um compromisso anual de \$ 279. A retirada (*take*) efetiva da Albras foi de \$ 257, \$ 220 e \$ 242 em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.
- (e) Celebramos um contrato com o BNDES, conhecido como Contrato de Risco Mineral, em março de 1997, com relação às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinadas jazidas minerais inexploradas em aproximadamente 2 milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, bem como a participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. As jazidas de minério de ferro e manganês já identificadas e sujeitas a desenvolvimento foram especificamente excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Em conformidade com o Contrato de Risco Mineral, tanto a Companhia quanto o BNDES concordam em disponibilizar \$ 205, o que representa metade dos \$ 410 de gastos estimados como sendo necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de recursos minerais na região durante um período de cinco anos. Sob determinadas circunstâncias, esse período poderá ser prorrogado por mais dois anos. Supervisionaremos esses projetos, e o BNDES nos adiantará metade de nossos custos em bases trimestrais. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2002, tanto a Companhia quanto o BNDES tinham, individualmente, compromissos remanescentes para que contribuíssem com um valor adicional de \$ 54 destinados a atividades de exploração e desenvolvimento. Caso qualquer um deseje

realizar outras atividades de exploração e desenvolvimento após ter despendido esses \$ 205, o contrato prevê que cada uma das partes poderá optar por igualar as contribuições da outra, ou então optar por ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no projeto for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido com relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá (1) todos os direitos e benefícios previstos no Contrato de Risco Mineral e (2) qualquer valor anteriormente contribuído em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES acordou em nos compensar, por nossa contribuição no que se refere aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio de um *royalty* de produção como comissão de agente promotor sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de agente promotor é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de metais do grupo do ouro, prata e platina e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, salvo no que diz respeito ao ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

- (f) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo brasileiro. Os prazos das debêntures, que são descritos abaixo, foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Ao preparar a emissão das debêntures, emitimos ações preferenciais classe B em bases de permuta de uma por uma a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A. Em seguida, permutamos a totalidade das ações classe B por debêntures. As debêntures não são resgatáveis nem conversíveis, e não são negociáveis na forma *stapled* ("negociação casada"), nem de outra forma com as nossas ações ordinárias ou preferenciais. Durante 2002, registramos as debêntures junto à CVM a fim de permitir sua negociação nesta ocasião.

De acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil, os acionistas pré-privatização que detinham suas ações por meio de nosso programa de Recibos de Depósitos Americanos, ou ADR, ou investidores institucionais que mantiveram suas ações através do regulamento nº 1.298/87 do Banco Central do Brasil, não foram autorizados a receber debêntures ou quaisquer benefícios financeiros relacionados aos mesmos. Solicitamos a aprovação do Banco Central para distribuir as debêntures para estes investidores, mas o Banco Central recusou nossa solicitação. Pretendemos renovar nossa solicitação ao Banco Central, mas não há nenhuma garantia de obter sucesso. Portanto, a menos que o Banco Central aprove nossa solicitação, as debêntures não terão qualquer valor para os detentores de ADRs e investidores estrangeiros através do anexo V.

De acordo com os termos das debêntures, os detentores terão o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas, deduzidos impostos sobre o valor agregado) de determinados recursos minerais identificados que possuíamos em maio de 1997, na medida em que superamos os volumes de produção dos patamares definidos destes recursos, e da venda dos direitos de exploração mineral que possuíamos em maio de 1997. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos detentores cessará quando os recursos minerais pertinentes estiverem esgotados no período em que for requerida devolução do valor original, acrescido dos juros incorridos. Com base nos níveis atuais de produção os pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004 e de minério de ferro em aproximadamente 2020 para o Sistema Norte e 2030 para o Sistema Sul, e os pagamentos referentes a outros recursos minerais para o final desta década.

A tabela abaixo resume os valores que seremos obrigados a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas que obtivermos dos recursos minerais identificados e da venda de direitos de exploração mineral.

<u>Área</u>	<u>Mineral</u>	<u>Pagamentos exigidos da Companhia</u>
Sistema Sul	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,7 bilhão de toneladas
Sistema Norte	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,2 bilhão de toneladas
Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida do início da comercialização correspondente a nossa parcela de juros em 15 de abril de 1997.
Igarapé Bahia e Alemão	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 70 toneladas de ouro
Fazenda Brasileiro	Ouro	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 26 toneladas
Outras áreas, excluindo Carajás / Serra Leste	Ouro	2,5% da receita líquida
Outras áreas de propriedade em maio de 1997	Outros minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início da comercialização
Todas as áreas	Venda de direitos de exploração mineral de propriedade em maio de 1997	1% do preço das vendas

- (g) Em 31 de dezembro de 2002, temos provisionados \$ 15 referentes a passivos ambientais. Essa provisão está relacionada à restauração das minas exauridas ou que estão na expectativa de serem exauridas nos próximos dois anos.

Utilizamos diversos julgamentos e hipóteses quando mensuramos nosso passivo ambiental. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar nossa estimativa e periodicamente revisaremos o montante provisionado e ajustaremos se necessário. Nossa provisão não reflete direitos não-reivindicados porque não somos permanentemente informados sobre isso. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

## 16 Informações por segmentos e destinação geográfica

Em 1999, adotamos o SFAS 131 - “*Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*” para as informações sobre nossos segmentos operacionais. O SFAS 131 introduziu um conceito de “*management approach*” nas informações por segmento reportado, pelo qual as informações financeiras devem ser apresentadas nas bases internas utilizadas pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. As nossas áreas de negócios estão atualmente organizadas como segue:

Ferrosos – compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte e do Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculadas a estas operações com produtos próprios. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Não-ferrosos – inclui a produção de ouro e outros minerais não-ferrosos.

Logística – compreende nosso sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços: de transporte ferroviário, portuários e de navegação.

Participações – dividem-se nos segmentos de:

- Celulose e papel – até 2001 compreendia nossas atividades florestais e investimentos em *joint ventures* e coligadas empenhadas na manufatura de produtos de celulose e papel. Em 2001, vendemos a maioria dos nossos investimentos do segmento de celulose e papel e desde então não o consideramos mais um dos nossos negócios mais importantes.
- Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio e investimentos em controladoras, *joint ventures* e coligadas produtoras de bauxita, alumina e alumínio.
- Siderurgia – compreende nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas em siderúrgicas.
- Outros – compreende nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas em outros negócios.

Em 2002, começamos a alocar nossos custos do Centro Corporativo por segmento. As informações de 2001 e 2000 foram reclassificadas a fim de possibilitar uma análise comparativa.

As informações apresentadas à Alta Administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com a legislação brasileira, com algumas realocações entre os segmentos.

A receita líquida consolidada e os principais ativos estão reconciliados como segue:

	<b>2002</b>							
	Não-		Participações					
	Ferrosos	ferrosos	Logística	Alumínio <sup>(1)</sup>	Siderurgia	Outros	Eliminações	Consolidado
<b>Resultado</b>								
Receita mercado externo.....	4.200	143	41	387	-	-	(1.843)	2.928
Receita mercado interno.....	996	96	374	75	-	3	(190)	1.354
Custos e despesas.....	(3.773)	(225)	(244)	(426)	(22)	29	2.033	(2.628)
Depreciação, amortização e exaustão.....	(170)	(25)	(14)	(4)	-	(1)	-	(214)
Fundo de pensão.....	(9)	(1)	(1)	-	-	-	-	(11)
Resultado operacional.....	1.244	(12)	156	32	(22)	31	-	1.429
Receita financeira.....	193	1	11	11	3	1	(93)	127
Despesa financeira.....	(433)	(6)	(5)	(15)	(9)	-	93	(375)
Ganhos (perdas) cambial e monetário, líquida.....	(442)	(36)	(18)	(85)	-	1	-	(580)
Equivalência patrimonial.....	(65)	-	(83)	39	22	-	-	(87)
Imposto de renda.....	145	-	(8)	22	-	(10)	-	149
Participação minoritária.....	2	(6)	-	21	-	-	-	17
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>644</b>	<b>(59)</b>	<b>53</b>	<b>25</b>	<b>(6)</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>680</b>
<b>Vendas classificadas por destinação geográfica</b>								
<b>Mercado externo</b>								
América Latina.....	392	-	25	27	-	-	(207)	237
Estados Unidos.....	340	35	3	10	-	-	(190)	198
Europa.....	1.799	100	9	318	-	-	(734)	1.492
Oriente Médio.....	239	-	-	-	-	-	(46)	193
Japão.....	488	3	1	11	-	-	(228)	275
Ásia, exceto Japão.....	942	5	3	21	-	-	(438)	533
	<b>4.200</b>	<b>143</b>	<b>41</b>	<b>387</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.843)</b>	<b>2.928</b>
<b>Mercado interno.....</b>	<b>996</b>	<b>96</b>	<b>374</b>	<b>75</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>(190)</b>	<b>1.354</b>
	<b>5.196</b>	<b>239</b>	<b>415</b>	<b>462</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>(2.033)</b>	<b>4.282</b>
<b>Ativos</b>								
Imobilizado líquido.....	2.346	400	144	383	-	24	-	3.297
Gastos capitalizados.....	524	132	33	63	-	14	-	766
Investimentos em coligadas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos, líquidos de provisão para perdas.....	395	-	(27)	201	133	30	-	732
<b>Capital empregado.....</b>	<b>2.364</b>	<b>119</b>	<b>161</b>	<b>209</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>2.877</b>

(1) O controle da Alunorte foi adquirido em junho de 2002 e consolidado a partir de então.

**Resultado operacional por produto – após eliminação**

2002

	Receitas			Custos e despesas	Líquido	Baixa de ativos, depreciação, exaustão e amortização	Fundo de pensão	Resultado operacional
	Externas	Internas	Total					
<b>Ferrosos</b>								
Minério de ferro.....	1.642	505	2.147	(966)	1.181	(92)	(7)	1.082
Pelotas.....	530	143	673	(565)	108	(5)	(2)	101
Manganês.....	24	12	36	(25)	11	(6)	-	5
Ferroligas.....	176	71	247	(183)	64	(5)	-	59
	<b>2.372</b>	<b>731</b>	<b>3.103</b>	<b>(1.739)</b>	<b>1.364</b>	<b>(108)</b>	<b>(9)</b>	<b>1.247</b>
<b>Não-ferrosos</b>								
Ouro.....	103	-	103	(85)	18	(50)	(1)	(33)
Potássio.....	-	91	91	(55)	36	(4)	-	32
Caulim.....	40	5	45	(28)	17	(2)	-	15
	<b>143</b>	<b>96</b>	<b>239</b>	<b>(168)</b>	<b>71</b>	<b>(56)</b>	<b>(1)</b>	<b>14</b>
<b>Alumínio</b>								
Alumina.....	85	74	159	(123)	36	(4)	-	32
Alumínio.....	279	1	280	(254)	26	-	-	26
Bauxita.....	23	-	23	(22)	1	-	-	1
	<b>387</b>	<b>75</b>	<b>462</b>	<b>(399)</b>	<b>63</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>59</b>
<b>Logística</b>								
Ferrovias.....	-	286	286	(62)	224	(95)	(1)	128
Portos.....	-	107	107	(78)	29	(7)	-	22
Navios.....	26	39	65	(72)	(7)	(13)	-	(20)
	<b>26</b>	<b>432</b>	<b>458</b>	<b>(212)</b>	<b>246</b>	<b>(115)</b>	<b>(1)</b>	<b>130</b>
Outros.....	-	20	20	(89)	(69)	48	-	(21)
	<b>2.928</b>	<b>1.354</b>	<b>4.282</b>	<b>(2.607)</b>	<b>1.675</b>	<b>(235)</b>	<b>(11)</b>	<b>1.429</b>

**OBS.:** Custos e despesas incluem provisão para contingências de \$ 53.

	Participações							Consolidado	
	Ferrosos	Não-ferrosos	Logística	Celulose e papel	Alumínio	Siderurgia	Outras		Eliminações
<b>Resultado</b>									
Receita mercado externo.....	3.558	173	147	47	283	-	-	(1.414)	2.794
Receita mercado interno.....	1.083	78	344	8	1	-	-	(231)	1.283
Custos e despesas.....	(3.632)	(176)	(412)	(50)	(259)	13	-	1.645	(2.871)
Depreciação, amortização e exaustão.....	(167)	(17)	(26)	(2)	-	-	-	-	(212)
Fundo de pensão.....	(27)	(3)	(2)	-	-	-	-	-	(32)
Resultado operacional.....	815	55	51	3	25	13	-	-	962
Receita financeira.....	169	1	11	3	7	3	-	(59)	135
Despesa financeira.....	(368)	(10)	(11)	-	(1)	(4)	-	59	(335)
Ganhos (perdas) cambial e monetário, líquido.....	(396)	(21)	(10)	1	-	-	-	-	(426)
Ganho na venda de investimentos.....	-	-	-	677	-	107	-	-	784
Equivalência patrimonial e provisão para perdas.....	(3)	1	(114)	13	41	5	4	-	(53)
Participação minoritária.....	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Imposto de renda.....	220	-	(3)	-	1	-	-	-	218
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>439</b>	<b>26</b>	<b>(76)</b>	<b>697</b>	<b>73</b>	<b>124</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>1.287</b>
<b>Vendas classificadas por destinação geográfica</b>									
<b>Mercado externo</b>									
América Latina.....	238	-	65	-	9	-	-	(118)	194
Estados Unidos.....	247	139	21	47	73	-	-	(112)	415
Europa.....	1.469	33	44	-	173	-	-	(635)	1.084
Oriente Médio.....	216	-	4	-	-	-	-	(20)	200
Japão.....	525	-	10	-	12	-	-	(155)	392
Ásia, exceto Japão.....	863	1	3	-	16	-	-	(374)	509
	<b>3.558</b>	<b>173</b>	<b>147</b>	<b>47</b>	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.414)</b>	<b>2.794</b>
Mercado interno.....	1.083	78	344	8	1	-	-	(231)	1.283
	<b>4.641</b>	<b>251</b>	<b>491</b>	<b>55</b>	<b>284</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.645)</b>	<b>4.077</b>
<b>Ativos</b>									
Imobilizado líquido.....	3.171	240	305	90	-	-	7	-	3.813
Gastos capitalizados.....	508	40	25	22	-	-	-	-	595
Investimentos em coligadas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos, líquidos de provisão para perdas..	673	29	34	-	287	159	36	-	1.218
<b>Capital empregado.....</b>	<b>2.976</b>	<b>249</b>	<b>313</b>	<b>50</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>3.630</b>

Resultado operacional por produto – após eliminação

2001

	Receitas			Custos e despesas	Líquido	Baixa de ativos, depreciação, exaustão e amortização	Fundo de pensão	Resultado operacional
	Externas	Internas	Total					
<b>Ferrosos</b>								
Minério de ferro..	1.529	474	2.003	(991)	1.012	(286)	(17)	709
Pelotas.....	474	123	597	(451)	146	(102)	(10)	34
Manganês.....	50	7	57	(43)	14	(1)	-	13
Ferroligas.....	131	71	202	(143)	59	-	-	59
Outros ferrosos...	-	-	-	2	2	(2)	-	-
	<b>2.184</b>	<b>675</b>	<b>2.859</b>	<b>(1.626)</b>	<b>1.233</b>	<b>(391)</b>	<b>(27)</b>	<b>815</b>
<b>Não-ferrosos</b>								
Ouro.....	139	-	139	(59)	80	(55)	(2)	23
Potássio.....	-	71	71	(48)	23	(4)	(1)	18
Caulim.....	34	7	41	3	44	(30)	-	14
	<b>173</b>	<b>78</b>	<b>251</b>	<b>(104)</b>	<b>147</b>	<b>(89)</b>	<b>(3)</b>	<b>55</b>
<b>Alumínio</b>								
Alumina.....	32	-	32	(32)	-	-	-	-
Alumínio.....	230	1	231	(208)	23	-	-	23
Bauxita.....	21	-	21	(19)	2	-	-	2
	<b>283</b>	<b>1</b>	<b>284</b>	<b>(259)</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25</b>
<b>Logística</b>								
Ferrovias.....	-	299	299	(207)	92	(10)	(2)	80
Portos.....	-	104	104	(73)	31	(3)	-	28
Navios.....	105	100	205	(169)	36	(47)	-	(11)
	<b>105</b>	<b>503</b>	<b>608</b>	<b>(449)</b>	<b>159</b>	<b>(60)</b>	<b>(2)</b>	<b>97</b>
Outros.....	49	26	75	(103)	(28)	(2)	-	(30)
	<b>2.794</b>	<b>1.283</b>	<b>4.077</b>	<b>(2.541)</b>	<b>1.536</b>	<b>(542)</b>	<b>(32)</b>	<b>962</b>

OBS.: Custos e despesas incluem provisão para contingências de \$ 79 e provisões diversas de \$ 25.



	Participações							Consolidado	
	Ferrosos	Não-ferrosos	Logística	Celulose e papel	Alumínio	Siderurgia	Outras		Eliminações
<b>Resultado</b>									
Receita mercado externo.....	2.850	198	195	121	350	-	-	(1.068)	2.646
Receita mercado interno.....	1.000	90	403	21	12	1	-	(104)	1.423
Custos e despesas.....	(2.891)	(202)	(416)	(157)	(324)	(7)	-	1.188	(2.809)
Depreciação, amortização e exaustão.....	(121)	(30)	(22)	(22)	-	-	-	-	(195)
Fundo de pensão.....	(33)	(8)	-	-	-	-	-	-	(41)
Resultado operacional.....	805	48	160	(37)	38	(6)	-	16	1.024
Receita financeira.....	225	1	1	7	25	5	-	(56)	208
Despesa financeira.....	(321)	(12)	(6)	-	(2)	(6)	-	32	(315)
Ganhos (perdas) cambial e monetário, líquido.....	(242)	(10)	(2)	-	9	(3)	-	8	(240)
Ganho na venda de investimentos.....	-	-	-	-	54	-	-	-	54
Equivalência patrimonial e provisão para perdas.	45	-	(22)	108	126	60	5	-	322
Participação minoritária.....	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Imposto de renda.....	87	-	5	(7)	(5)	(48)	-	-	32
Lucro líquido.....	<b>600</b>	<b>27</b>	<b>136</b>	<b>71</b>	<b>245</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>1.086</b>
<b>Vendas classificadas por destinação geográfica</b>									
<b>Mercado externo</b>									
América Latina.....	224	-	30	-	23	-	-	(91)	186
Estados Unidos.....	252	156	64	73	39	-	-	(108)	476
Europa.....	969	35	75	48	237	-	-	(222)	1.142
Oriente Médio.....	209	-	6	-	16	-	-	(19)	212
Japão.....	544	4	15	-	34	-	-	(308)	289
Ásia, exceto Japão.....	652	3	5	-	1	-	-	(320)	341
	<b>2.850</b>	<b>198</b>	<b>195</b>	<b>121</b>	<b>350</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.068)</b>	<b>2.646</b>
Mercado interno.....	1.000	90	403	21	12	1	-	(104)	1.423
	<b>3.850</b>	<b>288</b>	<b>598</b>	<b>142</b>	<b>362</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(1.172)</b>	<b>4.069</b>
<b>Ativos</b>									
Imobilizado líquido.....	3.107	325	374	149	-	-	-	-	3.955
Gastos capitalizados.....	383	50	14	-	-	-	-	-	447
Investimentos em coligadas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos, líquidos de provisão para perdas.....	519	31	151	372	262	423	37	-	1.795
Capital empregado.....	<b>3.058</b>	<b>316</b>	<b>390</b>	<b>135</b>	<b>(10)</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>3.912</b>

**Resultado operacional por produto – após eliminação**

**2000**

	Receitas			Custos e despesas	Líquido	Baixa de ativos, depreciação, exaustão e amortização	Fundo de pensão	Resultado operacional
	Externas	Internas	Total					
<b>Ferrosos</b>								
Minério de ferro.....	1.143	495	1.638	(744)	894	(115)	(18)	761
Pelotas.....	436	103	539	(492)	47	(4)	(14)	29
Manganês.....	20	14	34	(38)	(4)	-	-	(4)
Ferroligas.....	158	93	251	(181)	70	(11)	-	59
	<b>1.757</b>	<b>705</b>	<b>2.462</b>	<b>(1.455)</b>	<b>1.007</b>	<b>(130)</b>	<b>(32)</b>	<b>845</b>
<b>Não-ferrosos</b>								
Ouro.....	156	-	156	(109)	47	(25)	(5)	17
Potássio.....	-	85	85	(51)	34	-	(4)	30
Caulim.....	37	5	42	(31)	11	(10)	-	1
	<b>193</b>	<b>90</b>	<b>283</b>	<b>(191)</b>	<b>92</b>	<b>(35)</b>	<b>(9)</b>	<b>48</b>
<b>Alumínio</b>								
Alumina.....	54	-	54	(46)	8	-	-	8
Alumínio.....	278	12	290	(218)	72	(48)	-	24
Bauxita.....	18	-	18	(17)	1	-	-	1
	<b>350</b>	<b>12</b>	<b>362</b>	<b>(281)</b>	<b>81</b>	<b>(48)</b>	<b>-</b>	<b>33</b>
<b>Logística</b>								
Ferrovias.....	-	385	385	(174)	211	(52)	-	159
Portos.....	-	105	105	(60)	45	(10)	-	35
Navios.....	181	89	270	(308)	(38)	(12)	-	(50)
	<b>181</b>	<b>579</b>	<b>760</b>	<b>(542)</b>	<b>218</b>	<b>(74)</b>	<b>-</b>	<b>144</b>
Outros.....	165	37	202	(226)	(24)	(22)	-	(46)
	<b>2.646</b>	<b>1.423</b>	<b>4.069</b>	<b>(2.695)</b>	<b>1.374</b>	<b>(309)</b>	<b>(41)</b>	<b>1.024</b>

**OBS.:** Custos e despesas incluem provisão para contingências de \$ 101 e provisões diversas de \$ 40.

## 17 Transações com partes relacionadas

As transações mais significativas com partes relacionadas (incluindo empresas do Governo Federal brasileiro) geraram os seguintes saldos:

	<b>Em 31 de dezembro</b>			
	<b>2002</b>		<b>2001</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES</b>				
FCA .....	70	1	154	2
HISpanoBRAS.....	18	25	21	28
ITABRASCO.....	19	25	18	17
NIBRASCO.....	26	17	20	5
KOBRASCO.....	40	8	35	25
CST.....	23	-	-	-
USIMINAS.....	5	-	23	-
ALBRAS.....	10	58	1	15
ALUNORTE (1).....	-	-	321	76
Salobo Metais S.A. (1).....	-	-	70	-
Outras.....	48	53	154	107
<b>GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO (2)</b>				
Banco do Brasil S.A. ....	-	-	83	-
Rede Ferroviária Federal S.A. ....	-	-	11	32
BNDES.....	-	-	6	163
	<b>259</b>	<b>187</b>	<b>917</b>	<b>470</b>
Circulante.....	<u>170</u>	<u>180</u>	<u>350</u>	<u>293</u>
Longo prazo.....	<u>89</u>	<u>7</u>	<u>567</u>	<u>177</u>

- (1) Alunorte e Salobo Metais são consolidadas em 31 de dezembro de 2002, após sua aquisição de controle durante o ano de 2002.
- (2) O Governo Federal brasileiro deixou de ser parte relacionada quando da venda de suas ações em maio de 2002, como mencionado na nota explicativa 3.

Estes saldos tiveram as seguintes classificações nos balanços patrimoniais:

	<b>Em 31 de dezembro</b>			
	<b>2002</b>		<b>2001</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes.....	-	-	83	-
Contas a receber.....	121	-	106	-
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	49	-	160	-
Outros.....	-	-	1	-
<b>Outros ativos</b>				
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	89	-	555	-
Outros.....	-	-	12	-
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores.....	-	116	-	101
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos a longo prazo.....	-	-	-	22
Empréstimos de partes relacionadas.....	-	64	-	168
Outros.....	-	-	-	2
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	-	156
Outros.....	-	7	-	21
	<b>259</b>	<b>187</b>	<b>917</b>	<b>470</b>

Os principais valores de operações comerciais e financeiras efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>					
	<b>2002</b>		<b>2001</b>		<b>2000</b>	
	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
<b>COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES</b>						
CST.....	152	-	146	-	166	-
NIBRASCO.....	146	150	135	132	172	205
ALUNORTE (até junho de 2002).....	6	-	84	38	42	93
SIDERAR.....	35	-	30	-	18	-
ITABRASCO.....	74	53	67	33	66	24
HISPANOBRAS.....	77	77	74	74	75	77
KOBRASCO.....	84	46	75	63	76	18
CENIBRA (até maio de 2001).....	-	-	30	46	33	123
USIMINAS.....	76	-	59	-	47	-
ALBRAS.....	73	265	5	208	6	216
VALESUL.....	7	1	-	-	4	-
MRN.....	-	56	-	17	1	17
Outras.....	79	94	99	142	89	75
<b>GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO (até junho de 2002)</b>						
Banco do Brasil.....	3	-	27	-	46	24
Petróleo Brasileiro S.A. ....	-	-	2	18	6	11
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ....	-	-	1	-	-	-
BNDES.....	-	2	1	19	1	18
	<b>812</b>	<b>744</b>	<b>835</b>	<b>790</b>	<b>848</b>	<b>901</b>

Estes valores tiveram as seguintes classificações na demonstração do resultado:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>					
	<b>2002</b>		<b>2001</b>		<b>2000</b>	
	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
Vendas/custo de minério de ferro e pelotas.....	599	380	518	349	494	313
Receitas de serviços de logística.....	66	-	85	-	133	-
Vendas/custo de produtos de alumínio.....	74	314	-	254	-	327
Receitas/despesas financeiras.....	15	18	180	59	117	79
Outras.....	58	32	52	128	104	182
	<b>812</b>	<b>744</b>	<b>835</b>	<b>790</b>	<b>848</b>	<b>901</b>

## 18 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia se aproxima do valor de mercado devido ao vencimento a curto prazo ou da repactuação freqüente desses instrumentos.

O valor de mercado dos investimentos a longo prazo, quando disponível, está divulgado na nota explicativa 10 destas demonstrações contábeis.

Com base nas taxas de empréstimos atualmente disponíveis à Companhia para empréstimos bancários com condições e vencimentos médios similares, o valor de mercado da dívida a longo prazo em 31 de dezembro de 2002 e 2001 está estimado como segue:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Valor de mercado.....	2.379	2.102
Valor contábil.....	2.359	2.170

As estimativas de valor de mercado são feitas em um dado momento, baseadas em informações de mercado relevantes e outras informações a respeito dos instrumentos financeiros. Mudanças nas premissas poderiam afetar significativamente as estimativas.

## 19 Instrumentos financeiros derivativos

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de *commodities* são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos.

Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não as utilizamos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

Desde de 1º de janeiro de 2001, estamos adotando o SFAS 133 - "*Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities*", complementado pelo SFAS 137 e SFAS 138, e começamos a reconhecer todos os derivativos de nosso balanço patrimonial pelo valor justo. Conseqüentemente, reconhecemos um ajuste inicial transitório de \$ 12 como uma despesa em nossa demonstração de resultado relativa às perdas líquidas não realizadas sobre os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2000. Subseqüentemente, em 1º de janeiro de 2001, todos os derivativos têm sido ajustados ao seu valor de mercado em cada encerramento de balanço e os ganhos e perdas incluídos no resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001, a movimentação de ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos de derivativos financeiros é como segue:

	<b>Juros</b>				<b>Total</b>
	<b>Ouro</b>	<b>(Libor)</b>	<b>Moedas</b>	<b>Alumina</b>	
Ganhos e (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2001.....	9	(8)	(4)	-	(3)
Variação no período.....	2	(36)	(4)	-	(38)
Ganhos e (perdas) realizados no período .....	(4)	8	4	-	8
<b>Ganhos e (perdas) em 31 de dezembro de 2001.....</b>	<b>7</b>	<b>(36)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>
Ganho realizado com a consolidação da Alunorte.....	-	-	-	2	2
Liquidação financeira.....	(2)	24	3	1	26
Ganhos e (perdas) no período .....	(22)	(68)	(2)	-	(92)
Efeitos da variação cambial.....	2	20	2	-	24
<b>Ganhos e (perdas) em 31 de dezembro de 2002.....</b>	<b>(15)</b>	<b>(60)</b>	<b>(1)</b>	<b>3</b>	<b>(73)</b>

Os ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos em nossas demonstrações contábeis sob os seguintes títulos:

Ouro – custos e despesas operacionais;  
 Taxas de juros – despesas financeiras;  
 Moedas – ganhos (perdas) cambial e monetário, líquidos

As datas de vencimento dos instrumentos acima são como segue:

Ouro.....	Dezembro de 2006
Juros (Libor).....	Maio de 2007
Moedas.....	Maio de 2005

#### a) **Risco cambial e de taxa de juros**

O risco de taxa de juros está relacionado principalmente com as dívidas de empréstimos em taxas flutuantes. As dívidas em moeda estrangeira estão amplamente sujeitas às flutuações da taxa LIBOR - *London Interbank Offered Rate*. Já a parte da dívida em reais sujeita às flutuações de taxas está ligada às oscilações da TJLP - Taxas de Juros de Longo Prazo, fixada trimestralmente pelo Banco Central. Desde maio de 1998, temos usado os instrumentos derivativos para proteção contra flutuações na taxa LIBOR.

Existe um risco cambial associado às nossas dívidas em moeda estrangeira. Por outro lado, temos uma proporção substancial de receitas em dólares norte-americanos ou indexadas ao mesmo, enquanto que a maioria de nossos custos está em reais. Isto proporciona um *hedge* natural contra qualquer desvalorização do real perante o dólar norte-americano. Quando eventos desta natureza ocorrem, o impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira é compensado posteriormente com o efeito positivo da desvalorização sobre os futuros fluxos de caixa.

Com o advento do regime de oscilações das taxas de câmbio em Janeiro de 1999, adotamos a estratégia de monitorar as flutuações de mercado, usando a proteção de derivativos contra riscos específicos das variações de taxas de câmbio.

De tempos em tempos entramos em transações de *swap* de moeda estrangeira objetivando mudar as características dos nossos investimentos em dinheiro denominados reais para instrumentos indexados em dólares norte-americanos. A ocorrência de tais transações depende de nossa percepção de mercado e do risco cambial, mas nunca terá natureza especulativa. Todas estas operações são valorizadas a mercado no encerramento de cada balanço e seu efeito incluído em receita (despesa) financeira do exercício.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001, a utilização de tais instrumentos não foi significativa.

**b) Risco do preço de commodities**

Também usamos os instrumentos derivativos para gerenciar nossa exposição às variações de preço do ouro. Os derivativos permitem fixar um nível médio mínimo de receita para a futura produção de ouro. Contudo, eles também têm o efeito de eliminar potenciais ganhos em certos aumentos de preços no mercado à vista de ouro. Gerenciamos nossas posições contratuais ativamente, e seus resultados são revisados pelo menos uma vez ao mês, permitindo ajustar nossos objetivos e estratégias sempre de acordo com as condições de mercado.

Nossa coligada Albras gerencia seu risco na flutuação de preços do alumínio usando derivativos, permitindo assim fixar um nível médio mínimo de receita para a sua futura produção e assegurar um fluxo de caixa estável. Contudo, eles também têm o efeito de eliminar potenciais ganhos em certos aumentos de preços no mercado à vista de alumínio. Utilizamos o método de equivalência patrimonial para contabilizar a Albras.

**20 Informações sobre nossos auditores independentes**

Nossas demonstrações contábeis consolidadas são auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As demonstrações contábeis de algumas de nossas controladas e coligadas são auditadas por outros auditores independentes. Conforme mencionado no seu relatório, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emite seu parecer sobre as demonstrações contábeis consolidadas suportado pela opinião que tais auditores emitem.

Empresas que preparam suas demonstrações contábeis em US GAAP, e , são auditadas de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos nos Estados Unidos da América:

	<u>Auditores</u>	<u>Anos auditados</u>	<u>Cidade</u>	<u>Estado</u>	<u>País</u>
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS.....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE .....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE.....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Bahia Sul Celulose S.A. (1).....	KPMG	2000	SP Orange	SP	Brasil
California Steel Industries, Inc. ....	KPMG LLP	2002, 2001, 2000	County	CA	EUA
Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA (1).....	DTT	2000	BH	MG	Brasil
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
DOCEPAR S.A. ....	DTT	2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS.....	AA	2001, 2000	Vitória	ES	Brasil
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS.....	DTT	2002	Vitória	ES	Brasil
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	AA	2001, 2000	Vitória	ES	Brasil
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	DTT	2002	Vitória	ES	Brasil
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Mineração Rio do Norte S.A. ....	AA	2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Mineração Rio do Norte S.A. ....	DTT	2002	RJ	RJ	Brasil
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Valesul Alumínio S.A. ....	KPMG	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. ....	DTT	2002, 2001, 2000	Salvador	BA	Brasil

(1) Investimento vendido em 2001.

Adicionalmente ao mencionado acima as seguintes empresas preparam suas demonstrações contábeis em BR GAAP, e são auditadas em conformidade com os padrões de auditoria geralmente aceitos no Brasil.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emite seu parecer suportado por tais auditorias, mas é responsável por revisar a conversão e ajustá-la para o US GAAP, se necessário.

	<b>Audidores</b>	<b>Anos auditados</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	<b>País</b>
Terminal de Vila Velha S.A. ....	DTT	2002, 2001, 2000	RJ	RJ	Brasil
Nova Era Silicon S.A. ....	DTT	2002, 2001, 2000	BH	MG	Brasil

AA - Arthur Andersen S/C  
 DTT - Deloitte Touche Tohmatsu  
 RJ - Rio de Janeiro  
 MG - Minas Gerais  
 BH - Belo Horizonte  
 SP - São Paulo  
 ES - Espírito Santo  
 BA - Bahia



**Vale Overseas Limited**  
**Demonstrações Contábeis em**  
**31 de Dezembro de 2002 e 2001 e**  
**Relatório dos Auditores Independentes**

# Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração  
E Acionistas da Vale Overseas Limited

Somos de opinião que os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado e variações do prejuízo acumulado e do fluxo de caixa apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Vale Overseas Limited (a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2002 e 2001, e os resultados das suas operações e do seu fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia; a nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis baseados em nossas auditorias. Nós conduzimos as nossas auditorias destas demonstrações contábeis em conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América as quais requerem que nós planejamos e executamos a auditoria para obter razoável segurança de que estão livres de erros materiais. Uma auditoria inclui exame, em base de testes, evidências que suportem os saldos e divulgações nas demonstrações contábeis, avaliando os princípios contábeis usados e as estimativas relevantes adotadas pela administração, e a avaliação da apresentação financeira como um todo. Nós acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável para a opinião expressa acima.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
6 de fevereiro de 2003

Vale Overseas Limited  
 Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro  
 Expressos em milhares de U.S. Dólares

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Ativo		
Ativo Circulante		
Disponibilidades	1	1
Adiantamentos a partes relacionadas		
Rio Doce International Finance Ltd.....	678	
Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO .....	8.122	-
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	981	-
	<u>9.782</u>	<u>1</u>
Outros ativos		
Empréstimos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO .....	300.000	-
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	3.173	-
	<u>303.173</u>	<u>-</u>
TOTAL.....	<u>312.955</u>	<u>1</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo Circulante		
Adiantamentos de partes relacionadas		
Rio Doce International Finance Ltd.....	680	-
CVRD Overseas	2	
Juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	8.122	-
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	981	-
	<u>9.785</u>	<u>-</u>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos.....	300.000	-
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	3.173	-
	<u>303.173</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido		
Capital integralizado.....	1	1
Prejuízo acumulado.....	(4)	-
	<u>(3)</u>	<u>1</u>
TOTAL.....	<u>312.955</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited  
 Demonstração do Resultado e Variações no Prejuízo Acumulado  
 Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro  
 Expressa em milhares de U.S. dólares  
 (exceto número de ações e valores por ação)

	<u>2002</u>
Receitas financeiras.....	21.811
Despesas financeiras.....	(21.813)
Gerais e administrativas.....	(2)
Prejuízo do exercício .....	<u>(4)</u>
Prejuízo acumulado	
No início do exercício.....	-
Prejuízo acumulado .....	<u>(4)</u>
No fim do exercício.....	<u>(4)</u>
Prejuízo básico por ação.....	(0,00)
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação.....	1,000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited  
 Demonstração do Fluxo de Caixa  
 Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro  
 Expressa em milhares de U.S. Dólares

	<u>2002</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais :	
Prejuízo do exercício .....	(4)
Redução (aumento) dos ativos:	
Adiantamentos a partes relacionadas.....	(8.800)
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	(4.154)
Empréstimos a partes relacionadas .....	(295.773)
Aumento (redução) dos passivos:	
Adiantamentos de partes relacionadas.....	682
Juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	8.122
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	(73)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo .....	<u>300.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	<u>-</u>
Aumento nas disponibilidades.....	-
Disponibilidades, no início do exercício.....	<u>1</u>
Disponibilidades, no fim do exercício.....	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 A Companhia e suas Operações

Vale Overseas Limited (a “Companhia”), localizada nas Ilhas Cayman, foi constituída em abril de 2001 como uma controlada integral para fins específicos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e opera principalmente como uma companhia financeira.

## 2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”). Ao preparar as demonstrações contábeis, o uso de estimativas é necessário para contabilizar certos ativos, passivos e transações; os resultados reais podem variar das estimativas. As principais práticas contábeis são descritas abaixo:

### (a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### (b) Imposto de renda

As operações da Companhia são isentas de impostos nas Ilhas Cayman.

### (c) Demonstração do fluxo de caixa

Os investimentos de curto prazo que têm liquidez e vencimento para a Companhia, quando contratados, de 90 dias ou menos são considerados disponibilidades.

### (d) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o prejuízo do exercício pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício.

## 3 Disponibilidades

As disponibilidades são denominadas em U.S. dólares e representam depósitos bancários de curto prazo.

## 4 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo consistem de Notas Garantidas remuneradas a 8,625% e vencíveis em 8 de março de 2007, incondicionalmente garantidas pela CVRD.

A Companhia e a CVRD registraram as Notas de acordo com a Lei do Mercado de Capitais de 1933 a fim de prepará-las para uma oferta de troca por uma nova emissão de Notas Registradas e para revenda.

As Notas impõem certas restrições à Companhia com relação às garantias reais, ao endividamento e às incorporações.

## 5 Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2002, o empréstimo de longo prazo a receber de US\$300.000 mil da Itabira International Company, uma controlada da CVRD, tem as mesmas condições e vencimento que a dívida de longo prazo obtida no mesmo valor.

## 6 Patrimônio Líquido

O capital autorizado pela controladora CVRD é de US\$1 mil, composto por 1.000 ações com valor nominal de US\$1,00.

\* \* \* \* \*



Companhia  
Vale do Rio Doce

# ***ESTATUTO SOCIAL***

***DA***

***CVRD***

**Com alterações efetuadas na  
Assembléia Geral Extraordinária  
realizada no dia 16 de abril de 2003.**





## ESTATUTO SOCIAL

### COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

#### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

**Art. 1º** - A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, abreviadamente CVRD, é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Art. 2º** - A sociedade tem por objeto:

- I. realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- II. construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- III. construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário;
- IV. prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- V. produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- VI. exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;
- VII. constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam



direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

**Art. 3º** - A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, depósitos, agências, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

**Art. 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

**Art. 5º** - O Capital Social é de R\$ 6.300.000.000,00 (seis bilhões e trezentos milhões de reais) correspondendo a 388.559.056 (trezentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e cinquenta e seis) ações escriturais, sendo R\$ 4.053.164.574,55 (quatro bilhões, cinquenta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), divididos em 249.983.143 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e cento e quarenta e três) ações ordinárias e R\$ 2.246.835.425,45 (dois bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), divididos em 138.575.913 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e novecentas e treze) ações preferenciais classe "A", incluindo 01 (uma) de classe especial, todas sem valor nominal.

§ 1º - As ações são ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais são das classes "A" e "especial".

§ 2º - A ação preferencial da classe especial pertencerá exclusivamente à União Federal. Além dos demais direitos que lhe são expressa e especificamente atribuídos no presente Estatuto Social, a ação preferencial da classe especial terá os mesmos direitos das ações preferenciais classe "A".

§ 3º - Cada ação ordinária e cada ação preferencial classe "A" e a ação preferencial de classe especial dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § 4º a seguir.

§ 4º - As ações preferenciais das classes "A" e especial terão os mesmos direitos políticos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 11 a seguir, bem



como o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente.

**§5º** - Os titulares das ações preferenciais das classes “A” e especial terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do **Capítulo VII**, de acordo com o seguinte critério:

a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste §5º correspondente a (i) no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos ou (ii) 6% (seis por cento) calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles;

b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a” acima; e

c) direito de participar de eventuais bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias, observada a prioridade estabelecida para a distribuição de dividendos.

**§6º** - As ações preferenciais adquirirão o exercício pleno e irrestrito do direito de voto se a sociedade deixar de pagar, pelo prazo de 03 (três) exercícios sociais consecutivos, os dividendos mínimos conferidos às ações preferenciais, a que fizerem jus nos termos do **§5º** do **Art. 5º**.

**Art. 6º** - A sociedade fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias e de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações preferenciais classe “A”. Dentro do limite autorizado neste Artigo, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

**§ 1º**- O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**§ 2º**- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos estabelecidos na Lei 6.404/76.



§ 3º - Obedecidos os planos aprovados pela Assembléia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.

**Art. 7º** - A ação de classe especial terá direito de veto sobre as seguintes matérias:

- I - alteração da denominação social;
- II - mudança da sede social;
- III - mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;
- IV - liquidação da sociedade;
- V - alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos sistemas integrados de minério de ferro da sociedade: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; (c) portos e terminais marítimos;
- VI - qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da sociedade previstos neste Estatuto Social;
- VII - qualquer modificação deste Artigo 7º ou de quaisquer dos demais direitos atribuídos neste Estatuto Social à ação de classe especial.

### **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 8º** - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração.

§ 1º - É competência da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 2º - O acionista titular da ação de classe especial será convocado formalmente pela sociedade, através de correspondência pessoal dirigida ao seu representante legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para apreciar as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 3º - Em caso de ausência do titular da ação de classe especial na Assembléia Geral convocada para esse fim ou em caso de abstenção de seu voto, as matérias objeto do **Art. 7º** serão



consideradas aprovadas pelo detentor da referida classe especial.

**Art. 9º** - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da sociedade, e secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração designado na forma do **§14 do Art. 11**.

**Parágrafo Único** - Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral dos Acionistas será presidida pelos seus respectivos suplentes, ou na ausência ou impedimentos dos mesmos, por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10** - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

**§1º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**§2º** - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

**§3º** - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela assembléia geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.

**§4º** - O Conselho de Administração será assessorado por órgãos técnicos e consultivos, denominados Comitês, regulados conforme **Seção II – Dos Comitês** adiante.



## SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Subseção I - Da Composição

**Art. 11** - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito pela assembléia geral e composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, acionistas da sociedade, sendo um deles o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente.

**§1º** - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**§2º** - Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76, terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:

I - de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e

II - de ações preferenciais, que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social.

**§3º** - Verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizeram, respectivamente, o quorum exigido nos **incisos I e II** do **§2º** acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quorum exigido pelo **inciso II** do **§2º** deste Artigo.

**§4º** - Somente poderão exercer o direito previsto no **§2º** deste Artigo, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral que eleger membros do Conselho de Administração.

**§5º** - Dentre os 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração, 01 (um) membro e seu suplente, serão eleitos e/ou destituídos, em votação em separado, pelo conjunto de empregados da sociedade.

**§6º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a assembléia geral que os eleger.



- §7º** - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, cabendo, entretanto, ao membro suplente do Presidente, o exercício do direito de voto na condição de Conselheiro.
- §8º** - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seus substitutos na primeira reunião a ser realizada após a vacância.
- §9º** - Em seus impedimentos ou ausências temporárias, os Conselheiros serão substituídos pelos respectivos suplentes.
- §10** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes, e servirá até a primeira assembléia geral, que deliberará sobre a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada assembléia geral para proceder nova eleição para os cargos vagos.
- §11** - Sempre que a eleição para o Conselho de Administração se der pelo regime de voto múltiplo previsto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, a Presidência da assembléia geral deverá informar aos acionistas presentes que as ações que elegerem um membro do Conselho de Administração, utilizando o direito de votação em separado, de que tratam os **§§2º e 3º** deste **Art. 11**, não poderão participar do regime de voto múltiplo e, evidentemente, não participarão do cálculo do respectivo quorum. Após a realização da votação em separado é que apurar-se-á, definitivamente, o coeficiente para fins do procedimento de voto múltiplo.
- §12-** Com exceção dos membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em votação em separado, respectivamente, pelo conjunto de empregados da sociedade e pelos titulares de ações preferenciais, conforme **inciso II, §2º** deste **Art. 11**, sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração, titular ou suplente, pela assembléia geral, implicará na destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.
- §13-** Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais ou conjunto de empregados exercerem a prerrogativa prevista nos **§§ 2º, 3º e 5º** acima, será



assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros previsto no “**caput**” deste **Art. 11**.

**§14** - O Conselho de Administração terá um Secretário, designado pelo Presidente do Conselho de Administração, que será, necessariamente, um empregado ou administrador da sociedade, em cuja ausência ou impedimento será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

### **Subseção II - Do Funcionamento**

**Art. 12** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto.

**Art. 13** - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

**§1º** - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.

**§2º** - O Secretário será o responsável pela lavratura, distribuição, arquivamento e guarda das respectivas atas de reunião do Conselho de Administração, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das deliberações do Conselho de Administração.

### **Subseção III - Das Atribuições**

**Art. 14** - Compete ao Conselho de Administração:

- I. eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da sociedade, e fixar-lhes as suas atribuições;





- II. distribuir a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os da Diretoria Executiva;
- III. atribuir a um Diretor Executivo a função de Relações com os Investidores;
- IV. deliberar sobre as políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- V. deliberar sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- VI. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- VII. deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- VIII. deliberar sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade, propostos pela Diretoria Executiva;
- IX. acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da sociedade, podendo solicitar à Diretoria Executiva, relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- X. deliberar sobre oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- XI. manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- XII. observado o disposto no **Art. 2º** deste Estatuto Social, deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, a participação ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nela incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação nas sociedades em que participe;
- XIII. deliberar sobre as políticas financeiras da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XIV. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real proposta pela Diretoria Executiva;



- XV.** deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVI.** deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, a distribuição de dividendos e, quando necessário, o orçamento de capital, propostos pela Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVII.** escolher e destituir os auditores independentes;
- XVIII.** nomear e destituir o responsável pela auditoria interna da sociedade, o qual se subordinará diretamente ao Conselho de Administração;
- XIX.** deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade propostos pelo responsável pela auditoria interna;
- XX.** fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira e o comportamento ético da sociedade;
- XXI.** deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- XXII.** deliberar sobre o código de ética e o sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse da sociedade com seus acionistas ou seus administradores;
- XXIII.** adotar as providências julgadas necessárias na eventualidade de conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou administradores;
- XXIV.** deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como: meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XXV.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente e para a constituição de ônus reais, observado o disposto no **Art. 7º** deste Estatuto Social;
- XXVI.** deliberar sobre prestação de garantias em geral, e estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de demais contratos;



- XXVII.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição de participação societária, nos termos do **inciso XII** deste **Art. 14**;
- XXVIII.** deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Executiva, conforme previsto neste **Art. 14**;
- XXIX.** deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas, ou de contratos de consórcios, ou entre acionistas ou entre consorciados de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- XXX.** autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a sociedade e (i) seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas, (ii) sociedades que participem, direta, ou indiretamente, do capital do acionista controlador ou sejam controladas, ou estejam sob controle comum, por entidades que participem do capital do acionista controlador, e/ou (iii) sociedades nas quais o acionista controlador da sociedade participe, podendo o Conselho de Administração estabelecer delegações, com alçadas e procedimentos, que atendam as peculiaridades e a natureza das operações, sem prejuízo de manter-se o referido colegiado devidamente informado sobre todas as transações da sociedade com partes relacionadas;
- XXXI.** manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à assembléia geral de acionistas;
- XXXII.** autorizar a aquisição de ações de sua emissão para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação.

**§1º** - Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a indicação, proposta pela Diretoria Executiva, das pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

**§2º** - O Conselho de Administração pode, nos casos em que julgar conveniente, delegar a atribuição mencionada no parágrafo anterior à Diretoria Executiva.

## SEÇÃO II - DOS COMITÊS



**Art. 15** - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, contará, em caráter permanente, com 05 (cinco) comitês técnicos e consultivos, a seguir denominados: Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria, e Comitê de Governança e Ética.

**§1º**- O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, ainda, para o seu assessoramento, outros comitês que preencham funções consultivas ou técnicas, que não aquelas previstas para os comitês de caráter permanente de que trata o “*caput*” deste Artigo.

**§2º**- Os membros dos comitês serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da sociedade, não farão jus a percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.

### **Subseção I - Da Missão**

**Art. 16** - A missão dos comitês é assessorar o Conselho de Administração a fim de conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões.

### **Subseção II - Da Composição**

**Art. 17** - Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores.

**Art. 18** - A composição de cada comitê será definida pelo Conselho de Administração.

**§1º** - Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer aos órgãos de administração da sociedade.

**§2º** - O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da sua nomeação pelo Conselho de Administração, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.

**§3º** - Durante sua gestão, os membros dos comitês poderão ser destituídos do seu mandato pelo Conselho de Administração.



### **Subseção III - Do Funcionamento**

**Art. 19** - As normas relativas ao funcionamento de cada comitê serão definidas pelo Conselho de Administração.

**§1º** - Os comitês instituídos no âmbito da sociedade não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.

**§2º** - Os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração

### **Subseção IV - Das Atribuições**

**Art. 20** - As principais atribuições dos comitês estão previstas no **Art. 21** e subsequentes, enquanto as atribuições detalhadas serão definidas pelo Conselho de Administração.

**Art. 21** - Compete ao Comitê de Desenvolvimento Executivo:

- I - emitir parecer sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- II - analisar e emitir parecer ao Conselho de Administração sobre a adequação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III - propor e manter atualizada a metodologia de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva.

**Art. 22** - Compete ao Comitê Estratégico:

- I - emitir parecer sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- II - emitir parecer sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade propostos pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- III - emitir parecer sobre as oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;



- IV - emitir parecer sobre as operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade e suas controladas sejam parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

**Art. 23** - Compete ao Comitê Financeiro:

- I - emitir parecer sobre as políticas financeiras e sistemas internos de controle financeiro da sociedade;
- II - emitir parecer sobre a compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento e na programação financeira anuais, bem como sua consistência com a política geral de dividendos e a estrutura de capital da sociedade.

**Art. 24** - Compete ao Comitê de Auditoria:

- I - propor indicação ao Conselho de Administração dos auditores independentes e do responsável pela auditoria interna da sociedade;
- II - emitir parecer sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade apresentados pelo responsável pela auditoria interna, bem como sobre a sua execução;
- III - acompanhar os resultados da auditoria interna da sociedade, e identificar, priorizar, e propor ao Conselho de Administração ações a serem acompanhadas junto à Diretoria Executiva;
- IV - analisar o Relatório Anual de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da sociedade e fazer recomendação ao Conselho de Administração.

**Art. 25** - Compete ao Comitê de Governança e Ética:

- I - avaliar a eficácia das práticas de governança da companhia e de funcionamento do Conselho de Administração, e propor melhorias;
- II - propor melhorias no código de ética e no sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores da sociedade;



- III - emitir parecer sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade apresentadas pela Diretoria Executiva;
- IV - emitir parecer sobre potenciais conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores.

### **SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA**

#### **Subseção I – Da Composição**

**Art. 26** - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva da sociedade, será composta de 06 (seis) a 09 (nove) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente, e os demais, Diretores Executivos.

- §1º - O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos à Diretoria Executiva com notório conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho de Administração sua destituição a qualquer tempo.
- §2º - Os Diretores Executivos terão suas atribuições individuais definidas pelo Conselho de Administração.
- §3º - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

#### **Subseção II – Do Funcionamento**

**Art. 27** - Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este será substituído por outro Diretor Executivo designado pela maioria dos votos dos membros da Diretoria Executiva, sendo que no caso de ausência, o Diretor-Presidente poderá designar o seu próprio substituto, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.

- §1º - Em caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer outro Diretor Executivo, este será substituído por um dos Diretores Executivos indicado pelo Diretor-Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Executivo ausente ou impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Executivo substituído, excluído o direito de voto nas reuniões da Diretoria Executiva.
- § 2º - Em caso de vacância no cargo de Diretor Executivo, o membro substituto será selecionado e o seu nome será submetido pelo



Diretor-Presidente ao Conselho de Administração que o elegerá para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.

**§ 3º** - Em caso de vacância do Diretor-Presidente, o Diretor Executivo responsável pela área de Finanças substituirá o Diretor-Presidente, acumulando as suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor-Presidente até que o Conselho de Administração realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente.

**Art. 28** - Respeitados os limites de alçada estabelecidos para cada Diretor Executivo, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Executivo, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

**Art. 29** - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quinzena, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou seu substituto.

**Parágrafo Único** - O Diretor-Presidente deverá convocar reunião extraordinária da Diretoria Executiva em virtude de solicitação de pelo menos 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

**Art. 30** - As reuniões da Diretoria Executiva somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros.

**Art. 31** - O Diretor-Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria Executiva de modo a priorizar as deliberações consensuais dentre os seus membros.

**§1º** - Não obtido o consenso dentre os membros da Diretoria, o Diretor-Presidente poderá (i) retirar a matéria da pauta, (ii) articular a formação da maioria, inclusive fazendo uso do voto de qualidade ou, (iii) no interesse da sociedade e mediante exposição fundamentada, decidir individualmente sobre matérias de deliberação colegiada, inclusive aquelas relacionadas no **Art. 32**, e não excetuadas no **§2º** a seguir.

**§2º** - As decisões relativas aos orçamentos anual e plurianual e ao plano estratégico e ao Relatório Anual de Administração da sociedade serão tomadas pela maioria dos votos, quando considerados todos os Diretores Executivos, desde que dentre os quais conste o voto favorável do Diretor-Presidente.

**§3º** O Diretor-Presidente deverá dar ciência ao Conselho de Administração da utilização da prerrogativa de que trata o item (iii) do §1º acima, na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder à decisão correspondente.





### **Subseção III – Das Atribuições**

**Art. 32 -** Compete à Diretoria Executiva:

- I -** deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias de Departamento subordinadas a cada Diretor Executivo;
- II -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- III -** cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração;
- IV -** elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade, e executar o plano estratégico aprovado;
- V -** elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI -** planejar e conduzir as operações da sociedade e reportar ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da sociedade, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- VII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva estabelecidos pelo Conselho de Administração, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- VIII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade seja parte, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- IX -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- X -** propor ao Conselho de Administração a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XI -** definir e propor ao Conselho de Administração, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a



distribuição dos dividendos da sociedade e, quando necessário, o orçamento de capital;

- XII** - elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à assembléia geral;
- XIII** - aderir e promover a adesão dos empregados ao código de ética da sociedade, estabelecido pelo Conselho de Administração;
- XIV** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;
- XV** - autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis, inclusive valores mobiliários, contratação de serviços, sendo a sociedade prestadora ou tomadora dos mesmos, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVI** - autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a sociedade, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVII** - propor ao Conselho de Administração quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- XVIII** - autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior;
- XIX** - autorizar a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição, nos termos do **inciso XII do Art. 14**, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XX** - estabelecer e informar ao Conselho de Administração os limites de alçada individual de Diretores Executivos, respeitados os



limites de alçadas da Diretoria Executiva colegiada estabelecidos pelo Conselho de Administração;

**XXI** - estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

**§1º** - Caberá à Diretoria Executiva a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em assembleias gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que participa a sociedade, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da sociedade e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao endividamento, à alienação ou oneração de ativos, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.

**§ 2º** - Caberá à Diretoria Executiva indicar para deliberação do Conselho de Administração as pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

**Art. 33** - São atribuições do Diretor-Presidente:

- I** - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II** - exercer a direção executiva da sociedade, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral;
- III** - coordenar e supervisionar as atividades das áreas e unidades de negócio que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- IV** - selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Executivo, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, bem como propor a respectiva destituição;
- V** - coordenar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva, conforme disposto no **Art. 31** da **Subseção II – Do Funcionamento**;
- VI** - conceder licenças aos membros da Diretoria Executiva, e designar outros Diretores Executivos como seus substitutos;



**VII** - manter o Conselho de Administração informado das atividades da sociedade;

**VIII** - elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o Relatório Anual de Administração e levantar as demonstrações financeiras;

**Art. 34** - São atribuições dos Diretores Executivos:

- I** - executar as atribuições relativas à sua área de atuação;
- II** - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- III** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.

**Art. 35** - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do § 1º deste Artigo, ou por 01 (um) procurador em conjunto com um Diretor Executivo.

§ 1º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “*ad negotia*” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração.

§ 2º - Pode, ainda, a sociedade ser representada por um único procurador nas assembléias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a sociedade, ou em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração “*ad judicia*” ou: (a) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou até permitida a presença do segundo procurador; (b) na assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador; e (c) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a sociedade cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Executiva.

§ 3º - No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a sociedade poderá ser representada por apenas um membro da Diretoria Executiva,



ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.

**§ 4º** - As citações e notificações judiciais ou extra-judiciais serão feitas na pessoa do Diretor Executivo responsável pelas funções de Relações com Investidores, ou por procurador constituído na forma do **§ 1º** deste Artigo.

## **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 36** - O Conselho Fiscal, órgão de funcionamento permanente, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará a sua remuneração.

**Art. 37** - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

**Art. 38** - Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

**Art. 39** - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação em vigor, devendo disponibilizar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à realização da Assembléia Geral Ordinária, manifestação sobre a documentação de que trata o Artigo 133 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei 10.303/01.

## **CAPÍTULO VI - DO PESSOAL DA SOCIEDADE**

**Art. 40** - A sociedade manterá um plano de seguridade social para os empregados, gerido por fundação instituída para este fim, observado o disposto na legislação específica.

## **CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS**

**Art. 41** - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 42** - Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social (que coincidirá com o ano civil) será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembléia Geral.



**Parágrafo Único** - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, § 7º da lei nº 9249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

**Art. 43** - Deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros, a constituição das seguintes reservas:

- I. Reserva de Exaustão, a ser constituída na forma da legislação fiscal;
- II. Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da sociedade, em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da sociedade.

**Art. 44** - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

**Art. 45** - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

**Art. 46** - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o **Parágrafo único** do **Art. 42** serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria Executiva, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

Atesto que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro próprio.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2003

Pedro Aguiar de Freitas  
Consultor Geral

## Lista das subsidiárias controladas

<b>Controlada</b>	<b>% participação</b>	<b>Localização da sede</b>	<b>Atividade principal</b>
Ferteco Mineração S.A. - FERTECO	100	Brasil	Minério de ferro e pelotas
Pará Pigmentos S.A.	76	Brasil	Caulim
SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	100	Brasil	Manganês e ferroligas
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100	Brasil	Navegação
Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE	100	Brasil	Alumínio
Itabira Rio Doce Company Ltd. - ITACO	100	Ilhas Cayman	<i>Trading</i>
Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	100	Bahamas	<i>International finance</i>
CELMAR S.A. - Indústria de Celulose e Papel	85	Brasil	Celulose
Florestas Rio Doce S.A.	100	Brasil	Celulose
Rio Doce Manganês Europe - RDME	100	França	Ferroligas
Urucum Mineração S.A.	100	Brasil	Minério de ferro, manganês e ferroligas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (desde junho de 2002)	57	Brasil	Alumínio
Salobo Metais S.A. (desde junho de 2002)	100	Brasil	Cobre
Mineração Serra do Sossego S.A. (desde dezembro de 2001)	100	Brasil	Cobre